COLETÂNEA Nº III

SERVIÇO SOCIAL & REFLEXÕES CRITICAS

UFSM

10 anos do Curso de Serviço Social

Organizadores: Fernanda Nunes da Rosa Mangini (Dra)
Jairo da Luz Oliveira (Dr)

Organizadores:
Fernanda Nunes da Rosa Mangini (Dra)
Jairo da Luz Oliveira (Dr)

Serviço Social & Reflexões Críticas - UFSM

Coletânea Nº III

1a. Edição

Bagé, RS
Editora Faith
2020

Título: Serviço Social & Reflexões Críticas - UFSM
Coleção: Coleânea Nº3 - 10 anos do Curso de Serviço Social – UFSM - (Lançamento Comemorativo)
Organizadores: Fernanda Nunes da Rosa Mangini (Dra) e Jairo da Luz Oliveira (Dr)
Arte da Capa: Lucas Schneider
Diagramação: Editora Faith
1a. Edição ©2020, todos os direitos reservados aos autores e organizadores, sob encomenda à Editora Faith.
ISBN: 978-65-990264-4-7

Site: http://www.editorafaith.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S492 Serviço social & reflexões- UFSM :coletânea n.III / Fernanda Nunes da Rosa Mangini(Dra.), Jairo da Luz Oliveira (Dr.); (organizadores) .--- Bagé,RS: Faith, 2020.
258p.

ISBN: 978-65-990264-4-7

1. Serviço Social
2. Reflexão
3. Critica
I. Mangini, Fernanda Nunes da Rosa
II.Oliveira, Jairo da Luz
III.Titulo

CDU:364

Ficha catalográfica elaborada por Dayse Pestana – CRB10/1100

Direção Geral
Caroline Powarczuk Haubert

Revisão
Organizadores

Corpo Editorial

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano - UFRGS
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida - UFMT
Prof. Dr. Dejalma Cremonese - UFSM
Profa. Dra. Elisângela Maia Pessôa - UNIPAMPA
Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - UFPEL
Prof. Dr. Gabriel Sausen Feil - UNIPAMPA
Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi - PUC-RS
Prof. Dr. Ronaldo B. Colvero - UNIPAMPA
Profa. Dra. Simone Barros Oliveira - UNIPAMPA
Profa. Dra. Sheila Kocourek - UFSM
Prof. Dr. Edson Paniagua - UNIPAMPA
Profa. Dra. Maria de Fátima Bento Ribeiro – UFPEL
Profa. Dra. Danusa de Lara Bonoto – UFFS
Profa. Dra. Érica do Espírito Santo Hermel – UFFS
Prof. Dr. João Carlos Krause – URI
Prof. Dr. Márcio Marques Martins -UNIPAMPA
Prof. Dr. Marcos BArros - UFPE
Profa. Dra. Paula Vanessa Bervian – UFFS
Profa. Dra. Sandra Nonenmacher – IFFAR

Sumário

Apresentação ao leitor 7

Prefácio..... **10**

Seção I – Redes e Saberes: Processos de Comunicação entre Usuários, Serviço Social e Serviços **15**

Capítulo 1 - A Comunicação como Direito Humano: caminhos para o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social (Eliana Mourgues Cogoy, Jaíne Paula Klopp)..... **15**

Capítulo 2 - Grupo de Whatsapp entre Gestantes de Alto Risco em um Hospital Universitário: ferramenta interventiva do Serviço Social (Bruna Trentin, Amanda de Lemos Mello, Sheila Kocourek, Rômulo Tondo, Jairo da Luz Oliveira) **30**

Capítulo 3 - As Potencialidades do cras na Articulação da Rede no Território: reflexões a partir da experiência de estágio (Adriele Marlene Manjabosco, Caroline Goerck)..... **48**

Capítulo 4 - A Extensão em Serviço Social enquanto Estratégia para Elaboração de Políticas Públicas: o relato de experiência da construção da política do idoso em Itaara-RS. (Thaesa Jesana da Silva Bacellar, Júlia Aparecida Costa Martins Flores, Jean Corrêa dos Santos) 72

Sessão II - Gênero, Violência e Desigualdades: Realidades que se Cruzam com o Serviço Social **90**

Capítulo 5 - Mulheres e Serviço Social: uma relação de longa data (Karopy Ribeiro Noronha, Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca) **90**

Capítulo 6 - Questão de Gênero e Desigualdades Sociais: desafios no fazer profissional do (a) Assistente Social (Débora Rodrigues Dos Santos Flores; Fabio Jardel Gaviraghi) **116**

Capítulo 7 - A Violência que Atinge as Mulheres Idosas em Santa Maria: magnitude e expressões a partir da perspectiva do Serviço Social (Lisane Ullrich, Cristina Kologeski Fraga) **139**

Sessão III - Entre Vulnerabilidades e Subjetividades: os caminhos tortuosos da questão social **167**

Capítulo 8 - Vulnerabilidade Social em Debate (Jairo da Luz Oliveira, Italo Fernando Minello, Luciano Amaral) **167**

Capítulo 9 - Me Reconhecer, Meu Real Ser Viver: (re) escrevendo o "Jornal do CAPS" e o trabalho do Assistente Social (Sabrina Regina Fiorelli, Fernanda Nunes da Rosa Mangini, Sheila Kocourek) **184**

Capítulo 10 - Coronavírus e Serviço Social: compromisso profissional frente à pandemia (Nadianna Marques, Alessandra Garrot Vilanova, Estevão Yamin) **208**

Capítulo 11 - O Impacto da Judicialização na Política de Assistência Social e no Processo de Trabalho do Assistente Social/CREAS-SM (Verônica Bidigaray Sanches, Rosane Janczura) **232**

Sobre os Autores.....**257**

Apresentação ao leitor

10 anos do Curso de Serviço Social da UFSM

O Curso de Serviço Social da universidade Federal de Santa Maria foi o terceiro ofertado por uma Instituição Federal de Ensino Superior no estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um curso noturno que acolhe estudantes trabalhadores, em sua maioria do gênero feminino, oriundos de Santa Maria ou de cidades adjacentes dessa.

Suas atividades iniciadas externamente ocorreram em agosto de 2010, na presença de duas docentes, autoras deste texto introdutório, as quais foram incumbidas de implementar o Projeto Pedagógico e de assumir a primeira gestão deste curso sendo a Profa. Dra. Caroline Goerck, coordenadora de curso, e pela Profa. Dra. Sheila Kocourek, coordenadora substituta, entre os anos de 2010 a 2013.

Ingressaram na primeira turma 50 estudantes - os quais foram os primeiros concluintes no ano de 2014. Passados os primeiros dias letivos, organizou-se a primeira aula inaugural que ocorreu em setembro do mesmo ano. Foi um momento memorável, pois afinal de contas foi o primeiro evento com visibilidade institucional do nosso Curso.

As instalações físicas e administrativas, inicialmente eram compartilhadas com o Departamento de Ciências Sociais. Oportunamente agradecemos a chefe do Departamento à época Profa. Dra. Fátima Perurena e ao Prof. Dr. João Vicente Barroso, idealizador do Curso de Serviço Social, pois sempre possibilitaram a concretização do Curso. Agradecemos o apoio também do então Reitor daquele período Prof. Dr. Felipe Müller e do ex-diretor do CCSH Prof. Dr. Rogério Koff.

Criara-se Grupos/Núcleos de Estudo, Pesquisa e Extensão certificado pela UFSM e inseridos na Plataforma do CNPq que articulados com os componentes curriculares deram origem a experiências

extensionistas, pesquisas, eventos, disciplinas complementares de graduação, entre outros de relevo loco-regional, nacional e internacional.

Os meses, semestres e anos foram passando, novos colegas professores e técnicos foram chegando para compor o curso e realizarem o desenvolvimento de projetos de extensões comunitárias, pesquisas sociais, estágios não obrigatórios e obrigatórios que possibilitaram aos discentes vivenciarem a aplicabilidade dos conhecimentos apreendidos em sala de aula.

Atualmente o Curso de Serviço Social está vinculado ao Departamento de Serviço Social (criado em 2013) e possui área física específica. Conta com 9 docentes efetivos, todos assistentes sociais e com Doutorado, duas assistentes sociais (técnicas de assuntos estudantis) e dois técnicos administrativos. Sua inserção social foi e é até hoje representativa no que tange a inclusão de estudantes e profissionais em projetos, estágios, pós-graduação e contratações, no cenário loco-regional, nacional e também internacional.

Este ano (2020) o curso de Serviço Social da Ufsm está celebrando 10 anos de criação história no CCSH, portanto todos/as os profissionais e estudantes da área estão em festa e desejam vida longa a esta Universidade! Para materializar este momento festivo, docentes organizaram esta obra, Serviço Social & Reflexões Críticas, que contém capítulos dos/das docentes e de técnicos do curso de Serviço Social, com produções acadêmicas vinculadas a estudantes do curso - hoje assistentes sociais orientados pelos docentes, além de pesquisa científica e atividade extensionista.

Coube a nós fazermos este breve apanhado desta história que já produziu muitos frutos, entre os quais está este livro! Esta foi construída de forma coletiva, envolvendo docentes, técnicos, estudantes de graduação e pós-graduação. O mesmo foi subdividido em III Seções, sendo a primeira Redes e Saberes: Processos de Comunicação entre Usuários, Serviço Social e Serviços; a segunda Gênero, Violência e Desigualdades: Caminhos que se cruzam com o Serviço Social; e conclui-

se com a terceira seção Entre Vulnerabilidades e Subjetividades: Os Caminhos Tortuosos da Questão Social.

Convidamos vocês a celebrarem conosco estes 10 anos existentes, em que possui como marco simbólico esta obra que contém capítulos com experiências acadêmicas que compuseram a formação de estudantes em Serviço Social!

Caroline Goerck & Sheila Kocourek,
Santa Maria, 15 de maio de 2020.

Prefácio

10 anos do Curso de Serviço Social da UFSM: retrospecção e orgulho

Com enorme alegria recebi o convite pra prefaciar a coletânea que marca a passagem dos 10 anos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Ocorre que fazer um prefácio implica em falar retrospectivamente sobre um projeto vivido. E relembrar sempre tem a ver com as experiências e emoções do tempo presente, 2020, que se constituem como os subterrâneos emocionais e intelectuais que funcionam que embasam meu olhar retrospectivo, funcionando como um filtro, ressaltando ou minimizando os eventos vividos. Assim, refletir sobre os eventos de 2005 a 2011, período que marca minha passagem pela UFSM, tem a ver com este ano de 2020 carregado de significados sobre a vida brasileira em meio a uma pandemia e na maior crise política e econômica dos últimos 40 anos.

São os tempos de um governo que não vou nomear, porque agourento, e sua histeria anti-ciência e suas visões da Universidade pública como a causa de todos os males, da postura diligente para maldizer os gastos públicos com educação, saúde e políticas sociais, bem acolhido por um congresso indócil e inclinado a interesses outros que não os interesses do público difuso e à causa democrática. É particularmente perigoso ser mulher, negro, nordestino, pobre ou, simplesmente, discordar dos vaticínios facistas. O estoque de estupidez dessa gente é sem fim. A sociedade custa a reagir aos impulsos de violência e intolerância com ares de normalidade.

Uma elite silenciosa e infame assiste a tudo com as engrenagens à mão de uma ordem de mundo injusta que lhe favorece. Uma minoria (no tocante ao acesso a direitos) de uma maioria (quantitativa) excluí-

da está aprisionada e incapaz de reagir às grandes corporações que pilham o Estado e aprisionam a sociedade brasileira nos grilhões da desigualdade e injustiça. Essa onda anti-democrática só foi possível pelo amparo de toda uma estrutura de justiça que agiu enfastiados em seus privilégios. E, não menos importante sublinhar o peso da grande mídia antidemocrática competente para inocular o pior veneno para a manutenção da vida democrática: o da criminalização da política.

Tendo revelado meu lugar de fala e com os elementos de significados que mobilizo, quero voltar-me a UFSM e ao Curso de Serviço Social.

Nos idos de 2006 foi lançado pelo MEC o programa REUNI. Imediatamente pus-me a elaborar a proposta do bacharelado em serviço social. Só havia um pequeno e desconfortável detalhe à criação do novo curso: não era assistente social e nunca tinha feito um projeto pedagógico de curso para formar assistentes sociais. Passado o susto inicial e reuni vários elementos curriculares de cursos consolidados no país a fora. Ficou uma monstruosidade que poderia, ao fim, formar qualquer coisa, inclusive assistentes sociais (?). Exatamente nesse momento busquei ajuda com duas colegas do serviço social, Sheila Kocourek e Caroline Goerck, professoras de outra universidade federal e com doutorado na PUC/RS e que, de bom grado me ajudaram a redesenhar a proposta de curso que foi finalmente aprovada. Também foram as primeiras professoras a virem pro curso e, até hoje, depois de tantas ocasiões em que selecionei professores na vida, sempre digo que foram minhas melhores escolhas.

Mas, a proposta não nasceu em um ninho de paz e harmonia. Estava no departamento de ciências sociais. À época não havia um departamento de serviço social e, pelas regras do REUNI-MEC, somente subunidades consolidadas poderiam apresentar propostas de cursos novos. No meu departamento de origem havia a desconfiança de que o governo federal não cumprisse a promessa de contratar a carga de professores necessária ao funcionamento do curso. Assim, o ambiente de votação no colegiado do departamento trazia algo de incerto. E seguia com minha romaria para convencer o colegiado de que

todas as peças se encaixariam.

E, vencido a votação no âmbito do departamento, ainda havia outras instâncias a percorrer em uma correria contra o tempo pelos inúmeros cursos novos a tramitar nas mesmas condições que o nosso. E uma a uma das instâncias foram superadas: no CCHS e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). E aqui cito outros colegas que favoreceram a empreitada: o então diretor do CCHS, Rogério Koff e, o vice-diretor, Mauri Loebler. Vencer os trâmites internos foi resultado de muita conversa e minimização de problemas, reais e imaginários.

A criação do novo curso da UFSM, Serviço Social, tinha um profundo significado para mim. Era um poderoso mecanismo de inclusão social (mais pessoas a pleitear vaga em uma universidade pública) e meio de enfrentamento das desigualdades sociais crônicas do país porque formaria profissionais que atuariam na ampliação de oportunidades para uma multidão de excluídos. E aí vieram os primeiros alunos da primeira turma e o que era papel, projeto documentado na burocracia da universidade, tinha cara, rosto, riso, apreensão. O curso tornara-se de carne, osso e sangue.

E estava lá na seleção dos primeiros professores ... Novas histórias começaram. Agora era a história dos que iam construir o curso que, pelas vicissitudes da vida, tinha passado pela mão de um estrangeiro. Veio o tempo do conhecimento, do saber-fazer para cada aluno internalizar, temperado com sonhos e utopias. A minha inserção estava chegando ao fim. E a de professores e alunos começava com estruturas facilitadoras e os velhos obstáculos que fazem germinar as desigualdades no país.

Eu podia ouvir falar, de longe, sobre o cotidiano de construção do curso sempre vivenciado subjetiva e objetivamente. Eram as forças sociais subjacentes ao percurso de um novo coletivo (professores e alunos), as práticas acadêmico-institucionais que refletem sempre jogos de poder e expectativas de papéis e normas estruturadas. Ontem como hoje é preciso sobreviver a isso. E, sei que este edifício foi construído e quem quer que tenha se achegado a este projeto criou vínculos e sen-

timento de pertencimento em algum grau. Tudo ao mesmo tempo, agora, em um movimento de transbordamento de emoções dos que se ligaram a algo que começou como um traço, como um pensamento, pra se tornar um caminho que floresceu.

Mas, considerando o atual momento brasileiro marcado por hostilidades, por onde seguirão os adeptos dessa caminhada que é o Curso de Serviço Social da UFSM? Quais novos elementos incorporar pra aumentar a coesão de todos (professores e alunos) em torno de um futuro, de uma utopia? Ao lado do estado de choque da realidade antidemocrática dos neoliberais raivosos e sua ideia de uma democracia remediada (e agonizante) e de um bestialógico fascista, é necessário atualizar temas importantes e caros à tradição (direitos humanos, cidadania e ética) em meio aos desafios postos por um ambiente que exige o domínio de tecnologias e inovação. O mundo do trabalho mudou e tudo o que se entendia por gestão social, políticas sociais demandam novos conteúdos e ferramentas para o desempenho competente do assistente social com vistas à justiça e igualdade. Mas, nenhuma tecnologia vai substituir o indelével e profundo que nos faz verdadeiramente humanos. Ainda que todos se esmerem em aprender todas as técnicas e teorias excelentes ...:

Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tivesse amor ...

E ainda que... conhecesse todos os mistérios e toda a ciência ... se não tivesse amor, nada seria.

O amor é ... benigno ...

Não ... busca os seus interesses ...

Não folga com a injustiça, mas folga com a verdade;

Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta.

O amor nunca falha ...

E para as próximas gerações de assistentes sociais sempre será a oportunidade também pra recobrar os sentidos e juntar o que, muitas

vezes, são tratadas como coisas separadas na vida: a explicação da realidade social com honestidade e ética e comprometimento.

Pra os autores da coletânea dedico um pequeno fragmento de um gigante que marcou a minha geração e que sempre foi um antídoto para a vida superficial que nos leva, frequentemente, à indiferença em relação ao outro. Não sendo um marxista, meus colegas, sempre questionavam minha predileção por este trecho de Manuscritos Econômico-Filosóficos. E sempre contra-argumento de que precisamos recuperar, algo que perdemos no turbilhão da vida diária, precisamos nos reencontrar com os valores e causa democrática, com as gentes do Rio Grande e do Brasil.

> "Suponhamos que o homem é homem e que a sua relação ao mundo é humana. Então, o amor só poderá permutar-se com o amor, a confiança com a confiança, etc. Se alguém desejar saborear a arte, terá que tornar-se uma pessoa artisticamente educada; se alguém pretende influenciar os outros homens, deve tornar-se um homem que tenha um efeito verdadeiramente estimulante e encorajador sobre os outros homens. [...]. Se alguém amar, sem por sua vez despertar amor, isto é, se o seu amor enquanto amor não suscitar amor recíproco, se alguém através da manifestação vital enquanto homem que ama não se transforma em pessoa amada, é porque o seu amor é impotente e uma infelicidade". (KARL MARX).

O bem-estar do outro precisa ser uma preocupação realmente encarnada nas ideias e práticas. Espero que cada um membro desta comunidade do curso de Serviço Social da UFSM, ombro a ombro, torne-se uma pessoa que inspire no outro a vontade da reciprocidade do amor, da confiança e da compaixão.

Estou pronto pra recomeçar. E vocês?! Então, vamos juntos.

Maceió, junho de 2020

João Vicente R. B. C. Lima

Seção I – Redes e Saberes: Processos de Comunicação entre Usuários, Serviço Social e Serviços

Capítulo 1 - A Comunicação como Direito Humano: caminhos para o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social

Eliana Mourgues Cogoy
Jaíne Paula Klopp

Resumo: A abordagem sobre direitos humanos, comunicação e o projeto ético-político do Serviço Social suscita um debate necessário ao considerar a dimensão política da intervenção profissional com vistas ao comprometimento com a transformação da sociedade. Pretende-se identificar a interlocução desses temas, com o intuito de fortalecer a compreensão do Serviço Social na perspectiva crítica que norteia o seu projeto ético-político. Neste sentido, importa a compreensão da maneira como os direitos humanos começaram a ser discutidos - com maior ênfase após as duas guerras mundiais-, provocando a reunião de países em torno da Organização das Nações Unidas (ONU) para tratar formas de evitar que tais eventos se repetissem. A comunicação se expressa como um direito humano que engloba a compreensão dos direitos civis, políticos e sociais e trabalha na perspectiva da socialização da informação possibilitando a construção da cidadania. Cabe aos/

as profissionais assistentes sociais a ação profissional que fortaleça os/as usuário/as no processo de mudança da realidade na qual se inserem, bem como o fortalecimento do projeto ético-político profissional.

Palavras chave: Direitos humanos; Comunicação; Serviço Social.

Introdução

Este capítulo é oriundo do processo de aprendizagem realizado no decorrer da Disciplina Complementar de Graduação (DCG) intitulada "Serviço Social: Mídia e Questão Social", oferecida pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. Objetiva-se apresentar reflexões acerca da comunicação como direito humano e o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social. Pretende-se oferecer elementos que configurem a comunicação como um dos meios fundamentais na mediação cotidiana para o acesso aos direitos a partir da atuação dos/as assistentes sociais, com vistas à democratização e socialização da informação em defesa do exercício de cidadania.

Para tanto, o trabalho está estruturado em três partes. A primeira consiste na explanação sobre reflexões acerca dos sistemas de proteção dos direitos humanos. A segunda versa sobre elucidar a comunicação como um direito humano. A terceira parte está relacionada à comunicação e ao projeto ético-político do Serviço Social. Por fim, são tecidas considerações finais sobre os temas abordados.

1. Reflexões sobre os Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos

De onde vem o debate em torno dos direitos humanos? Para se compreender melhor é preciso saber que eles são uma categoria de direitos básicos assegurados a todo ser humano, não importando a

classe social, raça, nacionalidade, religião, cultura, profissão, gênero, orientação sexual ou qualquer outra variante possível que possa diferenciar os seres humanos. Os direitos humanos ganharam maior ênfase no século XX, após a Primeira Guerra Mundial, quando iniciaram as articulações internacionais, nas quais os países passaram a debater e questionar temas que perpassam a segurança, a paz e a cooperação entre os países, criando a Liga das Nações[1] em 1919. Todavia, o mundo observou diversas atrocidades cometidas contra a humanidade durante a Segunda Guerra, como nos ataques com duas bombas nucleares nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki e o holocausto, que ocasionou milhões de assassinatos de judeus, ciganos, crianças, mulheres, negros, homossexuais, levando ao questionamento dos direitos fundamentais a todos os cidadãos (RUIZ, 2011).

A Liga das Nações foi substituída pela Organização das Nações Unidas-ONU, fundada por 51 países membros em 1945, que promulgou um sistema de proteção internacional aos direitos humanos através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada no dia 10 de dezembro e 1948, constituindo um marco histórico da luta pelos direitos humanos mundialmente (RUIZ; PEQUENO, 2015).

A luta pela garantia dos direitos humanos é proveniente da luta de classes, expressa a partir de diferentes sujeitos históricos da classe trabalhadora, de movimentos sociais, da pressão popular por melhores condições de vida e provimento de suas necessidades, que colaboram para a desnaturalização da reprodução das desigualdades sociais provenientes da sociedade capitalista (MAGRI, E. et al. 2013).

Em 1966 foram aprovados dois documentos internacionais de maior importância: o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos

[1] A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações foi criada ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com sede em Genebra, na Suíça. Foi a primeira organização internacional de escopo universal em bases permanentes, voluntariamente integrada por Estados soberanos com o objetivo principal de instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura.

(PIDCP)[2] e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)[3]. Por meio de tensões advindas da Guerra Fria, com blocos ideológicos antagônicos (Estados Unidos e União Soviética) não foi possível aprovar um único Pacto Internacional, visando que os direitos econômicos sociais e culturais tivessem o mesmo reconhecimento que os direitos civis e políticos (RUIZ, 2011).

Com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), há uma repercussão nas relações nacionais e internacionais, atingindo a soberania de cada país. A legislação internacional passa a interferir na legislação específica de cada nação através de pactos, comissões, conferências. Reconhece-se assim também a possibilidade dos indivíduos, coletividades e ONGs procurarem o apoio de outros Estados e de organizações internacionais para a proteção e promoção de direitos humanos no seu território (PINHEIRO; NETO; 1998).

Para manter a interlocução entre os territórios e seguir em acompanhamento junto aos governos, foram criadas diversas instituições que visavam a proteção dos direitos, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e à Cultura (UNESCO). Porém, o próprio reconhecimento das necessidades humanas fundamentais depende da adesão dos países de forma voluntária, o que acabou se tornando insuficiente na trajetória concreta de vida da população, que muitas vezes ainda se encontram em situação de violação de direitos, fruto das contradições existentes na sociedade capitalista.

Além do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, foi desenvolvido sistemas ligados às diversas regiões do mundo, como na América, Europa e África. Na América, há o Sistema Interamericano

[2] O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos foi adotado pela Resolução n. 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966.

[3] O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) é um tratado multilateral adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 16 de dezembro de 1966 e em vigor desde 3 de janeiro de 1976

de Proteção, bem como a Organização dos Estados Americanos (OEA), criado em 1948, dos quais o Brasil faz parte. O sistema é constituído por duas Comissões Interamericanas de Direitos Humanos, uma sediada em Washington e outra na Costa Rica. Foi somente em 1998 que o Brasil reconheceu a competência jurisdicional da corte (RUIZ; PEQUENO, 2015).

No Brasil, além de participar da esfera global formada pela ONU e a esfera regional, constituída pela OEA, temos um Sistema Nacional de Direitos Humanos - SNDH, que é um conjunto articulado, orgânico e descentralizado de instrumentos, mecanismos, órgãos e ações que visam a promoção integral dos direitos humanos para todos os brasileiros (as). No modelo proposto por Marshall (apud Correia, 2009) temos como direitos civis aqueles ligados à liberdade individual; os direitos políticos são conquistados a partir dos direitos civis e ampliados para o direito de votar e ser votado, participando do exercício de poder e os direitos sociais são aqueles que correspondem ao bem-estar social e econômico, visando a garantia da dignidade humana.

O Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, foi instituído pelo Decreto nº 1.904 de 13 de março de 1996, compreendendo os direitos humanos, não só apenas como os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais. O programa tem o objetivo de identificar obstáculos, executar medidas de promoção e defesa desses direitos, reduzir condutas e atos de violência, intolerância e discriminação, observar direitos e deveres previstos na Constituição e também a plena realização da cidadania (BRASIL, 1996).

Com o passar do tempo, foram realizados relações e acordos com os países, criando um espaço de diálogo e controle, para que se efetivasse as liberdades fundamentais humanas previstas na Declaração e também foram instituídos procedimentos e mecanismos para que houvesse controle e punição dos governos em situações que tais direitos fossem violados. Os países-membros foram tendo que adequar suas legislações para atender estas demandas, o que resultava em maiores

obrigações, limitações e procedimentos (RUIZ; PEQUENO, 2015).

No Brasil, a influência internacional pode ser observada no artigo 5° inciso LXXVIII, da Constituição Federal de 1988,

> **§ 2º** Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
> **§ 3º** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
> **§ 4º** O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. (BRASIL, 1988)

Tendo em vista que o Estado capitalista não possui neutralidade, deve existir uma pressão da sociedade para a responsabilidade referente ao atendimento das necessidades humanas, visto que, por muitas vezes, houve silenciamento e negligência diante da violação de direitos. Diante disso é necessário o fortalecimento da sociedade civil na tarefa de efetivar o acesso aos direitos humanos. Nesse sentido, destacam-se as lutas sociais desenvolvidas pelos movimentos antirracistas, feministas, sindicais, populares, partidos políticos democráticos, entre outros (RUIZ; PEQUENO, 2015).

2. A Comunicação como um Direito Humano

A comunicação é uma das importantes características da modernidade que vem evoluindo de forma dialética com as relações sociais no modo de produção capitalista. Suas discussões ganharam proximidade com direitos humanos na metade do século vinte, através de muitos processos de lutas e resistências no mundo, sendo um objeto em constante transformação e fruto de relações sociais que a mercantilizam (CFESS, 2011).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu artigo 19 que: "Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras". Acrescentando o direito à informação e o direito à comunicação, a Carta de Brasília[4] materializou o debate conceitual acerca do que é o direito humano à comunicação, caracterizando-o como o direito dos cidadãos de ter condições, meios, informação para conhecer, falar e ser ouvido. O conceito abrange diversos aspectos, como "a liberdade de expressão, o direito à informação, ao acesso pleno e às condições de sua produção, a garantia de diversidade e pluralidade de meios e conteúdos, a garantia de acesso equitativo às tecnologias da informação e da comunicação e a socialização do conhecimento a partir de um regime equilibrado que expresse a diversidade cultural, racial e sexual".

No Brasil, a luta pelo reconhecimento do direito à comunicação está expressa na Constituição Federal de 1988 por meio do Art. 220°:

> A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. ' Complementando, no seu Art. 5º e inciso 'IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato (BRASIL, 1988).

A comunicação se expressa como um direito que engloba a compreensão dos direitos civis, políticos e sociais. É necessário garantir as condições de participação política, econômica, social e cultural que permita que os cidadãos exerçam influência nas tomadas de decisões públicas, a fim de que cheguem ao poder de transformação e de mu-

[4] A Carta de Brasília é resultado do documento final do I Encontro Nacional de Direitos Humanos (2005). O texto traz a síntese dos debates feitos acerca do direito humano à comunicação, avaliação da crise política, a conclamação ao referendo do desarmamento e críticas à política de direitos humanos do governo, com destaque para o rebaixamento do status de ministério da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

dança para continuar na luta pelo reconhecimento da dignidade humana. Como salienta Mattelart (2009):

> O reconhecimento desses direitos, incluindo o direito à comunicação, é o reconhecimento do direito de todos a participar na transformação da sociedade (2009, p. 43).

Os meios de comunicação têm um sentido duplo de causa e efeito na mundialização do capital, na medida em que reproduz e impulsiona as privatizações e a desregulamentação desse setor (FIGUEIREDO, 2009). Observa-se que no Brasil a estrutura de comunicação formada tradicionalmente não confere o direito pleno à comunicação, visto que existe concentração da propriedade dos veículos de comunicação nas mãos de poucos, fazendo com que não exista um cenário de pluralidade de opiniões e de diversidade cultural, o que dificulta a democratização da comunicação. Como aponta Mattelart (2009, p.39): "A diversidade constitui um dos pilares de qualquer sistema de comunicação em uma sociedade democrática, e é uma necessidade tanto a nível nacional como a nível internacional. "

Segundo Figueiredo (2009), a oligopolização e desregulamentação da mídia possui quatro particularidades:

> 1) a propriedade familiar; 2) a vinculação da radiodifusão com as elites políticas; 3) a presença das igrejas; 4) a exclusão do cidadão no processo de formulação e deliberação das políticas públicas para o setor (FIGUEIREDO, 2009, p.325).

Nesse sentido, a concentração privada interfere direta ou indiretamente na formulação das políticas públicas de comunicação, dificultando a democratização dos meios de comunicação. Destaca-se que em democracias mais desenvolvidas, como na Europa e Estados Unidos, há limites rigorosos na concentração de formação de redes, como na impossibilidade de um mesmo grupo controlar várias mídias diferentes, como jornal, TV e rádio na mesma região. Existe, também,

incentivo de políticas públicas na pluralidade e diversidade com apoio econômico.

Os meios de comunicação se tornaram os porta-vozes de informações, inclusive, das expressões da questão social, por isso é preciso que haja um rompimento de um discurso neoliberal para abrir espaço para outras perspectivas, como dos movimentos sociais, suas ideias e teses para concretização de todos os direitos humanos historicamente reivindicados pelos trabalhadores (RUIZ, 2011). A comunicação e o uso que se faz dela não são constituídos de espaços neutros, mas o acesso à informação como direito é condição para a democracia e para a socialização da política.

Os meios de comunicação, as novas tecnologias e a revolução digital influenciam diretamente na remodelação da esfera pública, seja na transformação dos discursos ou na percepção do mundo de uma nova realidade midiática. A comunicação pública tem sido construída, trabalhando na perspectiva da socialização da informação como um meio de construção da cidadania, bem como o afloramento do sentimento de pertencimento do coletivo e a conscientização do cidadão enquanto sujeito das relações sociais. Isso porque a vida social depende da capacidade do homem de compreender a realidade em que se insere e como ele busca condições dignas de vida e autonomia (FIGUEIREDO, 2009).

3. A Comunicação e o Projeto Ético-Político do Serviço Social

O projeto ético político profissional orienta a formação e a atuação profissional em Serviço Social. Trata-se de um documento que vem se consolidando historicamente, fruto de uma ampla mobilização nacional, que após o Movimento de Reconceituação adotou uma aproximação com a tradição marxista, desvinculando-se do serviço social tradicional que tinha um posicionamento conservador e psicologizante dos problemas dos indivíduos na sociedade. Desta forma, o projeto ético-político define a direção social da profissão, tendo como norte a

defesa intransigente da liberdade, da emancipação humana e da construção de uma nova ordem societária.

O projeto ético-político possui como elementos constitutivos: o atual Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, documento referendado em sua integralidade pela Assembleia Nacional da ABEPSS, em 1996, e aprovado com substanciais e prejudiciais alterações, pelo MEC. Quanto aos seus compromissos, o projeto ético-político

> tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p. 104 5).

Para tanto, o Código de Ética do Assistente Social, bem como a Lei n° 8.662/93 que regulamenta a profissão, almejam um projeto societário que baliza seus princípios e diretrizes comprometidos com a classe trabalhadora na construção de uma nova ordem social, como se observa no seu oitavo princípio expresso: 'VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.' (CFESS, 1993).

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho, a qual busca intervir de forma eficaz nas diversas expressões da questão social. Neste sentido, utiliza-se de conhecimento e prática, instrumentos e técnicas para atender as diferentes demandas, tendo em vista a garantia de direitos sociais e civis. Compreende-se o instrumental como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional em que GUERRA

(2014, p. 02) ressalta que:

> É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

Conforme a autora, os instrumentos são essenciais no exercício profissional, já que norteiam a ação profissional e possibilitam responder às demandas postas no cotidiano de sua atuação. É assim que o conhecimento e a prática avançam numa dimensão transformadora' (GUERRA, 2014).

A transformação da sociedade perpassa pela comunicação como um campo de ação política estratégica fundamental para alcançar esta transformação, e esta realidade reflete no fazer prático operativo do assistente social, visto que este tem como um dos instrumentais do trabalho o conhecimento e a informação. O próprio Código de Ética Profissional do Assistente Social afirma em seu segundo princípio: 'II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo'. Isso significa assumir a necessidade de atuação do/a profissional, com vistas ao reconhecimento e a construção dos direitos de cada indivíduo, na busca incessante pela justiça social (ARRAIS, 2009).

Da mesma forma, constitui-se como um princípio do Código de Ética, a ampliação e consolidação da cidadania com vistas à garantia dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora, o que exige dos assistentes sociais, por muitas vezes, uma postura de intérprete dos direitos. Enquanto categoria, requer um trabalho educativo quanto ao acesso à informação, e na defesa dos direitos sociais no espaço público. Diante da socialização da informação, salienta Silva (2000, p.144), 'é uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade no qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e na efetivação da cidadania' (SILVA, 2000, p.144, apud

ARRAIS, 2009). Segundo Barroco (2006):

> se trata de uma atuação de resistência, ainda mais num contexto de perda de direitos historicamente conquistados e de um processo de desumanização, no qual as condições para assegurar a manutenção da vida humana não estão sendo garantidas para grande parte da humanidade (BARROCO, 2006, p. 179).

O contexto da sociedade contemporânea passa por inúmeras transformações que afetam o mundo do trabalho provocando alterações nas relações do Estado com a sociedade, entre os sujeitos, e nas políticas sociais. Dessa forma há a necessidade de o profissional estar sempre atualizado frente a estas realidades, bem como observando novas possibilidades de trabalho diante das expressões da questão social, como ressalta Iamamoto (2015, p.62) 'Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto do trabalho junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças.'

No contexto dessas transformações é preciso analisar as diferentes dimensões do processo de trabalho e as novas configurações e demandas que se expressam nos mais diversos espaços socio-ocupacionais em que atuam, cabendo ao profissional compreender o direito à comunicação e suas estratégias de comunicação, tendo um parâmetro na Política Nacional de Comunicação do conjunto CFESS-CRESS. (RUIZ, 2011). Essa importância se revela na medida em que o Conjunto CFESS-CRESS compreende a comunicação como um campo de ação política estratégica fundamental para transformar a sociedade. A incorporação desse tema no Projeto Ético–Político reafirma o entendimento da comunicação como direito humano.

4. Considerações Finais

Debater a comunicação como direito humano no fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social consiste em reconhecer a

potencialidade desta ferramenta no processo de formação e atuação do/a assistente social sintonizados com os novos tempos, os quais devem estar articulados com os processos de transformação societária tanto nos aspectos sociais, políticos e econômicos, quanto no âmbito das tecnologias de informação.

Embora deva-se ter nítido que a socialização da informação consiste num dever do/a assistente social com os/as usuários/as, torna-se um desafio cotidiano criar meios e mecanismos que possam garantir a democratização e a socialização de informações que, de fato, possibilitem o alcance da cidadania e da justiça social, promovendo a autonomia e o empoderamento dos sujeitos.

Por fim, almeja-se que a comunicação seja compreendida como um elemento potencializador do projeto ético-político, no seu entendimento como direito humano e como espaço fundamental e estratégico de ação política a ser materializado no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais.

5. Referências

ARRAIS, Dianne Figueiredo. **Cultura Midiática e Serviço Social: Uma convivência necessária.** In: RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SALES, Mione Apolinário (Org.). Mídia, Questão Social e Serviço Social. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011, p.344 - 358.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 5ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 179.

BRASIL. DECRETO Nº 1.904, DE 13 DE MAIO DE 1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos. PNDH. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1904-13-maio-1996-431671-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 5 fev. 2020.

BRASIL. LEI Nº 8.662, DE 07 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta a profissão de assistente social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

CARVALHO, Flávia Falcão da Gama. **Serviço Social e Comunicação: uma interface necessária**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 15 de março de 1993. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS**. 2° ed. 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/ P O L I T I C A _ C O M U N ICACAO_CFESS-CRESS.pdf> Acesso em: 5 fev. 2020.

CORREIA, Claudia. **Desafios da comunicação para o Serviço Social**. In: RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SALES, Mione Apolinário (Org.). Mídia, Questão Social e Serviço Social. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011, p. 358 - 375.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 5 fev. 2020.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação Pública: Um direito humano em conexão com o Serviço Social.** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 36, 2018.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta**. O Assistente Social na era das comunicações**. In: RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SALES, Mione Apolinário (Org.). Mídia, Questão Social e Serviço Social. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011, p. 323 – 344.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LACERDA - **Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas.** Serviço Social & Sociedade n.

117, p. 22-44, jan./mar. São Paulo, 2014

MAGRI, E. et al. **Direitos Humanos e o Serviço Social**. In: Congresso Catarinense de Assistentes Sociais. Agosto 2013. Florianópolis. SC. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Direitos-Humanos-e-o-Servi%C3%A7o-Social.pdf> Acesso em: 4 fev. 2020.

MATTELART, Armand. **A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos**. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.32, n.1, p. 33-48 50, jan./jun. 2009

MNDH. Carta de Brasília - Encontro Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/endh_cartabrasilia>. Acesso em: 4 fev. 2020.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; NETO, Paulo de Mesquita. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectiva. **Revista USP/Estudos Avançados** nº 30, Volume II, Maio/Agosto de 1997, pág. 117 a 134.

RUIZ, Jeferson Lee de Souza; PEQUENO, Andreia Cristina Alvez. **Direitos Humanos e Serviço Social.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2015.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Comunicação como direito humano.** In: RUIZ, Jefferson Lee de Souza; SALES, Mione Apolinário (Org.). Mídia, Questão Social e Serviço Social. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011, p. 82 – 102.

Capítulo 2 - Grupo de *Whatsapp* entre Gestantes de Alto Risco em um Hospital Universitário: ferramenta interventiva do Serviço Social

Bruna Trentin
Amanda de Lemos Mello
Sheila Kocourek
Rômulo Tondo
Jairo da Luz Oliveira

Resumo: A gestação de alto risco é uma demanda de saúde pública, em que a gestante com demandas mais complexas é identificada, preferencialmente, pela atenção primária em saúde e, posteriormente, encaminhada para hospitais de referência os quais possuem o Ambulatório de Alto Risco. Este artigo relata uma experiência que teve como objetivos proporcionar às gestantes, atendidas pelo Ambulatório de Gestação de Alto Risco de um Hospital Universitário, um espaço de elucidação de dúvidas sobre os direitos sociais e de cidadania, que fortalecesse sua autonomia, por meio de um grupo de discussão na ferramenta digital WhatsApp e analisar como um grupo entre usuárias pode ser concebida como uma ferramenta de intervenção realizada pelo assistente social no esclarecimento de dúvidas sobre os direitos sociais e de cidadania. Trata-se de um relato de experiência oriundo de uma ação em um ambulatório de atendimento às gestantes de alto risco de um Hospital Universitário, localizado no Rio Grande do Sul. Como resultados foi apresentada a descrição da experiência, organizada em três eixos principais: o que foi observado? Apresentando a problemática do contexto local; o que eu penso do que observei? Realizando uma discussão teórica a partir de autores que respaldam a atuação do assistente social; e, o que eu faço com o que observei? Em que se buscou relatar a criação e a manutenção do grupo no WhatsApp com as ges-

tantes. Concluiu-se que a utilização da tecnologia está cada vez mais presente na vida de todos, seja usuário ou profissional. O aplicativo é acessível, gratuito e sem burocracias, facilitando a inserção na rotina do usuário e do assistente social.

Palavras-chave: Gravidez de alto risco. Serviço social. Tecnologia em saúde. Rede social.

Introdução

Anteriormente da promulgação do Sistema Único de Saúde (SUS), a saúde no Brasil era relacionada à filantropia, voltada prioritariamente com ações àqueles que contribuíam para Previdência Social. Diversos movimentos impulsionaram transformações econômicas e políticas do Estado, especialmente, o movimento da Reforma Sanitária, o qual incentivou a criação do SUS no ano de 1990, a partir das Leis Orgânicas da Saúde Nº 8.080 e 8.142.

Esse movimento também culminou na necessidade de formar uma nova Constituição Federal (CF) em 1988, na qual abrangeu, dentre outros aspectos, que a saúde seria um direito de todos e um dever do estado (CF, 88). Como fundamento dessa premissa encontra-se a democratização do acesso à saúde; a universalização das ações; a melhoria da qualidade dos serviços; a integralidade e equidade das ações, a democratização das informações e transparências no uso de recursos do governo; a descentralização com controle social democrático; a interdisciplinaridade nas ações (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010). Essas transformações na área da saúde trouxeram importantes implicações na assistência às pessoas como, por exemplo, às mulheres nos seus mais diferentes ciclos de vida. A partir da constituição do SUS, toda mulher adquiriu o direito ao planejamento reprodutivo, à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério (pós-parto), bem como as crianças tiveram o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis (BRA-

SIL, 2011). Como exemplo de ações do Ministério da Saúde (MS) no ano de 1984, com vistas a assegurar esses direitos, elaborou-se o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde (MS), o qual foi alterado em 2003, com a promulgação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Esse programa possuía o objetivo de incentivar a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, garantir direitos e ampliar o acesso aos serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território nacional, resultando na redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). Dentre outras estratégias, havia a Rede Cegonha, lançada pela portaria Nº 1.459 de 24 de junho de 2011 do MS, com o intuito de qualificar a atenção às mulheres adultas, jovens e adolescentes, para o planejamento reprodutivo, pré-natal, parto e nascimento, aborto, puerpério e as crianças de até 2 anos, fazendo com que se ampliasse o acesso a saúde, fortalecendo o trabalho em rede e modificando as práticas de cuidado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

O contexto do período gravídico pode ser contemplado como um momento especial para a mulher, mas que traz uma série de alterações na vida e no corpo, que vão além de aspectos fisiológicos, mas incluem psicológicos e sociais (LEITE et al., 2014). Assim, reconhece-se que a gravidez é um evento de muita significação na vida da mulher e é permeada por valores e transformações que se constituem como ímpares (ROCKER et al., 2012). Algumas mulheres apresentam intercorrências ao longo da gestação e são estas que integram o grupo chamado de Gestantes de Alto Risco. Elas correspondem àquelas que apresentam algum fator que possa trazer riscos à mãe e/ou ao feto e/ou ao recém-nascido, seja característica individual, condição sociodemográfica desfavorável, histórico reprodutivo anterior, doença materna prévia, ou adquirida no período gestacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Destaca-se, também, a falta de informação e de acesso aos servi-

ços de saúde como fatores que interferem no período gravídico, violando os direitos da gestante. Assim sendo, afastam a possibilidade e garantia de uma gravidez saudável e de um parto seguro, visto que essa possui o direito de participar das decisões sobre sua saúde e ações relacionadas ao seu próprio corpo (NASCIMENTO et al., 2015). Estas mulheres, protagonistas de uma gestação de alto risco, necessitam de atendimento ainda mais especializado, acessado na alta complexidade, devido às especificidades demandadas por elas.

O atendimento dessa gestante vai além da relação médico-paciente e passa a ser assistida em uma equipe multiprofissional, que pode estar composta por profissionais assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, enfermeiros, fisioterapeutas, além de ginecologistas e obstetras (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010). Ao contemplar o Assistente Social[1] como membro de uma equipe multiprofissional, esse buscará compreender a totalidade da mulher, enquanto gestante, trabalhadora, mãe (ou não), esposa (ou não), dentro da sua família e comunidade, analisando as demandas expressadas e subentendidas em sua fala, através da escuta sensível. A partir disso, o profissional realizará ações socioassistenciais, socioeducativas e de interação com a equipe multiprofissional, a fim de orientar, defender e garantir seus direitos sociais (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010).

Nesse âmbito, destaca-se a atuação do Assistente Social, na compreensão do conceito ampliado de Saúde, em que se envolve a totalidade do sujeito, aqui referido como uma mulher gestante, enquanto fruto das relações sociais e destas com o meio físico, social e cultural. Assim, o profissional deve esforçar-se no sentido de democratizar e desburocratizar as informações com as gestantes, com vistas a buscar estratégias coletivas para tornar públicas as condições de obtenção de direitos (BARROCO, 2012, p. 81).

[1] Utilizou-se "o assistente social" fazendo uma menção ao profissional, entende-se que o mesmo pode ser do sexo feminino ou masculino.

Além disso, o Assistente Social[2] se insere na área da saúde como agente de interação, a fim de assegurar a integralidade das ações ou com um elo orgânico entre os diversos níveis do SUS e entre este e as demais políticas sociais setoriais (COSTA, 1998). Para isso, uma das estratégias utilizadas é a escuta sensível ao usuário, sendo um dos instrumentais do Assistente Social, o qual viabiliza uma melhora na comunicação em saúde, oportunizando a humanização no atendimento. Dentre as diversas estratégias utilizadas na área da saúde para atendimento e fortalecimento de vínculo com o usuário surge, com o advento tecnológico das redes sociais, a ferramenta de *WhatsApp*. Esse aplicativo se utiliza da internet para o envio e recebimento de mensagens instantâneas de maneira gratuita e ilimitada, através de celulares, tablets entre outros meios, possibilitando o envio de diferentes mídias, como imagens, áudios e vídeos, além disso, oportuniza a criação de grupos, de até 100 membros (ALENCAR et al., 2015).

Segundo pesquisa nacional de domicílios (IBGE 2017) 138,3 milhões de brasileiros, ou 77,1% da população com 10 anos ou mais de idade, tinham celular próprio no fim de 2016. Com isso, pode-se afirmar que as facilidades advindas do uso dos dispositivos móveis, somados às redes sociais impactam na vida profissional e pessoal, proporcionando agilidade e independência de espaço físico (ALENCAR et al., 2015). Além de ser uma possibilidade para facilitar o engajamento das gestantes de alto risco ao agente de interação, no caso, o Assistente Social, a fim de esclarecer dúvidas sobre suas questões sociais de forma ativa e autêntica (KAIESKI; GRINGS; FETTER, 2015).

Os dados epidemiológicos da mortalidade materna apontam uma queda importante de 66% no Brasil no período 1990-2016 (BRASIL, 2018). No entanto, esse índice poderia ser próximo ao zero, visto que 92% dos casos teria um desfecho evitável, refletindo uma das mais graves violações dos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2009). Carreno, Bonilha e Costa (2012) apontam que se faz premente aten-

[2] Ibid.

tar aos dados das mortes maternas, especialmente para assegurar às gestantes a garantia de seus direitos e igualdades na assistência dos serviços.

Além disso, ao observar o andamento das atividades desenvolvidas no Ambulatório, evidenciou-se o papel importante que se confere à equipe multiprofissional ao orientar a gestante no decorrer dos atendimentos. Esses atendimentos ocorrem em modalidades de consultas, geralmente realizadas por mais de um profissional de diferentes áreas profissionais, com periodicidade mensal ou conforme o calendário padrão de consultas do pré-natal. Estes profissionais podem ser Assistentes Sociais, Enfermeiros, Nutricionistas, Psicólogos e Fisioterapeutas. O atendimento segue um questionário de perguntas abertas, ainda em teste pelos gestores do ambulatório, com o objetivo de identificar demandas e realizar condutas. Tal questionário está estruturado por meio de perguntas relacionadas à gestação atual, e anteriores à rede de apoio, ao histórico familiar de patologias, sobre nutrição e rotina pessoal e sobre demandas sociais.

Visto isso, ao acompanhar essas consultas, verificou-se que havia necessidade de continuar a orientação após esse momento, realizando, assim, um acompanhamento direcionado à gestante com demandas que poderiam não ter sido verbalizadas no atendimento multiprofissional. Para tanto, evidenciou-se a dificuldade de orientar a gestante logo na primeira consulta, na qual ela é atendida por três profissionais de áreas diferentes, como por exemplo Assistente Social, Enfermeira e Nutricionista.

Esta inquietação corresponde ao fato que grande parte das Gestantes trazia, associadas às alterações fisiológicas, situações como de vulnerabilidade social, a exemplo, o desemprego ou o desrespeito dos direitos trabalhistas da gestante, a ausência do apoio familiar, o uso de substâncias psicoativas e a intenção de entregar a criança para adoção, demandando ao Assistente Social uma possibilidade para um acompanhamento diferenciado. Nessa direção verifica a importância de transcender a assistência fisiológica, mas também de abranger o universo

social em que as gestantes se encontram, corroborando o conceito de saúde ampliado. Com base nesse contexto e considerando a importância das mulheres estarem cientes de seus direitos sociais enquanto gestantes e serem esclarecidas sobre cidadania, este estudo visa contribuir para o estímulo de alternativas e estratégias de intervenção que possibilitem efetividade e qualidade no atendimento às demandas das gestantes. Dentre essas alternativas, cita-se a utilização de ferramentas digitais, redes sociais e ou comunicadores, como o *WhatsApp*.

Com base nesse contexto, buscou-se verificar o funcionamento da ferramenta de WhatsApp, mediada pelo Assistente Social, na área da saúde, mais precisamente no Ambulatório de Gestação em Alto Risco, de um Hospital Universitário do interior do Rio Grande do Sul, durante o ano de 2018. A experiência por ora relatada tem como objetivos relatar como foi proporcionar, às gestantes atendidas pelo ambulatório de gestação de alto risco de um Hospital Universitário, um espaço de elucidação de dúvidas sobre os direitos sociais e de cidadania, que fortalecesse sua autonomia, por meio de um grupo comunicador WhatsApp.

1. Método

Trata-se de um relato de experiência oriundo do desenvolvimento de uma experiência prática no Ambulatório de Gestação de Alto Risco de um Hospital Universitário localizado no estado do Rio Grande do Sul, nos meses de novembro de 2017 a julho de 2018. Nesse processo foram produzidos diários de campo relatando a vivência durante o período de estágio, oportunizando a consulta desses documentos na construção e escrita deste artigo.

O referido hospital tem sua gestão realizada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), é referência para a região central do estado do Rio Grande do Sul e abrange 32 municípios da 4ª Coordenadoria de Regional de Saúde (EBSERH, 2019). Dentre os atendimentos ambulatoriais, encontra-se o AGAR, o qual assiste as

gestantes de Alto Risco que são encaminhadas pela Rede de Atenção do município e, também, pelos demais municípios da Região. O Ambulatório deu início às suas atividades em novembro de 2017, os atendimentos eram feitos pela manhã e pela tarde, nas terças, quartas e quintas-feiras. São atendidas em média seis gestantes por dia, o atendimento é guiado por uma equipe multiprofissional, composta por três ou quatro profissionais de áreas distintas, podendo ser: Assistente Social, Enfermeiro, Nutricionista, Psicólogo e Fisioterapeuta. Esses atendimentos ocorrem em modalidades de consultas, com periodicidade mensal, ou conforme o calendário padrão de consultas do pré-natal.

O atendimento segue um questionário de perguntas abertas, ainda em teste, com o objetivo de identificar demandas e realizar condutas. Esse questionário possui perguntas relacionadas à gestação atual, e anteriores à rede de apoio, ao histórico familiar de patologias, sobre nutrição e rotina e sobre demandas sociais. Visto isso, ao acompanhar essas consultas, verificou-se que havia necessidade de continuar a orientação após esse momento, realizando assim um acompanhamento direcionado à gestante com demandas que poderiam não ter sido verbalizadas no atendimento multiprofissional.

Frente aos aspectos éticos desse relato, o Serviço Social é regido pela Lei de Regulamentação da Profissão, de nº 8.662 de 07 de Junho de 1993, e pelo seu Código de Ética. Alguns dos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão são: Reconhecimento da liberdade, autonomia e emancipação dos indivíduos sociais; Defesa dos direitos humanos; Defesa da democracia; Posicionamento favorável à equidade social e universalidade de acesso; Garantia do pluralismo; Garantia da qualidade dos serviços prestados, bem como o exercício profissional sem discriminação (CFESS, 1993).

Outros pontos que ambos os documentos abordam são os direitos e deveres do Assistente Social, os quais se encontram dentro do Código de Ética, no Artigo 5º, item c: "Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como

um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as" (CFESS, 1993). Propósito que originou este projeto, o fazer do Assistente Social enquanto mediador, enquanto agente socializador de informações, conforme Arrais (2005).

1.1 Descrição da Experiência

Para descrever a experiência realizada os resultados e análise estão dispostos em três tópicos: o que foi observado? Qual a problemática do contexto local? Que traz os autores a fim de respaldar a atuação do assistente social? Que buscou relatar a construção de um grupo de Whatsapp com as gestantes.

2. O que Foi Observado?

A partir da prática no AGAR, observou-se que não havia projetos ou grupos em andamento, com o propósito de esclarecer dúvidas sobre direitos sociais e cidadania que fossem destinados às gestantes atendidas pelo AGAR, em decorrência da recente criação do ambulatório. Com o início dos atendimentos no AGAR foi possível acompanhar a equipe nas terças-feiras pela manhã, no intervalo das 8 horas às 12 horas. A equipe multiprofissional era composta por uma assistente social, uma enfermeira e uma nutricionista, contando ainda com a inserção de uma fisioterapeuta no início do ano de 2018.

O espaço disponível para o atendimento da equipe multiprofissional do AGAR era um consultório pequeno, de atendimento ginecológico, contendo uma mesa, voltada para uma das paredes, com um computador para o registro dos atendimentos, uma maca de exame ginecológico, uma pia, uma lixeira e 8 cadeiras para comportar profissionais, estagiários, gestantes e acompanhantes. O referido espaço, com essas características, não se encaixa nos três eixos norteadores que a Política Nacional de Humanização traz sobre ambiência, o espaço que visa confortabilidade, que possibilita a pro-

dução de subjetividades e que funciona como ferramenta facilitadora no processo de trabalho. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). Oportunizar a presença do acompanhante nos atendimentos traz um conforto à gestante e um enriquecimento do atendimento por parte da equipe, pois há um debate maior de informações. Os acompanhantes são em sua maioria mães, parceiros e irmãs das gestantes.

A disposição da sala permitia que o atendimento fosse feito em círculo, o que proporcionava maior integração da gestante com a equipe. O atendimento durava em média de 20 a 30 minutos e seguia um modelo de questionário construído pela equipe multiprofissional, com o intuito de identificar as demandas de todas as áreas. No entanto, percebia que o atendimento evidenciava o trato da situação clínica e biológica daquelas usuárias, deixando em segundo plano a situação social e cultural, como sua historicidade, rede de apoio familiar, território, renda, moradia, entre outros aspectos. Ao analisar a usuária dentro da sua totalidade, seria possível, até mesmo, compreender ou justificar algumas das intercorrências clínicas apresentadas em atendimento.

Passada a fase de observação, evidenciou-se que a equipe multiprofissional conversava durante a consulta da gestante de maneira técnica, fazendo uso de termos específicos de cada área. A exemplo: HAS, Hígido, DMG, Gestação Gemelar, entre outros termos específicos da área da saúde (Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS); Diabetes Mellitus Gestacional (DMG) (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Mesmo que a equipe orientasse as gestantes de maneira evidente e simplificada, as dúvidas por certo surgiam e acabavam gerando insegurança e dificuldades no fortalecimento de vínculo com a equipe. Foram poucas as vezes que as gestantes trouxeram questionamentos e dúvidas em relação a esses "termos difíceis". Ainda foi constatado que o atendimento multiprofissional era incomum e pouco conhecido pela maioria delas, o que acabava intimidando-as ainda mais.

Ao analisar as usuárias atendidas verificou-se que são: mulher, gestante, com classificação de alto risco gestacional, em situação de vulnerabilidade social, fragilizada, algumas vezes desacompanhada, fora

do seu território, em atendimento por três ou quatro profissionais distintos. A maioria eram gestantes jovens no intervalo de idade de 16 a 25 anos, do lar, em sua primeira gestação, encaminhadas ao AGAR por motivos, prioritariamente, de Hipertensão e Diabete. Além disso, as gestantes atendidas pelo AGAR apresentavam outras vulnerabilidades de cunho social, como ausência de emprego, baixa escolaridade e/ou evasão escolar, uso de substâncias psicoativas, acompanhamento com o Conselho Tutelar, entre outras situações.

Cabia ao Assistentes Sociais, dentro do AGAR, orientar para cadastramento do Programa Bolsa Família ou em como acessar a licença-maternidade, realizando o contato à rede de apoio da gestante quando necessário, como Conselho Tutelar, CRAS, UBS, até mesmo a prefeitura da sua cidade de origem, para casos como transporte. Há demandas mais específicas como a certificação na retirada dos medicamentos das gestantes soro positivo, orientações no que tange à autonomia da mulher, enquanto "dar" seu filho para a adoção e a realização da laqueadura.

3. Qual a Problemática do Contexto Local e o que Fazer?

A partir da vivência dentro do AGAR foi averiguado que o Serviço Social, por vezes, ainda é visto através do seu antigo viés caritativo, e por conta disso torna mais difícil a compreensão da sua atuação, inclusive, por parte dos usuários.

Apesar disso, a sua presença é indispensável. Na área da saúde, caracteriza-se por um profissional que articula com todas as redes de apoio do usuário, e que durante os atendimentos se utiliza de diferentes instrumentos como entrevista (neste caso individual, mas podem ser realizadas em grupo também), observação participativa (que transcende a visão, enquanto parte dos cinco sentidos, mas utiliza-se dela no objetivo de produzir conhecimento sobre a realidade do usuário), orientação, encaminhamento, entre outras práticas (SOUSA, 2006).

Citando Selma Marques Magalhães, autora do livro Avaliação e

linguagem: relatórios, laudos e pareceres, Sousa (2006) diz que o homem desenvolve a comunicação a partir do processo socializador, utilizando-se de modos de fala que estão configurados no contexto sociocultural dos diferentes grupos sociais dos quais faz parte. Ou seja, a fala é compreendida quando faz parte da realidade, do vocabulário e da cultura daquele usuário.

A partir disso é realizada a intervenção com base em reflexões teóricas, éticas e políticas; usfuruindo da linguagem que é primordial para a profissão, articulando teoria e prática com o propósito de socializar informações às usuárias, no que tange ao acesso aos direitos humanos, da mulher e da gestante de maneira acessível e de fácil compreensão.

A partir da vivência nesse cenário, conforme salientado anteriormente a linguagem técnica da área da saúde, utilizada predominantemente entre os profissionais, torna-se uma barreira para trabalhadores da saúde e usuários. A falta de compreensão da linguagem dos profissionais traz uma sensação de não pertencimento, o que prejudica o fortalecimento de vínculo entre usuário e profissional.

Por se tratar de um público específico, como as gestantes, em um ambiente plural, como aquele longo corredor de espera dos ambulatórios do hospital, pensou-se em uma estratégia para reunir estas gestantes, contudo seria possível em uma sala de espera, pois as gestantes ficariam dispersas, e não se sentiriam à vontade para expor suas dúvidas. Então, seria preciso fazer com que as gestantes se reunissem sem que fosse necessário um ponto de encontro e sem depender da disponibilidade de uma sala do hospital. E ainda que os assuntos abordados fossem trazidos pela equipe, havia dificuldades comuns entre as gestantes, logo seria interessante elas dialogarem.

Depois de estudar as diversas possibilidades concluiu-se que uma solução viável seria a criação de um grupo no site de rede social Facebook ou no comunicador WhatsApp. Diante da crescente utilização dos smartphones no dia a dia, bem como a dinamicidade empregada na ferramenta foi escolhido o WhatsApp. Assim, propôs-se a criação de

um grupo de gestantes, através da utilização de uma ferramenta de envio de mensagens instantâneas online, o WhatsApp. Esse grupo tinha como finalidade criar um espaço de esclarecimento de dúvidas sobre direitos sociais e de cidadania, bem como fortalecer a autonomia da gestante.

A primeira etapa consistiu em coletar dados e o número de telefone de cada usuária, bem como solicitar sua autorização para inclui-las em um grupo. Estabeleceu-se que seria consultado o prontuário com certa regularidade para evitar que intercorrências ocorressem (como abortos) sem o conhecimento do Serviço Social, com vistas a não expor a usuária bem como as demais do grupo.

Cadastrou-se 35 usuárias no grupo, com elas foi pactuado o que seria tema pertinente no ambiente virtual. Nesse sentido, elaborou-se um cronograma de ações, conforme solicitado no modelo do Projeto de Intervenção, para servir de guia ao grupo de gestantes. O cronograma iniciava, então, com as regras de boa convivência, já no primeiro dia da criação do grupo houve uma apresentação formal por parte da coordenadora, apesar de já ter sido apresentada quando do contato com as 35 gestantes. Em seguida e solicitou-se que aquelas que se sentissem à vontade em se apresentar ao grupo que poderiam fazer o mesmo. Algumas se apresentaram, falando apenas nome e idade, outras já trouxeram a idade gestacional e o sexo do bebê.

De início houve uma pequena interação entre as participantes no grupo, portanto, tentando incentivar a interação, fez-se algumas perguntas pontuais de maneira mais abrangente na primeira semana, como: "Me fale de que cidade você é?", "Qual o nome do seu bebê?", "Quem já é mãe levanta a mão!". As respostas realizadas fomentaram uma interação entre as usuárias. Percebeu-se que a definição do nome foi o tema mais dialogado.

A partir da segunda semana o proposto era realizar enquetes nas quartas-feiras para definição dos temas que, por sua vez, seriam realizados em postagens nas sextas-feiras. A organização ocorreu conforme o quadro a seguir:

Semana	Temática Escolhida
2	Planejamento Familiar e Laqueadura pelo SUS
3	Direitos da Gestante
4	Bolsa Família
5	O parto no Centro Obstétrico (CO) do Hospital Universitário

Como atividade de conclusão do grupo, ficou agendada uma visita ao Centro Obstétrico, para que as usuárias tivessem conhecimento do espaço físico, equipe, alojamentos, procedimentos em geral. Como estratégia agendou-se a visita nos dias em que as gestantes viessem ao atendimento pré-natal. Como elas vêm de forma espaçada, o grupo seria pequeno por vez e evitaria mais deslocamentos que o necessário.

Naquela ocasião o município teve fechamento da maternidade do Hospital de referência para os partos de baixo risco na cidade, tendo como justificativa a falta de médico pediatra e de medicamentos utilizados na indução do parto. Ainda conforme nota publicada no site do hospital, o ocorrido acarretou a superlotação do CO do Hospital Universitário, que conta com 10 leitos para atendimento às gestantes e chegou a atender 24 gestantes e a 8 recém-nascidos. Para amenizar a superlotação a Administração do hospital suspendeu as visitas e a permanência de acompanhantes no C.O., na tentativa de conseguir dar mais espaço as pacientes em atendimento.

Respeitando a situação vivida pelo hospital naquele momento, decidiu-se suspender as visitas ao C.O. programadas no cronograma. As gestantes foram devidamente informadas da situação e, por conseguinte, decidiu-se trabalhar outros temas interessantes que elas escolheram. Foram disponibilizados vídeos e imagens do C.O., bem como informações sobre o parto e o puerpério. Também se abordou o tema do Planejamento Familiar, como desfecho após o nascimento do bebê.

Como atividade de encerramento da experiência foi solicitado que as gestantes pudessem avaliar sua experiência no grupo. As mani-

festações foram no sentido de agradecimento pela criação do grupo, necessidade de continuação deste grupo com a inserção permanente de novas gestantes. Avaliaram também que as temáticas abordadas foram importantes para a vida das gestantes, as quais sentiram-se aptas a replicar seus conhecimentos com amigas, familiares e vizinhas. Além disso, a avaliação em relação ao grupo demonstrou que este formato possibilita participação mais efetiva das gestantes, e, ainda, não se deve esquecer que algumas usuárias eram de municípios do entorno.

4. Considerações Finais

Este projeto teve como objetivo proporcionar às gestantes atendidas pelo AGAR do Hospital Universitário um espaço de esclarecimento de dúvidas sobre os direitos sociais e de cidadania, oportunizando o fortalecimento da sua autonomia, através de um grupo no WhatsApp. Outro objetivo foi o de analisar como o aplicativo de mensagens instantâneas, enquanto ferramenta de esclarecimento de dúvidas, funcionaria, verificando como poderiam ser sanadas pelo assistente social, assim visando contribuir para o estímulo de alternativas e estratégias de intervenção que possibilitem efetividade e qualidade no atendimento às demandas das gestantes.

A partir disso pode-se concluir que o estudo é de grande valia como complementariedade ao exercício da profissão em suas diversas áreas de atuação, não só na área da saúde, mas em outras áreas, pois a utilização da tecnologia se faz permeada em diferentes níveis na vida dos sujeitos. Na tentativa inclusiva, o aplicativo tornou-se efetivo porque é gratuito e pode ser instalado em smartphones e, a partir de uma conexão com a internet, pode ser trocado informações pertinentes ao grupo envolvido. Outro pronto que pode ser somado nesta discussão é que a partir da interface amigável do dispositivo as gestantes, em diferentes níveis educacionais, poderiam colaboradoras seja através do envio de mensagens de textos, áudios, vídeos ou até mesmo o compartilhamento de imagens. As diferentes competências técnicas

de operação do *WhatsApp* pelas usuárias não as privavam de pertencer ao grupo, sendo assim, a ferramenta facilitava o diálogo e troca de informações entre si e a intervenção do assistente social. Vale ressaltar que a prática do Assistente Social necessita do atendimento face a face, como no caso da entrevista, da visita domiciliar, e dos grupos. Por isso, a opção da criação de um grupo online, através do WhatsApp, não substitui a versão dos atendimentos presenciais, todavia serve como opção para diálogos rápidos, pontuais, de disseminação de informações atingindo mais de um usuário.

Mediante esta experiência, ainda que por curto espaço de tempo, fica como sugestão a utilização do WhatsApp na prática do Assistente Social, como mais um dispositivo para mediar a intervenção, podendo se utilizar deste meio não só para o estreitamento de vínculo com o usuário, mas também para desburocratizar serviços em rede.

5. Referências

BRASIL – Lei nº 11.634, de 27 de Dezembro de 2007. Disponível em: Acessado em: 11 de julho de 2019.

BRASIL – Lei nº 7.508, de 28 de Junho de 2011. Disponível em: Acessado em: 25 de junho de 2019. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). — Brasília,

BRASIL – Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990. Disponível em: Acessado em: 01 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 82 p.: il. Disponível em: Acesso em: 25 de junho de 2019.

CARVALHO, M. H. **O Serviço Social como trabalho: Afirmação que**

ainda provoca debates no interior da profissão. Disponível em: Acessado em: 25 de junho de 2019.

CFP/CEFESS, 2007. 52 p. MINISTÉRIO DA SAÚDE – Portaria nº 1.459, de 24 de Junho de 2011. Disponível em: Acesso em: 25 de junho de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – Código de Ética do/a Assistente Social. Disponível em: Acessado em: 04 de julho de 2019. CAMPOS, G. W. S. **Reforma política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão?**. 2007. Disponível em: Acessado em: 04 de julho de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, 2010. Disponível em: Acessado em: 04 de junho de 2019.

DIÁRIO DE SANTA MARIA – Para amenizar superlotação visitas no Centro Obstétrico do Husm estão suspensas. Site: Acessado em: 11 de julho de 2019.

GOVERNO DO BRASIL – Conheça os direitos da mulher gestantes no Brasil. Site: Acessado em: 11 de julho de 2019. CARTÃO SUS – Cirurgia de Laqueadura pelo SUS 2019: O que é, Quem pode fazer! Site: Acessado em: 11 de julho de 2019. 43

MARTINS, S. T. F. M.; SILVA, L. F. **Linguagem e pensamento: a perspectiva marxista.** In: COELHO, J.G.; VICENTE, M.M. (Org.). Pensamento e Linguagem: Subjetividade, Comunicação e Arte. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 39 – 58.

MENDES, E.V. **As redes de atenção à saúde.** / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/r e d e s _ d e _ a t e ncao_saude.pdf Acesso em: 25 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA – Bolsa Família. Site: Acessado em: 11 de julho de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – Cadernos de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. 2010. Disponível em: Acessado em: 11 de julho de 2019. BRASIL – Lei nº 8.662, de 07 de Junho de 1993. Disponível em: Acessado em: 25 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de Setembro de 2017. Disponível em: 44 Acessado em: 04 de julho de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – Portaria Nº 1.459, de 24 de Junho de 2011. Disponível em: Acessado em: 04 de junho de 2019. MINISTÉRIO DA SAÚDE – Cartilha Conheça a Rede Cegonha, 2011. Disponível em: Acessado em: 04 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – Princípios do SUS. Site: Acessado em: 1 de julho de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona. Site: Acessado em: 1 de julho de 2019. EBSERH – Nota Oficial: Superlotação no Centro Obstétrico. Site: Acessado em: 11 de julho de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual Técnico: Gestação de Alto Risco. Disponível em:. Acessado em: 27 de junho de 2019. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2011). Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde

NASCIMENTO, R.R.P; et al. **Escolha do tipo de parto: fatores relatados por puérperas.** Rev Gaúcha Enferm. 2015;36(esp):119-26.

PROGRAMA VIDA NOVA. Cartilha da gestante. Disponível em:. Acessado em: 28 de novembro de 2017. LEITE et al. Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 1, p. 115-124, jan./mar. 2014. Acesso em: 21/05/2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1413- 7372217650011

PROGRAMA VIVA VIDA. Atenção à saúde da gestante. Disponível em:. Acessado em: 01 de dezembro de 2017.

REIS, D. O.; ARAÚJO, E. C.; CECÍLIO, L. C. O. **Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde.** Disponível em: Acessado em:25 de junho de 2019.

Capítulo 3 - As Potencialidades do CRAS na Articulação da Rede no Território: reflexões a partir da experiência de estágio

Adriele Marlene Manjabosco
Caroline Goerck

Resumo: Como reflexão teórico-prática, a partir do projeto de intervenção realizado no CRAS Leste, busca-se discutir as potencialidades do CRAS na articulação da rede no território. Compreende-se o trabalho em rede e territorialidade como eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas sendo, rede e território, conceitos polissêmicos, há a necessidade de abordá-los numa perspectiva crítica. Realizou-se através de visitas institucionais a articulação com serviços de saúde, educação e assistência social, situadas no território de abrangência do CRAS. As visitas evidenciaram o papel estratégico do CRAS na articulação da rede de serviços e políticas no território de abrangência, assim como diversos obstáculos para a articulação da rede local.

Palavras-chave: Território. Trabalho em rede. Assistência Social.

Introdução

A atividade profissional dispõe de uma dimensão transformadora e, por vezes, traz experiências novas que ampliam os horizontes teóricos e propiciam o enriquecimento dinâmico da teoria. A práxis, a prática crítica, ou ainda o constante movimento de ação-reflexão é primordial na construção de conhecimento crítico e propositivo no Serviço Social. Nesse sentido, a elaboração do Trabalho de Conclusão de

Curso, vinculada à experiência de estágio, potencializa a reflexão teórica voltada para as questões que perpassam o cotidiano profissional na contemporaneidade.

O projeto de intervenção desenvolvido no CRAS-Leste, situado no Bairro Camobi, no município de Santa Maria, foi resultado das análises e das reflexões acerca da realidade vivenciada no decorrer do estágio, bem como da percepção sobre demandas e das potencialidades no espaço sócio-ocupacional. Foi elaborado em contexto de reorganização, com a mudança de localização do CRAS, no modelo de gestão e equipe profissional. O projeto objetivou centralmente contribuir com a inserção do CRAS no território através da articulação da rede de serviços locais. Com base nesse objetivo, buscou-se: a) fortalecer o trabalho em rede através da articulação com serviços e instituições (escolas, unidades de saúde e entidades socioassistenciais); b) identificar as principais manifestações da questão social latentes no território de abrangência do CRAS e como elas se constituem em demandas por direitos, a fim de embasar o processo de reorganização dos serviços e ações; c) contribuir com o acesso dos usuários aos direitos sociais através da divulgação dos serviços socioassistenciais.

A realização desse projeto consistiu centralmente em visitas em instituições localizadas nas proximidades do CRAS-Leste. Inicialmente, as demandas foram mapeadas, assim como respectivos profissionais de referência, através do diálogo com as trabalhadoras do CRAS, da busca na *internet* e de contato telefônico. Posteriormente, foram selecionadas instituições prioritárias para realização das visitas, com foco nas instituições educacionais, unidades de saúde e integrantes da rede socioassistencial. Nesse primeiro momento, também foi elaborado um material contemplando os seguintes eixos: o que é o CRAS, objetivos, ações e serviços, território de abrangência, funcionamento da rede de proteção social e o que não compete ao CRAS. O material continha informações sobre o horário de funcionamento do CRAS Leste e sua localização. Já em um segundo momento, foram realizadas as visitas institucionais em cinco escolas, duas unidades básicas de saú-

de e uma entidade socioassistencial. Durante as visitas foi utilizado, como instrumento orientador, um formulário que pontuava os principais aspectos a serem considerados, em suma, a troca de informações entre as instituições - serviços e ações, caracterização dos usuários, realidade vivenciada pelos profissionais, principais demandas e expressões da questão social - além de discutir as possibilidades na articulação da rede. O método que norteou o processo de reflexão e análise é o método dialético crítico e as suas categorias: historicidade, totalidade e contradição.

Compreende-se que mediante um processo de reestruturação, o levantamento da realidade do território, o mapeamento e a articulação da rede, é pré-requisito basilar para orientar a organização dos serviços e dos projetos a serem desenvolvidos no CRAS. Além disso, como equipamentos públicos, inseridos nos territórios considerados de vulnerabilidade social, responsáveis pela proteção social básica e sendo porta de entrada dos usuários para o acesso aos direitos sociais e demais políticas públicas, os CRAS podem cumprir um papel protagonista no fortalecimento e na articulação da rede, especialmente no território de abrangência. Destaca-se que a articulação da rede através do CRAS é fundamental para confrontar a lógica paliativa e focalizada da assistência social e buscar o fortalecimento do SUAS, pois contribui para que a comunidade conheça a política de assistência social e se aproprie da mesma como um direito.

O Brasil vivencia, especialmente a partir de 2016, uma ofensiva neoliberal e conservadora, com políticas de ajuste e retração de investimentos públicos e a consequente corrosão dos direitos e políticas sociais. O cotidiano de trabalho dos assistentes sociais é impactado por um contexto em que direitos são retirados, políticas, programas, projetos e benefícios são reduzidos e os processos de trabalho, seja na esfera privada, seja na esfera pública, tornam-se mais precários, enquanto os índices de pobreza, fome e desemprego também se ampliam, aumentando consequentemente as demandas do Serviço Social. Portanto, fortalecer a dimensão proativa e preventiva na proteção so-

cial básica, através da articulação da rede é um desafio e uma necessidade do tempo presente, inclusive na contraposição às alternativas que visam fortalecer a focalização, a fragmentação e o caráter paliativo e emergencial das políticas públicas e sociais.

1. O Serviço Social no CRAS e o Trabalho em Rede no Território

Incluída no campo da seguridade social, a partir da constituição de 1988, a assistência social é uma política de proteção social não contributiva, portanto, lhe cabe prover ações preventivas e protetivas em face de vulnerabilidade, riscos e danos sociais. Nessa perspectiva, o SUAS, constitui uma rede socioassistencial que dispõe de benefícios, serviços, programas e projetos. Nessa rede, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), como a porta de entrada dos serviços socioassistenciais, dispõe de um papel estratégico para efetividade da proteção social básica. Conforme o Portal do Ministério de Desenvolvimento Social, o CRAS é:

> CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009)[1].

O CRAS, sendo responsável pela proteção social básica, cujo caráter é fundamentalmente preventivo, possui um papel de referência para o desenvolvimento de todos os serviços de proteção social básica do SUAS no seu território de abrangência. Conforme orientações técnicas do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (2009), a gestão territorial da Proteção Social Básica é realizada através da arti-

[1] Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/cras-centros-de-referencia-da-assistencia-social>. Acesso em: 22 out. 2017

culação da rede socioassistencial, a articulação intersetorial visando o diálogo da política de assistência social com demais políticas públicas e a partir da busca ativa, essencial para o planejamento e para desenvolvimento de ações preventivas. Destaca-se, portanto, duas dimensões importantes que perpassam a proteção social básica na política de assistência social: a territorialização e a articulação da rede.

A categoria territorialização e sua utilização como um dos eixos centrais na política de Assistência Social no Brasil emergiu a partir dos debates travados no decorrer do processo constituinte de 1988. Ainda que este debate seja bastante recente na assistência social, a noção de "espaço" se faz presente em toda a sua trajetória. É possível afirmar que toda a política pública sempre apresentou impacto territorial, ainda que suas ações fossem projetadas espacialmente (PEREIRA, 2010). No entanto, a territorialização visando à universalização[2] e à consagração de direitos de cidadania, como consta nos princípios[3] e diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993) e na PNAS, confronta-se com a noção espaço que esteve fundamentalmente atrelada ao controle e tutela das famílias e comunidades.

Sendo esse um conceito polissêmico e em disputa, aponta-se para uma abordagem crítica e dialética da territorialização. Nessa perspectiva, destaca-se a importância de compreender o território como expressão das desigualdades sociais que demanda a articulação com outras categorias explicativas da realidade, como a de segregação socioespacial, por exemplo. Cabe também percebê-lo como lócus de construção de resistências, lutas e para o acesso e garantia de diretos.

Milton Santos (1996) explicita que, sendo território determinado pelas diferentes funções e usos espaciais, não é possível entendê-lo

[2] Destaca-se que "a universalidade da proteção social mostra se como confronto com as regras do capital, da acumulação, pois confere significado de igualdade em uma sociedade que, pelas regras do mercado, é fundada na desigualdade" (SPOSAT, 2013, p.661).

[3] Princípio de "acessibilidade, da garantia de universalidade, da supremacia do atendimento às necessidades sobre exigências de rentabilidade econômica e de democratização" (LOAS, 1993, artigo 4).

ignorando as relações políticas e econômicas que se estabelecem no modelo capitalista de produção. Nesse sentido, Harvey (1980) utiliza a concepção de segregação colocando que esta deve ser interpretada em termos de reprodução das relações sociais dentro da sociedade capitalista, ou seja, a territorialidade está diretamente ligada ao processo de acumulação e concentração de capital que acentua desigualdades, criando e recriando a segregação socioespacial. Para além da separação entre grupos sociais, a segregação socioespacial significa também a desigualdade no acesso a recursos e serviços (empregos, políticas sociais, infra-estrutura urbana etc.). O Brasil é reflexo das particularidades da formação sócio-histórica, incluindo a escravidão, a estrutura fundiária de terra e os processos de modernização conservadora. Expressa tanto de um produto histórico quanto de uma realidade atual da apropriação do espaço urbano pelo capital.

Nessa perspectiva, compreender a dimensão histórica da segregação social e a relação da realidade dos territórios com a totalidade do sistema capitalista é fundamental para que o Serviço Social possa trabalhar de forma crítica a perspectiva da territorialidade[4], ao contrário, corre-se o risco de perpetuar a noção de ajustamento e tutela, reforçando as desigualdades e a estigmatização dos sujeitos a partir do espaço. Trata-se de reconhecer as particularidades locais sem negar as questões universais, de pensar política pública considerando a história, a cultura e as relações de quem vive nesse território.

O território, sendo espaço político por excelência, é campo de ação e de poder onde tecem as "relações sociais", em que se organizam e se engrenam as lutas sociais. Ao mesmo tempo, em que os territórios expressam desigualdades, neles também os sujeitos constroem estratégias de resistência, criam associações, cooperativas, movimentos sociais, ocupações, lutas e reivindicações por direitos. É, portanto, também lócus onde o acesso aos equipamentos públicos e aos direitos so-

[4] Trata-se de "reconhecer os condicionamentos de múltiplos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, nos diversos territórios, que levam segmentos sociais e famílias a situações de vulnerabilidade e risco social" (COUTO et al., 2010b, p. 50).

ciais pode ser possibilitado ou violado.

Considerando esses fatores, o trabalho dos Assistentes Sociais na perspectiva da territorialização da assistência social pode contribuir com a efetivação da proteção social básica e sua dimensão protetiva e proativa, incidindo no combate às desigualdades socioespaciais, fortalecendo as expressões de luta e resistência e buscando garantia no acesso aos direitos. Todavia, não se trata de um trabalho isolado, mas pressupõe articulação e atuação conjunta, envolvendo demais políticas e serviços como educação, saúde, previdência, ou seja, envolve a articulação do que vem sendo denominado de rede.

A palavra rede tem origem no latim: *retis*, cujo significado é o entrelaçamento de fios com aberturas regulares, capazes de formar uma espécie de tecido (NEVES, 2009). A partir desse significado, construiu-se a ideia de rede como conexão, já que ela não pode desamarrar, mas sim, manter-se articulada para que cumpra seu objetivo. Compreende-se a rede na sua materialidade e não como algo abstrato ou que somente se estrutura através da linguagem. É possível afirmar que rede existe porque existem sujeitos e estruturas sociais que precisam se conectar para trocar informações de relevância e/ou executar uma determinada ação conjunta. Essa articulação ocorre com base em necessidades concretas.

Assim como a concepção de territorialização a perspectiva do trabalho em rede é bastante ambígua e polissêmica, também deve ser compreendida nas contradições do modo de produção capitalista. Numa concepção crítica pode expressar uma contraposição ao mesmo, uma vez que implica em relações mais horizontais, vínculos e articulações para uma finalidade comum, troca de saberes e integralidade. Isso, porque o trabalho é central na dinâmica que organiza a vida em sociedade, a qual pressupõe fundamentalmente a interação, mas o que impera na lógica de produção e reprodução do sistema capitalista são relações de trabalho hierárquicas e fragmentadas, nas quais o trabalho é coletivo, mas os sujeitos são alienados não só do produto, mas também do processo de trabalho.

Todavia, sendo polissêmico, o trabalho em rede, pode ser apropriado e orientado para convergir com os interesses do capitalismo. Pereira e Teixeira (2013) pontuam que a disseminação do trabalho em rede na atualidade está relacionada com a reestruturação produtiva do capitalismo e seus múltiplos fatores, cujos reflexos incidem diretamente na forma de gerir as políticas públicas. Dentre os fatores destacam à flexibilização, à descentralização, a interdependência dos setores, o avanço das ideias neoliberais e da emergência do chamado terceiro setor. Evidencia-se o "alargamento" da esfera pública, com a interação do poder público com diversos segmentos da sociedade na implementação das políticas, nas quais cabe ao Estado, a normatização e a regulação dessas ações. Do ponto de vista neoliberal as redes têm valor estratégico, sobretudo porque seu modelo de organização facilita "o compartilhamento de recursos, práticas e saberes entre as instituições, de maneira a maximizar a efetividade de suas ações e alcançar a eficácia e a eficiência das ações" (PEREIRA; TEIXEIRA, 2014, p. 119).

No entanto, no Brasil, a partir da constituição de 1988, a proposta da descentralização dos serviços e políticas representou uma demanda legítima da população pelo atendimento às suas necessidades básicas e a possibilidade, ainda que bastante restrita, de participação social. Assim, a concepção de rede também está atrelada a institucionalização da participação da sociedade civil e a garantia da articulação dos diferentes setores para a efetivação dos direitos sociais. Tal concepção pode compreender a intersetorialidade das políticas públicas, no sentido de romper com a histórica lógica da fragmentação. Conforme Pereira (2014), o prefixo "inter" que nomeia tanto a interdisciplinaridade quanto a intersetorialidade, remete à relação dialética, não significando um amontoado de partes, "mas em um todo unido, no qual as partes que o constituem ligam-se organicamente, dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente" (PEREIRA, 2014 p. 33). Trata-se, portanto, de uma relação em que nenhuma das partes ganha sentido e consistência isolada ou separada das demais e das suas circunstâncias.

Considerando que a proposta de rede pressupõe uma relação menos hierarquizada e mais horizontalizada na gestão dos serviços públicos, esse conceito facilita que a política de Assistência Social chegue à população como direito. Nesse sentido, no campo da gestão pública, o trabalho em rede pode constituir um avanço, uma vez que implica na articulação entre as diversas políticas públicas, serviços e programas sociais com vias a integralidade do atendimento à população (BOURGUIGNON, 2001).

O CRAS é uma das instituições com grande potencial na articulação e fortalecimento da rede de serviços e políticas, pois encontra-se inserido em um determinando território de abrangência, sendo também, a porta de entrada dos sujeitos para o acesso aos demais serviços. A principal exigência do trabalho em rede no CRAS está na articulação da chamada rede socioassistencial. Trata-se de "um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social" (BRASIL, 2005, p. 19). Destaca-se ainda que, conforme a NOB SUAS:

> A rede socioassistencial, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política, o que supõe constituir ou redirecionar essa rede, na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar (BRASIL, 2005, p. 18).

Além da rede socioassistencial, a Norma Operacional Básica do SUAS (2005), deixa explícito a necessidade do trabalho em rede com os demais serviços, pois coloca que a proteção social básica deve garantir a articulação com base na intersetorialidade e interinstitucionalidade: a) com os demais sistemas de defesa de direitos humanos, em específico com aqueles de defesa de direitos de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, negros e outras minorias; b) entre o SUAS e o Sistema Único de Saúde (SUS), através da rede de serviços

complementares para desenvolver ações de acolhida, cuidados e proteções como parte da política de proteção às vítimas de danos, drogadição, violência familiar e sexual, deficiência, fragilidades pessoais e problemas de saúde mental; c) entre o SUAS e o Sistema Nacional de Previdência Social gerando os vínculos entre sistemas contributivos e não contributivos; d) com o Sistema Nacional e Estadual de Justiça para garantir proteção especial a crianças e adolescentes em abandono, com deficiência; sob decisão judicial de abrigamento e aplicação de medidas socioeducativas; e) entre o SUAS e o Sistema Educacional por intermédio de serviços complementares e ações integradas para o desenvolvimento da autonomia do sujeito por meio de garantia e ampliação de escolaridade e formação para o trabalho (BRASIL, 2005).

No entanto, para que o trabalho na proteção social básica seja efetivo, não depende unicamente de os profissionais seguirem tais diretrizes normativas. Somente é possível se houver: "complementaridade – intencionada e concretizada – nas intervenções de cada política social e desta com as demais políticas sociais, através dos serviços prestados, o que demanda planejamento e ações em parceria" (PEIFER, 2009, p. 11).

A rede faz parte do processo de trabalho do Serviço Social no CRAS e está diretamente articulada com a finalidade e a intencionalidade na garantia do acesso dos sujeitos aos direitos sociais. Uma visão crítica do trabalho em rede presume a compreensão de que os assistentes sociais participam de processos de trabalho (IAMAMOTO, 2010) que são coletivos, uma vez que envolvem outros setores e saberes. Turck (1999), acerca da práxis interdisciplinar, compreende o trabalho em rede como:

> Síntese de experiência e conhecimento profissional dos atores sociais em uma ação conjunta e participativa, objetivando a construção de umas práxis interdisciplinares no atendimento a situações individuais e ou coletivas que emergem em determinado contexto social (TURCK, 1999, p. 3).

Para a autora, a base da busca de metodologia para a construção da rede interna são as expressões da questão social, produtos das desigualdades sociais e objeto de intervenção do Serviço Social (TURCK, 1999). Por esse ângulo, o trabalho em rede nos Centros de Referência de Assistência Social suscita o enfrentamento de obstáculos estruturais que permeiam tanto o histórico da assistência social como da própria profissão. Entre os quais destacam-se: a) as estruturas hierárquicas e as desigualdades de poder que estruturam as instituições e as posições ocupadas pelos profissionais que nelas atuam; b) a lógica internalizada da competitividade e do individualismo; c) a cultura do patrimonialismo, da tutela e do favor que concebe a esfera pública como espaço de interesses individuais e não coletivos; d) a precariedade dos serviços públicos e consequentemente a precarização das condições de trabalho dos profissionais que neles atuam.

Em suma, o trabalho em rede deve estar em consonância com o projeto ético-político e o código de ética da profissão. Assim, acionar e articular não significam esquiva-se da demanda ou descomprometer-se, mas prezar pela qualidade no atendimento aos usuários e visando a garantia no acesso aos direitos. Nos CRAS, para que isso seja possível, é fundamental conhecer a realidade do território, das instituições, dos serviços prestados, das políticas e projetos que são desenvolvidos.

2. O Campo de Estágio e a Construção do Projeto de Intervenção

Santa Maria é considerada, nos parâmetros do SUAS, uma cidade de grande porte, possuindo uma população de 261.031 mil habitantes, sendo cerca de 5% rural e 95% urbana. Conforme o portal SUAS Visor[5], 4.613 pessoas vivem em situação de pobreza extrema,

[5] O SUAS Visor contém inúmeras ferramentas de busca a partir do município selecionado: Boletins de Informação, Painel de Monitoramento e Mapa de Oportunidades e Serviços (MOPS). Possui dados sobre os CRAS, CREAS e Centros POP, além de informações do contexto socioeconômico em que operam. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/catalogo/index.php>. Acesso em: 19 jun. 2017.

22.444 estão cadastradas no Cadastro Único, 7,075 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e 4.692 recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (dados de maio de 2017). Outros aspectos também podem ser destacados, como as elevadas taxas de desemprego, o déficit habitacional, e a existência de áreas com falta de estrutura urbana e saneamento básico. Importante ressaltar ainda as expressões de resistência dos sujeitos frente a esta realidade, tais como as experiências de cooperativas de catadores e ocupações urbanas.

Em 2017, Santa Maria possuía três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados nas regiões Leste, Oeste e Norte e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A implementação do SUAS no município ocorreu através do estabelecimento de convênios com entidades da sociedade civil, as chamadas organizações de assistência social[6]. Inicialmente, com participação de entidades filantrópicas, e, posteriormente, a partir de 2015, através de convênio com o Instituto Ideias, realizado via chamamento público. Destaca-se que esta situação foi rompida no início do ano de 2017, quando a prefeitura municipal assumiu integralmente os serviços.

A terceirização é caracterizada pela precariedade dos serviços, baixos salários, instabilidade e intensa rotatividade dos profissionais, além de rebater no trabalho dos assistentes sociais, afeta diretamente a população usuária da política de assistência social, pois implica em descontinuidades, rompimento de vínculos e descrédito com as ações públicas (RAICHELIS, 2010). Em Santa Maria, a terceirização dos CRAS envolveu diversas denúncias de irregularidades nos serviços prestados. As discussões do Fórum dos Trabalhadores do SUAS da Região Centro FORT – SUAS[7] apontaram a falta de evidências do reconhe-

[6] Conforme a Loas, as entidades e organizações de assistência social são aquelas que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos (BRASIL, 1993).

[7] O Fórum Regional de Trabalhadores/as do SUAS da Região Centro do Rio Grande do Sul, fundado em junho de 2016, tem por finalidade fomentar o debate e a articulação e representar o coletivo de trabalhadores do SUAS do estado nas diferentes instâncias de discussão, de deliberação, de pactuação, de controle e de gestão do SUAS.

cimento do Instituto como entidade de assistência social, uma vez que o mesmo não possuía registro no– Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS). Estima-se que este histórico impactou diretamente na realidade dos CRAS, cuja expressão é o baixo Índice de Desenvolvimento do SUAS[8] em 2017, sendo o Indicador de Desenvolvimento do Centro de Referência de Assistência Social (IDCRAS) Médio 0,61 e o Instituto de Desenvolvimento Global (IDG) 0,68.

No início de 2017, com o término do convênio, a Prefeitura Municipal assumiu a responsabilidade pela gestão e execução dos serviços de proteção social básica e especial. No entanto, seis meses após o término do contrato, não havia realizado concurso público ou contratação de novos profissionais[9]. Portanto, os CRAS não contavam com equipes de referência[10], estando em situação de irregularidade em relação à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB RH). De acordo com os princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, compete a cada nível de gestão contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços

[8] Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS visa avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Trata-se de um índice que varia de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de 1 estiver o índice, melhor é o desempenho da gestão e maior poderá ser o valor do apoio financeiro repassado. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/11272015105211capacitasuas.recife.23.a.27.02.2015.download.1.pdf.> Acesso em: 18 jun. 2017.

[9] Esse contexto somente será alterado em abril de 2018, quando a prefeitura chama psicólogos e assistentes sociais aprovados em concurso público realizado em outubro de 2017.

[10] Conforme a NOB SUAS, equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários.

socioassistenciais[11]. Assim, o fim da terceirização representou um avanço, mas que só foi materializado quando o poder público cumpriu com a sua responsabilidade de recompor as equipes, o que só ocorre no início de 2018.

O projeto em questão foi desenvolvido no primeiro semestre de 2017, quando o CRAS Leste contava com apenas uma profissional de nível superior, sendo esta Assistente Social e uma técnica de nível médio. O único programa que vinha sendo executado é Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), pois pela ausência de equipe o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) não estava sendo operacionalizado no município. Além disso, fazia pouquíssimo tempo, final de 2016, que CRAS Leste havia mudado sua localização da Vila Maringá para o Bairro Camobi. Esta alteração geográfica dificultou o acesso de um contingente de usuários, mas tornou o CRAS mais próximo a outros, assim como das diversas instituições situadas no Bairro Camobi, como o Conselho Tutelar Leste, a assistência estudantil da UFSM, o Hospital Universitário, escolas, unidade de saúde e entidades socioassistenciais como o Recanto do Sol e o Lar Acalanto. Essa proximidade pode contribuir para o fortalecimento da articulação do trabalho em rede e a realização de ações de proteção social básica conjuntamente com outros serviços.

A intenção inicial era visitar as principais instituições no território de abrangência do CRAS-Leste, mas devido ao curto período de tempo e a falta de infraestrutura para tal, foi necessário selecionar e priorizar as visitas considerando a proximidade, a logística, bem como as principais demandas do CRAS. Assim, foi possível visitar cinco escolas, sendo quatro delas municipais (a) (b), (c) e (d) e uma estadual (e), duas unidades de saúde (a) e (b) e uma instituição socioassistencial. As escolas visitadas são públicas e ofertam educação infantil e ensino fundamental, algumas também possuem Educação de Jovens e Adul-

[11] Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-RH.pdf > Acesso em: 18 mai. 2017.

tos (EJA), no turno da noite. Durante as visitas realizou-se contato com coordenadores, diretores, vice-diretores, educadora especial e na escola (e) foi possível dialogar com a maioria dos profissionais que se estavam reunidos. Foram visitados dois Serviços de Saúde sendo (a) uma Estratégia da Saúde da Família (ESF) e (b) um Posto de Saúde misto com Unidade Básica de Saúde (UBS) e equipe ESF. Estes, ofertam atenção básica, atendimento médico, odontológico, ginecológico, agentes comunitários de saúde e grupo de idosas. A Instituição Socioassistencial é de cunho filantrópico e religioso e desenvolve atividades no turno inverso ao escolar com crianças de 6 a 12 anos, que possuem renda familiar inferior a ½ salário mínimo por pessoa. Desenvolve também ações de proteção social básica como: orientações, encaminhamentos para a rede e grupos de geração de renda, sendo, portanto, considerada uma instituição socioassistencial.

3. Realidade Vivenciada e as Potencialidades Identificadas para a Articulação da Rede no Território

Os profissionais contatados durante as visitas, em sua ampla maioria, demostraram desconhecer os serviços ofertados pelo CRAS e o papel da proteção social básica, alguns também não tinham conhecimento da localização deste serviço no Bairro Camobi. Nas escolas, por exemplo, a profissional que mais apresentou conhecimento acerca do CRAS foi uma Educadora Especial (c), todavia, esta trabalhou anteriormente na escola de um município vizinho que se situava nas proximidades de um CRAS, então, relatou que costumava realizar encaminhamentos e desenvolver ações conjuntas com a assistente social daquela instituição. Todavia, ainda que a profissional tenha apresentado conhecimento acerca dos serviços ofertados pelo CRAS, ela não possuía informações específicas sobre o CRAS – Leste.

Assim, foi necessário discutir o papel do CRAS, mas também ponderar aquilo que não cabe ao CRAS. Uma das principais questões levantadas pelos profissionais da educação, por exemplo, foi a preocu-

pação com a disciplina e o comportamento dos estudantes, sendo necessário destacar que esta não é uma demanda para a proteção social básica. No entanto, mediante a retomada do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os profissionais das escolas poderiam contribuir com a indicação e o convite para que as crianças e adolescentes participem dos grupos, bem como sugerir temáticas a serem abordadas, considerando que os grupos deverão contemplar oficinas (como futebol e dança) e discussões sobre temas diversos.

Um elemento comum entre os serviços de saúde, as escolas, o CRAS e a instituição socioassistencial visitada é a inserção no território e a territorialização a partir da descentralização dessas políticas sociais.

Foi possível identificar que a territorialização dos serviços se insere no contexto de segregação urbana ou socioespacial, sendo também parte desta desigualdade. Através da observação realizada durante as visitas e do diálogo com os profissionais das escolas, percebeu-se que elas apresentam realidades distintas em consonância com a realidade do território que estão inseridas. As Escolas municipais localizadas em áreas de menor concentração de pobreza, (a) e (b), possuem melhor infraestrutura. As expressões da questão social e, mais especificamente, as situações de riscos e vulnerabilidades sociais, emergiram no relato dos profissionais como questões fundamentalmente particulares de alguns estudantes. Já nas Escolas municipais (c) e (d), localizadas em regiões mais periféricas e pobres do bairro, percebeu-se a maior precariedade na infraestrutura e nas condições de ensino, após o diálogo com os profissionais dessas escolas, foi possível observar que as manifestações da questão social permeiam o cotidiano escolar, uma vez que expressões de violência, fome, pobreza eram tidas como parte do contexto social da comunidade onde a escola está inserida.

Essa realidade demostra que a ocupação do espaço urbano está associada à ausência ou precariedade nos serviços públicos em territórios onde comumente residem sujeitos em situação de pobreza. A privação do acesso aos bens socialmente produzidos ou seu acesso pre-

cário é fruto das desigualdades e, ao mesmo tempo, contribui para perpetua-las. Nisso, a maior parte dos investimentos públicos se concentram em áreas onde residem setores com maior poder aquisitivo e aqueles que chegam nos territórios ocupados por população subalterna, geralmente possuem estrutura bastante precária, o que reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros (NEGRI, 2008). Nesse sentido, a segregação urbana ou socioespacial afeta diretamente a qualidade dos serviços, principalmente aqueles descentralizados nos territórios. A velha e contemporânea lógica de política e serviços "pobres para pobres" ou de que "para pobre qualquer coisa serve".

Foi possível identificar, por exemplo, que diversas instituições visitadas atendem e acompanham, de acordo com as suas especificidades, sujeitos e famílias referenciadas no CRAS Leste. Mesmo que o acesso ao SUS seja universal, no diálogo com os profissionais identificou-se que parcela expressiva dos usuários das unidades de saúde visitadas são sujeitos em situação de pobreza.

Mesmo que distintas, as demandas para a garantia dos direitos sociais na maioria das vezes encontram-se articuladas ou sobrepostas, uma vez que fazem parte de uma mesma realidade social. Destacou-se durante as visitas, a importância da articulação entre o CRAS e as Unidades Básicas de Saúde/ESF, pois são instituições que desenvolvem suas ações na perspectiva da territorialidade e possuem, ou deveriam possuir, cunho protetivo, preventivo e proativo. Um trabalho articulado poderia potencializar as ações desenvolvidas, compreendendo que existem demandas que são específicas, no entanto, a maior parte delas estão interligadas, dizem respeito aos mesmos usuários e incidem sobre uma realidade comum. Na Unidade de Saúde (b), por exemplo, logo após à visita, uma profissional contatou o CRAS a fim de verificar a possibilidade da disponibilização de vale passagem para uma gestante realizar consulta médica, evidenciando assim a efetividade na realização da articulação da rede.

Os profissionais das escolas também manifestaram a importância de realizar encaminhamentos para o CRAS – Leste, assim como refor-

çaram a necessidade da construção de possíveis ações conjuntas, colocando as escolas como espaços de referência na comunidade e, portanto, seu espaço físico à disposição do CRAS para realização de possíveis ações. Já a profissional da instituição socioassistencial demostrou a possibilidade de contribuir com divulgação do CRAS no território e orientar as famílias vinculadas a instituição no acesso aos serviços do CRAS – Leste.

Percebe-se que a perspectiva da territorialização e a descentralização dos serviços e políticas sociais contribui para a articulação da rede, tendo em vista a proximidade entre os serviços e destes com a realidade do território de abrangência. Em síntese, no âmbito da Assistência Social, a territorialização pode ser um instrumento fortalecedor da democratização do acesso aos direitos sociais, por possibilitar a mediação entre as condições concretas vividas pela população e o acesso aos serviços sociais (ANDRADE, 2009).

Uma das estratégias para efetivar a articulação entre os serviços no território são as reuniões de rede. A profissional da unidade de saúde (a) comentou que reuniões desse tipo já foram realizadas na região Leste, mas que acabaram se desarticulando. Ao refletir sobre a fragmentação dos serviços e a dificuldade de efetivar inciativas de articulação nota-se que o funcionamento da rede de serviços não depende unicamente da boa vontade de determinada instituição ou de uma categoria profissional específica. Tão pouco, a falta de articulação das ações desenvolvidas é unicamente consequência da falha de comunicação entre as instituições.

A comunicação é um elemento fundamental e importante para que o trabalho em rede seja orientado e articulado. Um dos pontos cruciais da garantia da comunicação é a ampla divulgação dos serviços e o conhecimento da rede pelo conjunto dos profissionais. No entanto, para além das falhas na comunicação, uma das principais debilidades na articulação da rede decorre da precarização dos serviços e das condições de trabalho dos profissionais. Retoma-se a compreensão de que a rede de políticas públicas não é formada por pontos abstratos e

sim pela articulação de sujeitos e estruturas sociais, que possui uma existência real.

Mais do que um pacto de gestão, para que o trabalho em rede seja viável é fundamental que o conjunto das políticas e serviços estejam estruturados com condições de estrutura física, recursos humanos e instrumentos de trabalho adequados. Uma vez que os serviços se encontram precários, essa articulação tende a ser pontual, inclusive porque a sobrecarga de demanda e a falta de instrumentos de trabalho inviabilizam pensar ações estratégicas e executar ações de longo prazo, o que é fundamental principalmente naqueles serviços que buscam a proteção social e possuem o caráter preventivo e proativo.

A precarização não é uma realidade apenas do CRAS Leste, mas de quase todos os serviços visitados, especialmente que atendem a população em situação de pobreza. Na unidade de saúde (b), uma das principais questões levantadas pelas profissionais foi a sobrecarga de trabalho decorrente da falta de contratação de profissionais para a equipe técnica, bem como a falta de estrutura física adequada e de instrumentos de trabalho. Elas também manifestaram que essa situação de precariedade tem implicado no adoecimento dos profissionais e na dificuldade de desenvolver ações de atenção básica de cunho preventivo.

Diante disso, a experiência da realização das visitas institucionais ao CRAS-Leste revelou os limites na articulação da rede de serviços decorrentes da falta de informação e comunicação, mas principalmente pela precariedade nos serviços públicos. No entanto, buscou-se no decorrer da visita demonstrar que a articulação dos serviços e o trabalho em rede é importante para combater essa precariedade.

Combater, não no sentido neoliberal, no qual a rede é mobilizada a fim de buscar por melhor eficiência mediante parcos recursos. Mas no sentido inverso, o da apropriação do conjunto da sociedade destes equipamentos públicos com vistas à garantia dos direitos sociais e da exigência da qualidade, principalmente daquilo que é público. Então, o que pretendemos explicitar aqui é a importância do conjunto da rede, para além de conhecer a localização do CRAS, dos serviços

ofertados e realizar encaminhamentos para o mesmo, apropria-se coletivamente da realidade deste serviço. Um olhar sobre o trabalho em rede deve compreender fundamentalmente que quando um serviço está precarizado todo o processo de trabalho é comprometido. Nisso, é também papel da saúde, da educação e demais serviços assistenciais assumir a necessidade de pressionar o poder público para a estruturação desse serviço visando a garantia do funcionamento da rede.

Tendo em vista, o trabalho do Serviço Social no CRAS-Leste, o estágio apontou como fundamental para o trabalho em rede: a) a necessidade da reestruturação da equipe de referência do CRAS-Leste; b) a importância do prosseguimento no processo de articulação com as instituições e de divulgação do CRAS-Leste, uma vez que se percebeu o desconhecimento da maior parte das instituições sobre o papel do CRAS e os serviços ofertados; c) a possibilidade de realização de ações sociais de proteção social básica na comunidade, podendo as mesmas serem construídas juntamente com escolas, unidades de saúde e outros serviços; d) o CRAS tem um papel potencial na articulação da rede local, podendo propor a realização de reuniões mensais com os serviços situados na região Leste de Santa Maria. Essa articulação pode contribuir para desenvolver ações estratégicas de proteção social de médio e longo prazo.

4. Considerações Finais

Tendo a responsabilidade pela gestão da proteção social no território, o CRAS pode também ser uma ferramenta importante na articulação da rede local. Nesse sentido, a territorialidade e o trabalho em rede são duas categorias centrais na política de assistência social e que exigem maior reflexão teórico prática, inclusive no sentido de compreender a empregabilidade no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais nos CRAS.

A partir das visitas realizadas foi possível conhecer um pouco mais da realidade do território em que o CRAS está inserido, das instituições, dos serviços prestados, políticas e projetos que são desenvolvi-

dos. Observou-se a segregação socioespacial, com a maior precariedade nos serviços públicos localizados em áreas de mais concentração de pobreza. Esse fator evidencia que, para além da separação entre grupos sociais, a segregação socioespacial significa a desigualdade no acesso à recursos, como políticas sociais e infraestrutura urbana.

Os profissionais contatados demonstraram, de forma geral, compreender a importância do trabalho em rede e da articulação da rede. No entanto, a maioria demostrou desconhecimento acerca do CRAS e o papel da política de assistência social na proteção social básica. Estima-se que isso pode ser reflexo da incipiência do SUAS na sociedade de forma geral, como também do recente funcionamento do CRAS no Bairro Camobi.

Além da necessidade de maior comunicação e divulgação dos serviços, constatou-se que a principal dificuldade para a articulação da rede reside na precarização dos serviços. Todavia, o trabalho em rede e sua articulação é também uma estratégia seja na busca coletiva por melhores condições de trabalho, seja na defesa das políticas e dos direitos sociais. Nesse sentido, o trabalho em rede assume uma dimensão política, que envolve tanto a defesa dos usuários no acesso aos seus direitos, quanto a defesa da qualidade dos serviços e equipamentos públicos. Percebeu-se a necessidade e a importância do conjunto da rede, não apenas conhecer a localização do CRAS-Leste e os serviços prestados, mas também a realidade do CRAS e as condições de trabalho dos profissionais, pois a precarização de determinada instituição, direta ou indiretamente, incide no trabalho e nas demandas das outras instituições.

A articulação da rede também se mostrou um mecanismo importante para a defesa da assistência social como um direito. Percebeu-se que é recorrente a reprodução de concepções de assistência ligadas ao assistencialismo, à tutela e ao disciplinamento. Em um momento conjuntural de indícios de refilantropização da assistência social, mais do que nunca é necessário divulgar a concepção desta política e direito social.

Apesar das limitações na execução do projeto de intervenção, compreende-se que este contribuiu para a articulação do CRAS com a rede de serviços públicos e socioassistenciais do bairro Camobi. Também foi possível inserir no cotidiano de trabalho a importância do Serviço Social do CRAS-Leste, do trabalho em rede, bem como do papel do CRAS na gestão da proteção social básica no território e na articulação de um conjunto de serviços e políticas sociais.

5. Referências

ANDRADE, Fabricio Fontes. Considerações sobre a perspectiva territorial na política pública de Assistência Social no Brasil. **Urutágua**, Maringá, n. 18, p.127-132, 2009. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/6321/4048> Acesso em: 20 out. 2017.

BOURGUIGNON, J. A. **Concepção de rede intersetorial**. 2001. Disponível em: <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica-NOB SUAS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília,

nov. 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Loas Anotada: **Lei Orgânica de Assistência Social**, 1993. Disponível em:<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-RH.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2017.

_____. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**,

Brasília, 2009. 1. ed. 72 p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

_____. Suas Visor. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/catalogo/index.ph>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Caderno de Orientações sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS**, 2012. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/1 1 2 7 2 0 1 5 1 0 5 2 1 1 capacitasuas.recife.23.a.27.02.2015.download.1.pdf>. Avesso em: 21 de jun. 2017.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. (Org.). **O sistema único de assistência social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010. p. 32-65.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEGRI, S. M. Segregação socioespacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**, v. 8, n. 08, 2010.

NEVES, M. N. Rede de Atendimento Social: Uma ação possível? **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 1, 2009, p. 147-165.

PEIFER, M. Notas acerca das redes de políticas sociais. **1º Simpósio sobre Famílias**: Políticas de Atendimento, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacaosuperior.ufpr.br/artigos_1/ARTIGO-08.pdf>.Acesso em: 10 jun. 2017

PEREIRA, K. Y. L; TEIXEIRA, S. M. **Redes e intersetorialidade nas políticas sociais**: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. Porto Alegre: Textos & Contextos, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013, p. 114-127. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>. Acesso em: jul. 2017.

PEREIRA, P. A. A intersetorialidade das Políticas Sociais na Perspectiva Dialética. In: MONNERAT, Giselle; ALMEIDA, Ney Luís T.; SOUZA, Rosimary G. A. **Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

RAICHELLIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. S**erviço Social & Sociedade**, v.104, p. 750-772, 2010.

SANTOS, M. O retorno do território. In: Santos, Milton; Souza, Maria Adélia; Silveira, Maria Laura (org.). **Território – globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

SPOSATI, A. O. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, 2013.

TURK, M. G. M. G. **Rede interna e Rede Social**: o desafio permanente na teia de relações sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

Capítulo 4 - A Extensão em Serviço Social enquanto Estratégia para Elaboração de Políticas Públicas: o relato de experiência da construção da política do idoso em Itaara-RS.

Thaesa Jesana da Silva Bacellar
Júlia Aparecida Costa Martins Flores
Jean Corrêa dos Santos

Resumo: O Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem como um de seus principais objetivos propiciar o acesso a uma educação de qualidade, através do tripé ensino, pesquisa e extensão. A presença de técnicas assistentes sociais no Departamento de Serviço Social configura-se como estratégia de articulação desse tripé, de forma que os estudantes vivenciem uma formação o mais integral possível. Nesse sentido, as assistentes sociais vinculadas ao Departamento de Serviço Social formularam o Projeto de Extensão "A formação ensino-serviço: uma nova abordagem" que, aliado à vivência prática no campo de estágio e à supervisão acadêmica, tem como propósito somar na preparação dos alunos para o mercado de trabalho, bem como atuar junto às demandas da população do Município de Santa Maria e Região. A articulação com a comunidade ocorreu através de diferentes estratégias, mas, principalmente a partir a parceria com o Município de Itaara – RS, cuja assessoria institucional possibilitou ações junto à comunidade. O projeto tem, então, desenvolvido a implantação da Política de Atenção à Pessoa Idosa do Município de Itaara, através do levantamento de demandas sociais dos usuários e do fomento para criação de um Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa. O Projeto tem desenvolvido também ações que

dizem respeito à oferta de espaços para educação permanente de profissionais e estudantes de Serviço Social, tanto no âmbito da academia, quanto dos Conselhos Municipais de Santa Maria.

Palavras-chave: Serviço Social; Extensão; Políticas Públicas.

Introdução

Com o desenvolvimento da profissão no Brasil, as práticas executadas pelos assistentes sociais foram se alterando e, consequentemente, alinhando a formação dos profissionais de Serviço Social às demandas emergentes da realidade (IAMAMOTO, 2014). Ao se pensar na política de Educação, essas alterações não se excetuam: novos nichos profissionais são formados de acordo com as novas necessidades ao longo do tempo. O profissional de Serviço Social, então, passa a ser requisitado, gradativamente, para atuar no contexto educacional, com atribuições e competências que ultrapassam a relação pedagógica tradicional das instituições de ensino.

Nesse cenário, surge a necessidade de se inserir profissionais assistentes sociais junto aos Cursos de Serviço Social, que, dentre inúmeras atividades que desempenham nesse espaço sócio-ocupacional, destacam-se as que destinam ao estágio, ao atendimento aos estudantes do Curso e, particularmente, à extensão. Assim, a universidade apresenta-se como um espaço estratégico, tanto no que diz respeito à potencialidade da formação dos estudantes em impactar nos rumos da categoria profissional, como também um importante instrumento de educação permanente aos profissionais (BACELLAR, FLORES; 2019).

A extensão universitária é um desafio: como os demais mecanismos da universidade, se constrói através de um processo, de um caminho, no qual os saberes teóricos, advindos das experiências, se interconectam, propiciando o fortalecimento dessa dimensão tão importante ao processo de formação. A pró-reitora de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEUS, 2015) afirma que

fazer extensão é admitir um conhecimento para além do acadêmico; é enfrentar desafios e questões não previstas na agenda formativa. Do mesmo modo, a pró-reitora também aponta para a relevância de inovações curriculares e para a busca de melhorias na formação dos estudantes.

Nessa perspectiva, o projeto de extensão "A formação ensino-serviço: uma nova abordagem" pauta-se no viés de uma educação que dialogue com a sociedade. Nasceu em 2016, sob a égide de ofertar encontros à comunidade acadêmica e à rede de profissionais que atuam na proteção social da cidade e da região, com o objetivo de aproximar os saberes, a fim de que a teoria e a prática profissional se intercruzassem e, de fato, dialogassem. Como foi um projeto previsto inicialmente para três anos, a realidade e as demandas comunitárias redirecionaram seu rumo, o que fez com que a equipe responsável pelo projeto incluísse novas frentes de atuação.

Cabe destacar que o referido projeto pertence ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria e foi proposto pela Técnica Administrativa em Educação (TAE) Assistente Social. A extensão coordenada por TAEs, embora prevista nas atribuições específicas dos cargos, é pouco conhecida e debatida entre a categoria profissional. Assim, os primeiros passos do projeto foram tímidos, mas decisivos para as transformações que se seguiram. Em 2018, o Departamento de Serviço Social da Universidade admitiu, via concurso público, outra TAE Assistente Social, que, assim que tomou posse, logo se somou à coordenação do projeto de extensão.

Dessa forma, em 2018, o projeto, além de ofertar anualmente a Mostra de Estágio e o Fórum de Supervisão de Estágios, ampliou sua atuação para os espaços de controle social. Foi proposta aos estudantes em estágio a participação em assembleias do Conselho Municipal de Assistência Social, como também em reuniões mensais do Núcleo dos Assistentes Sociais da Região Centro do Rio Grande do Sul (NUCRESS - RS), importante espaço de representação, organização e educação permanente dos assistentes sociais.

Em meados de outubro de 2018, o Departamento de Serviço Social foi procurado pela gestão municipal de Itaara a fim de que fosse pactuada uma parceria para a construção da Política de Atenção à Pessoa Idosa do Município. Assim, o projeto possibilitou a articulação de diferentes atores sociais envolvidos no processo de formação: estudantes, assistentes sociais externos, técnicos da UFSM, docentes, gestão e comunidade do município de Santa Maria e gestão e comunidade do município de Itaara.

Portanto, o projeto auxilia na capacitação dos estudantes para a futura atuação profissional, envolve docentes de Serviço Social e profissionais da área, seja em suas atividades cotidianas, seja em eventos e acompanhamento de estudantes nos Conselhos de Direito. Além disso, se articula com a comunidade, através da participação ativa nos Conselhos de políticas públicas e nos espaços em que a educação permanente é ofertada, bem como por meio da assessoria institucional à prefeitura de Itaara, baseada nas demandas da população.

Assim, este artigo busca compreender a atuação das assistentes sociais do Departamento Social da UFSM no Curso de Serviço Social, com destaque especial para a extensão, que tem adquirido cada vez mais espaço na agenda de trabalho das profissionais e relevância para o Curso. Por meio, principalmente, do relato de experiência das ações do projeto de extensão, como também de pesquisa bibliográfica, almeja-se apresentar uma possibilidade de articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.

1. Desenvolvimento

A inserção do profissional assistente social em um Curso de Serviço Social é considerada recente em comparação a outras áreas de atuação do profissional já consolidadas. Ao se formar, o assistente social tem claro qual é o seu objeto de trabalho: as expressões da Questão Social. No entanto, a escassez de referenciais teóricos sobre o processo de trabalho no espaço sócio-ocupacional em questão e a inexistência

de uma identidade profissional específica neste novo nicho representaram desafios às profissionais que integram o quadro de trabalho do Curso da UFSM.

Ao longo do processo, demandas foram sendo identificadas, conferindo especificidade ao trabalho das profissionais. A primeira e mais clara demanda era a que dizia respeito aos estágios. Dessa forma, as assistentes sociais têm como uma de suas atribuições à gestão dos estágios, juntamente com a Coordenação, e a assessoria técnica sobre assuntos que versem sobre essa importante etapa da formação dos estudantes.

Dessa forma, as assistentes sociais atuam desde a inserção dos alunos matriculados em Estágio I e II até a sua conclusão. O objetivo principal é que todos os estudantes tenham sua vaga garantida em algum espaço de atuação e que desempenhem o estágio com qualidade. Atualmente, as assistentes sociais também exercem atividades com os estudantes em processo de conclusão do curso, ou recém-formados, de modo a dar continuidade ao cuidado com a inserção profissional e a educação permanente.

Outra frente de trabalho das assistentes sociais são os acolhimentos aos alunos do Curso. Para isso, a fim de conhecer melhor os estudantes e, consequentemente, as demandas que merecem acompanhamento, as profissionais realizam o perfil dos estudantes do primeiro semestre. O objetivo é estabelecer uma aproximação com os calouros, para que desde o início do Curso, tenham este serviço como um espaço de acolhimento às suas demandas. Assim, alunos de todos os semestres são acolhidos e acompanhados pelas profissionais, que realizam atendimentos e encaminhamentos necessários para auxiliar no processo de Educação com qualidade, cuja eliminação da evasão (por demandas sanáveis) é um dos fundamentos.

Aliada à demanda inicial do estágio, as profissionais desenvolveram ações de extensão, por meio da Mostra de Estágio (na qual os alunos socializam seus campos de estágio, bem como suas principais demandas, e compartilham com os que ainda vão ingressar na institui-

ção, auxiliando o processo de escolha dos estagiários posteriores)[1] e do Fórum de Supervisão de Estágios (cujo objetivo principal é, com a presença da tríade do estágio – estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico – discutir o processo de estágio e de supervisão de estágio, pensando-se em novas estratégias de melhorias a partir dos desafios apresentados em cada espaço). Logo, o projeto de extensão preocupou-se em permanecer vinculado aos estágios dos estudantes.

A edição mais recente do Fórum de Supervisão de Estágios em Serviço Social, ocorrida no primeiro semestre de 2019, teve por finalidade o debate referente às políticas públicas e aos serviços em que os estudantes em estágio se inserem. Da mesma forma, foram compartilhados desafios e potencialidades percebidos nos diferentes processos de trabalho, possibilitando a construção coletiva de ações e estratégias a serem observadas pelo projeto.

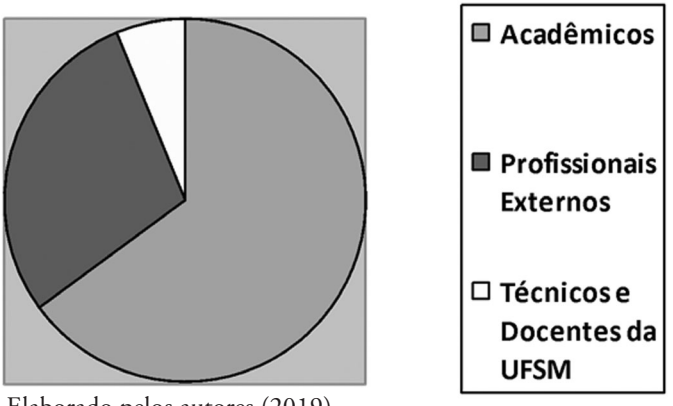
Quanto a III Mostra de Estágios, ocorrida em setembro de 2019, objetivou-se dar visibilidade às instituições parceiras do Curso de Serviço Social da UFSM, bem como socializar as experiências possibilitadas aos acadêmicos. O evento contou com a participação ativa dos estudantes em estágio, envolvidos com o projeto, desde a comissão organizadora à construção de materiais informativos sobre as ações desenvolvidas nas instituições.

De forma precursora, os eventos supracitados ocorreram de maneira conjunta, possibilitando maior participação dos profissionais a partir da oferta de atividades no período diurno e noturno. Foram aceitos e apresentados 16 trabalhos, através da modalidade pôster. Cabe destacar que esse foi o primeiro espaço coletivo organizado pelo Curso com a oferta de envio e apresentação de trabalhos, o que demonstra o potencial inovador do evento.

Salienta-se um retorno positivo dos estudantes e supervisores quanto à oferta dessa modalidade, pois possibilitou a vivência do processo de escrita e pesquisa em um evento do Curso para os acadêmicos em estágio, os instrumentalizando para a participação em eventos científicos, a exemplo da Jornada Acadêmica Integrada (JAI) da UFSM. A

ilustração a seguir auxilia na compreensão dos resultados referentes aos eventos realizados:

Gráfico 01 - Público Alvo Envolvido da Comunidade Acadêmica com Projeto de Extensão.



Elaborado pelos autores (2019).

O gráfico acima se refere aos envolvidos nos eventos organizados pelo projeto, tendo uma expressiva participação de acadêmicos (160 estudantes), profissionais externos à UFSM, cuja maioria são supervisores de estágio parceiros do Curso de Serviço Social da UFSM (71 assistentes sociais), técnicos e docentes da UFSM (15 profissionais). Os eventos, que começaram a ser ofertados no ano de 2017, contou com edições subsequentes anuais, em 2018 e 2019.

É importante ressaltar que, para além do impacto na formação acadêmica, o projeto visa atuar na transformação social, colocando a universidade a serviço das necessidades da população. A academia possui um *lócus* privilegiado de conhecimentos que devem ser compartilhados e utilizados em benefício da sociedade.

Em pouco tempo, as tímidas, porém relevantes ações de extensão foram ganhando espaço e destaque dentre as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais. A parceria com a gestão do Município de Itaara fez com que aos eventos se somassem a outras ações. Dessa forma, ainda pensando no processo de estágio, o pilar do controle social, já defendi-

do nas ações de extensão anteriores, foi estendido para a construção de uma política pública. Assim, além da manutenção dos eventos de extensão, a proposta de intervenção em Itaara tornou-se a principal frente de atuação do Projeto, o que propiciou no ano de 2020 a criação de um Projeto de Extensão específico para continuidade das ações.

Conforme citado na introdução, a parceria com a gestão municipal de Itaara e o Departamento de Serviço Social da UFSM, teve inicio em 2018. Inicialmente pensou-se em estratégias de educação permanente aos profissionais da rede de Assistência Social e Saúde de Itaara; no entanto, diante da solicitação de instâncias regionais de gestão da política de Saúde para a construção de um diagnóstico sobre o quadro epidemiológico da população idosa, compreendeu-se que se necessitava conhecer melhor os idosos munícipes, bem como formular estratégias para melhor acolhê-los em suas múltiplas demandas.

Nesse sentido a equipe do projeto buscou estudar referências exitosas de formulação da Política do Idoso. Diferentes experiências apontavam para a necessidade da construção de um mecanismo de participação popular para formulação e implantação da Política de Atenção ao Idoso: o Conselho do Idoso. Nesse sentido, Abreu aponta que

> O consenso e o dissenso são, pois, processos constituintes do controle social no movimento histórico, consubstanciados na coerção e na persuasão. Concordando com este ponto de vista, reafirma- se o caráter contraditório da esfera estatal e a sua necessidade de legitimação no conjunto da sociedade. Em vista disso, o exercício do controle social corresponde a uma dimensão das lutas da classe trabalhadora em seu conjunto, numa perspectiva emancipatória em que o processo de democratização das relações Estado/sociedade coloca-se como uma das principais mediações (2002, p. 3).

Portanto, uma política pública a ser ofertada pelo Estado, para que tenha legitimidade frente à população, necessita ser pensada e articulada com a população usuária. Como destacado pela autora, haverá

consensos e dissensos entre os diferentes atores sociais envolvidos, mas é nesta contradição que emergem novas respostas a partir da perspectiva de ampliação do debate democrático oportunizado pelos espaços de controle social. Dessa forma, a coordenação do Projeto elaborou um roteiro, com o passo a passo a ser executado para a construção da Política do Idoso a partir da implantação de um Conselho Municipal do Idoso – COMID.

O primeiro passo pactuado foi reunir todas as pessoas interessadas na temática: usuários, profissionais da rede filantrópica, servidores públicos e gestores. Assim, em maio de 2019, ocorreu o I Encontro de Atenção à Pessoa Idosa. Este foi um importante ponto de partida para o desvendamento da realidade local, das diferentes forças políticas presentes, o que possibilitou que os usuários compreendessem a proposta, fator significativo para a adesão do público-alvo. O encontro também propiciou modificar alguns caminhos pensados, a princípio, a partir do diálogo e da percepção dos diferentes atores sociais envolvidos com a proteção ao idoso.

Cabe destacar que estes mecanismos de controle social são estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, ainda que sofram, enquanto instâncias democráticas de participação das políticas sociais, diversos desafios diante de uma cultura de despolitização e desmobilização da classe trabalhadora (RAICHELIS, 2006). Nesse sentido a realidade local apresentou-se como uma forte potencialidade. Desde o inicio das ações do projeto, os idosos, usuários da política, fizeram-se presentes e partícipes. Ninguém melhor do que a própria população alvo de uma política pública para definir quais são suas demandas.

Os Conselhos de Direitos surgem, então, após a Constituição de 1988, estando presentes em instâncias municipais, estaduais e federal. Sua constituição é paritária, ou seja, contam com o mesmo número de representantes do Estado e da Sociedade Civil. A função destes Conselhos vai desde a fiscalização da sociedade civil sobre o Estado à partici-

pação na formulação, gestão e execução das políticas sociais. A organização dos Conselhos de Direitos na esfera municipal se dá através de assembleias ordinárias e extraordinárias. O objetivo é democratizar o acesso às políticas, além de propiciar o poder participativo da sociedade civil sobre as principais decisões pertinentes ao Conselho.

O controle social é a via direta para que a sociedade civil organizada, juntamente com os representantes de órgãos governamentais, encontre as soluções para as demandas locais, regionais e federais (STEIN, 2000). É uma estratégia para que as cidades definam suas prioridades, com a finalidade de se alcançar respostas eficazes em políticas públicas. Torna-se possível viabilizar o empoderamento das comunidades locais, ofertando programas e serviços com base na realidade local. O caráter paritário do Conselho é de fundamental importância, pois prevê a atuação conjunta do Estado e da sociedade, sem a sobreposição de um sobre o outro. Assim, se acena a possibilidade do diálogo constante entre as partes, inclusive o embate, no sentido de pressionar o Estado frente suas responsabilidades.

O segundo passo do projeto para implantação do COMID e da Política foi conhecer a população usuária para além dos representantes que estiveram presente no I Encontro de Atenção à Pessoa Idosa de Itaara. Assim, foram organizadas duas ações de ida a comunidades, sendo a primeira a visita domiciliar aos idosos residentes na comunidade Baú, e a segunda visita ao Bairro Parque Serrano. Também foi viabilizado um encontro da equipe do projeto com os idosos participantes do Grupo de Convivência ofertado pela Prefeitura Municipal. Ao todo, foram envolvidos aproximadamente, 50 estudantes, que realizaram visitas domiciliares, acolhimentos e entrevistas com os idosos. Foram entrevistados 116 idosos, que, além de responderem perguntas referentes ao seu perfil, tiveram a oportunidade de dar sua contribuição sobre quais as prioridades do Município para o melhor atendimento às demandas deste público.

As sugestões perpassaram as políticas de Saúde, Assistência Social, Educação, Habitação, Vigilância Sanitária e Segurança Pública.

Assim, após a conclusão do levantamento, foi ofertado o II Encontro de Atenção à Pessoa Idosa de Itaara, para que os resultados fossem socializados. Da mesma forma, foi entregue uma proposta de Projeto de Lei a ser construído com a comunidade para encaminhamento na Câmara Municipal de Itaara para a construção do COMID.

Durante todo o processo, além das assistentes sociais coordenadoras do projeto de extensão, houve a participação fundamental dos acadêmicos do Curso de Serviço Social da UFSM em estágio. Concomitante a esse período, a Assessoria de Estágios do Departamento de Serviço social tornou-se, também, campo de estágio. Dessa forma, a participação do estagiário ocorreu, principalmente, no acompanhamento às atividades de extensão, pesquisa e principalmente de auxílio da construção da Política do Idoso. O campo que foi aberto na assessoria de estágio proporcionou a criação de um novo espaço de vivências na área da Educação, harmonizando, também, uma leitura e aproximação maior daquilo que faz parte do próprio fazer da assessoria. O movimento de aproximação auxiliou na observação de demandas e na cristalização de algumas frentes de atuação.

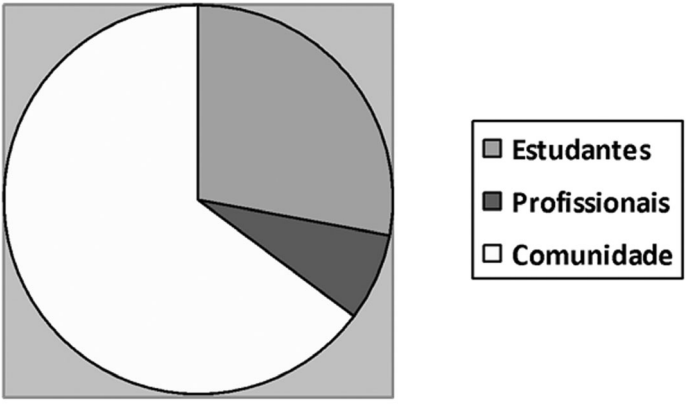
A abertura do campo de estágio, no período de expansão das atividades de extensão possibilitou ao estagiário conhecer o processo de análise, planejamento e construção das ações extensionistas ligadas à Política do Idoso. Assim, desde o primeiro momento, foi proporcionada ao estagiário a participação, de forma ampla, nessa atividade, auxiliando na construção de ações a serem tomadas, na elaboração de instrumentos de pesquisas a serem utilizados, no repasse de informações e orientações aos demais discentes, vivenciando a prática da extensão.

Nota-se que todo esse processo foi muito importante e desafiador para o estagiário, porém o permitiu amadurecer em sua formação profissional e compreender a atuação do Serviço Social na Educação e na garantia de direitos dos usuários. Momentos como os de visita domiciliar, diálogo com os idosos, acolhimento do público das atividades de extensão, permitiram compreender que existe diversos desafios

que a profissão apresenta, porém existem, também, diversas ações que, pensadas e construídas coletivamente, nos proporcionam a mudança de uma situação, de um espaço, de um local, e também da trajetória de vida dos usuários.

Aliado à vivência prática no campo de estágio e à supervisão acadêmica, o Projeto objetivou somar na preparação dos alunos para o mercado de trabalho, bem como atuar junto às demandas da população do Município de Santa Maria e Região. Assim, apresentam-se a seguir os resultados obtidos no âmbito comunitário.

Gráfico 02. Público-Alvo Envolvido da Comunidade Acadêmica com o Projeto de Extensão.



Elaborado pelos autores (2019).

O gráfico 02 apresenta os atores envolvidos na frente específica de atuação do projeto na implantação da Política do Idoso no Município de Itaara. Foram envolvidos acadêmicos (50 estudantes), profissionais da rede municipal de Itaara (13 trabalhadores), dentre eles agentes comunitários de saúde, enfermeiros, dentista, assistente social e técnica administrativa. A comunidade contemplada pelo projeto abrangeu idosos munícipes (116), que participaram ativamente da elaboração de propostas, bem como do levantamento dos dados do perfil dos

usuários do projeto.

Desde o começo das intervenções em Itaara, foi requisitada e prestigiada a participação dos idosos, em todos os processos de construção da Política de Atenção à Pessoa Idosa e de formulação do COMID. Ressalta-se a relevância de ouvir a população usuária, visto que ela, melhor do que qualquer agente elaborador de políticas públicas conhece suas verdadeiras necessidades. Dessa forma, optou-se pela valorização de uma construção horizontal da Política.

Todo o trabalho do assistente social possui uma intencionalidade em suas ações. Dessa forma, o caráter investigativo dos profissionais necessita planejar antes de executar. O assistente social precisa conhecer a realidade na qual irá intervir. Assim, quanto ao perfil da população idosa, importante para a organização das políticas públicas para a prospecção de demandas, foram identificados os seguintes itens:

-Média de Idade: 70 anos;

-Analfabetismo: 13,7% afirmaram não saber ler nem escrever;

-Doenças Crônicas: 90,5% afirmaram apresentar doenças crônicas;

-Vínculos Sociais: 14,6% afirmaram não ter uma pessoa de referência em caso de emergência;

-Renda: 93,1% afirmaram possuir renda própria, dos quais aproximadamente metade dos entrevistados afirmou receber até um salário mínimo (45%).

Os principais resultados do levantamento, no que se referem às sugestões para construção da política, seguem listados na tabela 01 página seguinte.

Política Pública	Sugestão
Política de Saúde	Mais Agentes de Saúde;
	Reforma no Posto de Saúde;
	Unidade de Pronto Atendimento 24 horas;
	Maior cobertura de ambulâncias
Assistência Social	Criação de um Centro Dia de Convivência para Idosos;
Política de Saúde e Assistência Social	Melhor atendimento nos serviços;
	Continuidade do Grupo de Idosos;
	Ampliação do rol de atividades ofertadas aos idosos no Grupo de Idosos;
Segurança	Maior policiamento e policiamento 24 horas;
Cultura e Turismo	Mais atividades e eventos públicos de encontro da comunidade;
Habitação e Vigilância Sanitária	Criação de uma Política de Habitação
	Iluminação e calçamento das vias urbanas;
	Ampliação da Rede de Tratamento de Esgoto;
	Sistema de Coleta de Lixo com mais dias e rotas;
Traansporte	Transporte municipal com maior disponibilidade de rotas e horários
Educação	Oferta de alfabetização para idosos.

Elaborado pelos autores (2019).

Cabe destacar que tem aumentado o número de idosos dentre a população nacional, e mesmo diante do avanço no marco legal no que diz respeito a políticas públicas para este público, há uma invisibilidade decorrente da hegemonia da cultura de produtividade. Assim, o idoso tem sua participação política comprometida, o que influi no atendimento de suas necessidades concretas.

A preocupação com a elaboração horizontal da formulação das

políticas públicas de Itaara vai ao encontro com o que preconiza o Estatuto do Idoso, em seu artigo 10, § 1º, inciso V e VI, que defende respectivamente a liberdade na "*participação na vida familiar e comunitária*" e na "*participação da vida política, na forma da lei*" (Estatuto do Idoso, 2003). Dessa forma, o projeto buscou ouvir os idosos para que eles tivessem protagonismo na formulação das políticas públicas no município de Itaara.

A relevância do projeto também se evidencia em sua perspectiva multiprofissional e interdisciplinar, o que possibilitou uma articulação intersetorial entre diferentes políticas públicas, compreendendo o sujeito idoso em sua totalidade. Essa concepção multiprofissional buscou propiciar maior qualidade no processo de formação teórico-prática dos acadêmicos, que em sua inserção no estágio vivenciam o trabalho em apenas um espaço sócio-ocupacional, o que reduz a sua experiência nas demais políticas e campos de trabalho. Assim, o contato com diversas profissões e políticas públicas proporciona a construção de um saber mais integral e prepara os acadêmicos para os desafios do mercado de trabalho, à medida que vivenciam diferentes instrumentais do assistente social. Segundo Vasconcelos (2012), dificilmente um único profissional pode responder a todos os aspectos de uma realidade complexa, o que evidencia a necessidade do trabalho multiprofissional.

Portanto, os resultados obtidos a partir da experiência do projeto ultrapassam os muros acadêmicos, o que configura a extensão a partir de uma concepção que se baseia no preceito da integração das ações desenvolvidas com a formação técnica e cidadã do estudante (FERNANDES, 2015). Tendo em vista que os acadêmicos envolvidos nas ações comunitárias são estagiários do Curso de Serviço Social, e reconhecendo a relevância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, os eventos acadêmicos mantiveram-se como importante frente para aperfeiçoamento dos estudantes e profissionais em sua inserção com a população usuária. Portanto, os eventos vão ao encontro da

educação permanente, visto que a constante atualização profissional é um princípio fundamental previsto pelo Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993).

2. Conclusão

As demandas emergentes fazem com que os profissionais de Serviço Social se reinventem constantemente, respeitando sempre seu objeto de intervenção. A inserção de assistentes sociais no Curso de Serviço Social da UFSM destacou a relevância dessas profissionais no que se refere a uma etapa tão importante na formação dos discentes – o estágio. A partir dele, novas formas de atuação foram compreendidas para promover uma formação preocupada com a qualidade.

As assistentes sociais no Curso contribuem para a consolidação da indissociabilidade do tripé da educação, composta pela pesquisa, o ensino e a extensão. Suas presenças revelam, também, a importância de se enxergar a extensão como algo da competência inclusive dos TAEs, que muito têm a somar na formação dos estudantes, para além de atividades estritamente administrativas.

Cabe ressaltar que as ações do projeto, em sua diversidade de experiências e agentes envolvidos, possibilitam a qualificação da formação dos estudantes, o que ultrapassa o ambiente acadêmico, no que tange a sua dimensão social, política e cultural. O projeto propicia a aproximação com diferentes segmentos da população, contribuindo para uma formação integral, alicerçada na diversidade presente como princípio norteador da atuação do assistente social, segundo seu Código de Ética (CFESS, 1993).

A partir disso, perceberam-se reflexos no fortalecimento da participação política através do controle social, bem como da reprodução desse aprendizado nas comunidades onde os estudantes e profissionais se inserem. Assim, evidenciou-se o caráter interdisciplinar do projeto, a partir da articulação de diferentes saberes, objetivando-se unidade teórico-prática na construção do conhecimento.

Tendo em vista o impacto social e acadêmico do projeto, observado pelos resultados apresentados e através de avaliações quanti-qualitativas com os acadêmicos participantes, manteve-se a proposta do Projeto através da construção de um novo: "Construindo a Política de Atenção à Pessoa Idosa de Itaara-Rs". Novas frentes de atuação estão sendo elaboradas e articuladas a partir das demandas emergentes da comunidade de Santa Maria e região, o que nos remete a novos projetos e inovadoras frentes de atuação. A universidade possui um importante papel social que vai além do ambiente estritamente acadêmico, sendo um espaço de conhecimentos múltiplos e diversos que devem se retroalimentar com a comunidade loco regional em que se insere. Portanto, a extensão em Serviço Social pode vir a ser uma ferramenta potente de articulação da universidade para com as comunidades, bem como, qualificar o processo de formação dos acadêmicos.

3. Referências

ABREU, M. M. **O controle social e a mediação da política de assistência social na sociedade brasileira na atualidade - indicações para o debate.** Revista de Políticas Públicas UFMA, v.6. Disponível em:< http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3728 > Acesso em 15/05/2020;

BACELLAR, T.J.S. FLORES, J. A. C. M. **O processo de trabalho das assistentes sociais no departamento de serviço social da UFSM: estratégias interventivas para o fortalecimento de uma educação cidadã e democrática**. In: A educação no âmbito do político e de suas tramas 2 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Disponível em: < https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/ebookPDF/2876 > Acesso em 16/05/2020;

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003**. Estatuto do Idoso. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm > Acesso em: 16 de maio de 2020.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

DEUS, R. **Controle Social e Assistência Social**: reflexões de uma experiência de extensão/ Rosa Maria Castilhos Fernandes (Org). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

FERNANDES, R. M.C. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf > Acesso em 01 de maio de 2020.

RAICHELIS, R. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas**. Revista Serviço Social e Sociedade- n. 85. São Paulo: Cortez, 2006;

STEIN, R. H. **Organização e gestão das políticas sociais no Brasil.** Brasília: UnB, 2000;

VASCONCELOS, A. M. **A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012

Sessão II - Gênero, Violência e Desigualdades: Realidades que se Cruzam com o Serviço Social

Capítulo 5 - Mulheres e Serviço Social: uma relação de longa data

Karopy Ribeiro Noronha
Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

Resumo: Este artigo apresenta alguns aspectos que configuram o perfil da categoria discente e a categoria profissional do Serviço Social, como majoritariamente feminina. Busca-se, a partir do acesso público aos dados da pesquisa "Perfil Socioeconômico dos/as Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM", realizada no ano de 2017 e publicada no ano de 2018, aproximações com alguns conceitos acerca das categorias de análise gênero e trabalho, as quais permeiam o estudo desenvolvido. Nesse sentido, opta-se por construir uma reflexão sobre as particularidades da gênese da profissão, no Brasil, e seu viés conservador com o processo de inserção das mulheres na esfera produtiva com tarefas profissionais atribuídas ao "cuidado, à proteção e ao controle". Trata-se de uma investigação qualitativa, a partir do material obtido com os resultados da pesquisa de perfil, enriquecida com a revisão teórico-bibliográfica direcionada ao binômio gênero-trabalho.

Palavras-chave: Trabalho. Feminização. Gênero. Formação Profissional. Serviço Social.

Introdução

Este artigo resulta do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado no final da graduação em Serviço Social, intitulado "Gênero e Formação Profissional: um estudo sobre a feminização da categoria discente do Serviço Social da UFSM", e surge com o objetivo de aprofundar os estudos sobre a relação da presença majoritária das mulheres estudantes no curso de graduação superior de Serviço Social da UFSM, e consequentemente no exercício da profissão, com o seu histórico de origem conservadora, trazendo para o centro da discussão a feminização da categoria profissional.

Busca-se através da análise da pesquisa "O Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Serviço Social da UFSM" e da revisão bibliográfica das produções de profissionais do Serviço Social, desvelar como as questões de gênero influenciam no quadro discente da categoria.

O estudo propõe uma reflexão acerca da construção do quadro discente, compreendendo que a feminização do Serviço Social não se expressa como um fenômeno espontâneo e exclusivo da UFSM, e se manifesta na categoria estudantil de forma geral, abrangendo todo o quadro brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa busca fortalecer a produção de conhecimento vinculado à categoria estudantil e à categoria profissional, pois compreende que a análise atravessa o processo de formação e contribui para a atuação do assistente social.

Dessa forma, o trabalho visa contribuir na apreensão da realidade delimitada a respeito da composição da categoria discente, no que tange a organização social, com base na caracterização da divisão sociosexual do trabalho, tendo como objeto de análise a feminização da classe discente do Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Tendo por base o objeto, foram correlacionados os dados da pesquisa "O Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Serviço Social da UFSM" com os conteúdos produzidos na área do Serviço Social, tendo como principais temas; a divisão sexual do trabalho e feminização

do trabalho. Os dados foram analisados a partir do arcabouço teórico do materialismo histórico dialético e tiveram como método a análise de conteúdo hipotético-dedutiva onde se apresentam respostas ao objetivo, problema e a hipótese da pesquisa, levando em consideração as categorias do método dialético crítico, como a totalidade, a historicidade e a contradição.

Nesse sentido, a pesquisa que pauta o desenvolvimento deste artigo, buscou desenvolver através do método da análise de conteúdo de Bardin (1977), uma revisão bibliográfica qualitativa sobre os impactos da divisão sexual do trabalho na feminização da categoria profissional do Serviço Social, buscando estabelecer e entender a conexão entre os sujeitos e a realidade.

A partir da análise do relatório da pesquisa, publicado na forma de artigo, elegeu-se as categorias que nortearam a construção do trabalho de conclusão de curso, sendo elas o perfil de gênero e a opção pelo curso de Serviço Social. As reflexões propostas para fundamentar a discussão do perfil da categoria são baseadas nas pesquisas e publicações de pesquisadores que versam sobre as temáticas de gênero, formação profissional e trabalho feminino.

Objetivou-se compreender como as relações sociais de sexo são benéficas ao sistema de reprodução do capital e, de que maneira a divisão sexual do trabalho contribui na escolha das jovens estudantes por profissões que se associam a figura feminina do cuidado, da proteção e do controle, como a da assistente social.

A hipótese primordial do estudo foi que o perfil expressivamente feminino da categoria discente do Serviço Social, e posteriormente no exercício da profissão, deve-se as atribuições destinadas às mulheres no mundo do trabalho, e, especialmente, no âmbito da reprodução da vida social, além de estar vinculada ao processo de gênese conservadora da profissão.

O artigo inicia com um resgate histórico do estabelecimento do Serviço Social enquanto profissão no Brasil e sua intervenção voltada ao reajuste social, ressaltando sua origem conservadora e de viés

positivista. Posteriormente, busca-se uma reflexão sobre de que maneira as práticas anteriormente calcadas nas características ditas femininas, como o cuidado, reforçam o perfil do quadro profissional. Por fim, relaciona os dados da pesquisa "Perfil Socioeconômico das/os estudantes de Serviço Social da UFSM" (2017/2018) com as reflexões construídas anteriormente, objetivando sustentar o problema e a hipótese da pesquisa.

1. Breve Resgate do Serviço Social no Brasil

O fazer profissional do assistente social tem como objeto a questão social[1], e são nas refrações da reprodução social que os assistentes sociais atuam, buscando desenvolver mediações e respostas frente às contradições oriundas da contradição capital *versus* trabalho, tendo sempre como horizonte a superação do sistema capitalista e a construção de uma nova ordem societária.

Porém, as raízes da profissão se alicerçaram no conservadorismo, e, principalmente no ideário desenvolvimentista conservador do Brasil da década de 30. As intervenções nas expressões da questão social, como base no assistencialismo, se pautavam em ações voltadas para apaziguar os conflitos de classe, numa perspectiva enraizada na benevolência do Estado para com os sujeitos, e tinham como objetivo prover o mínimo a classe trabalhadora, evitando assim uma possível organização dos trabalhadores em prol de seus direitos.

Os desdobramentos da questão social foram concebidos como

[1] "A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão." (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77).

[2] "O assistencialismo (...) é o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor. Este é transformado em um dependente, um apadrinhado, um devedor." (SPOSATI, 1995, p. 3).

problemas oriundos de uma espécie de "desordem social" que somente poderiam ser resolvidos com a retomada de valores morais. Assim, se constroem mecanismo para garantir o processo de alienação da classe trabalhadora, através de pequenas intervenções baseadas no clientelismo e assistencialismo[2] que visavam à perpetuação da política do Estado sem qualquer tipo de conflito com as demandas da classe trabalhadora.

Os valores do capitalismo têm base histórica na dominação dos sujeitos, por este motivo é necessário que o ideal conservador seja mantido, impossibilitando assim qualquer desvio que influencie na manutenção da ordem capitalista. É nesse contexto que o Serviço Social brasileiro emerge, numa conjunção dos ideais do Estado burguês com as práticas conservadoras da Igreja, visando à perpetuação do mercado e o restabelecimento da ordem. (CISNE, 2012)

Foi sob a perspectiva de que a reorganização da vida social só poderia se concretizar com base na retomada dos preceitos cristãos, que as figuras da mulher e da família ganham centralidade, não só no perfil da categoria de assistentes sociais, mas também no enfrentamento da questão social.

A família foi constitui historicamente na centralidade da figura do homem e na submissão conferida às mulheres, que por sua vez foram as responsáveis pela criação e educação dos filhos. Nessa perspectiva, as desordens sociais poderiam ser superadas com ações que reafirmam os valores da família nuclear, através da figura da mulher essencialmente mãe e cuidadora.

Nesse sentido, o surgimento do curso de graduação em Serviço Social teve seu marco em 1936, na Escola de Serviço Social de São Paulo, por meio do Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo, esse espaço conjugava os ideais da Igreja Católica e o interesse do Estado em "resolver" os problemas dos operários. A relação entre os preceitos da Igreja católica com base em seus valores conservadores e o poder do Estado Autocrata formam a receita perfeita para o controle da classe trabalhadora com base no Humanismo Conservador, tratando da ques-

tão social sob uma perspectiva não crítica vinculada estritamente a moralidade. (CISNE, 2012)

Os requisitos para o ingresso no Serviço Social na Escola de Serviço Social de São Paulo são um dos indícios que levam a uma feminização da profissão desde sua gênese, concebendo a profissão como fruto de valores naturais das "cidadãs de bem":

> O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicabilidade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. Será, portanto, indispensável, para o recrutamento dos futuros assistentes sociais, critérios bem definidos. Desde sua fundação, a Escola de Serviço Social de São Paulo apresenta como exigência funcional para matrícula: "1. Ter 18 anos completos e menos de 40; 2. Comprovação de conclusão do curso secundário; 3. Apresentação de referências de três pessoas idôneas; 4. Submeter-se a exame médico" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 221).

Nesse contexto, se constrói um dos aspectos mais marcantes do Serviço Social, a presença esmagadora de mulheres em seu quadro, devido à aproximação da figura da mulher as práticas do Serviço Social. Sendo assim, a profissão de assistente social se configura para as mulheres como uma extensão da vida privada e uma oportunidade de adentrar o mercado de trabalho. Para tanto, eram necessárias características vinculadas à feminilidade, como; paciência; bons modos; modéstia; simplicidade, entre outras, evidenciando dessa maneira quais são os espaços destinados às mulheres sob a ótica de dominação do

capital.

Entretanto, as profissionais que puderam se inserir na profissão advinham da classe burguesa, ideia essa que anteriormente foi reforçada pelas práticas do primeiro-damismo que se calcava na figura da primeira-dama como o exemplo da mulher a ser seguido. É justamente nessa relação da questão social para com as mulheres que os assistentes sociais voltam suas práticas, visando fortalecer a centralidade da família e voltando os desdobramentos da questão social para a mulher, sob uma perspectiva de adequação dos indivíduos ao meio.

Portanto, cabe salientar que o capital utiliza da figura da mulher frente à questão social em dois aspectos; o primeiro é que as expressões da questão social, tidas como desordem, só poderiam ser sanadas quando a mulher assumisse as "rédeas" da situação no seio da família, canalizando assim o enfrentamento da questão social para a família na figura da mulher. O segundo aspecto é que mais uma vez o capital responsabiliza a figura da mulher no Serviço Social como a única capaz de transmitir os ensinamentos necessários aos desajustados na forma da assistente social.

Como relatam Iamamoto e Carvalho:

> Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (2007, p. 172).

O Humanismo Cristão que embasava as práticas do Serviço Social, não se constituiu como uma ciência, e sim como uma perspectiva

doutrinária tendo como base a fé. Sendo assim, a questão social foi abordada como um problema de ordem moral e religiosa, e as políticas voltadas para o enfrentamento da questão social objetivavam o ajustamento de condutas que divergiam do esperado.

2. Serviço Social: profissão de mulher

Entende-se que o modo de produção capitalista e o patriarcal, baseado no patriarcado[3], se desenvolvem de formas separadas, mas operam de maneira conjunta para garantir a reprodução plena do capital. Sendo assim, as relações recíprocas entre esses modos de dominação e exploração exercem influência na perpetuação das estruturas socioeconômicas.

O fato é que essas determinações ocasionam uma hierarquização dos espaços estabelecidos a ambos os sexos, apesar disso, existe a possibilidade de que homens e mulheres transitem por diversos espaços no mundo do trabalho, mas, necessário pontuar que as atribuições e espaços destinados às mulheres se caracterizam como mais desvalorizados, menos desejados e mais subalternos, "[...] isso porque a divisão sexual do trabalho está no interior da divisão social do trabalho [...]" (GOMES, 1991, p.73)

A subordinação da reprodução à produção se expressa também nas profissões dispostas para as mulheres. Tem-se um grande contingente de mulheres exercendo funções que se assemelham ao trabalho exercido na esfera da reprodução, e, por conseguinte, ao cuidado. As mulheres destacam-se nas profissões vinculadas ao social, a saúde e ao cuidado de terceiros, e o Serviço Social, assim como as mulheres, atuan-

[3] " [...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões "subordinação" ou "sujeição" das mulheres, ou ainda "condição feminina"." (DELPHY, 2009, p. 173)

do na reprodução social, é tido como uma profissão subalterna e feminina pois não confere prestígio.

Acerca do perfil da categoria profissional do Serviço Social e sua relação com o feminino, Souza e Veloso pontuam:

> O Serviço Social está inserido tanto em uma "divisão social" como em uma "divisão sexual" do trabalho, tendo esta como base para a subalternidade da mulher em relação ao homem. O fato do Serviço Social ser uma "profissão feminina" nos leva a supor que o gênero tem um papel importante na definição da profissão, não simplesmente por ela ser composta majoritariamente por mulheres, mas por haver, tradicionalmente, uma designação social das mulheres a essa carreira. (2015, p.162).

O quadro da profissão é regido também pela lógica da organização da sociedade acerca do sexo, onde uma maioria esmagadora é composta por mulheres. O gênero fundamenta os locais ocupados por homens e mulheres, e, portanto, fundamenta também a composição dos quadros de profissões ditas como masculinas ou femininas, e sendo o sexo o elemento central da divisão sexual do trabalho, ele também se expressa como elemento constitutivo da realidade social. (SOUZA; VELOSO, 2015)

O expressivo contingente de mulheres no Serviço Social se deve ao fato de que, como já mencionado, a profissão foi historicamente vinculada à prática assistencialista e do cuidado, esta que por sua vez foi também factualmente vinculada às mulheres. As características imbricadas a profissão em seu processo de inserção ainda conferem ao exercício dessa o desprestígio e o status de subalternidade. Essa subalternidade conferida[4] a profissão, e, principalmente às mulheres,

[4] "A pergunta pela identidade é, pois, uma pergunta de natureza histórica, dialética, que sintetiza/articula, dialeticamente, o que somos, a forma de ser de profissão, o que fazemos, a forma pela qual a profissão aparece socialmente, ou seja, o conjunto de intervenções que realiza em um dado momento histórico, e o que aspiramos fazer a partir das determinações ético-políticas de nosso projeto profissional e dos desafios e demandas que emergem da realidade cotidiana" (MARTINELI, 2013, P. 151).

se deve ao que se tem construído acerca da questão social e do fazer profissional do Assistente Social.

Sobre o descrédito conferido a profissão e a presença das mulheres nos quadros do Serviço Social, Netto responde às colocações feitas por Suely Gomes:

> [...] mulher não deve cuidar de coisas muito importantes. Quando ela sai de casa, se não é para tocar piano e dançar ballet, vamos deixar ela fazer a caridadezinha, esse negocinho menor, subalterno. Isso já mudou hoje a presença da mulher é marcante, embora ela não se reflita institucionalmente na sociedade brasileira com força que de fato [...] Agora, eu acho que isso está vinculado ao subextrato assistencialista da profissão. Na nossa cultura, o assistencialismo é predominantemente feminino. Só nos seus pontos de direção é que há a presença masculina. Então a mulher é a executiva do assistencialismo, daí essa presença massiva, e, claro, está vinculada a um estatuto subalterno de mulher, a um estatuto verdadeiramente de dominação. (GOMES, 1991, p. 74)

Um dos marcos no Serviço Social brasileiro é a institucionalização da Política de Assistência Social[5], em 1988, com a Constituição Federal, como direito de todos sem o requisito de contribuição ou de carteira assinada. Talvez seja a política de Assistência Social um dos pontos cruciais para entender a relação entre a categoria de gênero e o Serviço Social. Para tanto, é necessário compreender que as Políticas Sociais no Brasil, em especial as que são concebidas como políticas familiares têm como foco as mulheres, como observado nos programas da Assistência Social.

A Política de Assistência Social e seus programas vocacionados na redistribuição de renda, como por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), um dos programas mais acessados pelos brasileiros em situação de vulnerabilidade social, traz uma questão no mínimo interessante para a reflexão sobre a relação das mulheres e do Serviço Social.

[5] Somente em 1993 que a Política de Assistência Social foi sancionada na Lei 8.472/93, usualmente chamada de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

O PBF tem como prerrogativa a responsabilização de um usuário pelo cadastro familiar, essa pessoa é responsável pela atualização do cadastro anualmente, por viabilizar as frequências das crianças e adolescentes em fase escolar e também pela pesagem das crianças e meninas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

O fato é que, segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (SEDS) as mulheres são responsáveis por cerca de (91%) dos cadastros e pela administração do recurso. Se por um lado é importante que as mulheres possam gerenciar o valor do benefício retornamos a questão de que as mulheres ainda são responsabilizadas pelo Estado no trato das expressões da questão social. E, é dentro da política de Assistência Social que as assistentes sociais estão em número expressivos, o que transborda uma questão muito importante e particular a respeito do Serviço Social e a Política de Assistência: são as mulheres, assistentes sociais, que atuam na política de Assistência Social, e são as mulheres, as usuárias que acessam a política.

Outra grande questão que expressa a relação estreita do Serviço Social com o que é socialmente imbricado às mulheres, é que o histórico da profissão associado a lógica de reajustar os indivíduos, é muito similar às práticas que se esperam das mães no processo de educação dos filhos na esfera privada. É assim que se constrói a concepção do senso comum até hoje de que de certa forma os assistentes sociais educam e ajustam os sujeitos.

O desconhecimento acerca do fazer profissional do assistente social ainda é vinculado à gênese da profissão no Brasil, ou seja, tem-se a ideia de os assistentes sociais "dão" coisas aos usuários como forma de sanar demandas emergenciais, como por exemplo, a fome. O Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFESS) publicou um ofício que foi enviado a Rede Globo de Televisão e que questionava a representação dos assistentes sociais, onde a emissora apresentava, mesmo que de forma humorística, uma visão deturpada do fazer profissional da categoria, vinculando o trabalho dos assistentes sociais a uma ideia atravessada acerca da ética profissional.

Segundo o ofício do CFESS, a conselheira presidente da autarquia pontua que:

> É triste visualizar que a maior emissora de televisão do Brasil produza programas que, embora fictícios, estigmatizam a população usuária dos serviços sociais, população que vive todos os dias profundas desigualdades sociais e discriminações de diferentes formas, bem como a categoria profissional de assistentes sociais, que tem um compromisso com a classe trabalhadora e com o acesso aos direitos humanos para esta população. Torna-se inadmissível que esta emissora estereotipada, ridicularizando a imagem da profissão em rede nacional, bem como as pessoas em situação de pobreza. (2015. p.1)

Assim percebidas, as vinculações da figura da assistente social como uma pessoa que busca ajustar os indivíduos, reforça a concepção do senso comum acerca do Serviço Social baseado nas práticas policialescas, conservadoras e moralistas. Visão esta que dificulta não só o trabalho do assistente social no processo de construção de saberes acerca dos direitos e seu acesso, bem como estigmatiza o usuário dos serviços.

Portanto, a relação das mulheres com o Serviço Social perpassa todo o processo de inserção da profissão no Brasil e sua origem histórica conservadora, determinando a presença massiva de mulheres nos quadros da profissão, inicialmente para "cuidar e controlar", por meio das práticas dirigidas à população usuária. Também, pode-se inferir que essa relação está vinculada aos processos oriundos da contradição do capital e do trabalho, e principalmente, da divisão sociosexual do trabalho. Evidencia-se que existe muito para avançar no que tange às concepções do senso comum sobre o fazer profissional do Assistente Social.

3. A Pesquisa "O Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria": a escolha e os caminhos traçados pelas pesquisadoras.

O programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (REUNI) visa a ampliação do acesso e permanência de estudantes na graduação, através do melhor aproveitamento e da reestruturação de recursos já existentes nas universidades públicas. A partir desse programa, o Curso de Serviço Social da UFSM foi implantado.

Até o ano de 2015 o ingresso na UFSM era exclusivamente pelo vestibular, porém a partir do ano de 2016 o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tornou-se a única forma de ingresso na universidade. Desde essa alteração, observam-se mudanças significativas no perfil dos egressos, como por exemplo, o ingresso de um contingente expressivo de jovens na faixa etária dos 17 aos 25 anos; maior participação de estudantes declaradas/os negras/os; estudantes identificadas/os com as populações indígena e quilombola.

No entanto, mesmo com a ampliação do ingresso étnico-racial e geracional mais diversificado, as mulheres ainda são as que mais acessam o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. Ao mesmo tempo, não se pode negar que com o ingresso via o SISU/ENEM, muitos homens também estão ingressando e cursando Serviço Social, porém, a presença das mulheres, ainda, é majoritária.

A pesquisa "Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria" demonstrou uma conjunção de aspectos no que tange o perfil dos estudantes, além de contar com entrevistas de servidores e docentes do Curso. Assim, vale registrar as categorias criadas pelas pesquisadoras, que são destacadas a seguir: Identidade de gênero; Identidade Sexual; Estado Civil; Naturalidade; Visão Política-Ideológica; Número de Filhos; Religião; Opção pelo Curso de Serviço Social; Renda/Trabalho.

Por meio da leitura atenta da pesquisa, optou-se por utilizar duas das nove categorias, sendo elas; Gênero e o Serviço Social e Opção pelo Curso. Essa escolha atendeu a pertinência das referidas categorias estarem vinculadas ao objetivo geral deste trabalho, e que, principalmente, possibilitou uma reflexão crítica sobre o perfil dos estudantes

de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, tendo em vista o debate construído anteriormente.

Os dados expressos na pesquisa "Perfil Socioeconômico dos/as Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria" representam a categoria discente em um momento muito específico do Curso de Serviço Social da UFSM, momento este onde as turmas do 1° e 3º semestre haviam recentemente adentrado o curso pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU). É de suma importância ter em mente que a pesquisa foi realizada em 2017 e, portanto, os anos subsequentes até o momento presente o perfil dos/as estudantes de Serviço Social muito se alterou.

O primeiro dado demonstrado na pesquisa trata do perfil de identidades de gênero estabelecido na categoria discente do Serviço Social da UFSM. Torna-se importante apontar que as pesquisadoras que construíram a referida pesquisa pontuam sua opção pela expressão "identidade de gênero", conceituando que:

> [...] apesar da utilização de "identidade de gênero" na presente pesquisa, continua-se concordando com os pontos levantados, tendo plena ciência que esses riscos acompanham tal escolha. Logo, paralelamente, o uso da categoria identidade para se referir a gênero, a qual remete a identificação no mundo (podendo ou não ir ao encontro do gênero que foi atribuído quando de seu nascimento) dá ênfase que gênero não se resume a mera escolha, mas sobretudo, é uma construção social, histórica, política e hierarquizada das relações sociais, a qual mulheres, especialmente negras e pobres estão sob condições de muita desvantagem. (FRAGA, et al, 2018, p. 226)

A opção das autoras remete aspectos de grande relevância para se pensar as implicações da expressão "identidade de gênero". Isso porque, os estudos sobre a categoria de gênero vêm sendo pautados por variados movimentos sociais e setores da academia, oferecendo um leque extenso de compreensões e significados.

A perspectiva empregue para a análise e reflexão neste trabalho está ancorada na perspectiva de viés marxista e materialista da catego-

ria gênero, por compreender que a leitura sob este ângulo não se resume as definições pós-estruturalistas do "sentir", mas, sim, está diretamente vinculada às questões macroestruturais, que não apenas atendem definições individuais, contribuindo para abordar quesitos que materializam as relações de classe e de raça na sociedade contemporânea.

Para elucidar essa definição, a assistente social e pesquisadora Mirla Cisne, em seu livro *"Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*", de 2014, assinala que "[...] o conceito *gênero* tende a eufemizar as desigualdades, as relações de poder e de antagonismo social entre os sexos, dada a sua ancoragem ao culturalismo [...]" (CISNE, 2014, p.20-21).

Ainda sobre o conceito de gênero e a preferência do uso do conceito *relações sociais de sexo*, Joan Scott em seu livro *"Gênero: uma categoria útil para análise histórica"*, de 1989, traduzido em 1991, a autora apresenta que [...] o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos [...] sendo uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [...]." (SCOTT, 1991, p.7).

Nesse mesmo sentido, Helena Hirata, Françoise Laborie e Hélène le Doaré, em sua publicação de grande valor às pesquisas feministas, no livro intitulado *" Dicionário Crítico do Feminismo"*, de 2009, referem que:

> A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres, os quais não são em nada passíveis de serem confundidos com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas. (HIRATA et al 2009, p.71)

Isso implica compreender as relações sociais de sexo, partindo de um processo de construção social dos corpos dos sujeitos, não pode ser categorizada como a simples definição com base no sexo biológico.

Isso se deve, não pela ideia de que o sexo define o modo de viver dos sujeitos, o que cabe refletir é que, o que define essa relação antagônica são as construções sociais sobre o sexo que configuram o gênero, portanto, o sexo não define, ele é definido pelo ideal da sociedade vigente.

Nesse mesmo sentido, a partir da análise sobre o gênero que predomina no curso de Serviço Social da UFSM, pode-se constatar que seguindo o retrato da profissão no país, a pesquisa do perfil da categoria discente da UFSM não destoa da pesquisa realizada em 2005 intitulada, *"Assistentes Social no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional no Brasil"* publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social, o CFESS.

Segundo a pesquisa "Perfil Socioeconômico dos/as Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria", (83%) do corpo discente é composto por mulheres e somente (15%) é homem, obviamente deve-se considerar que os discentes do curso representam o futuro profissional da categoria, e que tendo por base esses números, pode-se afirmar que o Serviço Social segue sendo uma profissão majoritariamente feminina.

Dado estas porcentagens, pode-se inferir que atualmente as mulheres são as que mais acessam o ensino superior, o que se configura como muito importante na vida das mulheres em busca de qualificação profissional, porém a grande questão é: Como se explica o grande contingente de mulheres no curso de Serviço Social, tanto da UFSM como de outras universidades?

Como pontuado, o Serviço Social é uma profissão marcada pela presença expressiva de mulheres, e isso se deve ao processo de gênese da profissão no Brasil, que emerge no capitalismo monopolista. É nesse momento que emergem as demandas oriundas da contraditória relação entre o capital e o trabalho, e o Estado buscar intervir nessas expressões para perpetuar a manutenção da sua organização, requisitando os profissionais do Serviço Social e delegando às mulheres a responsabilidade pelo mantimento da "ordem social", dentro e fora do espaço privado.

Historicamente a profissão foi vinculada às mulheres sob a perspectiva do cuidado, isso porque o trato das expressões da questão social se deu sob a perspectiva positivista, como acena Mirla Cisne, em seu livro *"Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*", de 2014,

> [...] o positivismo, uma vertente teórica que influenciou significativamente as protoformas do Serviço Social e que possui estreita relação com a ideologia patriarcal. O conceito positivista de "desajustes sociais" e "desequilíbrio/equilíbrios sociais são imputados à responsabilidade das mulheres [...] (CISNE, 2014. p. 22)

As expressões da questão social e seu enfrentamento se configuraram como uma possibilidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho, evidentemente, como uma extensão das tarefas desenvolvidas no seio da família patriarcal. Sendo assim, os sujeitos que se encontravam em situações de vulnerabilidade, ou que de alguma maneira se colocavam contra o Estado, como forma de resistência, eram considerados desajustados e para que se "adequassem", as assistentes sociais da época eram responsáveis por tal ajuste.

Dessa maneira, o Serviço Social constituiu como uma alternativa para que mulheres pudessem adentrar o mundo do trabalho, para tanto estas deveriam carregar consigo características que universalmente estão vinculadas a feminilidade e maternidade, como por exemplo; devotamento, sensibilidade, a submissão e a humildade. Nesse sentido, percebe-se que o perfil para a profissão era inteiramente feminino e pautado na perspectiva da construção do gênero sob uma visão de que a mulher era a única capaz de sanar as demandas oriundas desses conflitos.

Ademais, a questão social foi abordada por uma concepção de cunho individualista, que julgava e culpabilizava os sujeitos por suas condições de vida, como se estas não fossem ~~fruto~~ resultantes do conflito capital *versus* trabalho.

Nesse sentido, a vinculação das mulheres ao trato das expressões da questão social estava ancorada na perspectiva de que essas expressões se apresentavam como fruto de um desalinho da família e para

que fossem mediadas era necessário o fazer por parte de uma mulher que possuía todos os "dons" necessários para educar os indivíduos. Portanto, cabe ressaltar que o enfrentamento da questão social foi posto para as mulheres não só como uma oportunidade de exercer uma profissão, mas sim como uma forma do Estado transferir responsabilidades da esfera pública para a privada.

Para pensar essas determinações acerca do trabalho feminino e posteriormente o vincular com a prática à origem conservadora do Serviço Social, é necessário ter em vista o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Com efeito, o trabalho feminino foi posto como secundário e/ou auxiliar na ordem social, para garantir a manutenção da família e a reprodução da força de trabalho no capitalismo. Isso porque, a família do modelo patriarcal tem sua centralidade na figura do homem, sendo o único provedor, ou provedor "chefe", e a mulher sendo a responsável pelas tarefas domésticas, que incluem o cuidado com o lar e a educação dos filhos, contribuindo para desobrigar o Estado capitalista de tais funções, reduzindo suas obrigações no bem-estar da sociedade.

Sendo assim, o trabalho feminino desenvolvido dentro do lar nunca se configurou como trabalho de fato como aponta Claudia Mazzei Nogueira, em seu livro de grande contribuição *"A Feminização do Mundo do Trabalho"*, de 2004 em que pontua que "mesmo havendo grande ênfase na domesticidade da mulher, reforçando o seu "estatuto social", o trabalho doméstico não era considerado [...] como trabalho, pois, tratava-se de atividade desvinculada da esfera econômica" (NOGUEIRA, 2004, p.24)

A invisibilização do trabalho desenvolvido no espaço privado e a disposição imposta às mulheres para o trabalho apenas vinculado a uma espécie de extensão do lar é fruto de um longo processo que atravessa os caminhos e modificações da família e do que se concebe por trabalho.

Rachel Gouveia Passos em: "*Trabalho, Gênero e Saúde Mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino*" pontua que

“a divisão sexual do trabalho é apropriada pela sociabilidade burguesa e produzida na individualidade, no cotidiano, resultando na desigualdade entre os sexos” (PASSOS, 2018, p.76)

“Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho, como aponta o artigo “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo” de Danièle Kergoat, em “ Dicionário Crítico do Feminismo”, se configura com base em “dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, 67).

Em seu livro, “Trabalho, Gênero e Saúde Mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino”, de 2018, Rachel Gouveia Passos, propõe uma reflexão sobre as mulheres que atuam como cuidadoras, e afirma que, essas funções hoje executadas pelas cuidadoras, são as mesmas que factualmente são exercidas pelas mulheres em seus lares de forma gratuita com objetivo de servir as necessidades da família. A autora ainda pontua que, “a subalternidade feminina dá-se, inicialmente, no espaço doméstico e é perpetuada nas relações sociais sendo de fundamental importância a padronização das relações no mundo do trabalho e na produção da riqueza” (2018, p.76).

Portanto, os tratos do lar e dos filhos constituem tarefas exclusivamente femininas e possuem “menos” valor que o trabalho desenvolvido pelos homens na esfera produtiva. É nesse bojo de desvalorização e extensão do trabalho da esfera privada, que as mulheres assumem a profissão de assistente social, no contexto de emergência da profissão. A marca do trabalho desvalorizado e da presença majoritária das mulheres, ainda é expressiva na atualidade no Serviço Social, em que pese as modificações que ocorreram no cerne da profissão nos anos subsequentes com o movimento de renovação do Serviço Social, e com o projeto ético-político da profissão.

Porém, o quadro de desvalorização e o perfil da feminização do Serviço Social permanecem, seja pela presença majoritária de mulheres que optam pelo curso, seja pela concepção atravessada do senso

comum acerca do fazer profissional que até hoje vincula a Assistente Social como profissional voltada para suprir demandas emergenciais com base no cuidado e doação, características estas atribuídas, até a atualidade, às mulheres.

4. Opção pelo Curso[6]

Um dos aspectos mais significativos sobre a construção do Curso de Serviço Social da UFSM, é que justamente por ter sido gestado a partir do REUNI, ele foi estruturado e pensado para que as/os trabalhadores/as pudessem acessar o ensino público de qualidade, garantindo dessa maneira que fosse possível a conciliação do trabalho intelectual e trabalho físico.

O que acontece é que em muitas instituições, o curso de Serviço Social é ofertado no turno diurno, o que implica em que os estudantes tenham maior dificuldade em se manter financeiramente, pois não conseguem trabalhar e, por conseguinte, permanecer na universidade. Portanto, é completamente compreensível que um contingente significativo dos discentes[7] (27%) opte por cursos noturnos, porém o fato de (74%) afirmaram ter escolhido o curso por uma questão de "afinidade", tendo em vista a não compreensão de uma grande parcela da sociedade sobre o que de fato é o Serviço Social e, principalmente, que o curso é composto majoritariamente por mulheres, provoca uma reflexão sobre o motivo pelo qual as mulheres possuem mais afinidade com o Serviço Social.

[6] Os dados expressos na Pesquisa "Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria", em relação à opção pelo curso, não somam 100%, e sim 101%. Acredita-se ter sido um erro que ocorreu durante a tabulação de dados ou um erro ortográfico na passagem dos dados para o artigo.

[7] "[...] 50% dos matriculados na época da aplicação do questionário, respondeu que não permaneceria no curso caso ele mudasse para o diurno, visto que, uma grande parte das/os discentes como a pesquisa afirma são trabalhadoras e trabalhadores e/ou filhas/os da classe trabalhadora, e conforme quantitativo não estariam inseridos numa universidade federal pública e gratuita com ensino de qualidade [...]" (FRAGA et al, 2018, p.230)

Como afirma Maria Cristina Aranha Bruschini, em seu artigo intitulado *"Mulheres e Trabalho: Engenheiras, Enfermeiras e Professoras"*, de 1970, onde realiza um estudo sobre os estereótipos do trabalho, afirmando que "[...] se de um lado, observa-se a elevação do nível educacional feminino, de outra parte pode-se constatar que, embora se dirijam cada vez mais aos cursos superiores, as mulheres continuam concentradas em determinadas áreas de concentração [...]" (BRUSCHINI, 1970, p.6)

Primeiramente, é necessário o entendimento que a participação das mulheres no mundo produtivo deu-se de forma intensa, seja pela requisição destas no momento após a Segunda-guerra/1945, ou pelas mais diversas demandas do capital. As mulheres estiveram presentes como força de trabalho, especialmente, no setor de Serviços, que mesmo exigindo muito esforço laboral, situavam como áreas menos conceituadas e de rendimento baixo (BRUSCHINI, 1970). Portanto, tradicionalmente as mulheres foram "alocadas" em setores os quais não conferiam prestígio e dessa maneira não poderiam ser ocupadas por homens, em decorrência havia a baixa remuneração e o desprestigio social.

Na atualidade as mulheres ocupam espaços que foram, tradicionalmente, considerados de exclusividade masculina. As mulheres estão inseridas em processos de gestão, que envolvem disciplinas antes vinculadas somente aos homens, como as engenharias. O fato é que mesmo que inseridas, elas não possuem grande representatividade nesses espaços, pois ainda estão em pequeno número.

Uma das hipóteses sobre a presença em grande número, ainda, das mulheres em espaços ditos femininos, que são desvalorizados e precarizados, são citados por Maria Cristina Aranha Bruschini, em seu artigo intitulado *"Mulheres e Trabalho: Engenheiras, Enfermeiras e Professoras"*, afirmando que "[...] as condições oferecidas às mulheres seriam favoráveis em áreas de pouco interesse para os homens, [...]. Isso, por sua vez, ocorreria porque quanto mais numerosas são as mulheres num determinado ramo de atividade, menor o salário [...]"

(BRUSCHINI, 1970, p.5)

Essa divisão sexual do trabalho, configurada com base em atividades e espaços que devem ser ocupados por homens e mulheres, os vincula de formas diferentes às esferas do público e privado. Dessa maneira, os homens construídos socialmente sob uma perspectiva da virilidade, força, poder e inteligência são associados a esfera pública, em seu sentido literal, adentrando o espaço da produção e tendo "direito" a vida pública e, portanto, podendo reivindicar seus ideais. Porém, as mulheres quando vinculadas a esfera privada são associadas a características construídas socialmente, como, a sensibilidade, carinho, cuidado e afetividade.

Essa histórica vinculação dos sujeitos partindo de definições pautadas pelo sexo biológico ainda hoje norteiam as escolhas e caminhos trilhados por homens e mulheres. Mesmo que muito se tenha avançado sobre o poder de decisão e a autonomia das mulheres a respeitos de suas trajetórias, como um de seus fatores a sua inserção massiva na esfera produtiva, os valores enraizados e que norteadores da lógica capitalista impedem um processo de emancipação plena das mulheres.

Sobre os interesses da lógica capitalista na manutenção dos valores socialmente construído sobre os sexos, Cláudia Mazzei Nogueira, em seu artigo *"As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução"*, de 2010, afirma que,"[...] o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher." (NOGUEIRA, 2010, p.61).

5. Considerações Finais

A centralidade da família na vida das mulheres é uma representação cooptada pelo interesse do capital, a fim de que as mulheres se identifiquem com o trabalho doméstico para que o desenvolva, não

sendo necessário que o Estado arque com as responsabilidades sobre o lar e os filhos. Assim, cabe à mulher a realização das tarefas relativas ao cuidado, à proteção e ao controle da família. Em momentos de crise, o capitalismo requisita o trabalho das mulheres na esfera produtiva, para tarefas mais flexíveis, eventuais, para o trabalho desregulamentado e desvalorizado. Isso se dá pela concepção de que o trabalho feminino é menos valoroso. Dessa maneira, as mulheres são instruídas ao que se construiu, até hoje, sobre a maternidade, o cuidado e a sensibilidade, reforçando os arquétipos do que é ser mulher na sociedade capitalista.

É justamente no cenário de transição para o capitalismo monopolista, que o Estado requisita o trabalho das/dos assistentes social, que na origem fora concebido como trabalho para mulheres e visto sob a perspectiva de que as mulheres são provedoras de amor e detentoras de sensibilidade, e seriam elas as únicas capazes de ajustar os indivíduos ao meio social de forma adequada.

A configuração conservadora do Serviço Social brasileiro sofreu um processo de modernização e depois ruptura, a partir dos anos 60, que culminou no atual projeto ético-político da profissão na última década do século XX. Esse processo foi definidor para ultrapassagem da profissão do cuidado e da ajuda para a profissão da defesa dos direitos sociais e da justiça social.

Entretanto, os resquícios conservadores da profissão, tradicionalmente, feminina e voltada para o cuidado dos sujeitos ainda permanecem, mesmo com todo o trabalho desenvolvido pelas entidades da categoria e das instituições de formação profissional, regradas às novas diretrizes curriculares do Serviço Social e às legislações e normativas atuais. Desse modo, a feminização da profissão acompanha a lógica da feminização do trabalho da mulher no Brasil, predominantemente, desvalorizado no status econômico e social, reforçador da concepção de atributos estereotipados do feminino da bondade, da sensibilidade e do cuidado.

A grande questão acerca da percepção do senso comum sobre o trabalho realizado por assistentes sociais e sobre as políticas nas quais

os profissionais atuam, pauta-se no desconhecimento tanto da política quanto do fazer profissional, e, principalmente, na ideia do indivíduo sob a perspectiva da individualidade. Isso porque as expressões da questão social ainda são vistas como um problema individual, como se o sujeito fosse o culpado por não atingir as metas do capital. Sentimento esse que se construiu no momento em que o Serviço Social emerge como profissão no Brasil.

Sobre a categoria discente do Serviço Social da UFSM, a hipótese é confirmada, de que a categoria é majoritariamente feminina devido aos processos de modificação e feminização do mundo do trabalho. Fato que acompanha tendência em mais de oitenta anos da profissão no Brasil. Também, possivelmente, pelo processo da gênese do Serviço Social brasileiro ancorado no humanismo-cristão, que nutre o senso da ajuda ao semelhante.

Com efeito, o estudo aqui sintetizado é ponto de partida, não de chegada, indicando a importante tarefa de estudar além dele. Ademais, confirma a valiosa contribuição da primeira pesquisa sobre O Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (2017/2018), pela visão ampla que ofereceu para esta análise e para outras que venham ser aprofundadas.

6. Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Mulheres desempenham papel central em programas sociais do MDSA. Brasília: 2017. Disponível em: http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/marco/mulheres-tem-papel-central-em-programas-sociais-do-mdsa. Acesso em: 20 set. 2019.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulheres e trabalho**: engenheiras, enfermeiras e professoras. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. s/v, n. 27, p. 5-17. 1978. Disponível em:<http://

publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1726/1710>. Acesso em: 06 nov. 2019.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**.1. ed. São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil**: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional. 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Ofício À Central Globo de Jornalismo**. 2017. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/oficio-tv-globo-zorra-total-.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

FRAGA, C. K; OLIVEIRA, A. F. R. de; SEBASTIANY, M. M. O Perfil Socioeconômico das/os Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Sociais e Humanas.** v.31, n. 2, p. 214-236. 2018

GOMES, S. **Cadernos ABEPSS em Debate**. 1991. Disponível em: <http://www.ab epss.org.br/arquivos/anexos/debate-suely-gomes-20160915134103862343O.pdf>.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/ mod_resource/content/1/Kergoat%20p.6775%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21 ed. São

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização do Mundo do Trabalho**. 1. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2004

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As Relações Sociais de Gênero no Trabalho e na Reprodução.** 2010. Disponível em: <https://

www.marilia.unesp.br/Home/Revistas Eletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PASSOS, R. G. **Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxistas para o debate contemporâneo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 281-301, maio/ago. 2016. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0281.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019

PASSOS, R. G. **Trabalho, Gênero e Saúde Mental**: contribuições a profissionalização do cuidado feminino. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). 1. ed. Recife: SOS Corpo, 1991.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Vanessa Bezerra de; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social**: desafios para uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

Capítulo 6 - Questão de Gênero e Desigualdades Sociais: desafios no fazer profissional do (a) Assistente Social

Débora Rodrigues Dos Santos Flores
Fabio Jardel Gaviraghi

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar os processos de trabalho do (a) assistente social frente às mulheres usuárias da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com enfoque à questão de gênero. A metodologia está baseada na revisão bibliográfica e documental. Para tanto, utilizou-se os documentos elaborados durante o estágio obrigatório em Serviço Social no âmbito da Política de Assistência Social em Santa Maria – RS. A partir disso, surgiram questionamentos e ações relacionados ao papel que as mulheres ocupam na configuração das relações sociais e à atuação do (a) assistente social frente às usuárias da política. Com o desenvolvimento do trabalho foi possível observar que classe e gênero funcionam como o motor que gera as condições ideais para a manutenção e reprodução das relações tanto no âmbito da vida privada, quanto pública. Na mesma lógica impactam também a atuação dos (as) profissionais na área das políticas sociais públicas ao permitir que por meio delas, por vezes, se consolidem as situações de privação, exclusão e opressão das mulheres. As considerações finais sinalizam a necessidade de aproximação teórica e prática dos (as) assistentes sociais com a temática de gênero, visto que o Serviço Social precisa romper suas barreiras para que possa de fato abarcar as intersecções de gênero e classe presentes na vida cotidiana das usuárias da Política de Assistência Social no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Questão Social; Política de Assistência Social; Serviço Social.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar os processos de trabalho do (a) assistente social junto às mulheres usuárias da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com vistas a problematizar a questão de gênero nesse âmbito. Sua metodologia é composta pela revisão bibliográfica e documental, utilizando-se de referências sobre a temática e tem como base as experiências de estágio vivenciadas durante a graduação, tanto na Secretaria de Desenvolvimento Social, quanto no Centro de Referência em Assistência Social Norte em Santa Maria – RS.

A partir desses, foi possível observar a realidade vivenciada pelas mulheres usuárias da Política de Assistência Social e perceber o papel que elas assumem no enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade que cerca suas famílias. A delimitação do tema foi dada também pelo fato de a autora principal do artigo ser mulher e carregar o estigma de gênero desde os primeiros anos de existência, durante a trajetória acadêmica e a vida profissional. Além disso, enquanto acadêmica em Serviço Social foi possível a aproximação com o tema considerando que a profissão tem como eixo central e objeto de trabalho a questão social e as suas refrações, que incidem ora direta, ora indiretamente na manutenção da vida dos sujeitos sociais e estão intrinsecamente ligadas à divisão do trabalho social e sexualmente determinado. Já o coautor[1] do artigo acompanha a realidade vivenciada pela mulher contestando diariamente a sociedade patriarcal e a desigualdade de gênero.

Como base teórica, o presente utilizar-se-á do método histórico dialético de Marx, tendo como eixo central as categorias de totalidade, historicidade e contradição, além de explorar a indissociabilidade entre teoria e vida cotidiana para compreender a realidade e as relações sociais. A investigação sob esse enfoque "consiste, portanto, em situar

[1] A construção do artigo pelos autores deu-se através do estágio e do trabalho de conclusão de curso cujo coautor foi supervisor acadêmico.

e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inserido na totalidade concreta: a sociedade burguesa" (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 38).

Nesse sentido, pretende-se explorar na sequência do artigo: a constituição das desigualdades de gênero na sociedade de classes e sua relação com o sistema capitalista; num segundo momento, tecer-se-á alguns apontamentos sobre os processos de trabalho dos (as) assistentes sociais, posteriormente algumas reflexões da experiência de estágio repensadas a partir dos conceitos explorados ao longo deste estudo, e por fim algumas considerações finais e as referências.

1.Desigualdade Social e Gênero: elementos constituintes da política nacional de assistência social

No que se refere ao campo teórico, tanto a questão de gênero quanto a Política Nacional de Assistência Social se constituem nas palavras de Arrazola (2006) como um "desafio teórico-epistemológico e político", pois conforme a autora, ambas tratam-se de reflexões recentes e ainda em construção. Sendo assim, pensar a relação dessas temáticas e as suas repercussões no fazer profissional do (a) assistente social é uma tarefa, no mínimo, desafiadora.

Para dar início, às reflexões, começar-se-á com a categoria gênero que para Bezerra e Veloso (2015) passou a ser utilizada pelas feministas marxistas assumindo um pensamento que vai além das questões biologicistas e economicistas, buscando compreender a permanência das relações desiguais entre homens e mulheres mesmo em contextos políticos e econômicos diferenciados. Dessa forma, não é possível de acordo com a base teórica de que se parte problematizar essas questões num sentido que separe o fator econômico, pois esse não daria conta do enredo em que se constituem os papéis e atribuições de gênero na sociedade capitalista.

No mesmo tom, Arrazola (2006) destaca que gênero são as relações sociais estruturadas a partir das diferenças biológicas dos corpos sexuados de mulheres e homens e do que os simbolizam, essas relações de gênero "distribuem diferente e desigualmente o poder, a autoridade e o prestígio" constituindo o patriarcado[2] (ARRAZOLA, 2006, p. 81). Souza (2015) admite o patriarcado como sendo o poder exercido pelo homem por meio dos papéis sexuais e destaca que este precede o modo de produção capitalista, porém nele assume formas singulares de existência, as quais pontuaremos a seguir.

Saffioti (2013) destaca que com a industrialização a vida feminina ganhou novas dimensões não porque a mulher passou a desempenhar funções econômicas ao adentrar o mundo do trabalho, mas porque isso permitia que se alterasse o seu papel, rompendo com o isolamento que grande parte das mulheres vivia. Entretanto, para Iamamoto e Carvalho (1995), a entrada das mulheres e crianças em idade prematura no mercado de trabalho funcionou como um mecanismo de rebaixamento salarial e contribuiu também para a constituição de um amplo exército industrial de reserva.

Essas transformações foram engendradas pelo próprio capital no intuito de que as mulheres contribuíssem com a criação da riqueza, enquanto a produtividade ainda era lenta. Esse mesmo sistema décadas depois vai promover "o processo de sua expulsão do sistema produtivo, já esboçado na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho" (SAFFIOTI, 2013, p.64). Sendo assim, posteriormente há "a expulsão das mulheres do trabalho assalariado, da economia e do mundo público, criando um preconceito contra o trabalho das mulheres, especialmente as casadas, transformando o seu direito ao trabalho em concessão, permitido apenas às mulheres mais pobres" (SOUZA, 2015, p. 480).

[2] Saffioti (2004) define o patriarcado como um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. Nesse sentido, a ordem patriarcal de gênero admite então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina.

A industrialização e as desigualdades geradas pelo advento do capitalismo passam a precarizar num sentido amplo as condições de trabalho e de vida da classe proletária, que vende a força de trabalho de cujo capital se apropria. Essa apropriação vai desencadear as desigualdades entre as classes, não só numa perspectiva econômica, mas também social, estabelecendo as contradições entre burgueses e trabalhadores assalariados e/ou desempregados.

É nessa lógica que o gênero passa a funcionar como instrumento de atualização da sociedade de classes, cada vez mais ancorada na individualização e na competitividade que subjuga classes sociais para fortalecer os ideais do sistema, desencadeando a questão social e a divisão do trabalho. Com isso, para Saffioti (2013) atualizam-se as definições culturais acerca do gênero diferenciando-os entre aqueles que vendem sua força de trabalho (homens) e aqueles que exercem sua força de trabalho nos afazeres domésticos (em sua maioria, mulheres), estabelecendo segundo Miranda (2017) a divisão sexual do trabalho e o processo de produção e reprodução social.

Esse cenário de ascensão do sistema capitalista, acirramento da questão social e da luta de classes vai exigir do Estado alternativas em face às desigualdades sociais, resultando nas políticas sociais. Nesse sentido, Pereira (2011) afirma que a política social é o produto das relações contraditórias entre estrutura e história, entre estado e sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania e também das relações antagônicas entre capital e trabalho, compreendidas a partir da questão social. Segundo Behring e Boschetti (2006) as políticas sociais funcionam como instrumentos de ação governamental que irão se concretizar em forma de resposta a determinadas demandas, a partir de programas, serviços e projetos, conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e concomitantemente impor limites aos ganhos do capital.

Ou seja, entre Estado e sociedade civil há diversos interesses divergentes atrelados à consolidação das desigualdades sociais, da pobreza e pauperismo e das refrações da questão social, interesses os quais

interferem diretamente na formulação das políticas sociais, consolidando-as como ferramenta de concessões à classe trabalhadora e/ou estratégia para manter a ordem vigente e funcionar a favor do capital. Isto posto, é essencial segundo Miranda (2017) um olhar sobre como o Estado compatibiliza as demandas de acumulação do capital com as diversas expressões da desigualdade social, inclusive as de gênero. Ademais, deve-se também questionar como as políticas sociais se estruturam e qual sua contribuição frente aos papéis tradicionais atribuídos às mulheres.

No que se refere mais especificamente à política de assistência social, Russo et al (2008) aponta que desde sua primeira "aparição" através da Legião Brasileira de Assistência (LBA) [3] em 1942, com um caráter nitidamente assistencialista de reprodução das relações de dominação e dependência, já apresentava um espaço reservado às mulheres, tanto como profissionais, aquelas que ocupavam posição social de maior prestígio, quanto como destinatárias da assistência, sendo as mulheres proletárias.

Nesse sentido, estabelece-se que as mulheres são responsáveis pelo âmbito doméstico/privado, e ao adentrarem o mundo público através da assistência, a elas destina-se um lugar marginalizado tornando-as responsáveis pela reprodução social e pela questão social, fortalecendo a lógica de que são "boas mães, esposas e donas de casa" (RUSSO et al, 2008, p. 138) atribuindo-lhes o papel de cuidado com o outro e sua "*vocação natural*" [4]para as tarefas educativas e caridosas" (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 182).

Esse cenário ao mesmo tempo em que reforça a submissão e opressão da mulher, uma vez que a própria sociedade dispõe-lhe os espaços

[3] Nessa instituição, para Russo et al (2008) era central o papel da mulher, tendo como precursora a Primeira Dama Darcy Vargas ao invés do presidente e/ ou de seus homens de confiança.

[4] As atribuições femininas, embora tidas como naturais são social e culturalmente construídas. (RUSSO et al, 2008, p. 138).

que pode ou não ocupar, destina-as o controle das manifestações da questão social, também abrindo espaço para a profissionalização das mulheres, aproximando-as do espaço público e de seu despertar político. A respeito disso, os autores Russo et al (2008) destacam o caráter contraditório da sociedade no qual forças conservadoras acabam, muitas vezes, gestando forças revolucionárias, estabelecendo um constante de superação e conservação.

Posteriormente, nos termos da Constituição Federal de 1988 foi reconhecida a Política de Assistência Social, dentro do tripé da Seguridade, se estabelecendo como direito do cidadão e dever do Estado e representando um marco na trajetória dos direitos sociais. Desse modo, a Assistência Social foi incluída como política não contributiva e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), N.8743/1993, sendo responsável pela proteção social[5], essa política tem como objetivo o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais e a garantia universal dos direitos dos cidadãos.

A sua materialização ocorre somente no ano de 2004 quando é criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 22 de setembro de 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social com o objetivo de efetivar as ações da assistência social e responder às demandas da sociedade, na lógica que a CF 88 a define, como direito do cidadão e dever do Estado. No entanto, "a assistência social ao ficar sob a responsabilidade do Estado, ao mesmo tempo que aponta para a conquista de direitos, despolitiza a luta por uma sociedade verdadeiramente igualitária" (RUSSO et al, 2008, p 134).

Decorre disso que as políticas sociais, incluindo a PNAS, embora reconhecidas pelo Estado assumem um caráter reducionista e de seleção da pobreza, numa perspectiva que trata superficialmente das ques-

[5] A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social. (BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012).

tões de vulnerabilidade e pauperização extremas, principalmente no período que segue após a onda neoliberal e a crise do capital. Sendo assim, no que tange à atuação dos (as) assistentes sociais na Política de Assistência Social o CFESS (2011) pontua que:

> [...] a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à "gestão da pobreza" sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante.

Apreende-se que nesse contexto de expansão da desigualdade social outros fatores como o crescimento global do desemprego estrutural, da miséria e pobreza, vai atingir, de acordo com Arrazola (2006) sobremaneira às mulheres das classes subalternas, ao ponto de falar-se de uma *feminização da pobreza*[6] (grifo da autora). Nesse sentido, Lima (2014) também enfatiza que a dicotomia entre profissões masculinas e femininas, impulsiona as mulheres a ocuparem uma posição de subalternidade, ganhando menos que os homens de forma que a pobreza no mundo tem um gênero e também uma cor: "a pobreza é feminina e negra". (LIMA, 2014, p.55).

Campos e Teixeira (2009) destacam também que as políticas sociais adotadas na América Latina e articuladas com as condições oferecidas pelo mercado de trabalho e com a estrutura familiar predominante, são responsáveis por delimitar e reforçar o papel da mulher na sociedade de classes, reforçando as desigualdades. Isto posto e tendo como base os autores utilizados, percebe-se que a dimensão de gênero na política de assistência social, embora esteja presente, não apresenta estratégias de enfrentamento ou superação da mulher enquanto responsável pela organização familiar.

[6]Arrazola(2006) aponta que as mulheres constituem mais de 70% do 1,3 bilhão de pobres do mundo, dentre os quais as famílias chefiadas por mulheres que, na América Latina, compõem 40% das famílias.

2. O Estudo de Gênero e o Fazer Profissional do Assistente Social

Martinelli (2011, p. 17) afirma que o serviço social modifica-se "pulsando com o tempo e o movimento, criando-se e recriando-se continuadamente no fértil terreno das diferenças, das alteridades, das diversidades". Essa profissão se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e burguesia industrial. IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 77).

O Serviço Social que se concretiza a partir do movimento de reconceituação tem como conjunto normativo na década de 1990 alguns marcos como: a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993), as Diretrizes Curriculares (1996) e o Projeto Ético-Político da profissão, bem como sofre influência das legislações sociais em ascensão na mesma década tais como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990), a LOAS (Lei Orgânica da Assistência, de 1993), e da LOS (Lei Orgânica da Saúde, de 1990).

Nesse movimento, a Lei 8.662 de 7 de junho de 1993 de Regulamentação da Profissão normatiza o exercício profissional dos(as) assistentes sociais, podendo exercê-lo somente àqueles possuidores de diploma em Serviço Social, e delimita as competências e atribuições privativas desses profissionais. Dessa forma, o/a assistente social assume o status de trabalhador assalariado, ou seja, vai se inserir como profissional na divisão sociotécnica do trabalho e, concomitantemente, atuar mediando as relações de forças decorrentes da apropriação dos meios de produção.

O processo de trabalho nas palavras de Guerra (2000) é compreendido como "conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação, e da criação dos meios". Sendo assim, o/a assistente social tendo

como matéria-prima as diversas expressões da questão social requisita, no uso de suas regulações profissionais, a visão crítica para desvendar a realidade e a articulação entre teoria e prática posta na práxis, mas, além disso, necessita também das técnicas e instrumentos necessários à sua intervenção e da instrumentalidade.

Disto entende-se, com base em Battini (2001), que o instrumental utilizado pelo (a) profissional não pode ser analisado isoladamente, mas organicamente articulado ao projeto ético-político que compreende o Serviço Social a partir de três dimensões, sendo elas: dimensão Teórico-metodológica que se baseia em uma teoria social de leitura e de explicação do real e funda-se na unidade teoria-prática; dimensão Ídeo-política alicerçada em uma prática social e profissional que interpreta a realidade a partir das determinações históricas; Dimensão Técnico-operativa constituída pelas teorias, metodologias, instrumentais e técnicas que compõem a ação.

Diante desse conjunto de instrumentos e técnicas que vão compor o exercício profissional, impõem-se o *saber fazer* referindo-se a um (a) "profissional que habilitado no manejo do instrumental técnico saiba colocá-lo no seu devido lugar (qual seja, no interior do projeto profissional) e, ainda, que reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital" (GUERRA, 2000, p.15).

Outra categoria a ser compreendida nos processos de trabalho é a intencionalidade do (a) assistente social, entendida a partir de Guerra (2000) como sendo a finalidade que se tem a partir dos processos de trabalho, ou seja, é a objetivação do exercício profissional em respostas às demandas das classes. Além disso, destaca-se que no âmbito da intencionalidade tem-se a presença da categoria mediação sendo considerada por alguns autores como necessária para que se alcance os propósitos do fazer profissional. A mediação "permite que os sujeitos, face à sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades

profissionais"(GUERRA, 2000, p. 13). Dito isso, destaca-se também que as relações sociais estabelecidas pela lógica do capital têm de ser entendidas e articuladas a partir da totalidade histórica, da particularidade e singularidade dos sujeitos expressas através da questão social e manifestadas nos campos de intervenção.

Neste mesmo contexto, o capitalismo, impregnado pela ideologia patriarcal, reforça o sistema de opressão que subjuga as mulheres e, ao compreender os primórdios da desigualdade de gênero, da questão social e a conjuntura em que se consolidaram as políticas sociais no Brasil, fica evidente que a articulação desses eixos causa impactos diretos na vida das mulheres ainda nos dias atuais. Logo, se causa impacto na vida das mulheres, sujeitos da proteção social, impacta também nos processos de trabalho dos (as) assistentes sociais nesse âmbito, visto que este tem como objeto de trabalho a questão social e, em seu fazer profissional, lida com as questões objetivas e subjetivas da vida dos sujeitos sociais, considerando a totalidade em que vivem.

Percebe-se, assim, a importância de refletir e delinear a forma como os (as) assistentes sociais podem intervir junto das mulheres, com o objetivo de fortalecer os direitos já garantidos constitucionalmente e, além disso, promover a igualdade de gênero e potencializar a efetiva transformação da sua realidade, com destaque às usuárias da política de assistência social.

A questão social representada através de expressões como a pobreza, fome, desemprego é responsável por refrear a construção da autonomia, identidade e enfraquecer o empoderamento dos/as sujeitos, e quando somada à opressão e desigualdade de gênero, pode ser perversa e causar impactos na forma como as mulheres percebem e experenciam a vida cotidiana. Além disso, partindo do pressuposto definido por Saffioti (2004) que a grande contradição da sociedade atual é composta pelo nó patriarcado, racismo e capitalismo, define-se que tanto um quanto outro vai refletir na estrutura social em que se configuram as relações de produção e reprodução da vida.

Fato esse que se justifica numa perspectiva que compreende a

perpetuação das desigualdades de gênero fortalecidas pelo binômio patriarcado e capitalismo. "As fronteiras de gênero, da mesma forma que as de classe se entrelaçam para servir a uma grande variedade de funções e análises políticas, econômicas, sociais e culturais. Os estudos de gênero nos convidam a olhar e a pensar de maneira diferente sobre nossa condição histórica e sobre a origem das desigualdades sociais" (LISBOA, 2010, p. 68).

Nas últimas décadas foi possível observar um movimento lento de transformação no modo de vida das mulheres, marcado pela remodelação do seu papel social. Isso se deve à intensificação das reivindicações dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, que vem dando visibilidade às desigualdades de gênero que vitimizam as mulheres e, das quais, fortalecem a lógica de subordinação e inferioridade. Esse movimento apesar de significativo ainda traz por parte do aparato estatal, ações fragmentadas e focalizadas, que não levam em conta todos os aspectos que envolvem a vida das mulheres.

Percebe-se também, indo de acordo com o referencial teórico trazido, que a responsabilização da mulher diante da organização familiar acaba por vezes sendo reforçada pelas próprias políticas públicas. Diante disso, destaca-se que essa temática precisa adentrar esse espaço de forma que se faça presente nas análises dos profissionais que nela atuam e, ainda, torne-se foco de capacitação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. As políticas públicas promoverem visibilidade à questão de gênero e à luta das mulheres não é suficiente, pois é necessária uma "revolução intelectual e cultural e a superação da lógica binária" (LAGARDE, 1996 apud LISBOA, 2010).

Dessa forma, no que tange à formação profissional compreende-se que o estudo de gênero e sua incorporação às análises da realidade, no âmbito de nossa intervenção, exigem um processo de formação que contemple o seu entendimento em todas as esferas da vida social. Nesse sentido, Lima (2014, p 65) propõe que:

> A temática de gênero deve se dar em forma de disciplina obrigatória e no momento de ingresso dos discentes no estágio obrigatório; A temática de gênero deve incorporar mais efetivamente discussões relacionadas à etnia/raça, diversidade sexual e questões éticas; A temática de gênero deve se dar também transversalmente, nas diversas disciplinas do curso, relacionando tal temática com as demais.

O que tem se experienciado nas atuações profissionais é que apesar da base teórica e legal existente, ainda é um desafio aos profissionais compreender a problemática de gênero quando está materializada nos/nas usuários/usuárias das políticas sociais. O que se configura no cotidiano profissional é que, por vezes, os (as) próprios (as) assistentes sociais acabam por se distanciar daquilo que eles mesmos propõem e, por consequência, reforçam a desigualdade enraizada na sociedade.

Além disso, é essencial compreender o Serviço Social como a profissão atuante na mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora, e, portanto, responsável pela implantação e implementação das políticas sociais destinadas a enfrentar as demandas da questão social e permeadas de contradições no que tange à sua efetivação. É essencial que se compreenda a forma como a sociedade se estruturou tomando como partido o capitalismo e patriarcado na regulação do modo de ser, pensar e agir das mulheres. Ou, como citam Bezerra e Veloso (2015, p. 206) a respeito da questão de gênero:

> Seu estudo e incorporação às análises da realidade, ou seja, ao âmbito de nossa intervenção, demandam um processo de formação profissional que contemple o seu tratamento: uma formação que capacite os assistentes sociais a perceber a presença do gênero em todas as esferas da vida social.

Sendo assim, quando se reflete sobre o fazer profissional frente às mulheres usuárias da Política de Assistência Social além de todos esses princípios, o/a assistente social sempre deverá atuar de forma que não acabe reiterando os ideais da sociedade machista e patriarcal que oprime e enfraquece esse grupo. Para que isso se verifique na práxis profis-

sional, é necessária a teoria crítica numa análise de totalidade e historicidade e um processo de constante análise do gênero enquanto categoria constitutiva das desigualdades sociais.

3. O Estágio na Política de Assistência Social: desvelando as desigualdades sociais e de gênero no município de Santa Maria – RS

A assistência social reconhecida na Constituição Federal de 1988 como direito do cidadão e dever do Estado caracteriza-se como não contributiva, responsável pela proteção social, sua materialização se deu através da Política Nacional de Assistência Social (2004) e a sua organização e delimitação conforme o Sistema Único de Assistência Social (2005).[7]

As experiências vivenciadas durante o estágio curricular em Serviço Social permitiram a então estagiária e ao supervisor acadêmico apreender as desigualdades sociais e de gênero a partir de dois lócus profissionais no âmbito desta política, sendo eles: Secretaria de Desenvolvimento Social e o Centro de Referência em Assistência Social Norte (CRAS Norte) do município.

Na esfera municipal em Santa Maria (RS) o órgão de referência responsável por planejar e executar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a Secretaria de Desenvolvimento Social. Além disso, esse órgão tem como atribuição assessorar as entidades e organizações de assistência social de forma que os serviços prestados, programas, projetos e benefícios estejam em conformidade com as normas do SUAS.

O CRAS por sua vez enquadra-se na proteção social básica e segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, define-se como:

[7] Esse sistema constitui um conjunto de benefícios, serviços, programas e projetos que vão ser destinados ao enfrentamento da pobreza e exclusão social dos segmentos mais vulneráveis da população e vai se organizar em níveis, sendo baixa, média e alta complexidade.

> O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

Para agir preventivamente é necessário dispor de informação, conhecer o território e as famílias que nele vivem. A identificação e o conhecimento das situações de vulnerabilidade e risco social devem ser utilizados como fonte para o planejamento municipal, para a definição de serviços socioassistenciais a serem ofertados em cada território e para a ação preventiva nos territórios dos CRAS (MDS, 2009). Entretanto, o que se verificou durante o período de observação foi que em decorrência de diversos fatores de precariedade tanto estrutural, quanto de recursos humanos, as famílias referenciadas ao equipamento não possuíam um vínculo construído com este e, portanto, muitas vezes não acessavam esse espaço. [8]

O município de Santa Maria - RS, conforme o Censo Demográfico de 2010, tem aproximadamente 261.031 habitantes, sendo que apresenta um índice expressivo de pobreza em que 4.614 pessoas possuem renda domiciliar per capita abaixo de R$70,00, sendo a maioria mu-

[8] Os equipamentos da proteção básica e média, em Santa Maria foram administradas de 2005 à 2015 a partir de um contrato de terceirização assinado pela Secretaria de Desenvolvimento Social com uma instituição assistencial, portadora do CEBAS-Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Posteriormente, no ano de 2015, através de chamamento público, outra instituição assumiu a gestão dessas instituições, reafirmando novamente a decisão do município pela descentralização, repassando os recursos à terceirizada e cabendo à ela a responsabilidade por gerir os serviços e contratar os profissionais. Somente no ano de 2017, após o fim desta licitação foi realizado um concurso público a fim de suprir os profissionais necessários para atuar nos equipamentos da política de assistência no município.

lheres representando 53,3% dos extremamente pobres [9]. No que se refere ao território correspondente ao Centro de Referência em Assistência Social Norte, onde se deu o estágio II, segundo o Diagnóstico Socioterritorial disponível no portal SUAS VISOR[10], em um raio de 5 km do equipamento, há aproximadamente 2.399 famílias com até R$85,00 per capita. Esses dados apontam que assim como em diversas cidades, Santa Maria concentra boa parte da pobreza urbana em determinados bairros, sendo que significativa parte deles se concentra na região de abrangência do CRAS Norte.

Sendo assim, a questão social, já abordada no referencial teórico, foi facilmente percebida no cotidiano da instituição, materializada nos usuários da Política Nacional de Assistência Social de Santa Maria- RS em todos os atendimentos, acolhimentos, visitas domiciliares e demais instrumentais realizados durante esse período. Através destes processos, evidenciou-se a exclusão e desigualdade social que deixa esses sujeitos à mercê da vulnerabilidade e risco, apreendeu-se que a questão social se expressa no seu cotidiano através da extrema pobreza, fome, desemprego, fragilização dos vínculos familiares e comunitários, marginalização frente ao mercado de trabalho e precarização das condições de vida e moradia.

Percebe-se que num sentido geral essas condições são fruto das dificuldades de acesso às políticas de educação, saúde, habitação e do próprio sistema capitalista que subjuga a classe trabalhadora em prol da classe dominante. Esses conceitos foram percebidos através da própria voz dos usuários quando chegavam ao equipamento e relatavam suas demandas que retratavam a burocratização dos atendimentos, as dificuldades de acesso materializadas através da falta de recurso para vale-transporte ou até dos horários de atendimento dos equipamentos.

[9] Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/c a r r e g a _ p d f . p h p ? r e l = e xtrema_pobreza

[10] Dados obtidos através da estimativa do Cadastro Único em 2016, disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/suasag/index.php acesso em: 06/06/2018.

Além disso, foi possível evidenciar que os/as usuários/as quando questionados/as na Secretaria de Desenvolvimento Social, ou no CRAS a respeito do entendimento que têm da Política de Assistência Social ou dos respectivos benefícios e programas são recorrentes afirmações como: "Não conheço"; "Não entendo o que é"; ou até mesmo "Só conheço o Bolsa-Família". Essas frases retrataram por parte dos/as usuários/as o desconhecimento da política que estavam acessando naquele momento e, concomitante a isso, apontam para o árduo trabalho a ser executado pelos/as assistentes sociais no sentido de garantir o acesso à informação. Expôs-se também no diálogo direto com os/as usuários/as relatos que reafirmavam a percepção da assistência social como caridade ou benesse, representada através de frases como "Preciso que vocês me ajudem" ou "Minha família precisa dessa ajuda". Nesse contexto, a ação profissional tem de ser pontual a fim de contribuir para o empoderamento esses sujeitos e esclarecer o caráter de direito, próprio dessa política, visto que a questão social atinge o modo como eles pensam e agem diante das suas expressões e, também, na forma como esses sujeitos as produzem e reproduzem a vida cotidiana.

Atrelado a todo esse contexto, durante a experiência de estágio tornou-se quase impossível não problematizar a questão de gênero e a questão social, uma vez que o público usuário de maior destaque durante o período sempre foi o do sexo feminino. Apreendeu-se que são sempre as mulheres a arcarem com as responsabilidades familiares quando a família encontra-se em condição de extrema pobreza, pois mesmo que não estejam inseridas no mercado de trabalho, é essa figura do sexo feminino, na maioria das famílias, que assume ou lhe é atribuído o papel de força e resistência diante das adversidades próprias da vulnerabilidade.

O diálogo com as usuárias ia ao encontro disso, pois essas afirmavam que a maternidade influencia suas ações e tomadas de decisões e, além disso, o significado da geração de renda para o sustento da família (SIU). Percebeu-se também que os frutos das desigualdades de gênero impactaram direta e indiretamente na vida das mulheres, mol-

dando desde crianças a forma como deverão se comportar, pensar e agir, pré-estabelecem suas decisões e escolhas partindo do pressuposto do casamento e da maternidade, e as deixando à mercê da opressão, violência e abusos.

Além disso, conforme informações colhidas no cotidiano do estágio, o casamento para algumas usuárias ocupava ainda um papel central na construção da identidade das mulheres, pois as transformam quando passavam a serem esposas (SIU). De acordo com isso, Campos e Teixeira (2009) apontam que o modelo de família conceituado como "nuclear conjugal" [11] é responsável por gestar, ainda em grande parte, as identidades feminina e masculina, em termos concretos ou simbólicos. No entanto, uma demanda recorrente dos atendimentos foi a violência doméstica[12], compreendida como a violência que ocorre na maioria das vezes no seio dessa família tendo como agressor geralmente o marido, esse tipo de relato fortalece a presença das amarras do patriarcado no âmbito privado das relações afetivas e sociais das mulheres, que reforçam seu papel de submissão em relação ao homem.

Além disso, a vivência de estágio apontou para a necessidade de o equipamento vislumbrar estratégias para "atrair" a população de referência para que ocupassem esse espaço, participando dos grupos enquanto ferramentas para fomentar a transformação social.

Para além da condição desumanizante que a desigualdade de gênero impõe às mulheres, o modo de produção capitalista a reconfigura de forma que mantenha e sustente as relações de exploração da força de trabalho e de classe social, potencializando a acentuação das refra-

[11] Trata-se de um modelo restrito de família, a família nuclear conjugal, enquanto núcleo separado econômica e geograficamente da parentela extensa, constituído por pai e mãe, com funções bem definidas: o primeiro, provedor, e a segunda, ligada aos assuntos internos da família, cuidadora do lar e dos filhos, também essenciais ao padrão. (PARSONS, 1980 apud CAMPOS; TEIXEIRA, 2009, p.28).

[12] Essas agressões são ainda contínuas nos relatos das mulheres mesmo após 11 anos da sanção da sanção da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha que criminaliza esse tipo de violência.

ções da questão social. Além disso, dificulta a superação dessa lógica que oprime e diferencia homens e mulheres socialmente, pelo menos até que seja possível superar o sistema capitalista de produção. Essas constatações foram apreendidas no decorrer do estágio em Serviço Social, pois quando se "desmistifica" a naturalidade das desigualdades de classe e gênero é possível apreender que essas estão presentes implicitamente nas decisões cotidianas das mulheres e homens.

A questão social foi apreendida com destaque à perspectiva de gênero e do próprio princípio da totalidade, compreendendo a maneira como as usuárias a vida diante das expressões resultantes do modo de produção capitalista, do patriarcado e do próprio machismo. As vivências mencionadas neste artigo estão correlacionadas às atribuições do feminino e masculino presentes na cultura e consideradas elementos chave na conservação do machismo e patriarcado na sociedade capitalista.

Por conseguinte, infere-se que é nesse cenário que se localizam e devem se efetivar as políticas sociais, especialmente a PNAS, por meio dos serviços, programas e benefícios da própria política e dos equipamentos socioassistenciais presentes no município. Por meio dessas políticas é possível contribuir para a construção da cidadania e autonomia, através do acesso a informação e do resgate da identidade das mulheres, para que se reconheçam como sujeitos de direitos em todos os âmbitos de suas vidas.

No que se refere ao papel do (a) assistente social diante desse emaranhado de expressões da questão social e das desigualdades de gênero, pontua-se ainda a necessidade de uma leitura ampla da realidade que se põe aos olhos dos profissionais a fim de não reproduzir o senso comum. Para isso, devem utilizar-se de uma observação crítica e de uma escuta sensível que valorize a história de vida dessas mulheres e as potencialize como sujeitos de direitos e, além disso, que o profissional do Serviço Social usufrua da teoria para compreender a forma como elas resistem e se oponha às fragilidades e vulnerabilidades que as cercam.

4. Considerações Finais

O presente estudo permitiu a aproximação com diversas produções no âmbito da temática debatida e foi possível constatar que muitos trabalhos discutem gênero e a política de assistência social. Outros, por sua vez, abordam a atuação do (a) assistente social e gênero, ou ainda, o Serviço Social e a política de assistência social. No entanto, percebeu-se que são raros os debates que englobam esses três eixos e permitem a descoberta do fazer profissional na política de assistência sob o enfoque de gênero, sendo este o principal objetivo do presente.

Os interesses de classe, na sociedade do capital, são articulados às desigualdades de gênero com o intuito de perpetuar a responsabilização da mulher pelos cuidados com a família e casa e também de inserir essas mulheres no mercado de trabalho numa lógica que precariza e subvaloriza sua mão de obra, direcionando-a as funções de reprodução social. Sendo assim, entende-se a partir dos estudos realizados que classe e gênero constroem as dinâmicas de desigualdade na sociedade do capital, ou seja, esses fatores funcionam como o motor que gera as condições ideais para a manutenção e reprodução das relações sociais, conforme estão postas. Esse contexto reflete na consolidação das relações sociais tanto no âmbito da vida privada quanto pública e, na mesma lógica, impacta também na atuação dos profissionais na área das políticas sociais permitindo que mais uma vez se consolidem as situações de privação, exclusão e opressão dos sujeitos sociais.

Esta é, sem dúvidas, uma discussão necessária ao Serviço Social, uma vez que se pensa em um (a) profissional que, com base no seu Código de Ética, deveria se distanciar da dominação/exploração de gênero e que, ao mesmo tempo, atua numa política que ainda apresenta fragilidades quanto à promoção da igualdade de gênero.

A atuação do (a) assistente social, alicerçada no projeto ético-político e nas dimensões da profissão tem de ser minuciosa a fim de contribuir, ao menos minimamente, para o empoderamento e emancipação das mulheres no contexto do modo de produção capitalista e

dos, ainda insistentes, resquícios do patriarcado. Diante disso, ressalta-se que o serviço social precisa romper suas barreiras para que possa de fato abarcar as intersecções de gênero e classe presentes na vida cotidiana dessas usuárias.

Portanto, a esse respeito são necessários estudos que deem visibilidade a esse amplo aparato que oprime, ainda hoje, as mulheres usuárias da Política de Assistência pela questão de gênero bem como pela classe social a que pertencem. Nessa mesma lógica, as políticas sociais, em especial a PNAS, e os profissionais que nela atuam precisam ser incansáveis em minimizar essas desigualdades garantindo a essas usuárias as condições necessárias para sua emancipação e empoderamento, tanto no contexto da vida privada quanto pública.

5. Referências

ARRAZOLA, L. S. D. A. **A Política de Assistência Social e os tempos sociais femininos:** Um caso brasileiro. Revista Nómadas N.24. Abril de 2006. Universidade Central, Colômbia, 2006. Disponível em:http://www.bdigital.unal.edu.co/48199/1/ p o l i t i c a d e a s s i s tecialeos.pdf Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

BATTINI, O. **A questão da instrumentalidade do Serviço Social**. Texto de apoio para discussões na disciplina de metodologia de Serviço Social, 2001.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BEZERRA, V.; VELOSO, Renato**. Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica** – São Paulo: Editora Saraiva 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Legislação Brasileira do Serviço Social. **Lei de Regulamenta-**

ção (Lei Federal n. 8662, de 7 de junho de 1993); **Código de ética do/a assistente social** (Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993); **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social** (Abepss, 8 de novembro de 1996); -10ª ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004; **Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

CAMPOS, M. S.; TEIXEIRA, Solange Maria**. Gênero, família e proteção social:** as desigualdades fomentadas pela política social. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 20-28 jan./jun. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100003/12726 Acesso: 10 de fevereiro de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília: CFESS, 2011.

FLORES, D R. dos S. **Desigualdade de gênero e a questão social: desafios do fazer profissional do(a) assistente social frente às mulheres usuárias da Política Nacional de Assistência Social.** Trabalho de Conclusão de Curso, 2018, 59 p. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

GUERRA, I. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, CFESS/ABEPSS – UNB, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; Carvalho, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. São Paulo, Cortez/CELATS, 10º edição, 1995.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da profissão, Revista Katálysis . Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

LIMA, R. de L. de. **Formação profissional em serviço social e gênero:** algumas considerações. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, jan./mar. 2014,p. 45-68.

LISBOA, T. K. **Gênero, feminismo e Serviço Social:** encontros e desencontros ao longo da profissão – Rev. Katál. Florianópolis v. 13 N.1 P. 66-75 jan./jun 2010.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação. –** Cortez, São Paulo, 16 ed., 2011.

MIRANDA, L. M. B. de. **Questão social e gênero:** uma análise sobre a condição da mulher no mercado de trabalho. VIII Jornada Internacional de políticas públicas, UFMA, Maranhão, 2017.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social:** temas e questões. 3ed. São Paulo, Cortez, 2011.

RUSSO, G.; CISNE, M.; BRETTAS, T. **Questão Social e mediação de gênero:** a marca feminina na Assistência Social. SER SOCIAL, Brasília, v. 10, nº 22, p. 129-159. Jan/ Jun 2008. Disponível em: https://studylibpt.com/doc/5903493/quest%C3%A3o-social-e-media%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero—a-marca-feminina-na Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade – São Paulo: Expressão Popular, 2013 3ed.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151 p.

SOUZA, T. M. dos S. **Patriarcado e capitalismo**: uma relação simbiótica**.** Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

Capítulo 7 - A Violência que Atinge as Mulheres Idosas em Santa Maria: magnitude e expressões a partir da perspectiva do Serviço Social

Lisane Ullrich
Cristina Kologeski Fraga

Resumo: O presente artigo é o resultado de uma pesquisa que teve como objetivo principal analisar os dados coletados dos inquéritos policiais referentes à violência contra a mulher idosa, na Delegacia de Proteção ao Idoso, no ano de 2017, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. O estudo é do tipo quantitativo, documental e sua execução se deu no ano de 2018. A pesquisa foi de suma importância para chegar a um levantamento do perfil da mulher idosa atingida por violência, como também identificar o ano, o mês e o horário que ocorreu a violência. Para tal pesquisa foram coletadas as seguintes informações: Os dados sobre o(a) denunciante do caso de violência; o local onde as idosas mais sofreram violência, e os tipos de violências mais recorrentes. Nas considerações finais, ressalta-se o papel do(a) assistente social na pesquisa, divulgação e visibilidade dos dados de violência contra a mulher idosa, para que sirvam de subsídio aos profissionais especializados no atendimento de vítimas em instituições públicas e privadas que visem o tratamento, prevenção da violência e políticas públicas voltadas ao acolhimento e assistência a esse grupo.

Palavras-chave: Envelhecimento. Violência. Delegacia de Proteção ao Idoso. Gênero.

Introdução

A violência contra a mulher idosa tornou-se objeto e pesquisa nos

últimos anos, para diversas áreas do conhecimento, inclusive o Serviço Social. No Brasil, vivemos uma fase de redução de natalidade e de um aumento considerável da pessoa idosa[1] esse público abrange 23,5 milhões de brasileiros(as), mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa etária chegava a 10,7 milhões de pessoas. Na comparação entre 2009 (última pesquisa divulgada) e 2011, o grupo subiu para 7,6%, ou seja, mais 1,8 milhão de pessoas. Há dois anos eram 21,7 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo, o número de crianças de até quatro anos no país decresceu de 16,3 milhões, em 2000, para 13,3 milhões, em 2011(BRASIL, 2011).

Com o aumento do envelhecimento populacional, também surgem inúmeras situações de violência contra as pessoas em fase de envelhecimento, principalmente contra a mulher idosa. Por isso, torna-se importante pensar na intervenção de profissionais, como assistentes sociais, que, junto a esses casos, propõem ações e medidas de prevenção.

A violência contra a mulher idosa é uma questão importante para os(as) assistentes sociais pesquisarem e analisarem, pois traz à tona uma abordagem social e isso poderá ser visto através dos dados de ocorrências policiais locais, a fim de levantar a magnitude e expressões dos tipos de violência.

A partir de informações obtidas por esta pesquisa, os profissionais podem formular novos projetos sociais, abordagens e acolhimentos adequados para o atendimento, visando o meio e condições que essas idosas vivem.

Os variados casos e tipos de violência causam perdas que são, muitas vezes, irreparáveis, podendo ocasionar traumas permanentes. Segundo Souza (2008), a violência intrafamiliar contra a mulher idosa somou 62% das denúncias registradas na Delegacia do Idoso do Rio de Janeiro e teve um quantitativo de 75,7% das denúncias realizadas no Núcleo Especial de Atendimento à pessoa idosa que está localizado na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2004. Entre os agressores estão, em sua grande parte, filhos e enteados. Na

Promotoria do Idoso, na capital do Rio de Janeiro, as idosas foram as principais vítimas de violência, somando 71,8% do total, sendo que as mais idosas tinham 80 anos ou mais, em 2005. A violência física foi uma das principais queixas das idosas neste órgão, novamente os filhos configuraram os autores mais frequentes.

Diante do tema abordado, ressalta-se a relevância de se dar visibilidade aos dados da pesquisa realizada na Delegacia de Proteção ao Idoso de Santa Maria (DPI/SM), que pautou a violência contra a idosa, a partir da perspectiva do Serviço Social, que é o lugar de fala das autoras. Este artigo tem como finalidade fornecer informações sobre tal estudo para que sirvam de subsídio aos profissionais especializados(as) no atendimento de vítimas e instituições públicas e privadas, que visem o atendimento, prevenção da violência e políticas públicas voltados ao acolhimento e assistência as idosas.

1. Aspectos Metodológicos

A pesquisa teve como objetivo principal analisar os dados coletados dos inquéritos policiais referentes à violência contra a mulher idosa, na Delegacia de Proteção ao Idoso, no ano de 2017, no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O tipo que caracterizou o estudo foi o quantitativo, que conforme Gil (2002, p. 87):

> As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Sendo assim, o levantamento dos inquéritos policiais referentes às denúncias de violência contra a idosa foi realizado na DPI/SM, a partir do percurso metodológico descrito na sequência. Inicialmente a pesquisa foi registrada no portal de projetos de pesquisa da Universi-

dade Federal de Santa Maria (UFSM), e, posteriormente, foi realizada uma reunião com a Inspetora e com o Delegado da DPI/SM para a apresentação do projeto. Nessa ocasião foi solicitada formalmente e concedida a autorização de acesso aos inquéritos da referida DPI.

A pesquisa documental nos Inquéritos Policiais (Ips) foi feita a partir de um formulário orientador composto pelos seguintes campos de análise: (a) bairro que ocorreu a violência; (b) ano, mês e horário que aconteceram os atos de violência; (c) a profissão e a idade da idosa.

Visando um processo de controle, anotou-se os números dos inquéritos, também foi realizado um levantamento da escolaridade, cor da pele e estado civil das vítimas. Outro tópico muito importante foi o tipo de violência que a idosa tinha sido atingida, para tanto, tínhamos como tipologias de violência: física, financeira, psicológica, institucional, sexual, negligência e abandono. Também foi feita uma relação do(a) denunciante da violência contra a pessoa idosa e o(a) agressor, se foi intrafamiliar ou se foi efetuada por pessoas desconhecidas, exteriores à familia. Anotamos os nomes dos inquéritos para fazermos essa relação. O último campo do formulário era composto por observações, no qual anotávamos um breve resumo sobre os IPs.

Os inquéritos policiais foram analisados na própria DPI/SM, onde nos foi disponibilizado acesso aos inquéritos e a uma sala, com mesa e cadeiras, para podermos coletar as informações requeridas. Foram coletados dados acerca do perfil da mulher idosa que sofreu a violência e os tipos de violência, através do uso de uma planilha.

A abordagem da pesquisa, a partir da análise de inquéritos policiais na Delegacia de Proteção ao Idoso, foi realizada sempre atenta ao sigilo das informações acessadas nos inquéritos. Sendo assim, é necessário referirmos nossa preocupação com os aspectos éticos que a pesquisa envolvendo seres humanos exige, nos quais as informações acessadas, como a identidade das idosas e dos(as) agressores(as) foram mantidas em sigilo, conforme nos preconiza o código de ética do assistente social, com relação aos direitos das pessoas envolvidas na pesqui-

sa. O Código de Ética do Profissional do(a) assistente Social (CFESS, 1993) tem como premissa a questão ética com os dados dos(as) usuários(as) dessa forma, o sigilo protege o(a) usuário(a) de tudo aquilo que o(a) assistente social tome conhecimento.

O procedimento utilizado para a análise de dados foi a análise estatística simples. A partir do programa Excel, no qual foram tabulados os dados e logo após construídos os gráficos e tabelas para exposição de informações coletadas. Para construir a tabela sobre quantidade de mulheres vítimas de violência proporcional a cada bairro, usou-se dados do último censo do IBGE 2010, do qual foram selecionados os seguintes dados: a população total do bairro, a totalidade de idosas residentes no bairro. E assim obtivemos a quantidade de idosas por bairro, e a proporção de idosas atingidas por violência a cada mil idosas em comparação com o total de casos. As fórmulas utilizadas foram as seguintes: a fórmula =(F2/I2)*1000 foi usada para obter a proporção de idosas atingidas por violência a cada mil idosas e a fórmula =G2*H2 foi empregada para se obter o total de idosas residentes em cada bairro ou distrito de Santa Maria.

Esta pesquisa tem como base o método crítico-dialético, que é hegemônico junto à categoria de assistentes sociais, conforme previsto nas diretrizes curriculares, no Código de Ética do(a) assistente social e no direcionamento do seu projeto ético-político. Para fins desta pesquisa, usou-se três categorias muito importantes na apreensão da realidade: a totalidade, a historicidade e a cotradição. Antes de discorrer sobre as categorias, abordaremos brevemente a dialética.

Segundo Konder (2008, p. 7) "dialética era, na Grécia antiga, a arte do diálogo. Aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão". Como podemos perceber, a dialética já era discutida a muitos anos atrás e está totalmente relacionada a nossa sociedade atualmente, conforme Mendes e Prates (2007, p. 178) elucidam:

> A perspectiva dialética consiste antes de tudo num modo de ver a vida, em primeiro lugar como movimento permanente, como processo, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais, superando uma visão estagnada de estados, na medida em que se reconhece o movimento como provisório e que, portanto, será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso.

O método dialético vai além da visão superficial, tem-se apreensão da realidade, uma visão diferenciada, na qual leva-se em consideração o processo histórico de construção da vida dos sujeitos. Sendo assim, na perspectiva do método dialético, torna-se muito importante fazer uma análise sobre as categorias totalidade, contradição e historicidade. Conforme Kosik (1995), o posicionamento da totalidade, que percebe a realidade nas suas íntimas leis revela, sob a superfície e a casualidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, põe-se em antítese à posição do empirismo que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade. Da visão da totalidade, compreende-se a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção, assim por diante.

A contradição, segundo Prates (2017), pode ser destruidora e, ao mesmo tempo, ser definida com o novo; é insuportável, porque é tensionada pelo conflito, na medida em que os adversos estão em disputa; quando se instiga, torna-se insuportável, por isso excita a superação. Por essa razão, é possível identificar os momentos em que ela se acirra e é de fundamental importância, para muitas vezes estimular o que Marx chama, em suas obras, de pequenas convulsões revolucionárias, ou pequenas rupturas, que podem ter impactos significativos para sujeitos ou grupos, mesmo que não instaurem revoluções mais amplas.

A contradição está arraigada em uma sociedade capitalista, na

qual existe um conflito entre os trabalhadores e o sistema capitalista. Esse sistema, por muitas vezes, gera a exploração dos trabalhadores, bem como um acirramento da questão social.

A historicidade, na perspectiva dialético-crítica, implica reconhecer o processo, o movimento e a transformação dos sujeitos, da realidade e dos fenômenos sociais. Significa apreender os fatos como em permanente desenvolvimento e, portanto, apreendê-los em cortes históricos. Para além da cronologia dos fatos que marcam a história, busca-se resgatar fatos significativos, sendo assim, é fundamental no método dilático-crítico a contextualização do objeto de estudo, conforme conforme abordaremos a seguir.

2. Desigualdade de Gênero e Conquistas das Mulheres na Sociedade Brasileira: breve contextualização

Desde a colonização do Brasil, a mulher tinha funções definidas como cuidar da casa, do marido, dos(as) filhos(as) e ser reprodutora. Vivia em uma situação de opressão, no qual nem ao menos podia deslocar-se de casa sozinha, e as únicas vezes que se ausentava, era para ir à missa de domingo. A mulher não tinha um poder de escolha, era comum famílias arranjarem casamentos para as filhas e, estas, a partir daí, eram submissas.

Segundo Ribeiro (2003), a mulher fazia parte de um grupo chamado *imbecilitus sexus*, traduzindo para o português significa o sexo imbecil. Esse rótulo era colocado às mulheres, às crianças e aos doentes mentais. Na época, os portugueses e brasileiros acreditavam na assertiva: 'uma mulher que sabe muito, é atrapalhada para ser mãe'.

No período colonial, a mulher era considerada uma pessoa inútil para pensamentos políticos, econômicos, servia apenas para satisfazer o seu marido e filhos(as). Era considerada um ser humano sem conhecimento e que não deveria se envolver em assuntos masculinos, restando-lhe na vida, o casamento e a devoção à família.

> A posição social pública é desapropriada para elas a menos que sejam membros da casa imperial; é esperado que manifestem as virtudes tradicionais de modéstia, castidade, e devoção aos deuses e à família. O objetivo da vida das mulheres é o casamento e a gravidez, e este também é o fator mais importante na saúde delas. Devem ser protegidas da exploração de sua fraqueza por homens indignos de confiança e prevenidas de autoafirmação, falta de modéstia (SIQUEIRA, 2016, p. 2)

Essa opressão à mulher não é recente, ela existe há muito tempo, decorre desde a colonização do Brasil Colonial e isso ainda está presente, pois a mulher continua sofrendo, ainda hoje, no século XXI, com a desigualdade de gênero. Nesse contexto de discriminação, a mulher negra e escrava aparece como uma figura feminina considerada apenas como um objeto sexual para seus senhores e também servia para amamentar os filhos das Sinhás.

De acordo com Del Priori (2013), as mulheres negras tinham que entregar seus filhos para os senhores, sendo que o destino deles era o campo ou eram anunciados no jornal como "dá-se uma cria preta para criar de leite" ou "vende-se uma cria preta muito linda, própria para se dar de presente". Neste sentido, as mulheres negras e escravas sofriam muito com a separação de seus filhos, as mesmas não tinham opção e, ainda, eram obrigadas a amamentar as crianças brancas. Havia uma desigualdade de gênero ainda maior quando se falava de mulheres negras.

Esse processo de submissão esteve presente no Brasil Colonial por muito tempo. Na sociedade atual, houve uma diminuição desse processo, porém ele ainda existe, apesar de ser menos intenso, Por sua vez, houve uma evolução do espaço feminino na sociedade e uma desconstrução desse papel da mulher frente ao homem.

O espaço da mulher na sociedade começou ganhar força a partir do século XX, sendo que um dos momentos históricos que marcaram esse momento, foi a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de

trabalho, no mercado de trabalho. Isso pode ser considerado um marco inicial na luta feminina por mais espaço na sociedade. No entanto, esse momento foi marcado por desigualdades de gênero. Nesse sentido, as mulheres e homens que formavam o proletariado, travaram uma luta em busca de direitos trabalhistas.

Conforme a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, "Art. 461- Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade". Embora a CLT, especifique salários iguais para funções idênticas, independentemente de sexo, isso não é respeitado na prática.

O voto feminino foi uma conquista considerável e foi uma construção histórica de lutas das mulheres, mas esse êxito veio acompanhado de algumas regras, nas quais a mulher continuava em um mundo patriarcal. De acordo com Pereira e Daniel (2009), o voto feminino somente consolidou-se em 1934, o novo Código Eleitoral retirava algumas exigências existentes no Código Eleitoral Provisório de 1932, essas exigências eram que mulheres casadas só poderiam votar com o aval do marido ou as solteiras e viúvas com renda própria poderiam exercer o direito de votar ou de ser votada. Com o novo código eleitoral de 1934, essas exigências sairam de vigor, mas deixaram uma única determinação, que a obrigatoriedade do voto era prevista somente para homens. No ano de 1946, finalmente o voto passou a ser obrigatório também para as mulheres.

Nessa caminhada das mulheres, na luta pela igualdade de gênero, conquista de igualdade salarial, direito ao voto, direitos trabalhistas que valorizassem a trabalhadora, direito à educação e muitas outras reinvindicações, surge a luta para coibir a violência que as mulheres vinham sofrendo durante muitos séculos. Em uma sociedade patriarcal, rodeada de preconceitos e desigualdades de gênero, a mulher vai à luta.

> No campo das lutas específicas o tema da violência doméstica contra a mulher sempre esteve presente na pauta de reivindicações do movimento feminista que foi sendo construída através da ação do movimento no âmbito das denúncias, no contexto dos assassinatos segunda a tese da "legítima defesa da honra", através de abaixo-assinados, manifestações de rua, elaboração de cartilhas e panfletos, dentre outros, e na esfera da atuação direta às mulheres vítima de violência com a criação do SOS-Mulher (MEDEIROS, 2011, p. 3).

No século XX, o homem que cometia feminicídio (na época, chamado de homicídio) contra a sua esposa, companheira ou ex-mulher, era defendido por seus advogados com a tese de "legítima defesa de honra", ou alegavam que o autor do crime não estava em suas plenas faculdades mentais, assim, eram inocentados de crimes bárbaros cometidos contra a mulher, que aconteciam na nossa sociedade.

A primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) foi criada na cidade de São Paulo, no ano de 1985. A DEAM de São Paulo foi a primeira de muitas delegacias, que foram criadas no decorrer dos anos, essa conquista se deve as lutas das feministas brasileiras. Estas reclamavam do atendimento em Delegacias Gerais, posto que ali havia um ambiente machista e discriminatório, por isso o pedido de uma delegacia especializada no atendimento às mulheres. Vale ressaltar, que essas Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, que atendem vítimas de algum tipo de violência, são muito importantes para nossa sociedade e uma evolução frente ao atendimento da violência doméstica.

> As DEAMs são unidades especializadas da Polícia Civil, que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres, entre outros. Entre as ações, cabe citar: registro de Boletim de Ocorrência, solicitação ao juiz das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, realização da investigação dos crimes (BRASIL, 2012, p. 1).

A partir da Constituição de 1988, foram criadas várias leis em prol das mulheres, assim conseguiu-se um maior espaço no mercado de trabalho com leis especificas que defendem seus direitos, e leis que punem os agressores de violência fatal, física, moral, psicológica, sexual e financeira.

A Lei Maria da Penha é considerada uma das leis mais importantes do mundo, sendo analisada como uma lei muito eficiente para coibir casos de violências contra mulheres. A referida lei tem em seu conjunto vários artigos, que sendo colocados em prática, podem salvar muitas mulheres de serem mortas pela violência doméstica. Segundo Trindade (2016), os benefícios advindos a partir da Lei Maria da Penha são muito significativos, tendo em vista o combate à violência doméstica, sendo o principal progresso na criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com jurisdição cível e criminal.

Seguindo na mesma perspectiva de criação de leis, que vão em prol da mulher, surge a Lei 13.104, que foi uma alteração do art. 121 do Código Penal.

> Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).

Nesta situação em que a mulher vive desde os primórdios da sociedade, foram muitas lutas, desafios, direitos negados e desigualdades de gênero. Mas houve muitas conquistas também, a mulher, aos poucos, está desbravando seu espaço na sociedade, assim, esses direitos foram os primeiros de muitos que a mulher ainda vai conquistar, sobretudo a partir de muitas lutas e persistências.

Após trazer à tona esses aspectos sobre a mulher, retornamos ao tema que é foco deste texto, a violência contra a pessoa idosa, pode-se referir que é um problema de saúde pública e tem uma necessidade de

ser estudada para criação de políticas públicas, tendo em vista a prevenção e diminuição da violência contra as pessoas idosas na sociedade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), violência caracteriza-se como sendo o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, ou contra outrem, ou ainda contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de ocasionar lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

A violência tem vários significados e definições e estes são unívocos, talvez porque a violência esteja atrelada a vários fatores sociais, culturais, econômicos e históricos. Um questão que precisa ser levada em conta é o sentimento de superioridade comparado ao outro, que pode causar diversos casos de sofrimento físico, psicológico e moral, nesse sentido, a pessoa idosa pode ser um alvo preferencial.

> A violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra vis, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade (MINAYO, 2006, p. 13).

Essas violências vivenciadas pelo público idoso afetam muito seus aspectos físicos, emocionais e psicológicos. Infelizmente a sociedade não está preparado, com políticas públicas, para a prevenção, acolhimento necessário e orientação às pessoas idosas para que denunciem essas violências, que muitas vezes são silenciosas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), provavelmente, a violência sempre fez parte da vida humana. O impacto pode ser visto de várias formas, em diferentes lugares do mundo. Todos os anos, mais de um milhão de pessoas são assassinadas e muitas sofrem com a

violência física não fatais, decorrentes da violência autoinfligida, interpessoal ou coletiva que afeta a saúde de quem por ela é atingida:

> A violência afeta fortemente a saúde: 1) provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais e espirituais; 2) diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades; 3) exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde; 4) coloca novos problemas para o atendimento médico preventivo ou curativo e 5) evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos. Nos últimos anos, o setor saúde introduziu o tema em sua pauta, consciente de que pode contribuir para sua discussão e prevenção (MINAYO, 2006, p. 45).

Não é demais referir que os casos de violência tornam-se cada vez mais frequentes, e os comportamentos violentos são reproduzidos como um ciclo, de geração em geração. É importante salientar que, desde dos primórdios da sociedade, existe a violência, na qual as mulheres, os(as) idosos(as) e os(as) negros(as), sem dúvida, foram e ainda são os mais afetados.

Atualmente, a falta de informações, o medo, o afeto emocional e a dependência financeira, muitas vezes, são alguns dos empecilhos para que muitos casos de violência deixem de ser denunciados. No próximo item, vamos expor alguns resultados da pesquisa que levantou dados dos inquéritos de violência contra a mulher idosa em Santa Maria.

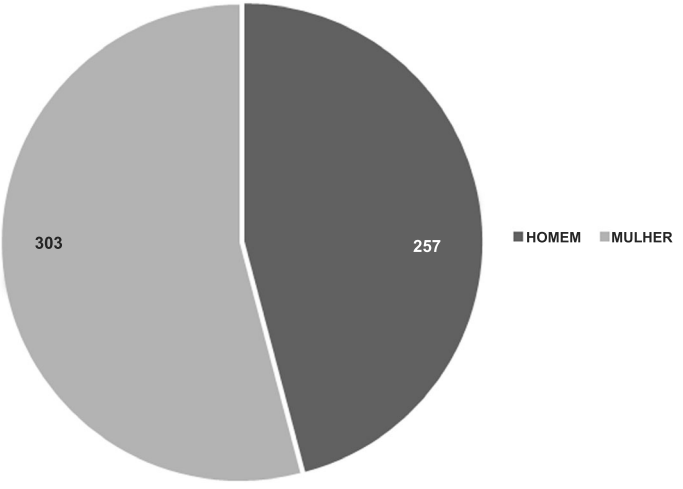
3. A Violência Contra as Idosas em Santa Maria: alguns resultados

A coleta de informações foi realizada diretamente na Delegacia de Proteção ao Idoso de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A pesquisa, do tipo documental, utilizou como instrumento de coleta de dados um formulário orientador de dados específicos sobre a violência contra a pessoa idosa.

Na coleta de dados, contabilizamos um quantitativo de 564 in-

quéritos registrados em 2017, de violência contra homens e mulheres idosos(as) fizemos um comparativo de quantos casos de violência foram praticados contra as idosas e quantos contra os idosos, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1-Total de casos de violência registrados em inquéritos policiais na Delegacia de Proteção do Idoso de Santa Maria, contra homens e mulheres idosos(as) no ano de 2017



Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados da pesquisa, 2018.

O gráfico 1 indica o total de inquéritos dividido por gênero das vítimas, na pesquisa foram contabilizados 303 (53,8%) dos casos de violência contra a mulher idosa e 257 (45,8%) casos de violência contra o homem idoso. Não foi incluso na divisão do gráfico, os 2 inquéritos de violência contra mulher com menos de 60 anos e os 2 (0,4%) inquéritos de violência contra a flora, mas foram contabilizados no quantitativo total. Podemos perceber que os casos de violência contra as mulheres idosas são em maior proporção comparados aos casos que se referem à violência contra o homem idoso.

Segundo Cisne (2018), essas opressões e explorações que se expressam na vida das mulheres estão determinadas pelas relações sociais

de sexo. Além disso, deve-se incluir a questão da sexualidade, raça e classe, que de forma entrelaçada e dialética, trazem à nossa realidade as expressões da questão social, tanto em dimensões de desigualdade, ou quanto em resistências políticas.

Vários fatores podem estar associados a esse fato, de serem maiores os números de casos de violência contra a mulher idosa, um deles e, talvez o principal, está ligado a uma sociedade que ainda está arraigada ao modelo patriarcal, na qual muitos homens acreditam que tem uma dominação sobre a mulher e, assim, praticam diversos tipos de violência contra elas, que ainda assim, não impede de a mulher ter uma expectativa de vida superior ao do homem, conforme indicam os dados do IBGE (2018, p. 8):

> Com relação às mulheres idosas, sua expectativa de vida aos 60 anos era maior do que a dos homens e aumentou entre 2011 e 2016. Em 2011, a expectativa de vida de uma mulher de 60 anos no Brasil era de 23,1 anos e passou para 23,9 em 2016. Já a dos homens subiu de 19,6 para 20,3 anos.

A nossa sociedade está se direcionando para uma feminização da população idosa, daqui alguns anos, a maioria da população idosa será mulher. Sendo assim, essa é uma das premissas analisadas sobre a proporção de casos de violência serem maiores contra as idosas.

Outra análise pertinente é a dos números de casos de violência contra a mulher idosa, que podem estar associados a questão de expectativa de vida das mulheres idosas ser mais alta comparada aos idosos. Também temos que levar em conta que a proporção de idosas é maior comparado aos idosos. Segundo o IBGE (2010), o número de mulheres acima de 60 anos em Santa Maria em 2010, tinha a proporção de 21,424 mil e a proporção de homens acima de 60 anos, no mesmo ano e local era de 14,467 mil. Esses dados nos permitem deduzir que a proporção de idosas em Santa Maria é bem maior comparado aos idosos, a partir disso, observamos que há 6.957 mil idosas a mais que idosos. Vale ressaltar que esses índices de violência são baseados nos

inquéritos policiais na DPI, entretanto nossa proporção de casos pode ser bem superior, levando em consideração que muitas idosas não denunciam.

Conforme Caldas (2008), as situações de violência e os maus tratos influenciam direta ou indiretamente no processo de adoecimento e, com isso, diminuem muito os anos de vida da mulher idosa. Mesmo assim, a idosa vive mais que o idoso, contudo essas violências reduzem muito o seu bem-estar, sua vontade de viver e seus anos de vida ou seja, muitas idosas perdem a expectativa de uma vida tranquila na velhice.

Tabela 1- Faixa etária das idosas atingidas por violência, número de inquéritos policiais (IPs) e percentual, no ano de 2017, em Santa Maria

Faixa etária das idosas	Número de Ips	%
60-64	83	27
65-69	78	26
70-74	53	17
75-79	36	12
80-84	33	11
85-89	14	5
90-94	4	1
Não consta	2	1
Total	303	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados da pesquisa, 2018.

Na tabela 1, temos um retrato da faixa etária das vítimas que denunciaram os diversos tipos de violências na Delegacia de Proteção ao Idoso de Santa Maria. Na faixa etária de 60 a 64 anos foram registrados 83 (27,39%) casos de violência. Já na faixa etária de 65 a 69 anos 78 (25,74%) inquéritos; de 70 a 74 anos, 53 (17,49%) casos de violência. Na faixa etária de 75 a 79 anos, 36 (11,88%) inquéritos; de 80 a 84 anos, 33 (10,89%) casos de violência; de 85 a 89, 14 (4,62%) dos inquéritos; de 91 a 94 anos, 4 casos (1,32%), e 2 (0,66%) casos não constavam a idade da idosa em situação de violência.

Devemos levar em consideração que essas proporções de inquéri-

tos registrados em cada faixa etária tem uma oscilação maior em inquéritos de dada faixa etária. Tendo em vista essa oscilação é necessário comparar a quantidade populacional em cada faixa etária para termos uma análise adequada, assim teremos uma proporção de violência para determinado grupo etário.

Segundo o IBGE (2010), a proporção de mulheres idosas de 60 a 64 anos em Santa Maria era de 6.108 mil. Já na faixa etária dos 65 a 69, o município somava 4.783 mil idosas, uma queda bem considerável de uma faixa etária para outra. Na faixa etária de 70 a 74 anos, residiam 3.909 mil idosas no município. Já na faixa etária de 75 a 79 anos, residiam 2.953 mil mulheres idosas. As mulheres idosas de 80 a 84 anos somavam 2.036 mil em Santa Maria. Na penúltima faixa etária, de 85 a 89 anos, a população de idosas somava 1.069 mil. Na última faixa etária analisada na pesquisa, de 90 a 94 anos, somava 432 idosas em Santa Maria.

Percebemos, que a cada 1000 idosas da faixa etária de 60 a 64 anos, aproximadamente 14 idosas sofreram violência e denunciaram na Delegacia de Proteção do Idoso de Santa Maria em 2017. Já na faixa etária de 65 a 69 anos teve um aumento da violência contra a mulher idosa, chegando a 16 casos a cada 1.000 idosas, que residiam nesta cidade. Logo após, na faixa etária de 70 a 74 anos, o índice é de 13 casos de violência a cada 1.000 idosas. Na faixa etária dos 75 a 79 anos, o índice ficou em uma proporção de 12 idosas vítimas de violência a cada 1000 idosas que residiam em Santa Maria.

Logo após, na faixa etária de 80 a 84 anos, o índice de violência a cada 1.000 idosas, que residiam no município, somou 16 casos de violência. Na faixa dos 85 a 89 anos, somou um quantitativo aproximado de 14 casos a cada 1000 idosas residentes em Santa Maria. Na última faixa etária, de 90 a 94 anos, como a proporção de idosas dessa faixa etária é menor, somando 432 idosas residentes em Santa Maria, estimamos que 1 a cada 100 idosas sofreu violência e denunciou no ano de 2017, na Delegacia de Proteção ao Idoso. Se fôssemos dividir em uma proporção de cada mil idosas dessa faixa etária, teríamos 10

casos a cada mil idosas.

Sendo assim, pela proporção aproximada, observamos que as taxas a cada mil idosas variam, assim a faixa etária que mais sofreu violência e denunciou foi a das idosas de 65 a 69 anos, e também a de 80 a 84 anos. Já a faixa etária que menos sofreu com a violência e denunciou foi a de 90 a 94 anos, somando uma idosa vitimada a cada 100 mulheres idosas.

Tabela 2- Escolaridade das idosas que sofreram violência e registraram IPs no ano de 2017, na DPI de Santa Maria, seguindo o número de casos e percentual

Escolaridade	Número de Casos	(%)
Não alfabetizada	27	9
Fundamental incompleto	02	1
Fundamental completo	163	54
Médio completo	54	18
Superior completo	44	15
Não consta	13	4
Total	303	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2018.

Constatou-se, a partir da coleta de dados que, dos 303 IPs, a maior porcentagem de casos de violência denunciados foi em relação a idosas com ensino fundamental completo (54%), em seguida aparece a porcentagem de idosas com ensino médio completo (18%) e superior (15%). Cabe ressaltar que os inquéritos pareciam ter um padrão, no sentido que nenhum deles tinha a opção de ensino médio ou ensino superior incompleto, isso causou uma certa estranheza nas pesquisadoras. Contudo, existia a possibilidade de preenchimento de ensino fundamental incompleto ou não alfabetizada.

A pesquisa realizada por Domiciano (2014), em uma Casa de Longa Permanência, mostrou que a população idosa estudada em média teve uma escolaridade muita baixa. Isto pode ter como explicação o fato de que, historicamente, não se impulsionava à escolarização da mulher. Mas, em contrapartida, na investigação realizada à construção

deste artigo, verificou-se que uma proporção significativa das idosas que vivem em situação de violência e denunciaram, tiveram um significativo nível de ensino. Sendo assim, constatou-se que 86% das idosas que denunciaram as violências, tinham escolaridade considerável, perpassando entre ensino fundamental, ensino médio e ensino superior completo. Conforme destaca Lobato (2015, p. 06):

> As próprias famílias não incentivavam os estudos, porque acreditavam que as mulheres não precisavam ter altos níveis de escolaridade, pois eram criadas para se tornarem donas de casa, realizando tarefas domésticas e femininas, como cuidar do lar e da família.

Apesar de não ser valorizada a escolaridade para as mulheres no século passado, a pesquisa realizada na Delegacia de Proteção ao Idoso, aponta que as idosas que denunciam tem um nível de escolaridade mais alto, porque as idosas com menor escolaridade, muitas vezes, tem menos acesso à rede de proteção, convivem com um menor nível de informações e de acesso a seus direitos e, provavelmente, por isso, denunciam menos as violências pelas quais são atingidas.

Tabela 3- Cor da pele seguida de número de casos e percentual das idosas que denunciaram e registraram IPs em 2017, na DPI de Santa Maria

Cor de Pele da idosa	Número de Casos	%
Branca	256	84
Preta	26	9
Parda	18	6
Não consta	3	1
Total	03	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2018.

No levantamento realizado, constatamos que a maioria das idosas atingidas por violência em Santa Maria e que denunciaram, no ano de 2017, tinham a cor da pele branca, somando um quantitativo de

256 (84%) dos casos. Já as idosas da cor preta somaram 26 casos registrados (9%) dos IPs. As idosas da cor parda somaram 8 casos (6%) dos registros policiais, e, em 3 casos (1%), a cor de pele não constava, ou seja, era desconhecida.

Esses dados estão de acordo com o que o IBGE (2008) retrata sobre a população gaúcha, isto é, no Rio Grande do Sul, as pessoas que se autodeclaram com a pele branca somam 82,3%; pardas somam 11,4%, e pretas, totalizam 6% dos gaúchos. A proporção de autodeclarados amarelos ou indígenas soma somente 0,4% da população gaúcha. Relacionando os dados da pesquisa com o IBGE (2008), o elevado índice de idosas brancas que vivem em situação de violência pode estar interligado a proporção ampla de idosos(as) de cor branca.

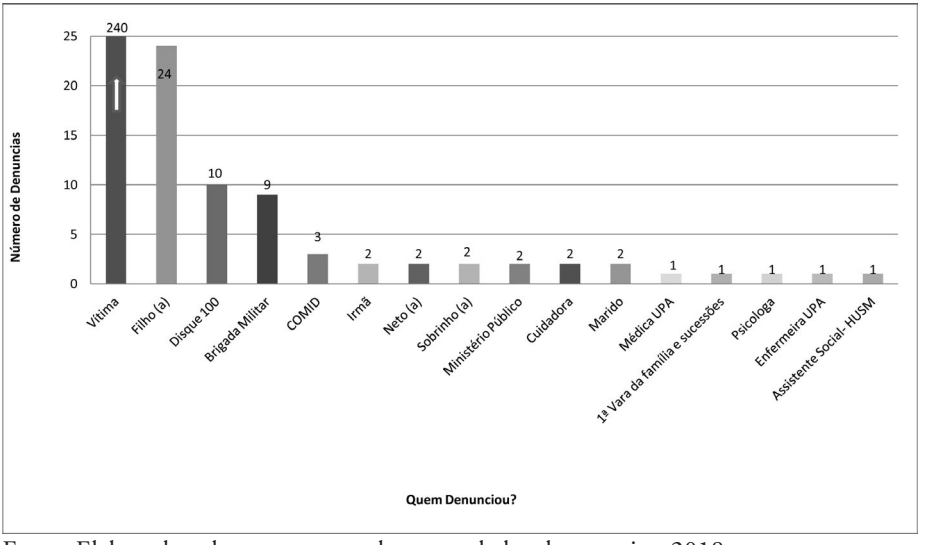
Tabela 4- Estado Civil das idosas que denunciaram e registraram IPs em 2017, na DPI/SM

Estado Civil	Número de Casos	%
Casada	100	33
Solteira	71	23
Viúva	67	22
Separada/Divorciada	55	18
Amigada	3	1
Não consta	7	2
Total	303	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2018.

Constatou-se que dos 303 inquéritos registrados em 2017, 100 idosas (33%) eram casadas, as solteiras somaram 71 idosas (23%), viúvas somaram 67 casos (22%) e inquéritos, e 55 idosas (18%) eram separadas/divorciadas. O menor índice de casos foi o estado civil com a nomenclatura amigada, que foram contabilizados 3 casos (1%), e em 7 casos (2%) não constavam o estado civil das idosas.

Gráfico 2- Denunciante dos casos de violência contra a mulher idosa no ano de 2017, na Delegacia de Proteção ao Idoso de Santa Maria – RS.



Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2018.

O gráfico 2 aponta que entre os(as) denunciantes dos casos de violência contra a idosa na DPI/SM, o maior número advém das próprias vítimas, que somam 240 denúncias (79%), em segundo lugar, quem mais denuncia são os(as) filhos(as), que totalizam 24 (8%) denúncias.

Tabela 05 - Agressor(a) de violência contra as idosas em Santa Maria - RS, no ano de 2017.

Agressor	Número de casos	%
Filho (a)	75	25
Neto (a)	08	3
Cunhado (a)	10	3
Irmão/irmã	12	4
Sobrinho (a)	15	5
Esposo/companheiro	17	6
Nora/genro	14	5
Ex-marido	05	2
Ex- nora/ ex- genro	08	3

(Continua página seguinte)

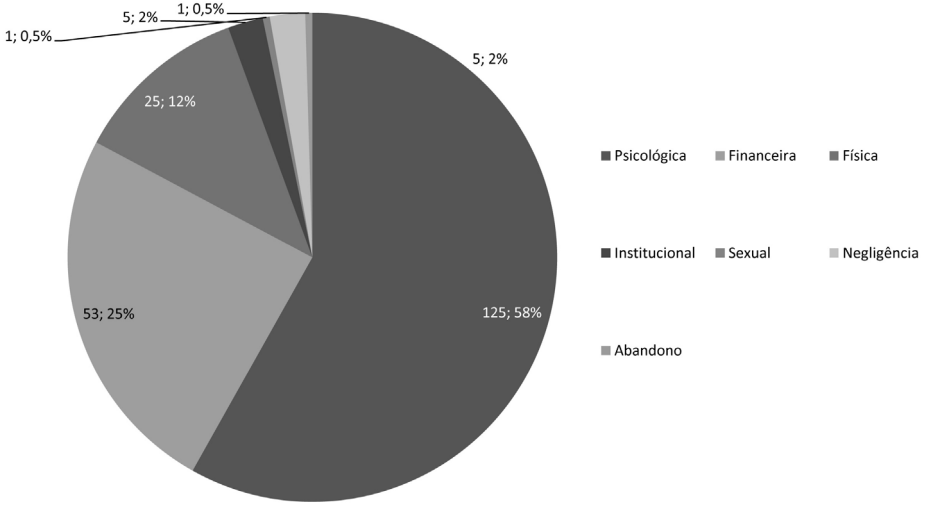
Agressor	Número de casos	%
Institucional	24	8
Estranhos	42	14
Vizinho	46	15
Cuidadora	04	1
Inquilino	06	2
Outros	17	6
Total	303	100,00

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2018

A tabela 5 retrata que os filhos são os que mais agridem as idosas, somando 75 (25%) inquéritos, após aparece o esposo/companheiro 17 (6%) dos inquéritos; sobrinho soma 15 (5%) dos inquéritos; nora/genro soma 14 (55%) dos inquéritos; irmão(ã) somam 12 (4%) dos inquéritos; enquanto neto(a) somam 3% dos inquéritos e cunhado somam 3% dos inquéritos. Isso demonstra que a violência intrafamiliar predomina, isto é, a idosa é atingida por violências cometidas por pessoas próximas a ela, seus parentes e, infelizmente, esses casos são só uma amostra dos casos de violência que ocorrem contra essa população. Cabe destacar que os vizinhos estão entre os que mais agridem as idosas, somando 46 (15%) casos. Os menos recorrentes foram casos de violência praticados por cuidadores, somando 4 IPs (1%).

O gráfico 03 mostra a integralidade de inquéritos analisados referentes ás idosas atingidas por somente um determinado tipo de violência, em números e porcentagem de casos, 215 inquéritos policiais. No levantamento de IPs, constatamos que 125 vítimas (58%) sofreram violência psicológica; após vem a violência financeira, somando 53 vítimas (25%); violência física, totalizando 25 (12%) casos; a violência institucional com 5 (2%) casos, e a negligência também teve a incidência de 5 (2%) casos. Os casos que ocorreram em menor proporção foram os de abandono e os de violência sexual, somando 1 vítima para cada tipo de violência, totalizando 0,5% dos casos.

Gráfico 03 - Idosas atingidas por um tipo de violência que registraram inquéritos policiais na Delegacia de Proteção ao Idoso de Santa Maria, no ano de 2017



Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2018.

Tabela 6- Total de Idosas atingidas por violência múltipla no ano de 2017, na DPI de Santa Maria

Idosas atingidas por Violência Múltipla		
Tipo de Violência	**Número de Casos**	**%**
Física e Psicológica	27	30,68
Financeira e Psicológica	24	27,27
Física, Financeira e Psicológica	6	6,82
Abandono e Negligência	4	4,55
Física e Institucional	4	4,55
Financeira e Negligência	4	4,55
Física e Financeira	3	3,41
Financeira, Abandono e Negligência	3	3,41
Psicológica, Abandono e Negligência	2	2,27
Financeira, Psicológica e Negligência	3	3,41
Física, Psicológica e Negligência	2	2,27
Física, Financeira, Psicológica e Negligência	2	2,27
Outros casos de violência multipla	4	4,56
Total	88	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da pesquisa, 2018.

A partir do levantamento realizado, constatamos que foram 88 casos de violência múltipla registrados na DPI de Santa Maria. Sendo assim, a violência física e psicológica foi a mais recorrente nos registros, somando 27 (30,68%) casos, em seguida vem a violência financeira e psicológica, que somou 24 casos (27,27%).

4. Considerações finais

A partir dos dados levantados dos inquéritos policiais na Delegacia de Proteção ao Idoso de Santa Maria, constatou-se que existe um índice maior de violência contra a idosa comparada ao idoso. Também procuramos traçar um perfil da idosa em situação de violência, sendo este constituído pela maioria de brancas, com ensino fundamental completo, em menor proporção, também o ensino médio e ensino superior, com predominância de casadas, mas também, solteiras, viúvas ou separadas, nas faixas etárias de 65 a 69 anos e de 80 a 84 anos, que denunciou a própria violência pela qual foi atingida, até pois quem mais agride a idosa são parentes e pessoas próximas a esta.

Os dados coletados permitem-nos fazer uma relação com o que estudiosos(as) trazem à tona na questão da desigualdade de gênero na sociedade e pela qual constatamos a forte influência da sociedade patriarcal na vida das mulheres desde a colonização portuguesa até os dias atuais, em que as mulheres, mesmo conquistando espaço na sociedade, ainda recebem salários desiguais. Na questão do envelhecimento, observamos o elevado crescimento da população idosa, mas, contraditoriamente, parcas políticas públicas voltadas para essa população. Também temos que ressaltar, o grande número de violências irreparáveis sofridas pela população idosa e, que muitas vezes, são silenciadas por vários motivos, entre eles: ameaças, o afeto emocional, a negligência de profissionais, que não denunciam os vários casos de violência e/ou a dependência financeira, isso influencia muito no que-

sito de denúncias de violências, e a pesquisa mostrou serem as pessoas próximas à idosa os(as) agressores(as) mais frequentes.

É mister realçar ainda que, no decorrer da construção do estudo, sentimos falta de dados de pesquisa científica, tais como livros e artigos que disponibilizassem dados concretos sobre a violência contra a mulher idosa que, apesar de sua importância e de ser um assunto de saúde pública, não se encontrou muitas informações, principalmente recentes.

Com esta pesquisa foi possível traçar a magnitude e expressões da violência contra a idosa em Santa Maria. Vale ressaltar que muitas dessas violências não são denunciadas e permanecem invisíveis diante da sociedade. Sendo assim, busca-se a divulgação e visibilidade dos dados pesquisados, para que sirvam de subsídio aos profissionais especializados no atendimento de vítimas em instituições públicas e privadas, que visem o tratamento, prevenção da violência e políticas públicas voltadas ao acolhimento e assistência às idosas. Os desafios que a população idosa enfrenta são imensos, tanto na questão das violências que os(as) idosos(as) vivenciam diariamente e que, por muitas vezes, não são denunciadas, quanto no acesso às políticas públicas voltadas para um envelhecimento com qualidade de vida.

Além disso, se a Delegacia de Proteção do Idoso contasse com a presença de um(a) profissional assistente social, muitos casos de violência poderiam ser atendidos de forma imediata e encaminhados para a rede, proporcionando, assim, o atendimento de outras demandas necessárias. Tendo como objetivo o enfrentamento de diversos tipos de violência, busca-se tecer um trabalho conjunto, entre Estado, a sociedade e os(as) profissionais de diferentes áreas em prol da prevenção, diminuição e criação de políticas públicas voltadas para esses(as) idosos(as). Com isso, talvez possamos dirimir essa realidade de violências que tanto tem atingido e ferido a população idosa.

5. Referências

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção Defesa dos Direitos Humanos. Dados sobre o envelhecimento no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 2011. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-pessoa-idosa/publicacoes/dadossobreoenvelhecimentonobrasil.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.467, 17 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Art. 461. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. O que é Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM)? **Ministério dos Direitos Humanos.** Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/violencia/o-que-e-delegacia-especializada-no-atendimento-a-mulher-deam>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CALDAS, L. S. et al. Violência contra a mulher idosa: vozes silenciadas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 167-175, 2008. Disponível em: <http://www.ggaging.com/export-pdf/325/v2n4a07.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

CFESS - **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 211-230, mai./ago., 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

DOMICIANO, B. R. et al. Escolaridade, idade e perdas cognitivas de idosas residentes em instituições de longa permanência. **Revista Neurociências**, Fortale-

za, Ceará, v. 22, n. 3, p. 330-336, jun./ago., 2014. Disponível em: <http://www.revistaneurociencias.com.br/edicoes/2014/2203/Original/971original.pdf.>. Acesso em: 06 ago. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40544.pdf.>. Acesso em: 06 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Brasília, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf.>. Acesso em: 28 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Santa Maria**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2019.

KONDER, L. **O que é dialética**. 14. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LOBATO, T. G. Mulheres idosas e seu processo educativo: a experiência das alunas da UnATI/UERJ. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS 2015, São Luis/MA. **Anais...** São Luis/MA, 2015. p. 1. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/mulheres-idosas-e-seu-processo-educativo-a-experiencia-das-alunas-da-unati-uerj.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2019.

MEDEIROS, L. A. de. "Quem Ama Não Mata": A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo, SP, **Anais**... São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-3. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1 3 0 0 8 4 8 9 9 5 _ A R Q U I V O _ A r t i g o A n p uhNacional.2011.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das diretrizes curriculares. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 14, 2007.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **A Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial de Saúde apoia os 16 dias de movimento pelo fim da violência contra as mulheres.** Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4734:a-opas-oms-apoia-os-16-dias-de-movimento-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820.>. Acesso em: 18 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Genebra, Suiça, 2002. Disponível em: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

PEREIRA, R. R.; DANIEL, T. T. **O voto feminino no Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/noticias-migradas-internet/noticias-mpf/200903060904330300-prr3_180>. Acesso em: 9 ago. 2019.

PRATES, J. C.; CARRARO.; G. "Na prática a teoria é outra" ou separar é armadilha do capitalismo? **Revista Argumentum**, Vitória, Espírito Santo, v. 9, n. 2, p. 161-171, mai./ago., 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15424/11903>. Acesso em: 04 ago. 2019.

PRIORE, M. D. **Histórias e conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres educadas na Colônia**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SIQUEIRA, S. M. A. Considerações sobre o tema mulher na antiguidade. In: **Mulher na antiguidade**, 2016. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/Historia/Artigos/i_antiga/Mulher_antiguidade1.html>. Acesso em: 21 ago. 2019.

SOUZA, E. R. de. et al. Rede de proteção aos idosos do Rio de Janeiro: um direito a ser conquistado. **Revista eletrônica de Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1153-1163, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2019.

TRINDADE, V. E. B. Lei Maria da Penha: Violência doméstica e familiar contra a mulher no âmbito da Polícia Judiciária. In: XII SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. Santa Cruz do Sul – RS, **Anais**... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. p. 1-19. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/download/14576/3276>. Acesso em: 21 ago. 2019.

Sessão III - Entre Vulnerabilidades e Subjetividades: os caminhos tortuosos da questão social

Capítulo 8 - Vulnerabilidade Social em Debate

Jairo da Luz Oliveira
Ítalo Fernando Minello
Luciano Amaral

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o campo conceitual e histórico das categorias vulnerabilidade social, oportunizando obter um espectro detalhado do seu conceito e da forma como se pode valorizar sua multifacetada compreensão em seus mais significativos processos reflexivos no campo das ciências sociais aplicadas. Entende-se que fazer esta incursão no campo da revisão da literatura expressa poder também olhar para a história e poder se observar o frescor ou não de sua atualidade com o cenário contemporâneo que o debate se propõe a refletir. Vulnerabilidade social é uma condição perversa de se estar na vida, sendo que sua expressão de realidade não combina com os marcos teóricos já conquistados historicamente pela humanidade. Aqui no Brasil, já passados mais de trinta anos da promulgação da Constituição de 1988, particularmente, a condição de vulnerabilidade social em que vive mais da metade da população brasileira demarca esta triste necessidade de se aprofundar o estudo e se pensar que estados de vulnerabilidade social no Brasil já deveriam ter sofrido descontinuidade, alijando da vida das pessoas este acirrado abismo social. Para o campo das ciências sociais aplicadas repetimos, este estudo expressa poder garantir folego teórico no senti-

do de se poder compreender os mais perversos contornos que a questão social se apresenta na vida social do trabalhador que, de forma dura, sofre seus impactos na sua vida cotidiana.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Trabalhador; Questão Social.

Introdução

A década de 80 foi um período significativo para o povo brasileiro, os segmentos sociais mais organizados junto da sociedade civil buscaram fortemente a consolidação de processos democráticos que viessem permitir a existência da materialização de uma constituição que, por sua vez, pudesse garantir uma sociedade mais justa e igualitária. Muitos esforços exigiram, junto à coletividade, rever processos históricos que mostrassem os caminhos escusos que a ditadura imprimiu ao longo de anos. A sociedade brasileira se viu obrigada a se auto-organizar para banir de vez os longos processos de autoritarismo que deixaram marcas profundas de sofrimentos, constrangimentos e torturas, que impediam a expressão da liberdade nas relações sociais que permitisse as pessoas e instituições de se manifestar nos campos do pensamento humano e da criatividade e da própria organização social. Pensar em uma sociedade democrática é poder idealizar uma totalidade social em que minimamente se tenha garantido as condições razoáveis de sobrevivência, não somente no campo material, mas também no campo subjetivo da vida cotidiana. Assim, em cinco de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que em seu preâmbulo aponta o sentido que esse novo marco legal possui para a sociedade brasileira pensar o seu futuro como nação.

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista

> e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. DOU de 05/10/1988 (nº 191-A, Seção I, pág. 1).

Para além do que seria este cenário ideal de uma vida humana de conquistas sociais, morais, espirituais, e tecnológicas, todo este conjunto de representações sobre a vida deveria exigir uma série de desafios a serem superados no campo da exclusão social particularmente dito, já que todos somos iguais perante a lei. O caminho a ser percorrido seria longo e difícil, exigindo de todos grandes desafios. O Brasil, sendo um país muito jovem em seus processos democráticos, traz em si ainda a marca de uma grande distância naquilo que deveria representar as condições sociais entre os que estão incluídos nos padrões de vida digna e, também, os que vivem à margem dos recursos para se viver a vida em um padrão de sociabilidade que preze se designar democrática. O que realmente se vê é um cotidiano de vida marcado pela falta de uma distribuição de renda que possa estabelecer níveis solidários de desenvolvimento, um olhar sensível em relação aos cuidados necessários a vida do trabalhador propriamente dito, um trabalhador digno que mereça em seu cotidiano os melhores recursos para usufruir de níveis de satisfação e felicidade no cotidiano de sua vida. Porém, na lógica de se observar a contradição interna da realidade percebem-se as marcas escuras do abandono, da segregação e do preconceito.

Constata-se que o trabalhador no Brasil, não possui o significado e o respeito daquilo que está posto na própria Constituição Federal de 1988. O crescente índice de um expressivo contingente populacional vivendo abaixo da linha da pobreza em condições de abandono é alarmante, nota-se que esta situação de violência contra a população de modo geral expressa as mais significativas e angustiantes expressões da questão social.

Segundo os dados apresentados pela Síntese de Indicadores Soci-

ais (SIS) divulgada pelo IBGE em 2018, o estudo ressalta que são necessárias políticas públicas para combater a extrema pobreza, pois ela atinge um grupo mais vulnerável e com menos condições de ingressar no mercado de trabalho. O país tinha 13,5 milhões pessoas com renda mensal per capita inferior a R$ 145, ou U$S 1,9 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza. Esse número é equivalente à população de Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal. Embora o percentual tenha ficado estável em relação a 2017, subiu de 5,8%, em 2012, para 6,5% em 2018, um recorde em sete anos.

Entende-se que a questão social representa a negligência do direito e da cidadania dentro de uma sociedade que legitima as pessoas pelo valor de bens que possuem, ou que possam dispor através da venda de sua força de trabalho disponível para a manutenção das forças de produção e manutenção do sistema capitalista. No inverso desta lógica, o trabalhador ficará marcado com os signos do abandono, trazendo em sua vida as mais diversas expressões da questão social. Iamamoto (2001) assim define questão social:

> A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (2001, p.16).

A violência que se expressa a partir da questão social na vida cotidiana do trabalhador deve ser considerada através dos seguintes aspectos e configurações: a intrafamiliar, a social, a institucional, a financeira e patrimonial (MINAYO, 1994). Muitas vezes esse trabalhador vai vivendo tantos processos de violência no seu processo de desempenho humano que, ao chegar à velhice sua vida, torna-se um verdadeiro calvário de expressões de violência conforme alguns autores nos podem classificar como: maus-tratos físicos, psicológicos, financeiro, abuso

sexual e negligência (INPEA, 1998; OMS, 2001). Os países integrantes da Rede Internacional de Prevenção contra os maus-tratos em Idosos (INPEA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), por exemplo, classificam maus-tratos e negligência como: Uma ação única ou repetida, ou ainda, à ausência de uma ação de vida, que causa dano, sofrimento ou angústia, e que ocorre em uma relação em que haja expectativa de confiança (INPEA, 1998; OMS, 2002). Assim o trabalhador muitas vezes encerra sua existência com uma velhice amargurada e triste.

Paralelo a isso, e na mesma sequência, existe a ausência efetiva por parte do Estado em promover ações de saúde e de assistência social no cuidado necessário a esta população. O que vemos é a não valorização do trabalhador por parte de municípios, dos estados da federação e do governo federal, priorizando-se, para outros fins, as ações que deveriam atender a população brasileira com qualidade e eficiência. Pode-se concluir que:

> A nossa sociedade globalizada, que prioriza o econômico, contribui ainda para o estreitamento da esfera pública, colocando igualmente em crise o tradicional papel do Estado. A esfera pública, ao se privatizar, coloca em evidência um novo 'modelo de cidadania' que não nutre mais dos valores coletivos e, consequentemente, constata-se a emergência de uma nova ética, na qual se valoriza, não mais o humano, mas o que atende aos interesses do mundo econômico. Eis um espaço da violência simbólica (ANDRADE FILHO, 2000, p.10).

A partir da reflexão do autor acima, entende-se a partir do presente estudo a necessidade de se aprofundar o conceito de vulnerabilidade social, a fim de se buscar através da revisão de literatura o significado que o tema possui na sua relação direta com a vida cotidiana do trabalhador, e, ademais, poder se pensar ações que possam romper com estes processos sociais de violência na sociedade do capital, através das políticas publicas. A vulnerabilidade social é a gênese de tudo que encobre os processos de violência nas suas mais per-

versas condições materializadas nas relações sociais, se não pararmos para a sua análise e a forma como ela se apresenta na sua essência na vida cotidiana das pessoas, tudo pode se transformar de um estado de vulnerabilidade para uma condição de risco social. Neste sentido, revisitar autores que tratam deste tema oportuniza rever um conjunto de conceitos formando um espectro sobre o tema vulnerabilidade social, que nos auxilia a compreender a própria gênese da questão social na sociedade do capital.

1. Revisitando o Campo Histórico sobre Vulnerabilidade Social

O conceito de vulnerabilidade surgiu em um contexto histórico em que se evidenciaram a heterogeneidade e a complexidade da pobreza, tornando necessárias novas explicações conceituais no sentido de se poder intervir garantindo que este quadro, assim posto, não se amplia para uma condição de risco social, mas sim, revertido. Outra demanda relacionava-se à necessidade de desenvolver políticas públicas que possam lidar com os novos contornos da questão. As reiteradas frustrações das expectativas excessivamente otimistas de governos, programas e organismos multilaterais mostraram que os fracassos não podem ser atribuídos somente aos erros de implementação ou à insuficiência de recursos. Em vez disso, destacaram a multiplicidade dos fenômenos da desigualdade, pobreza e exclusão, determinantes, e a inadequação dos marcos conceituais para sua abordagem (KATZMAN, 2000).

Conforme Sandim (2018) e Monteiro (2011), os primeiros estudos no campo das ciências sociais referindo-se ao termo datam apenas do final da década de 1960 quando, na economia política nos EUA, foi desenvolvido um estudo analítico sobre as opções de grupos ou indivíduos frente a um risco ou a uma ameaça em potencial. Especificamente, investigavam uma cadeia de causas que incluía a dinâmica social e as relações com o meio ambiente para explicar os fatores que tornavam as pessoas vulneráveis. No fim do século XX, a vulnerabilidade

passou a ser empregada nos estudos sobre a disseminação do vírus HIV (MONTEIRO, 2011).

Porém, foi quando autoridades de organismos internacionais, notadamente o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) empregaram o termo que o conceito ganhou expressividade nos estudos sobre a pobreza. Surgiram diversas pesquisas que buscaram contribuir com seu aperfeiçoamento conceitual, enquanto governos passaram a desenvolver estratégias embasadas nesse referencial (SANDIM, 2018).

A emergência da temática da vulnerabilidade social se dá a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia a questões econômicas. Portanto, essas ideias vêm sendo difundidas como pressupostos orientadores para a consolidação de políticas sociais. A temática, de acordo com a autora, estava mais voltada para o sentido de conhecer os setores mais desprovidos da sociedade (uma vez que se utilizava de indicadores de acesso ou de carências de satisfação das necessidades básicas) do que para compreender os determinantes do processo de empobrecimento. Com isso, foram delineados os grupos de risco na sociedade, com uma visão focalizada do indivíduo e não no contexto social que produziu a vulnerabilidade (MONTEIRO, 2011).

Silva (2016) menciona que os primeiros estudos acerca do tema voltaram-se à capacidade de mobilidade social, uma vez que o fator econômico influencia na redução de oportunidades, interferindo diretamente nas possibilidades de acesso a bens e serviços. Conforme Monteiro (2011), a vulnerabilidade social passa a partir da década de 1990 a ser entendida a partir de múltiplos condicionantes, não sendo uma essência ou algo inerente a algumas pessoas e a alguns grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias que podem ser minimizadas ou revertidas. Segundo esta autora, o conceito de vulnerabilidade social desloca-se de uma perspectiva analítica, referindo-se somente a indicadores quantitativos de um campo específico, para adentrar em uma concepção mais ampla, complexa e

multifacetada. Ou seja, em uma perspectiva sintética, em que são considerados também os diversos aspectos que influenciam nas condições de vulnerabilidade de uma pessoa ou grupo, tais como as possibilidades de acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.

Como efeitos gerados por esse deslocamento da abrangência do campo de atuação das temáticas da vulnerabilidade, passa-se a agregar outras áreas de saberes como o da educação, da assistência social, da psicologia, assim como se observa outro aspecto a ser destacado: a aproximação da temática da vulnerabilidade social com uma reflexão voltada às condições socioeconômicas, passando, assim, a serem assumidas pelas políticas públicas adotadas pelo Estado (MONTEIRO, 2011).

De acordo com Katzman (2000), as vantagens associadas ao uso desse conceito estavam relacionadas, sobretudo, à possibilidade de organizar e dar sentido às características heterogêneas da pobreza e ênfase na identificação de condições passíveis de reforçar os recursos próprios das famílias, para melhorar de forma sustentável e progressiva sua situação de bem-estar. Além disso, tratava-se de um enfoque dinâmico e que ganhava sentido quando observado a partir do contexto, considerando os padrões de mobilidade e integração social em que as pessoas estavam inseridas. Mesmo com as vantagens associadas, autores eram unânimes em alertar para a necessidade de cautela em relação à sua utilização, reconhecendo a existência de lacunas conceituais e metodológicas, de fronteiras difusas e de categorias carentes de enriquecimento teórico e provas empíricas (KATZMAN, 2000). Devido a isso, na visão de Sandim (2018), possível identificar uma multiplicidade de definições de vulnerabilidade a partir da década de 1990, que veremos a seguir.

3. Revisitando o Campo Conceitual sobre Vulnerabilidade Social

De acordo com o Costa et. al. (2018), a expressão vulnerabilidade social, embora venha sendo muito discutida nos últimos anos, não

possui um significado único e consolidado na literatura. Segundo os autores, enquanto alguns trabalhos referem-se à vulnerabilidade como suscetibilidade à pobreza, outros a caracterizam como sintoma de pobreza. Haveria ainda aqueles que a compreendem como uma das dimensões da pobreza. A categoria pobreza, de acordo com os autores, é utilizada para expressar as complexas situações de mal-estar social a que estão sujeitas diversas populações.

De acordo com Freitas et al. (2017), o termo vulnerabilidade refere-se como a capacidade de um indivíduo sofrer dano em resposta a um estímulo negativo, ou seja, apresentando dificuldades para preservar seus interesses devido a déficits de poder, inteligência, educação, recursos, força ou outros atributos. Segundo os autores, a vulnerabilidade pode ser discutida tanto do ponto de vista biomédico quanto social e econômico. A vulnerabilidade biológica ou individual está associada às questões emocionais, físicas e cognitivas. Já a social pode ser caracterizada por aspectos sociais, culturais e econômicos que determinam as oportunidades de acesso a bens e serviços (CESTARI et al., 2017).

Maia (2012) salienta que a vulnerabilidade social pode ser entendida a partir do termo exclusão social, que teve origem na França nas últimas décadas do século XX, como uma construção teórica anterior à formulação do conceito de vulnerabilidade social, sendo utilizado como referência para caracterizar situações sociais limites de pobreza e marginalidade. Portanto, a vulnerabilidade social pode ser compreendida como multidimensional, afetando de diferentes formas e intensidade indivíduos, grupos e comunidades em planos distintos de seu bem-estar. É a resultante da combinação de fatores que produzem a deterioração do nível de bem-estar de pessoas, famílias ou comunidades em consequência da exposição a determinados tipos de risco (MAIA, 2012). Nesse mesmo sentido, Amendola (2012) menciona que a vulnerabilidade social é resultado de como o indivíduo consegue ter acesso às informações, recursos e materiais, assim como enfrenta barreiras culturais e imposições violentas.

Sánchez e Bertolozzi (2007) apontam que a vulnerabilidade social deve levar em conta a dimensão relativa ao indivíduo e o local social por ele ocupado. Os autores salientam que o indicador renda sempre teve papel de destaque como critério para a escolha do público-alvo das políticas públicas. No Brasil, a renda familiar e/ou renda familiar *per capita* ganham importância no que diz respeito aos programas redistributivos, sobretudo, quando são critérios para a seleção das famílias, para a manutenção ou desligamento destas, quando asseguram a focalização do programa nos estratos mais vulneráveis da população (SÁNCHEZ; BERTOLOZZI, 2007).

Conforme Carmo e Guizardi (2018), muito embora se considere que a vulnerabilidade se instale, em maior grau, nas populações pobres nas sociedades capitalistas contemporâneas, em que as relações sociais se desenvolvem por modos marcadamente complexos, a questão econômica é relevante, porém não determinante. Devido ao precário acesso à renda, os sujeitos ficam privados ou acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, sejam tais meios materiais ou capacidades impalpáveis, como a autonomia e a liberdade. É nesse sentido que se torna possível associar a vulnerabilidade à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social, caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade (CARMO; GUIZARDI, 2018).

A vulnerabilidade social na produção do campo do conhecimento em serviço social, segundo Janczura (2012), pode ser definida como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Nesse sentido, Silva (2016) menciona que a vulnerabilidade social se caracteriza pela pouca possibilidade de modificar a condição atual em que indivíduos ou famílias se encontram, muitos em condições precárias no que se refere à alimentação, higiene, educação e saúde. Neumeyer et al. (2018) identificam situações características pelas quais indivíduos ou famílias nesse contexto enfrentam.

Dentre essas, os autores mencionam a falta de recursos financeiros, o ensino de qualidade inferior, problemas de saúde devido à má alimentação, pouco acesso a tratamentos de saúde, alfabetização deficiente, falta de transporte, violência e criminalidade.

Busso (2001) destaca outro aspecto importante ao estudarmos o conceito de vulnerabilidade social. Para o autor, há dois pressupostos que devem ser percebidos de maneira complementar para a sua adequada compreensão. O primeiro pressuposto refere-se ao risco de ser ferido ou prejudicado frente à mudança ou permanência de situações indesejáveis, como embates adversos de origem externa. O segundo refere-se à capacidade de respostas que os grupos sociais têm às mudanças e aos desafios que o meio natural e social impõe, expressos nos indivíduos como sensações de indefesa, medo e insegurança frente aos riscos de se viver em sociedade. Nesse sentido, segundo o autor, essa relação não se dá de forma linear, sendo caracterizada como um processo, em vez de um estado, sobrepondo-se também à própria noção de pobreza, uma vez que a incorpora (BUSSO, 2001).

Por conseguinte, esses sentimentos e percepções de medo e insegurança se ampliam quando determinadas realidades nos levam a falta de níveis de segurança, ao exemplo daquilo que se pode classificar como processos não previsíveis como desastres, pandemias, catástrofes, situações inesperadas que colocam grupos sociais em situação de risco social eminente, agravando-se na ineficiência do Estado, na sua falta de capacidade de lidar com o agravante da instabilidade social, ficando omisso no enfrentamento rápido destas calamidades.

Dessa forma, segundo Monteiro (2011), a vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições. A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que

podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011).

Nesse sentido, Costa et al. (2018) mencionam que a diminuição dos níveis de vulnerabilidade social pode se dar a partir do fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social. Para isso, segundo eles, as políticas públicas constituem-se de fundamental importância. Políticas públicas, conforme Gomes et al. (2015), são respostas a determinados problemas sociais. São formuladas a partir das demandas e tensões geradas na nossa sociedade, logo, elas são estratégias de regulação de relações sociais. Essas estratégias se institucionalizam por meio de ações, de programas, de projetos, de regulamentações, de leis, de normas, que o Estado desenvolve para administrar de maneira mais equitativa os diferentes interesses sociais (GOMES et al., 2015).

Para Carmo e Guizardi (2018), o conceito de vulnerabilidade social, observado nas produções teóricas sobre as políticas públicas no País, evidencia a confirmação de um conceito em processo e, sobretudo, indicam a multiplicidade de fatores que determinam o fenômeno. Para as autoras, o olhar para a integralidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidade nada mais faz do que se alinhar à constatação de que esses sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas ordens, possuem capacidades e se encontram em um estado de suscetibilidade a um risco devido à vivência em contextos de desigualdade e injustiça social. Na visão das autoras, a responsabilidade na garantia de direitos pelo poder público e a ativa participação popular são elementos essenciais para a defesa e usufruto da cidadania pela parcela da população que vivencia situações de vulnerabilidade.

Neste estudo, também será apresentado o conceito adotado para vulnerabilidade social no que se observa a partir da definição do Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada (IPEA), para o qual, de acordo

com Costa et al. (2018), coloca a vulnerabilidade social como a ausência ou a insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, em um instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional.

A partir do exposto, o quadro abaixo busca sintetizar, com base nos autores, os principais destaques relacionados ao conceito de vulnerabilidade social.

Quadro 1 - Principais características do conceito de vulnerabilidade social

Autores	Características da Vulnerabilidade Social
Janczura (2012); Silva (2016)	A vulnerabilidade social pode ser definida como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Caracteriza-se pela pouca possibilidade de o indivíduo modificar a condição atual.
Monteiro (2011); Sánchez e Bertolozzi (2007),	Atualmente, o conceito de vulnerabilidade social leva em consideração a pessoa e o contexto em que está inserida. Constitui-se como construção social, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos e sociais.
Monteiro (2011); Costa et al. (2018),	A vulnerabilidade social é situacional e multidimensional, embora o fator econômico seja considerado o preponderante.
Busso (2001)	A vulnerabilidade social constitui-se um processo e não um estado.
Monteiro (2011); Costa et. al. (2018); Neumeyer et al. (2018)	As políticas públicas podem se constituir de fundamental importância para diminuição dos níveis de vulnerabilidade social, a partir do fortalecimento dos sujeitos.

Fonte: elaborado pelos autores.

Silva e Rapoport (2015) mencionam a importância da relação entre desenvolvimento humano e ambiente, sendo que criança ou adolescente, adultos e idosos em determinados ambientes influenciam-se mutuamente. Segundo as autoras, estudos demonstram que em ambientes desfavoráveis economicamente, que presenciam e sofrem práticas violentas em família, com pouco estímulo, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas mediações negativas que o meio ao qual estão inseridas lhes submete, principalmente por questões de não acesso a saúde, assistência social e a educação.

No que se refere à educação, conforme Silva (2016), a baixa esco-

laridade é uma das características de famílias que apresentam vulnerabilidade social. Sem a educação, na visão da autora, dificilmente essa população vulnerável conseguirá emergir socialmente rompendo com a questão social, para poderem usufruir de seu papel de cidadãos, capazes de se manifestar em prol de seus direitos.

O Estado deve estar preparado para dar respostas naquilo que é de sua responsabilidade, a partir do protagonismo de determinados governos que assumem o comando da gestão executiva da nação, assim sendo, deve olhar para o cenário de vulnerabilidade social no qual a população está imersa. Portanto, é fundamental um maior investimento tanto no âmbito da assistência da previdência social quanto na saúde. A política pública deve servir de resposta tanto para aqueles que buscam um desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, quanto do trabalhador perante sua inserção no mundo do trabalho e envelhecimento. Entende-se que para o fechamento de nossas considerações, torna-se importante levar em conta que viver em situação de vulnerabilidade social é compartilhar com o pensamento de Haro et. al (2010, s.p.), é

> [...] estar relacionada aos aspectos materiais como: precariedade do trabalho, desemprego, subemprego e a falta de acesso às políticas públicas. Porém os aspectos econômicos não devem ser considerados os únicos fatores que explicam a vulnerabilidade social, mas também questões como a fragilização dos vínculos afetivos, e de descriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiência ou vinculada à violência, ao território, à representação política dentre outros.

Neste sentido, a vulnerabilidade é uma condição que se expressa nas experiências sociais das pessoas, vivenciada por indivíduos que ficam expostos a inúmeros fatores, tanto de ordem social, econômica e estrutural. Muitas vezes se arrastam por décadas, o trabalhador se sente espoliado de recursos que possam lhe dar sustentação para si e ou do amparo familiar para poderem sobreviver, um circuito histórico que precisa ser interrompido.

4. Considerações finais

Por fim, para conduzir as reflexões finais, Monteiro (2011) vai afirmar que o tema vulnerabilidade social caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade. De acordo com a autora, compreender a vulnerabilidade social é pressuposto para avaliar o alcance das políticas sociais e buscar compreender e afirmar o papel do Estado, na sua responsabilidade de dar respostas aos flagelos que a sociedade excluída dos processos de produção vive na sociedade do capital. Assim, definir o seu conceito é mais do que um exercício intelectual, objetiva compreender os desafios e tensões que se colocam para as os espaços coletivos onde as políticas sociais são forjadas, no sentido de efetivar-se na perspectiva proativa, preventiva e protetiva (MONTEIRO, 2011), naquilo que está posto de forma categórica no arcabouço legal mais importante e significativo que a sociedade brasileira já construiu coletivamente, ou seja, a Constituição Federal de 1988.

5. Referências

AMENDOLA, F. **Construção e Validação de um Índice de Vulnerabilidade de Famílias e Incapacidades e Dependentes**. Tese (Doutorado Enfermagem) Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, p. 34-36, 2012.

BUSSO, G. ***Vulnerabilidad social***: nociones e implicâncias de políticas para Latinoamerica a inícios del siglo XXI. **Anais... In**: Seminário Internacional "Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social em América Latina y el Caribe", 2001.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O Conceito de Vulnerabilidade e Seus Sentidos para as Políticas Públicas de Saúde e Assistência social. **Cad. Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 1-14, 2018.

CESTARI, V. R. F. et al. A Essência do Cuidado na Vulnerabilidade em Saúde: uma construção heideggeriana. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 5, 2017.

COSTA, M. A.; SANTOS, M. P. G. S.; MARCUTI, B. R.L. A.; PIRANI, N., PINTO, C.V.S.; CURI, R.L.C.; RIBEIRO, C.C.; ALBURQUERQUE, C.G. **Vulnerabilidade Social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: 2018.

EXTREMA pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência IBGE Notícias,** 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos. Acesso em 2 de maio de 2020.

FREITAS, F. A. S.; SANTOS, E. S. S.; PEREIRA, L. S. M.; LUSTOSA, L. P. Vulnerabilidade Física de Idosos na Alta Hospitalar. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 24, n. 3, p. 253-258, 2017.

GOMES, C. A. V., SANTOS, B. V. B. S.; SANTOS, F. L.; SANTOS, G. M. O.; ANDRADE, M. H.; NEVES, A. F.; BALDIN, M. S.; PINHEIRO, S. P. S.; DEPICOLI, H. H. F. Políticas Públicas e Vulnerabilidade Social: uma reflexão teórica a partir de experiência de estágio. **Rev. Ciênc. Ext.**, v. 11, n. 1, p.116-130, 2015.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social?. **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

KATZMAN, R. ***Notas sobre la Medicion de la Vulnerabilidad Social***. Quinto Taller Regional. La Medición de la Pobreza: Métodos y Aplicaciones (LC/R.2026), p. 275–301, 2000.

MAIA, F. O. M. **Vulnerabilidade e Envelhecimento: panorama dos idosos residentes no município de São Paulo - Estudo SABE**. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Enfermagem na Saúde do Adulto. Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2012.

MONTEIRO, S. R. R. O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul./dez., 2011.

NEUMEYER, X.; SANTOS, S. C.; MORRIS, M. H. *Who is Left Out: Exploring Social Boundaries in Entrepreneurial Ecosystems*, **Journal of Technology Transfer**, v. 44, n. 2, p. 462-494, april, 2018.

SÁNCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o Conceito de Vulnerabilidade Apoiar a Construção do Conhecimento em Saúde Coletiva? **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 320-323, 2007.

SANDIN, T. L. **Da Vulnerabilidade Social para a Vulnerabilidade Institucional**. (Tese de Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2018.

SILVA, A. V. **Vulnerabilidade Social e suas Consequências**: O Contexto Educacional da Juventude na Região Metropolitana de Natal. Anais... In: Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste, 2016.

SILVA, S. B.; RAPOPORT, A. Desempenho Escolar de Crianças em Situação de Vulnerabilidade Social. **Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente**, v. 4, n. 6, p. 1-26, 2015.

Capítulo 9 - Me Reconhecer, Meu Real Ser Viver: (re) escrevendo o "Jornal do CAPS" e o trabalho do Assistente Social

Sabrina Regina Fiorelli
Fernanda Nunes da Rosa Mangini
Sheila Kocourek

Resumo: O presente artigo é um relato da experiência do desenvolvimento do projeto intitulado: "Jornal do CAPS", realizado em um Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e outras drogas (CAPS Ad II), localizado no interior do Rio Grande do Sul. O objetivo deste projeto foi oportunizar o registro da voz e das percepções dos usuários, por meio da utilização da metodologia de história de vida, a qual favoreceu a captura dos aspectos subjetivos dos usuários. Em uma pesquisa teórico-bibliográfica, a categoria subjetividade foi ancorada na teoria marxista, por meio da qual a subjetividade é constituída, constitutiva e constituinte das relações sociais. No projeto, as expressões subjetivas dos sujeitos emergiram relacionadas às refrações da questão social, sendo uma potência para o trabalho do Assistente Social. O projeto oportunizou a reconstrução e o reconhecimento da subjetividade pelos atores envolvidos, principalmente, de sua condição de seres socialmente determinados, mas também e, sobretudo, da sua capacidade de modificar e transformar a realidade. A manifestação dos sujeitos que, coletivamente, (re)escreveram suas histórias de vida no "Jornal do CAPS" denota a importância de um espaço no qual eles possam se reconhecer e demonstrar o seu real viver.

Palavras-chave: Serviço Social; Subjetividade; Prática Profissional.

Introdução

O presente artigo é fruto da experiência em um Projeto de Intervenção, intitulado "Jornal do CAPS: dando voz ao usuário na reconstrução de sua história", tendo por objetivo propiciar que os usuários de um Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e outras drogas (CAPS Ad II), no interior do Rio Grande do Sul, construíssem um jornal no qual fossem expressas suas histórias de vida. A proposta teve ainda como finalidade promover o autorreconhecimento, a expressão e a reflexão sobre suas trajetórias de vida com vistas à reabilitação psicossocial.

A desenvoltura despendida na concretização do projeto emergiu devido às dificuldades e necessidades vivenciadas, às quais, referiam-se, principalmente, à possibilidade de enfrentamento de questões subjetivas dos usuários nos processos de trabalho do Assistente Social[1]. Ademais, abarcava um contexto de precarização das redes de serviço, desigualdades sociais potencializadas e o presente déficit de aporte teórico, nesta subárea, que dê subsídios para a intervenção do Assistente Social no cotidiano de seu trabalho.

Consideramos que a subjetividade é um campo privilegiado para o trabalho do Assistente Social, desde que seja capturada pelas refrações da questão social. Essas incidem na subjetividade dos sujeitos e supõem a compreensão das visões de ser humano e de mundo e das ideologias em seu papel positivo, buscando a mobilização das liberdades, das vontades e do desejo de transformar a sociedade. (DUARTE, 2010; GENTILLI, 2013).

Os procedimentos metodológicos para a elaboração deste artigo consistiram na revisão teórica, análise dos registros em diários de campo[2], releitura dos jornais produzidos pelos usuários. O estudo de cu-

[1] Na língua portuguesa, toda vez que se têm diferentes gêneros implicados na mesma ação utiliza-se o gênero masculino como denominador universal. Neste trabalho, está sendo empregada a expressão "o Assistente Social" como denominador universal, como determina a norma culta da língua portuguesa. Ao utilizar este denominador, destaca-se de que se trata de uma categoria profissional que se refere a todos os gêneros.

nho bibliográfico possibilitou a busca por produções teóricas acerca da categoria subjetividade, bem como a identificação da sua presença nos conhecimentos teórico-metodológicos e nos instrumentais técnico-operativos para a intervenção profissional do Assistente Social no campo da saúde, tendo como foco as histórias de vida dos usuários, registradas nos diários. Essas histórias ofereceram elementos de identificação das expressões de subjetividade, dos usuários na produção do "Jornal do CAPS".

Para fins de apresentação do artigo, refere-se que este está organizado em três partes. Na primeira parte, explicitamos a revisão acerca dos significados e do conceito de subjetividade, articulando e aproximando suas interpretações à teoria marxista e aos aportes teórico-metodológicos e técnico-operativos do Serviço Social, especialmente à técnica de apreensão das histórias de vida dos usuários. Na segunda parte, apresentamos algumas análises da emergência da subjetividade no desenvolvimento do grupo "Jornal do CAPS", obtidas tanto pela história oral quanto no momento da elaboração do jornal em si, elencando a importância e as contribuições da temática da subjetividade para a atuação cotidiana dos Assistentes Sociais. Por último, as considerações finais, onde apresentaremos breves reflexões e análises conclusivas sobre a temática da subjetividade acerca do trabalho desenvolvido.

1. Conceito de Subjetividade e sua Presença no Trabalho do Assistente Social

Faz-se necessário destacar a importância do reconhecimento dos processos subjetivos como uma dimensão constitutiva dos indivíduos sociais e intrínseca aos processos que envolvem o trabalho profissional

[2] O diário de campo é um instrumento de registro cotidiano, utilizado pelos assistentes sociais, é "uma fonte inesgotável de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento profissional e do agir através de registros quantitativos e qualitativos" (LEWGOY; ARRUDA, 2004, p. 123-124).

dos Assistentes Sociais no contato direto com o usuário. Compreende-se que a subjetividade não pode ser reduzida a uma composição antagônica dos processos objetivos, mas sim como uma unidade, engendrada pelas atuais configurações das relações sociais, imanente ao modo de produção capitalista (CHAGAS, 2013; LANE, 2006).

Para Nicola Abbagnano (1998), a subjetividade corresponde ao que é aparente, ilusório ou falível, o que é intocável e corresponde somente ao indivíduo. O subjetivo é a relação entre as coisas e o nós, ou seja, uma relação com quem as pensa, diferente do objetivo que é uma propriedade dos objetos. Portanto, "o subjetivo é aquilo que pertence ao sujeito ou tem caráter de subjetividade" (ABBAGNANO, 1998, p. 922).

Na mesma linha, o "Dicionário Aurélio", popular dicionário da língua portuguesa, define subjetivo como "do, ou existente no sujeito". Uma breve interpretação diria que existe uma subjetividade que é do sujeito, ou seja, pertencente diretamente ao indivíduo, logo um processo que vem tanto de dentro, do interior, quanto de fora, apreensão interior do que está externo.

Alguns autores percebem que a subjetividade está relacionada diretamente ao modo como o indivíduo se vê e percebe o mundo ao seu redor, como ele pensa, reflete, age e interage nas suas relações com a comunidade, que pode se manifestar de uma forma mais objetiva por meio de ações. Essa peculiaridade individual perpassa, desenvolve e processa como um todo a subjetividade humana.

Essa discussão remete ao escrito do autor Semeraro (1999, p. 73), *Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção de subjetividade em Gramsci*, para quem "Gramsci funda a noção de subjetividade na filosofia da práxis", uma concepção na qual os homens são sujeitos reais da história e não instrumentos passivos de determinações materiais ou espirituais.

Assim, Amatuzzi (1996) afirma que a subjetividade é o âmago mais profundo da experiência e não é possível apenas conhecê-la objetivamente. Por outro lado, é preciso sempre lembrar que a subjetivida-

de humana não se constitui como algo congênito e inerente, apesar de pertencer ao âmbito do nosso universo interno, ela também é resultado das atividades desenvolvidas pela vivência humana e se caracteriza pelo somatório de aprendizagem das relações de vida em sociedade.

Nesse processo de aprendizagem estão inclusos não só os pensamentos, emoções conscientes e inconscientes, os sentimentos e as transformações nos âmbitos mais interiores, mas também os produtos da interação de um com o outro. Esse processo é também responsável sobre as maneiras de enxergar o mundo e a própria vida. Além disso, é elemento fundamental para a formação e consolidação da identidade individual de cada um.

Marx e Engels (1932) asseguram que a produção de ideias, de representações, de consciência está, desde o início, diretamente entrelaçada com a atividade material dos homens, como a linguagem da vida real. Logo, podemos concluir que o universo do subjetivo humano não é apenas constituído de uma só história de vida. Daí a crítica de Marx e Engels ao autor Feuerbach, para quem o indivíduo é visto apenas como um ser isolado e abstrato. Para Marx "a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua efetividade, é o conjunto das relações sociais", diz ele na *VI Tese sobre Feuerbach* (1888, p. 2).

Para Chagas (2013), quando Marx se refere à subjetividade, significa que ela não pertence a uma instância própria, autônoma e independente do indivíduo e, tampouco, a reduz como um mero produto da estrutura socioeconômica, mas a vê como um componente inseparável e indispensável para o processo de formação de cada um.

Sendo assim, a subjetividade não é apenas um reflexo de determinações direcionadas somente pelas bases econômicas ou modos de produzir, mas é também um componente impensável fora dos processos de formação da vida humana. Desse modo, podemos afirmar que não há constituição de um sujeito sem objeto, assim como não há objeto sem a ação de um sujeito. Ou seja, os processos de objetivação e subjetivação estão diretamente ligados ao conjunto das relações soci-

ais, em que o indivíduo, a partir da sua vida produtiva e, portanto, condicionado a essas relações sociais, é capaz de superar, transformar e compreender o mundo e, então, adquirir sua liberdade.

Assim, partimos da concepção de que "a subjetividade não é uma instância privada e estanque do meio. Há entre a subjetividade e a sociedade uma produção que se dá em conjunto". (MACHADO, 2008, p. 191).

Nesse sentido,

> [...] se fala a minha subjetividade, a minha opinião, o meu desejo, não se trata de algo interno que se revela ao exterior. As formas subjetivas são compostas socialmente. Todo sujeito é sempre coletivo. Quando falo muitas vozes falam em mim, muitas histórias atravessam a minha história. Embora haja uma composição singular em mim, que me difere de outros, que difere cada um, somente a composição é singular. Os pedaços de que é feita são pedaços partilhados por muita gente (MACHADO, 2008, p. 205).

A construção de uma vontade geral perpassa pelo reconhecimento da subjetividade e da individualidade, levando em conta também a estrutura, em que cada uma representa uma acepção diferente, apesar de se referirem ao mesmo "objeto", no caso, o ser humano. Preservar as semelhanças e as dessemelhanças de cada segmento, ou representação, é, de antemão, respeitar a diversidade e potencializá-la positivamente para a ascensão de uma vontade geral que subsidie a construção de um projeto societário condizente com os princípios ético-políticos da profissão.

Portanto, nessa lógica, a reflexão sobre a subjetividade em Marx direciona nossa análise sobre a temática sempre relacionada à sociedade, no caso, a sociedade capitalista em questão que a forja e a "fetichiza" (alienação).

As novas condições que são impostas ao trabalho profissional na contemporaneidade apresentam grandes desafios na forma como o Assistente Social, na sua intervenção, irá estabelecer respostas às de-

mandas dos usuários, especialmente àqueles que necessitam de uma atenção especializada do âmbito psicossocial. "O CAPS caracteriza-se por uma ação psicossocial pautada no cuidado delineado entre o individual e o coletivo; uma experiência-limite do individual e do coletivo que não se separam, mas que se compõe entre si" (MACHADO, 2009, p. 242). Dessa forma, reconhecer a subjetividade como um processo constitutivo dos sujeitos sociais implica, também, pensar na garantia e no acesso efetivo aos direitos.

As situações de vida, que são presenciadas pelos usuários das políticas sociais, se constituem em um campo amplamente complexo e contraditório, pois por diversas vezes esses sujeitos têm uma apreensão errônea de sua realidade, se apresentando aos serviços completamente destituídos de seus direitos sociais e trabalhistas e também afetados em sua integralidade, tanto na sua humanidade quanto na sua subjetividade, e, por vezes, culpabilizando-se veementemente pelos processos desiguais a que estão submetidos.

Desse modo, Gentilli (2013) afirma que a atuação profissional vem se deparando cotidianamente com experiências relativas à subjetividade, impondo aos Assistentes Sociais uma compreensão e uma articulação desta com as expressões da questão social. Essas expressões referem-se à experiência de cada sujeito social e das relações que fazem parte do construto das suas histórias de vida.

O emaranhado da vida social e seus rebatimentos se expressam, principalmente, no segmento que está em situação de vulnerabilidade, intensificando suas consequências no âmbito da economia, do social, do físico e do psicológico desses usuários. Todas essas questões aparecem cotidianamente no trabalho profissional, não só aos que trabalham no âmbito da saúde mental e da atenção psicossocial, mas também aos profissionais de outras instituições.

Na atualidade, se globalizam, inclusive, as formas de expressão das desigualdades e das diversas manifestações da questão social, verificadas a partir do desenvolvimento de novas formas de exclusão, baseadas em: xenofobias, etnocentrismos, racismos, fundamentalismos,

radicalismos, violência e por aí à frente. Nesse sentido, há um processo desafiador que provoca a atuação dos Assistentes Sociais que, por sua vez, devem estar preparados a estabelecer bases concretas para uma percepção da sociedade em grande escala.

Ao nos depararmos com a trajetória de vida dos usuários que frequentavam o CAPS Ad II, observamos que as suas representações sociais e concepções de vida eram muito distintas e, portanto, vimos a necessidade de encontrar subsídios teórico-metodológicos que permitissem apreender as singularidades das vivências de cada um deles. Foi necessário um esforço de articulação entre o subjetivo manifesto com a realidade concreta, a qual detém determinantes macroestruturais, ampliando, assim, a possibilidade de intervenção, ultrapassando o caráter imediatista.

Assim, a técnica do trabalho em grupo, combinada ao recurso das histórias de vida dos usuários, se apresentou como uma importante ferramenta técnico-operativa de apreensão das imbricações entre a subjetividade e a realidade social no interior de um CAPS Ad.

A história de vida baseia-se na "premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores" (SPINDOLA; SANTOS, 2003, p. 120). Deste modo oportuniza ao profissional arregimentar diferentes informações sobre aspectos das experiências sociais do sujeito, bem como a significância atribuída a cada uma delas. Além disso, permite ao próprio sujeito ir tomando consciência da sua trajetória de vida, "desvelando fatos significantes que revelam a identificação do narrador com o seu grupo social, familiar e profissional" (MACCALI et al., 2013, p. 02). Portanto, a história de vida não se resume a contar uma história, mas sim a um meio de revelar a subjetividade dos sujeitos.

A história de vida torna-se também ambiente de apreensão multidisciplinar, contribuindo para uma análise das complexidades vivenciadas por um sujeito. Trata-se de apreender emoções, medos, alegrias, experiências, limitações as quais não estão didaticamente se-

paradas na vida de quem os vivencia. São também construtos que compõem um acervo de memórias individuais e ao mesmo tempo revelam-se coletivas (MACCALI et al., 2013).

Para a autora Maria Lucia Martinelli (1999, p. 93), "a história de vida também é uma técnica de coleta de dados", portanto, através do exercício da escuta e interpretação dos fatos foi possível também captar novas demandas e necessidades a fim de complementar e auxiliar no plano terapêutico singular de cada integrante do grupo.

No âmbito da realização do grupo do "Jornal do CAPS", salienta-se que foi pensado para que os usuários pudessem expressar suas histórias de vida, tanto na perspectiva da sua singularidade quanto nas mediações construídas coletivamente. Houve a preocupação de que os sujeitos se autorreconhecessem e que o jornal refletisse suas trajetórias, por isso, as formulações, as temáticas, as formas de apresentar eram decididas de forma coletiva, tornando-os autores do processo. Deste modo, a redação e a confecção do jornal tornaram-se genuínas e retratavam o tempo histórico daquele grupo.

Como complementa Martinelli (1999, p. 89) "ao se reconhecer como sujeito produtor e reprodutor de significados o indivíduo está participando da história, está fazendo o relato de sua própria participação e reflexionando sobre sua própria vida, sobre sua participação na história pessoal e social".

A história de vida permite ainda que seja abarcada a indissociabilidade entre o pensamento e a materialidade do mundo, "homens e mulheres enquanto sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos" (GONÇALVES; KLEBA, 2007, p. 87). Dessa maneira, é possível que o assistente social aborde o universo do não dito, através da captura de expressões, atitudes, coloridos, escolhas, valores, desvelando o não perceptível, mas existente nas relações sociais.

A elaboração do jornal possibilitou justamente a captura desta subjetividade, a qual emerge na organização das narrativas, especialmente, a partir das escolhas dos sujeitos sobre o conteúdo que deveria

aparecer na primeira página, a disposição dos textos e a organização do interior do jornal e, assim, firmando acordos, elegendo as histórias que o compuseram, definindo a quantidade de histórias e quais ficariam de fora da edição. Para Zanotti (2010), um jornal apresenta um uso social mais direto – de informação, de narrar fatos e histórias do cotidiano. Ao mesmo tempo, um jornal tem legitimidade social e a função de aproximar o estranho do comum, do que pode ser dito, contado e comentado.

A propósito, em todos os espaços, o grupo e as atividades desenvolvidas devem se constituir como facilitador da comunicação e das relações interpessoais, favorecendo desse modo a interação, a integração e a reinserção social. São encontros de vidas entre pessoas em sofrimento psíquico, sendo auxiliadas no exercício da cidadania e na expressão de liberdade e convivência com o diferente.

O Serviço Social, por meio da história de vida, assume um papel de visibilizar as expressões da questão social, outrora obscuras, tais como as perdas no mundo do trabalho, descontinuidades das carreiras profissionais, presença de doenças, dependência de álcool e outras drogas. Ao mesmo tempo torna-se possível apontar para redutos de força, afinal as histórias de vidas dos usuários dos serviços de saúde mental são forjadas de estratégias de resistência (GONÇALVES; KLEBA, 2007).

Importante salientar que o Serviço Social na saúde mental atua nas mais diversas expressões da questão social, considerando o preconceito, o estigma e a vulnerabilidade vivenciados pelos usuários. Desse modo, a categoria passou a compor a equipe multiprofissional dos CAPS, a partir das novas configurações que a Reforma Psiquiátrica deu à saúde mental no Brasil.

No que tange ao Serviço Social, a experiência relatada neste artigo tem como intencionalidade mostrar que o "Jornal do CAPS", elaborado pelos usuários em encontros semanais, tem a potência de revelar a subjetividade dos sujeitos, demonstrando que cada um tem particularidades em lidar e amenizar as consequências decorrentes das múltiplas expressões da questão social presentes nas suas vidas.

Ao mesmo tempo verifica-se como uma estratégia que supera a lógica de operar tão somente políticas compensatórias, tais como a garantia de benefícios socioassistenciais. Este espaço poderia contribuir e se tornar um importante instrumento de trabalho dos Assistentes Sociais, buscando amenizar as consequências decorrentes das múltiplas expressões da questão social que acometem e comprometem o pleno desenvolvimento daqueles sujeitos, enquanto seres emancipados e conscientes de si e de suas trajetórias.

2. A Emergência da Subjetividade na Construção do "Jornal do CAPS"

A realização de grupos, dentro de um CAPS, está ligada a uma ideia mais ampla de reabilitação psicossocial e de trocas sociais, não se limitando apenas em estabelecer momentos de prazer e diversão. As atividades em grupo devem abarcar as vivências dos participantes, a fim de contribuir na sua realidade diária, objetivando o desenvolvimento da capacidade do indivíduo para "reconstruir" sua subjetividade, dotando-o de recursos para trocas sociais e, consequentemente, para a cidadania plena.

Lane (2006) enfatiza que o sujeito só consegue reconstruir sua subjetividade a partir do momento em que ele encontra as razões históricas da sua sociedade e do grupo social ao qual pertence. Esse processo auxilia no reconhecimento de si mesmo na medida em que interrogamos os papéis que desempenhamos e suas funções históricas. Lane (2006, p. 22) afirma que "reconhecer quem sou eu enquanto indivíduo, enquanto integrante de um grupo social, a partir das relações do meu ser social, é possível no momento em que tenho o 'outro' como referência".

A experiência em tela: "JORNAL DO CAPS: dando voz ao usuário na reconstrução de sua história" pautou-se em um grupo que realizou uma jornada de construção coletiva. Na presença de outros, cada um foi se reconhecendo e se percebendo como parte integrante de um

grupo social. Durante os encontros, iam surgindo questões a serem trabalhadas e, assim, com a participação de todos, foram se estabelecendo processos de identificação e diferenciação.

Importa destacar que as intervenções realizadas pelo serviço social no CAPSad foram sendo devidamente registradas em diário de campo, de modo que tanto os atendimentos individuais e coletivos, quanto as abordagens institucionais, propiciaram realizar um aprofundamento teórico, haja vista que ele fora "utilizado em um processo constante, podendo contribuir para evidenciar as categorias emergentes do trabalho profissional, permitindo a realização de análises mais aprofundadas" (LIMA; MIOTO; DAL PRÁ, 2007, p. 97).

A emersão de processos subjetivos se tornou possível a partir do momento em que o espaço do grupo foi viabilizado, deste modo os usuários do CAPSad discorriam sobre suas trajetórias. As trocas de experiências entre os indivíduos se configuram como o principal objetivo das atividades do grupo do jornal, pois elas contribuem para a realidade diária de cada usuário, objetivando e estimulando o desenvolvimento da capacidade de se (re) construir, dando subsídios para trocas sociais mais abrangentes, fora do âmbito do grupo. Essas trocas sociais envolvem a busca pelos direitos sociais, a inserção ou reinserção nos espaços de mobilização e convivência social, e o resgate da autonomia desses sujeitos.

Siqueira (2008) aponta que os trabalhos com grupos podem trazer resultados mais consistentes, pois a possibilidade de incentivar a cooperação fortalece os vínculos entre os membros, o que "pode ser também um caminho para a participação na defesa e conquista de direitos" (2008, p. 2). Para Pande e Amarante (2011), os serviços podem tanto cronificar, restringir, segregar, proteger, como também libertar, favorecer autonomia, cidadania e protagonismo. Daí a importância de uma intencionalidade profissional bem amparada, teórica e tecnicamente.

Todo o processo de concretização das atividades, bem como da construção do "Jornal do CAPS", teve como pano de fundo a realiza-

ção de 9 encontros, descritos no Quadro abaixo.

Quadro 1 – Temáticas e atividades desenvolvidas no "Jornal do CAPS"

	Temática	Atividades desenvolvidas
1º	Qual o papel que você ocupa na sociedade?	• Apresentação • Leitura do texto: "A desumanização do Humano", por Nara Rúbia Ribeiro
2º	Respeito às diferenças.	• Dinâmica sobre as diferenças. • Leitura do texto "Aceitar, respeitar e celebrar as diferenças". Autor desconhecido.
3º	Felicidade	• Exibição do filme "Into the Wild" (Na natureza selvagem)
4º	Para você, o que a felicidade representa?	• Leitura dos textos trazidos pelos usuários e discussão do tema
5º	Livre	• Montagem do painel do "Jornal do CAPS"
6º	"Jornal do CAPS"	• Discussão de temáticas e ideias de materiais para compor o jornal impresso
7º	História de vida	• Descrever suas histórias de vida em um papel
8º	"Jornal do CAPS"	• Discussão de temáticas e ideias de materiais para compor o jornal impresso • Apresentação prévia de como está ficando o "Jornal do CAPS"
9º	FIM	• Apresentar o Jornal impresso para os usuários

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma das atividades mais marcantes do grupo foi o debate sobre os papéis que os usuários ocupam na atual sociedade. As experiências proferidas pelos usuários sinalizam para o aprofundamento dos processos macroestruturais sob condições subjetivas:

> Não sou nada, só um estorvo! (USUÁRIO 1).
> Minha filha outra vez falou que eu não presto para nada, nem para ser gari – sem desmerecer a profissão! (USUÁRIO 2).
> Não sei qual papel eu ocupo, só sei que tenho certeza que eles não me querem aqui; outro dia um homem me xingou porque eu estava revirando o contêiner na frente da casa dele, mandou eu ir arrumar o que fazer; esse é o meu trabalho! (USUÁRIO 3).
> É o nosso trabalho né, olha aqui minhas mãos, isso aqui é consequência de juntar o lixo de gente rica, gente "porca", não separam o lixo, jogam tudo no mesmo lugar, a gente tá fazendo é um

> favor para eles! (USUÁRIO 4).
> Eu era poeta né, tu sabe né, me formei em letras, eu era alguém, hoje em dia sou só um alcoólatra esperando pela morte, mas eu confio em Deus, não estou sozinho. (USUÁRIO 5).

As falas dos usuários trazem as contradições entre classes sociais, por meio da vivência da desigualdade social, como na fala do usuário 4 que se refere às marcas nas suas mãos em decorrência do trabalho de "juntar o lixo de gente rica" (sic). Trata-se de uma modalidade de trabalho precária, mas essencial, como o mesmo usuário reconhece, entretanto não é reconhecida socialmente como uma forma de trabalho digno, sendo estigmatizante, humilhante e degradante para aqueles que a realizam. Essa vivência do trabalho tem consequências para a subjetividade desses sujeitos, de um lado, a baixa autoestima e a vergonha e, de outro, os sentimentos de raiva e ódio pela forma como são tratados.

Em uma discussão sobre religião e, principalmente, sobre política, os usuários depositaram toda a descrença que eles têm no país e a desesperança de que algo vá mudar daqui para frente. Essa discussão foi muito profícua, pois foi possível perceber que, apesar de suas posições antagônicas, relacionadas entre uma opinião e outra, os usuários estão buscando informar-se sobre as direções e as consequências que suas escolhas causam no cenário político brasileiro. Porém, também podemos perceber a presença da alienação e da falta de consciência de si enquanto classe social e de unanimidade, consequência da subtração da subjetividade estabelecida pelo processo de produção capitalista.

Isso porque as tensões sob a qual vivem esses usuários, de necessidades e carecimentos, acabam refletindo nos seus sentimentos, incentivando a revolta, a instabilidade e a necessidade de fazer sua afirmação se tornar verdadeira frente aos demais, muitas vezes corrompendo-os enquanto unanimidade, impossibilitando que eles cheguem a um consenso sobre suas próprias condições. Nas palavras de Gentilli (2013,

p. 318) "o estranhamento em relação ao outro tem como efeito a criação de uma cultura fragmentada que favorece a rejeição do diferente nas relações entre desiguais". Assim, a autora ainda afirma que,

> [...] o conjunto de situações sociais conturbadas e altamente explosivas, decorrentes das desigualdades sociais, vem anunciando, desde a virada deste século, na forma das mais diversas manifestações de violência (contra crianças e adolescentes, negros, índios, mulheres, idosos, homossexuais etc.), ostentando uma profunda cisão de classes que vem subterraneamente cindindo a sociedade brasileira [...] (GENTILLI, 2013, p. 319).

Bisneto (2007) afirma que os problemas mais sérios relacionados à questão da alienação envolvem exatamente a produção da subjetividade, movimento implícito ao capitalismo, produzindo fetichismos e falsa consciência de pertencimento de classe, portanto, de unanimidade. Sendo assim, os quadros que envolvem a subjetividade tomam proporções, na atualidade, que o autor considera "alarmantes".

Diante da dificuldade que presenciamos de manter uma discussão tranquila sobre política e religião, trabalhamos na perspectiva de incentivar o respeito às diferenças, através da Dinâmica das Diferenças, em que eles teriam que desenhar sob um folha de papel a representação de um rosto, porém cada um deveria se manter com os olhos fechados durante o desenho. Essa dinâmica teve o objetivo de mostrar que mesmo que todos tenham desenhado rostos, cada um desenhou de um jeito diferente, e que essa diferença tem que ser respeitada, não só dentro do grupo, mas também fora dele, nas suas relações comunitárias.

Essa concepção acerca da temática do respeito às diferenças, também nos remete ao sexto principio fundamental, presente no Código de Ética do Assistente Social, o qual deve garantir o empenho do profissional na "eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças" (CFESS, 1993, p. 23).

Muito além de um princípio ético, trata-se de uma parte importante do projeto ético-político do Serviço Social, que está atrelado a um projeto societário radicalmente distinto da sociedade de classes.

Cotidianamente, a sociedade do capital reproduz e intensifica contradições, essas, por sua vez, fundadas a partir do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a sociedade torna-se uma arena de intensas lutas entre classes, podendo ser observadas nas mais diversas manifestações de conflitos, como em um dos encontros com o grupo sobre a temática da felicidade, no qual foi possível observar os processos discriminatórios e a exclusão social desencadeada pela pobreza e pela dependência química.

Nesse encontro que teve como foco a reflexão acerca da temática da felicidade apresentamos um filme aos usuários, antes disso, os usuários foram questionados com que regularidade costumavam frequentar salas de cinema. Somente um dos usuários levantou a mão e relatou que tinha ido apenas uma única vez ao cinema, quando tinha em torno de 50 anos, os demais expressaram que não se sentem bem-vindos em lugares públicos e que não frequentam muito, mais por uma questão de vergonha e medo de serem discriminados, do que por dinheiro:

"Se eu tentar entrar no shopping para assistir um filme, eles são capazes de mandarem me prender só pelo jeito que estou vestido, certamente não me deixariam entrar lá" (USUÁRIO 1).

A sociedade, geralmente, generaliza estereótipos que se constituem como intensificadores de processos discriminatórios. A dinâmica na qual estamos inseridos marginaliza e criminaliza os indivíduos, sem oferecer quaisquer chances para que eles possam ser reinseridos na sociedade. Os efeitos desses processos podem ser verificados na própria fala dos usuários, através do sentimento de não pertencimento, da despotencialização e de baixa autoestima, que geram sérias consequências aos indivíduos, interferindo de maneira extremamente negativa em suas oportunidades como cidadãos, na sua condição de vida e de ser social.

A partir disso, podemos afirmar que as expressões da questão so-

cial estão evidenciadas e intrínsecas nos modos de ser e agir, de falar e de pensar, na maneira como esses usuários compreendem o mundo, suas relações e a si mesmo e, por sua vez, causam consequências diretas e indiretas nas suas histórias e na construção das suas relações com a sociedade e, até mesmo, se tratando de um CAPS Ad II, nos modos como se relacionam com os profissionais.

Uma parcela de usuários que frequentou o grupo afirma estar em situação de rua. Fica evidente, em suas exposições, os rebatimentos que esses usuários sofrem ao serem estigmatizados pela sociedade, enfrentando processos de extrema exclusão social, política e econômica, que em sua maioria, geram privação, abandono e expulsão do convívio familiar e comunitário. Como consequência, esses sujeitos se desconhecem, assumindo a identidade que lhes é imposta, deixam de se reconhecer e de reconhecer os seres humanos em sua volta, por falta de concepções de humanidade ou do que é ser humano, o que também os leva a perda de perspectivas e significados em suas vidas.

Essa ideologia, criada a partir de mecanismos dialéticos entre dominação e opressão, fornece garantias da manutenção desse sistema desproporcional, que consegue capturar esses sujeitos e mantê-los enfraquecidos, dificultando ou incapacitando-os de romper com essa estrutura dominante e opressora (IBAÑEZ, 2000).

A cidade onde se localiza o CAPS Ad II, Santa Maria/RS, possui Casa de Passagem, entretanto, os usuários relatam que preferem morar na rua, pois a falta de respeito com que são tratados na Casa de Passagem os incomoda, citando também, a impressão de que os profissionais que lá trabalham os tratam como se estivessem fazendo um favor a eles e, ainda, que eles teriam que ser submissos às suas vontades - aqui se referindo às vontades dos profissionais.

Nas palavras do Usuário 3: "se eles pudessem, eles colocavam veneno na nossa comida e matava todos nós, não servimos para nada, só para dar mais trabalho para eles". Ainda se referiu sobre a frequência com que os profissionais o chamavam para saber se ele já havia encontrado outro lugar para ficar, pois havia outros usuários precisando da vaga,

> Eu também estou precisando da vaga, eles ficam falando coisas quando você passa por eles e sempre que dá, dificultam as coisas pra ti, como se você estivesse ali porque simplesmente quer, eu não tenho pra onde ir, para onde eu vou se eles não me querem lá, prefiro ficar na rua do que aguentar esse pessoal me olhando torto (USUÁRIO 3).

Figura1 – Capa impressa do "Jornal do CAPS"

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, identificamos as consequências da precariedade dos serviços prestados e do descaso com que são tratados os indivíduos que

precisam fazer valer de seus direitos.

As políticas neoliberais, a consequente individualização e a moralização dos processos sociais transformam a busca e a efetivação dos direitos do cidadão em meros favores prestados à população. Fora da esfera do assistencialismo e da filantropia, só tem acesso aqueles que podem adquirir os serviços no mercado. Com isso, a qualidade dos serviços que são prestados à população em geral, mas, principalmente, às populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a exemplo da Casa de Passagem, é precária e, também, se torna desinteressante à fiscalização desses serviços por parte dos órgãos competentes.

3. Considerações Finais

As emergências subjetivas verificadas através do discurso dos usuários são construto integrante das contradições próprias da sociedade capitalista, assentadas na exploração e na opressão – forma contemporânea com que as faces das expressões da questão social aparecem e têm rebatimentos na realidade cotidiana dos sujeitos – em suas dimensões objetivas e subjetivas.

Culturalmente, os usuários da saúde mental que possuem transtornos mentais, decorrentes ou não do uso abusivo de substâncias psicoativas, sofrem preconceito e discriminação. Como consequência, são estigmatizados, negligenciados e marginalizados, reforçando as abordagens excludentes e violentas sobre as relações desses indivíduos nos diversos setores da sociedade.

Os efeitos subjetivantes desse processo desumanizado podem ser, na maior parte dos casos, verificados através do sentimento de despotencialização ou de baixa autoestima dos usuários, ao serem rotulados e estereotipados como seres indesejáveis e improdutivos, interferindo de maneira extremamente negativa na construção da sua cidadania, bem como nas suas oportunidades de vida e de se construir como ser social.

A experiência que une a sociedade e permite laços é também aquela que, paradoxalmente, por diversos de seus mecanismos, instituições, relações, valores e ideologias, ameaçam ou destroem essa mesma percepção de troca. Os sujeitos submetidos a esse sistema se desconhecem e deixam também de reconhecer aos outros como seres humanos, de concepções de humanidade ou do que é ser um humano.

Portanto, ao propormos trabalhar, dentro da realização do grupo do jornal, com as singularidades de cada sujeito, considerando todos os seus aspectos e atores envolvidos em sua história, oportunizamos a reconstrução e reconhecimento de sua subjetividade, compreendendo-se como um ser socialmente e culturalmente envolvido, capaz de modificar e transformar sua atual realidade.

O engajamento do grupo foi de extrema importância para a compreensão de que o indivíduo é parte de uma estrutura e, que ela molda, por sua vez, sua subjetividade. Além disso, foi imprenscindível para compreender que há um processo constante de determinações que são expressas pelo modo de vida da sociedade capitalista e, para que tais determinações possam ser visualizadas e modificadas, é necessário reconhecê-las dentro da sua história e estar disposto a transformá-las.

Portanto, o Assistente Social, ao trabalhar sob esta perspectiva, pode contribuir efetivamente para dar visibilidade a essas refrações, ao que está exposto de forma indireta, invisível ou oculta, identificando as necessidades e as demandas a partir das expressões subjetivas que emergem no discurso dos usuários. Nesse sentido, Vaitsman (1995) afirma que a emergência da subjetividade e a valorização da autonomia dos sujeitos será uma nova forma de representar a relação estabelecida entre o sujeito e o objeto, bem como entre o indivíduo, a natureza e a sociedade, cujo processo faz parte das transformações históricas.

As áreas em que o Serviço Social atua e, em especial, a área da saúde mental, necessitam de profissionais em constante atualização, trabalho em equipe multiprofissional que seja capaz de tornar os proces-

sos de trabalho mais coletivos, democráticos e, principalmente, resolutivos. Não é necessário apenas conhecer o mundo, mas é necessário achar meios e maneiras de transformá-los (MARX; ENGELS, 1932). Daí a importância da atualização dos seus mecanismos de intervenção, coerentes e situados de acordo com as demandas que emergem da atualidade.

Ao nos reportarmos ao conjunto dos relatos orais explanados pelos usuários participantes do grupo do "Jornal do CAPS", identificamos que as dificuldades teóricas, metodológicas, pessoais e operativas aparecem no trabalho profissional do Assistente Social em contato direto com o usuário, particularmente, referindo-nos a grupos sociais marcados por extremas situações de fragilidades sociais, bem como de intensas formas de sofrimentos, estigmas e discriminações.

Na atenção à saúde mental, as relações interpessoais e os processos grupais exigem mobilizações mais intensas no que se refere aos processos subjetivos, tanto individuais como coletivos. Essas questões que envolvem a subjetividade acabam se tornando tabus na cultura do Serviço Social, um exemplo evidente disso é a questão da religião, que apareceu muito forte no discurso dos usuários do CAPS Ad durante a realização do grupo.

O não enfrentamento claro e aberto da temática da religião na cultura profissional, que se tornaria possível se tivéssemos espaço para um estudo mais amplo e plural das várias áreas das ciências humanas que estudam esse fenômeno, acaba não permitindo aos estudantes e aos profissionais atuantes a elaborarem criticamente processos interventivos nessa dimensão. Isso se torna um problema na medida em que as Igrejas estão assumindo o protagonismo dos processos de cuidado em saúde mental numa direção claramente conservadora, o que, por sua vez, interfere na vida do usuário e nos serviços prestados.

O processo de globalização tem suscitado grandes transformações tanto nas relações quanto nas estruturas que articulam e desenvolvem o sistema de dominação político e econômico. Esse processo torna a análise da sociedade um campo de extremas contradições e

complexidades, cujo entendimento revela a necessidade de uma compreensão não só dos processos políticos e sociais, mas também dos aspectos relacionados à realidade concreta das vivências dos sujeitos sociais. Nesse sentido, seriam abertos cenários de dinâmicas, tendências, condições e possibilidades para intervenção profissional.

Deste modo, vale novamente reiterar o que a autora Leila Domingues Machado (2008) oferece de subsídios para essa interpretação, na medida em que ela insere os determinantes sociais como condições concretas de vida e de forma de ser e estar no mundo, portanto, na subjetividade. "Quando se fala em minha subjetividade, a minha opinião, o meu desejo, não se trata de algo interno que se revela no exterior. As formas subjetivas são compostas socialmente. Todo sujeito é sempre coletivo [...]" (MACHADO, 2008, p. 205).

Portanto, as faces que as expressões da questão social assumem ante a crise da vida social tomam os sujeitos de medo e, por vezes, provocam sofrimentos diversos, que se expressam com maior potencialidade nos segmentos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade física, econômica, social e psicológica. (GENTILLI, 2013). Deste modo, os processos dialéticos entre objetividade e subjetividade acabam impondo limites e abrindo novas possibilidades de intervenção profissional, sobretudo, pelas trocas entre equipes multidisciplinares que pretendem fazer valer as práticas interdisciplinares de atenção aos usuários e sua família, conforme preconizado nas diretrizes da política pública de atenção à saúde mental.

A execução do projeto permitiu demonstrar como a subjetividade aparece de forma concreta na atuação cotidiana do Assistente Social. Além disso, a subjetividade assume um papel importante no trabalho do Assistente Social, na perspectiva da efetivação das políticas de saúde mental.

Assim, a proposta apresentada ao longo do presente artigo foi que a temática da subjetividade possa ser melhor abordada no debate contemporâneo do Serviço Social, especialmente, na atuação do Assistente Social na saúde mental, com a finalidade de auxiliar os Assistentes

Sociais tanto no seu processo de atuação particular quanto no trabalho em equipe na perspectiva da interdisciplinaridade. A importância que a subjetividade tem hoje para o Serviço Social é condizente com as finalidades do atual projeto ético-político e de construção de uma nova ordem societária, haja vista que, no passado da profissão, os eixos que norteavam a temática da subjetividade, bem como suas finalidades eram irrelacionais com o que se pretende hoje.

4. Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AMATUZZI, M. M. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 13, n. 1, 1996.

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Revista Dialectus**, Ano 1, n. 2, p. 14-32, jan./jun. 2013.

DUARTE, M. J. de O. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 101, p. 5-24, mar. 2010.

GENTILLI, R. M. L. Sociabilidade e Subjetividade: aproximações para o Serviço Social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 312 - 324, jul./dez. 2013.

GONÇALVES, R. de C.; KLEBA, T. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 83-92, 2007.

IBAÑEZ, L. D. C. La Psicología de Ignácio Martín-Baró como Psicología social crítica. Una presentacíon de su obra. **Revista de Psicología Geral y Aplicada**, v. 53, n. 3, p. 437-450, 2000.

LANE, S. T. M.**O que é psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2, p. 115-130, 2004.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R.C.T. e PRÁ, K.R.D**.** A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1,

p. 93-104, jan./jun. 2007.

MACCALI, N., et al. História de Vida: Uma possibilidade metodológica de pesquisar os aspectos subjetivos no processo de tomada de decisão. In: XXXVII ENANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro.

MACHADO, L. D. Políticas de Subjetivação. In: MANFROI, V. M.; MENDONÇA, L. J. V. P. (Orgs). **Política Social, trabalho e subjetividade**. Vitória: Edufes, 2008, p 190 - 208.

MACHADO, G. S. . O trabalho do Serviço Social nos CAPS. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n.2, p. 241-254, jul./dez. 2009.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Edição e tradução de domínio público: 1932.

MARX, K. **XXI Teses sobre Feuerbach**. Edição e tradução de domínio público: 1888.

PANDE, M. N. R.; AMARANTE, P. Desafios para os CAPS como serviços substitutivos – a nova cronicidade em questão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2067-2076, 2011.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: SIMSON, O. R. M. (Org.) **Experimentos com histórias de vida:** Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

SIQUEIRA, M. M. N. T. Famílias: uma experiência de trabalho com grupo. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 1, n. 2, 2008.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). **Revista de Enfermagem**, São Paulo, v.37, n. 2, p. 119-126, 2003.

VAITSMAN, J. Subjetividade e paradigma de conhecimento. **Boletim Técnico do SENAC**, 21:2, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000162&pid=S0104-59702001000300003000034&lng=pt>. Acesso em: 15 set. 2018.

ZANOTTI, S. V. Jornal do CAPS: Construção de histórias em Oficinas Terapêuticas. **Revista Eletrônica PUC/RS**, Rio Grande do Sul, v. 41, n. 2, abr./jun, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/5737/5325> Acesso em: 20 jul. 2018.

Capítulo 10 - Coronavírus e Serviço Social: compromisso profissional frente à pandemia

Nadianna Rosa Marques
Estêvão Yamin
Alessandra Garrot Vilanova

> "Então esse modo de garanti ou de oferecer, que garantir não garante nada, esse modo de oferecer que é o retorno do que a sociedade tem das políticas públicas é muito complicado, porque não assegura nada, não assegura nem que tu responsabilize, não assegura se tu não responsabilize um ente público por ter matado 200 pessoas. Tu vai te assegura de responsabilizar dos entes públicos de outro modo, também estão matando gente nas filas quando tu abandona nas emergências".[1]

Introdução

Compreende-se que ao longo da história as epidemias, endemias e pandemias (re)produzem sobre a população muito além de uma pressão seletiva ou adoecimento, pandemias são eventos sociais totais que ameaçam a humanidade de todas as formas e causam efeitos como: desordens, violência, medo (temor ao contagio), geram estigmas, exacerba as desigualdades sociais, e as respostas ao longo da história a esses surtos têm sido medidas de proteção e profilaxia, práticas e estudos científicos, expressões artísticas, literárias, entre outros. (VENTURA, 2013)

[1] Trecho de entrevista realizada com gestor hospitalar, para pesquisa de mestrado para o programa de pós graduação em serviço social PUC/RS, intitulado e de autoria: MARQUES, Nadianna Rosa. Desastres e a Política de Saúde: Responsabilidades e Possibilidades de Intervenção. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós – Graduação em Serviço Social PUC/RS, 2018.

Desta forma, Ventura (2013) exalta que atualmente que o termo epidemia significa "a evolução brusca, temporária e significantemente acima do esperado da incidência de uma determinada doença" (p. 51), de forma abrupta atinge a todos em uma sociedade, sem distinção de classe, desorganizando a vida de uma cidade, e refere-se que tal evento "coloca os cadáveres na rua, que muda a tal ponto as mentalidades" (p. 51).

De acordo com as normativas da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil situações de endemia, epidemia e pandemia são classificadas como desastres naturais. Diante de situações de desastres/pandemias compreende-se que a população acometida, torna-se duplamente vulnerável, necessitando da articulação das políticas públicas para o enfrentamento das situações, pois as políticas sociais se definem como a linha de ação coletiva que concretiza os direitos sociais declarados e garantidos em leis. (PEREIRA, 1996)

A ocorrência de um desastre, deve ser compreendido para além de sua origem natural, pois este é produto de uma sociedade capitalista, a qual novos processos produtivos acarretaram transformações profundas nas vidas dos sujeitos, evidenciam as expressões da questão social na medida em que os contextos de desigualdades sociais reforçam a importância das análises integradas incorporando as dimensões sociopolíticas e socioeconômicas. A necessidade de compreensão acerca dos desastres se dá não apenas para conhecer e compreender, mas, também, para realizar uma análise das relações implicadas em uma sociedade capitalista e que, como consequência, traz à tona as mazelas e os fenômenos sociais, entre eles os desastres e seu impacto para a população. Desvendar situações que desencadeiam um acidente é importante para não simplificá-lo nem suavizar responsabilidades ou supervalorizar os recursos tecnológicos; desconsiderando as suas mediações sociais e históricas, naturalizando esses eventos e como esses se revelam em nossa sociedade. (MARQUES, 2018)

Há várias concepções de desastres, geralmente são descritos e classificados segundo suas causas, como "naturais", mistos ou

antropogênicos. Os desastres naturais são aqueles decorrentes imediatamente de fenômenos naturais, geofísicos, meteorológicos, hidrológicos, climatológicos e biológicos (como epidemias e pandemias), e tem como consequências perdas de vidas humanas, de saúde pública e de propriedades. Em suma, desastres são compreendidos de forma geral como causadores de grandes perdas, que geram destruição e sofrimento humano, superando a capacidade local, necessitando de auxílio a nível nacional ou internacional. (CARVALHO, 2020)

Compreende-se a vivência de uma situação de desastres, e atualmente a situação da pandemia do Coronavírus (COVID-19), os impactos está mais suscetível há comunidades marginalizadas, por fatores geográficos, má distribuição de recursos e acesso restrito a efetivação de seus direitos e democracia. Ademais do status social, os desastres/pandemia possuem impactos diferentes de acordo com a etnia, raça, deficiência, idade, escolaridade e gênero, ou seja, são múltiplos fatores que tornam as pessoas menos resistentes a desastres. E as respostas pós desastres, geralmente atuam inconscientemente para reforçar as desigualdades existentes, exemplo disso, quando buscam aconselhamento e tomada de decisões, acabam apoiando-se em apenas líderes, reforçando práticas anti-democráticas. Sendo assim, é necessária a criação de processos democráticos, em que a população juntamente do Estado, responsável pelas políticas de desastres, criem estratégias alternativas de mitigação. Exigindo das instituições comunitárias e governamentais apoio aos esforços para lidar com eventos devastadores, oferecendo proteção social e iniciativas de desenvolvimento social, promovendo o envolvimento das pessoas locais para trabalharem e co-produzirem conhecimentos e soluções, sendo primordial a melhoria dos meios de subsistência da população, bem como a preparação para desastres. (Drolet, Dominelli, Alston, Ersing, Mathbor, Wu, 2015)

Com base em estudos realizadas por Drolet, Dominelli, Alston, Ersing, Mathbor, Wu (2015), no Paquistão e EUA, estratégias como valorização e incentivo a participação e lideranças de mulheres pós

situações de desastres, contribuiu para ampliar ações de resiliência e promover o desenvolvimento sustentável em diversos contextos pós-desastre.

No Brasil, o Ministério da Saúde tem organizado o enfrentamento da Pandemia seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde quanto a isolamento, orientações médicas, cuidados preventivos, capacitação de profissionais, ampla divulgação de informações, etc. Assim como os desastres de grande expressão, a Pandemia atinge pontualmente grupos, populações, ceifa vidas, esgota recursos, destrói ambientes, exige outras formas de organização. País de natureza privilegiada pois não conta com terremotos, vulcões, tsunamis, o Brasil tem sido atingido cada vez mais por desastres provocados pela ação humana: inundações, incêndios, rupturas de barragens. No enfrentamento destes eventos somente no século XX, aproximadamente 3,5 milhões de habitantes foram mortos em desastres naturais. (Associação Médica Brasileira,2012)

O Brasil teve a experiência com alguns desastres nos últimos seis anos, sendo esses: em Santa Maria, o incêndio da Boate Kiss, em 2013, vitimando 242 pessoas; o rompimento da barragem de Herculano Mineração, em Itabirito (MG), em 2014, ocasionando três mortes; o vazamento na barragem do Fundão, em Mariana (MG), em 2015, com 19 mortes; a tragédia a qual vitimou cerca de 69 pessoas, em Brumadinho/ Minas Gerais, em virtude do rompimento de uma barragem; e o incêndio de grandes proporções na Floresta Amazônia – segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais divulgados pela BBC News (2019), o número de casos de incêndios na Floresta Amazônia apenas do período de janeiro a agosto de 2019 já ultrapassa os dos últimos oito anos; demonstram. que o Brasil não possui um plano de prevenção de desastres, pois há um rol de estratégias que ainda não foram colocadas em prática no país, evidenciando a falta de articulação entre as políticas públicas e a prevenção e preparação para situações de calamidade pública. Por mais que essa articulação seja assegurada pela Constituição Federal, a população e os servi-

ços encontram-se à mercê, pois nada se fez em relação às definições sobre desastres, que são essenciais para a captação de recursos financeiros e ações, assim como a interpretação e utilização de protocolos universais que direcionam as práticas profissionais.

A pandemia já foi vivenciada pela humanidade, conforme Revista Gallileu a ponta para cinco pandemias, entre elas: a peste bubônica causadora da peste negra que assolou a Europa no século XIV dizimando mais de 200 milhões de pessoas; a varíola atormentou a humanidade por mais de 3 mil anos, sendo erradicada em 1980 após campanhas de vacinação; a cólera teve sua primeira epidemia em 1817, no Brasil o último surto ocorreu em 2019 e levou a morte mais de 40 mil pessoas. (REVISTA GALILLEU, 2020)

O Brasil vivenciou nos últimos cem anos epidemias como a tuberculose (1850-1950), varíola (1896 – 1980), gripe espanhola (1918 – 1919). No século XXI, a pandemia da H1N1 (influenza) em 2009 chegou ao Brasil, gerou um alerta para a OMS, que declarou um alerta de pandemia mundial. Na época ainda conhecida como gripe suína, o surto global caracterizou-se por uma variante de gripe suína cujos primeiros casos ocorreram no México, em meados do mês de março de 2009. Neste período, a fim de responder a emergência da OMS, a primeira ação do governo Brasileiro foi a implantação de um sistema de barreira sanitária de Influenza em todos os aeroportos e nas capitais Brasileiras. (OMS,2020)

No dia 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde – OMS, declarou que o surto da doença causada pela COVID-19, havia se tornado em Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional[2], exortando os governos a adotarem medidas de coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. A portaria GM/MS n°188, de 04 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19). No dia 06 de fevereiro de 2020, a lei n° 13.979 que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saú-

de pública de importância nacional (ESPIN) em decorrência da infecção Humana pelo novo Coronavírus. (2019-Ncov)

Dessa forma, uma situaçãode uma pandemia afeta uma nação/país inteiro, que traz em si o desvendamento do avanço neoliberal brasileiro, com a deterioração das condições sociais, práticas antidemocráticas, desmonte das políticas sociais que geram precárias condições de intervir, fatores esses que promovem no trabalhador um sentimento de impotência política, distanciamento das decisões do poder público, uma desconexão entre os interesses coletivos e ações tomadas, e um distanciamento com a democracia, sendo este um dos principais objetivos do neoliberalismo, o distanciamento dos cidadãos da democracia, da participação ativa, pois pessoas alienadas não atrapalham a lógica de mercado que cada vez mais invade o público, desenvolvendo um sistema híbrido, uma mercantilização da saúde, aliviando as manifestações imediatas da questão social, tomando um distanciamento da noção de proteção social, logo uma situação de calamidade pública são expressões da questão social.

1. Cenário Econômico, Social e Político da Pandemia no Brasil

Compreendendo a democracia como um peso grande para as classes dominantes e para o capital financeiro, a prática de golpe de Estado (pseudo) legal tem sido uma estratégia muito utilizada pelas oligarquias de direita na América Latina (LÖWY, 2016). O Brasil, por ter voltado de uma ditadura militar recentemente, de forma fragilizada e sem memória das barbáries ocorridas, se encontra com a democracia fragilizada – oportunidade para a direita tradicional colocar seu projeto em curso. Mesmo com um governo que a garantia diversas concessões, ela não se contentou, pois queria o poder todo, além de abafar operações de investigação à corrupção e de interrompê-las. (LÖWY, 2016; FEGHALI, 2016)

Impedindo uma presidenta democraticamente eleita e passando de um governo progressista – mas que tinha suas mãos dadas com o

capital financeiro – para um neoliberal da direita tradicional brasileira, o golpe se concretiza, com forte apoio de seus aparelhos de hegemonia e sem a legitimação do povo: o governo de Michel Temer encerrou seu último mês de mandato com um nível baixíssimo de aprovação: 5% segundo dados do CNI-Ibope (2018). No Governo Temer, os direitos da população brasileira já estavam em jogo. Em seu primeiro ano, a Emenda Constitucional nº 95/2016 entrou em vigor, propondo um novo regime fiscal, que freou a trajetória de crescimentos dos gastos públicos por 20 anos, incluindo a saúde (BRASIL, 2016).

Conforme Löwy (2016, p. 62) já havia ponderado, a vulnerabilidade da democracia seria um campo oportuno para a extrema-direita se apresentar como forte candidata ao poder. Essa nova direita teve uma ascensão que a direita tradicional não esperava. Para Pereira (2016), ela é produto de uma "mescla neoliberal-neoconservadora" que materializa um Estado socialmente mínimo, com forte teor autoritário, centralizador, coercitivo e sem compromisso com a garantia dos direitos sociais.

Nas eleições presidenciais de 2018, essa nova direita, na figura de Jair Bolsonaro, utilizou de inovadores métodos para garantir sua vitória ao poder. Com um discurso economicamente neoliberal e socialmente conservador, utilizou-se do aparelhamento da operação Lava Jato para garantir a prisão do candidato até então mais favorável a ganhar as eleições, Luiz Inácio Lula da Silva. Tratou-se de uma campanha com forte apoio do capital financeiro e de empresários, além de ter utilizado a divulgação em massa de notícias falsas com fim de desmoralizar os demais candidatos. (SANTOS e TANSCHEIT, 2019)

Já nos primeiros meses do Governo Bolsonaro, uma série de desmontes já foram concretizados, além de serem notórios os reflexos de precarização da EC 95. O decreto nº 9.759/2019 ataca diretamente o elemento que sustenta o viés democrático das políticas sociais: o controle social. O decreto extingue conselhos, comitês e fóruns federais, prejudicando o exercício do controle social (BRASIL, 2019), reforçando o projeto em curso que não coloca a saúde pública – o SUS –

como horizonte ideário. A falta de aparelhos de controle social é uma expressão que fere diretamente a democracia do país. Segundo Gomes (2015), os conselhos possuem potencial para promover o aprofundamento democrático na gestão das políticas públicas. Medidas arbitrárias como essas vão de encontro com a Constituição Federal de 1988 que garantia os conselhos de controle social – direito conquistado por lutas travadas pela classe trabalhadora.

É fato que a agenda do governo Bolsonaro vem para atender única e exclusivamente ao capital e às elites brasileiras. O que nota-se de reestruturador desta vez é a retirada maciça e crescente de direitos e de cortes nas políticas sociais, em especial mudanças drásticas no Benefício de Prestação Continuada como proposta da Reforma da Previdência (AGÊNCIA SENADO, 2019), além do projeto concreto de polarização da classe trabalhadora com o objetivo de desmobilização da mesma. Para que haja uma gestão apropriada de desastres e que a proteção social dos atingidos seja garantida, tanto as políticas sociais de todas as esferas quanto a articulação da rede é fundamental – perspectiva impossível de ser enxergada na conjuntura atual, tendo em vista o descompromisso com o fortalecimento dos processos democráticos e o projeto de polarização da classe trabalhadora a fim de desmobilizá-la.

No âmbito da saúde, mesmo com os avanços para a consolidação de uma política de saúde pública de acesso universal, o Sistema Único de Saúde vem sendo alvo de desmonte, com o aumento nos cortes de recursos e consequente baixa na qualidade dos serviços. A justificativa que fortalece o discurso neoliberal de que a redução e, até mesmo, a extinção da saúde pública de caráter universal é favorável para o equilíbrio econômico apresenta, como soluções eficientes, o fortalecimento e a presença da privatização, terceirização. Presença essa que vem sendo incorporada cada vez mais em serviços da saúde pública, como: nos serviços de alta complexidade a nível hospitalar; hospitais construídos com verbas públicas, administrados por serviços de saúde privado, estabelecendo a sua cobertura de atendimento da seguinte

forma: 50% de serviços ofertados ao SUS e 50% de serviços ofertados ao serviço de saúde privado. (FIOCRUZ, 2019)

As ações focalizadas e de cunho seletivo preocupa o caminho das políticas sociais, pois as lógicas de inserção, através de critérios de ingresso e cumprimento de condicionalidades, são fatores que favorecem as relações de mercado e fortalecem o retorno do assistencialismo na condução das políticas que compõem a proteção social (COUTO, PRATES e DORNELES, 2012). A sua consolidação foi se constituindo em um cenário político marcado pelo neoliberalismo; o qual inclui medidas públicas restritas e focalizadas, buscando sempre atender as necessidades do capital.

Ao analisarmos a Constituição Federal 1988, especialmente em seu artigo 5º, observa-se que a mesma determina que: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, art. 5º)

Todavia, a Constituição Federal brasileira não descreve sob quais condições esses direitos serão garantidos em situação de desastre, por isso em 2007, foi publicado o documento intitulado "Diretrizes Operacionais do Comitê Permanente entre Organismos (IASC) sobre a proteção dos direitos humanos em situações de desastres naturais, calamidades públicas, em que o mesmo responsabiliza o Estado pela prestação de assistência às pessoas afetadas, já que os problemas que são frequentemente encontrados por estas, estão relacionados ao acesso desigual à assistência e serviços básicos.

Posteriormente foi criado o Decreto nº 7.257 em 04 de agosto de 2010 que regulamenta a Medida Provisória para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, que conceitua desastres segundo o art. 2.º, II, como "resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes

prejuízos econômicos e sociais".

Já a política de Saúde tem, entre diversos protocolos e normativas, a sua caracterização quanto às situações de desastres. A Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovada em 1990, trouxe a definição de meio ambiente como um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde e conferiu à saúde pública promover ações que visem garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social. A saúde pública volta-se para aspectos de saúde e segurança que afetam populações e não indivíduos; busca promover comportamento saudáveis, assegurar a qualidade e o acesso aos serviços de saúde e reconhecer eventos que afetem comunidades inteiras, estados ou nações. Serve, também, como rede de segurança, garantindo a disponibilização de cuidados de saúde quando isso não é possível em uma comunidade.

Assim, a lei orgânica da saúde aponta três pontos referentes a desastres como "situações emergenciais ou de calamidade pública". Referente ao Planejamento e Orçamento, prevê, excepcionalmente, a transferência de recursos mesmo esse não previsto nos planos de saúde, em situações de emergenciais ou de calamidade pública. Logo, o ente municipal ou estadual pode realocar os recursos previstos nos planos de saúde a partir do decreto de emergência. No que se refere às Atribuições Comuns, é previsto, para uma situação de desastre, que o ente público (prefeito, governador e presidente da república) solicite a aquisição de bens e serviços de terceiros (serviços hospitalares, requisição de equipe ou órgãos de serviços entre outros). E, por fim, com

relação às Competências, a União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais – a exemplo, casos de epidemia

Assim cenário atual da pandemia apresenta um momento serio de enfrentamento do mundo inteiro para os Estados / Mundo inteiro, na condição e momento histórica que estamos, em especial no Brasil com um governo de extrema direita, com traços neofacistas e que vem caracterizando a sua política de enfrentamento ao Covid – 19 com

uma política genocida, política que pouco investi neste enfrentamento deixando a cargo de estados e municípios o maior peso sobre o financiamento e a mobilização de ações para enfrentamento da pandemia.

O governo federal vem se colocando de forma muito incipiente neste enfrentamento a Covid-19, acentuando traços e características histórica deste estado, particularmente intensificada a partir do golpe 2016, que trouxe elementos diferenciados ao processo de contra reforma do Estado e na política de saúde, diferenciados no sentido de intensificar os traços do neoliberalismo, em uma perspectiva ultra neoliberal ou de um neoliberalismo mais ortodoxo, então a pandemia de 2019 só vem agravar e acentuar ainda mais as contradições deste processo.

Uma expressão muito clara disso, principalmente para nos assistentes sociais que estão atuando e que estão nas políticas sociais o grande absurdo que foi a aprovação da ementa constitucional 95, a exemplo que no mundo inteiro não existe algo parecido no sentido de limitar, (excrescência no ponto de vista jurídico/legislativo) que limita os gastos primários do Estado Brasileiro por 20 anos. É evidente em qualquer perspectiva mais racional, até mesmo do ponto de vista da racionalidade instrumental burguesa, a qual é fácil prever que em 20 anos da existência de uma nação de um país pode acontecer grandes tragédias que vão precisar da mobilização de recursos.

Os efeitos desta política ultra neoliberal é que desde a aprovação da Ementa Constitucional 95 em 2016, em menos de quatro anos já estamos enfrentando as suas limitações e dificuldades, principalmente frente a uma grande pandemia, a qual limitada pelo seu enfrentamento e a sua capacidade de resposta, e diante deste contexto reafirma a necessidade de sua revogação, a fim de que o Estado possa atender as necessidade que está pandemia vem agravando.

2. Serviço Social no Enfrentamento à Pandemia

Atualmente vivemos no Brasil o impacto e os efeitos da pandemia

no campo econômico e político, ZYLBERMAN (p. 34, 2012) aponta que *"A crise sanitária é uma crise epidemiológica, médica e também, indissociavelmente, uma crise política e uma crise de governo (...) politica (poder, violência, coerção) e do governo (estrutura do Estado, comportamento dos governantes".*

O início de 2020 foi marcado pela pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), um vírus altamente contagioso que causam infecções respiratórias, que segundo o Ministério da Saúde, vitimou cerca de 7.025 brasileiros até o dia 03 de maio (dados imprecisos devido a subnotificação dos municípios). Com isso o país enfrenta uma crise econômica, social e política, visto que o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, a cada coletiva com a imprensa faz discursos contraditórios que causam indignação na população, sem mencionar as trocas repentinas de ministros, entre eles, o responsável pelo Ministério da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, demitido em plena pandemia. Já a crise econômica que milhares de brasileiros enfrentam, intensifica-se a cada dia, pois além da omissão do Estado em relação as demandas da população, o isolamento social proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) fez com que esses sujeitos permanecessem dentro dos seus lares a fim de evitar contágios, no qual surte resultados positivos conforme projeções feitas pela Fiocruz, porém, estão sem receber seus salários e muitos destes estão desempregados. Por essa razão considera-se o coronavírus (COVID-19) como um verdadeiro desastre, visto que o número de óbitos e o número de atingidos/ infectados aumenta á cada semana de forma assustadora, como também, houve a declaração de Estado de Emergência, que tem uma gravíssima consequência de efeito econômico, desencadeando uma desestabilização social generalizadas (em nível nacional, estadual e até mesmo municipal).

São experiências que demonstram o despreparo do Brasil, por não possuir um plano de prevenção a desastres, pois há um rol de estratégias que ainda não foram colocadas em prática no país, evidenciando a falta de articulação entre as políticas públicas e a prevenção e

preparação para situações de calamidade pública. Por mais que essa articulação seja assegurada pela Constituição Federal, a população e os serviços ainda encontram-se à mercê, pois nada se fez em relação às definições sobre desastres, que são essenciais para a captação de recursos financeiros e ações, assim como a interpretação e utilização de protocolos universais que direcionam as práticas profissionais.

Diante deste cenário desde o dia 20 de março, quando Senado reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública em virtude do novo coronavírus (COVID-19) e aprovou o Decreto nº 6/2020. Desde então diversas medidas e frentes "força tarefa", vem sendo articuladas: isolamento social, fechamento do comércio (permanecendo apenas serviços essenciais), Lei 13.892/2020 (que prevê o pagamento de um auxílio emergencial de R$ 600 a trabalhadores de baixa renda prejudicados pela pandemia do coronavírus) e a Medida Provisória nº 944, de 2020 (Programa Emergencial de Suporte a Empregos) que estabelece uma linha de crédito de R$ 34 bilhões para garantir o pagamento dos salários em empresas com receita anual entre R$ 360 mil e R$ 10 milhões durante a pandemia do coronavírus.

No dia 31 de março de 2020, o Ministério da Saúde, publicou a portaria nº 639 dispondo sobre a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde", voltada à capacitação e ao cadastramento de profissionais da área de saúde para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19), abrangendo diferentes categorias profissionais que atuam no rol da saúde, entre elas o Serviço Social.

O Conselho Federal de Serviço Social, ressalta que através da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e do Código de Ética Profissional, o compromisso profissional em prestar atendimento à população, em um situação de calamidade pública, expressa no artigo 3º do nosso Código de Ética Profissional, consta que é dever do/a assistente social, na relação com a população usuária, "participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidade". Ex-

pressando-se como um dever ético continuar prestando auxilio à população brasileira.

Compreendendo que o Serviço Social é uma profissão generalista e atua em diferentes áreas incluindo a saúde e tem como objeto as diferentes expressões da questão social, em especial na saúde como ressalta Bravo e Matos (2006), o objetivo do Serviço Social é a identificação dos aspectos econômicos-políticos, culturais e sociais que perpassam o processo saúde-doença a fim de mobilizar recursos ao seu enfrentamento a uma prática educativa.

Desta forma, compreendendo que o Serviço Social tem suas especificidades e limites de atuação no âmbito da saúde, e a qual demanda muito mais ações especializadas e capacitações para o seu agir profissional em frente a situações que envolvam calamidade pública, em especial a nova realidade da pandemia do coronavírus (COVID-19).

Frente a isso, a apropriação deste debate pelos assistentes sociais se faz fundamental para que haja uma consonância com o Projeto Ético Político profissional. Já que o Serviço Social tem um importante histórico na gestão dos desastres no que diz respeito ao atendimento da população no pós-desastre, realizando uma intervenção que permite que a comunidade atingida tenha acesso aos serviços básicos disponíveis, promovendo alívio e mitigação da crise e o necessário para a sobrevivência dos atingidos em meio à situação de emergência. (ZAKOUR, 2007 apud AVILA, MATTEDI e SILVA, 2017)

No entanto, é necessário e urgente que a categoria se insira nas ações dos órgãos de Defesa Civil na construção da gestão de riscos de desastres e nas atividades pós-desastre. Segundo Dutra e Gonçalves (2016), a ausência do Serviço Social no dia a dia da instituição dificulta uma reflexão mais crítica sobre os limites, desafios e implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Os assistentes sociais, ao não fazerem parte do quadro da instituição responsável por esta política, são convocados apenas quando o desastre já aconteceu, limitando a atuação profissional a serviços emergenciais, imediatos, limi-

tados e descontinuados.

Em situações de emergências e desastres, o assistente social deve trabalhar por meio da elaboração e execução das políticas sociais, viabilizando que os usuários as acessem e democratizando a informação, conforme delibera o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993). O profissional possui ainda responsabilidade com a sua formação continuada, mantendo-se informado sobre os acontecimentos, realizando continuadamente análises de conjuntura e conhecendo as políticas implementadas para a superação da crise para, assim, executá-las com segurança e clareza, logo, os profissionais estão em todas as esferas que envolvem desastres. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2009), classifica o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências como um serviço de proteção social especial de alta complexidade, assegura o acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, organizando e mantendo os alojamentos provisórios, identificando perdas e danos ocorridos, bem como na efetua a identificação e cadastro das famílias atingidas, de forma a articular a rede de políticas públicas e realizando a referência e contrarreferência dos usuários com outros serviços, são as principais ações dos profissionais que estão inseridos.

Para Siena e Valencio (2009, p. 60), os desastres constituem como a ruptura da dinâmica social existente. Com isso, através dessas ações, o impacto social esperado é de minimização de danos, proteção social a indivíduos e famílias e reconstrução das condições de vida familiar e comunitária, conforme prevê a Tipificação supracitada.

Um dos principais objetivos frente a isso é a realização da atuação profissional de qualidade, apesar da precarização dos serviços e sucateamento das políticas de proteção social, o profissional deve ser criativo e propositivo na prática profissional para que as ações não caiam no assistencialismo, mas que seja realizada uma intervenção qualificada e com a intencionalidade voltada à emancipação dos usuários.

Ainda, em situações de desastres como pandemias, os profissio-

nais das mais diversas áreas envolvidas na execução de políticas devem ter o cuidado e responsabilidade com a própria vida, o entendendo como trabalhadores assim como os usuários assistidos, reconhecendo a importância quanto aos cuidados de higiene individual e às restrições de circulação, conforme divulgado e orientado pelo CFESS (2020) através de nota sobre o exercício profissional diante da pandemia do novo coronavírus.

De acordo com Avila, Mattedi e Silva (2017) no ano de 2005, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), aprovou o Sistema Único de Assistência Social (Suas), organizando a política em níveis de complexidade, Proteção Social Básica, Média e Alta Complexidade (Resolução n. 130, de 15/7/2005). Em especial a última, Proteção Social de Alta Complexidade, situa o Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências, o qual prevê a atuação dos trabalhadores da política de assistência social, entre eles o assistente social, no qual é um profissional competente para atuar no planejamento, formulação, execução, avaliação e gestão de políticas sociais, programas e projetos, dentre estes, políticas de desastres. Entretanto, conforme a pesquisa realizada pelos autores, a categoria pouco produz discussão teórica e científica sobre desastres, sendo essa, uma temática primordial para formação profissional.

Apesar disso o Serviço Social tem desafios perante sua atuação profissional em desastres, segundo Koury (2019), tais como de não cair no voluntarismo presente nessas situações, em torno da ajuda e socorro imediato, e no metodologismo social, que atravessam a profissão desde sua gênese.

Sendo essencial para não cair nas armadilhas do "olhar caritativo", um preparo, uma capacitação bem como possuir conhecimento acerca de políticas no âmbito da Assistência em Saúde e da Saúde Mental sobretudo de forma multiprofissional para que se desenvolva estratégias efetivas de acolhimento humanizado dado o momento complexo que tem consequências tanto materiais quanto emocionais, e primordialmente a respeito da política de Assistência Social, de modo a arti-

cular com as demandas das famílias e dos indivíduos, sempre valorizando o "objeto de intervenção do Serviço Social enquanto trabalhadora ou trabalhador qualificado", com a defesa dos direitos humanos, lutando por uma sociedade mais justa e igualitária, não desconectando com os do debates da riqueza socialmente produzida. (KOURY,2019)

De acordo com a Professora Drª Raquel Soares durante uma fala em uma live " A Pandemia Covid-19 e Serviço Social, no dia 06 de maio de 202, aponta que atualmente os (as) assistentes sociais enfrentam a cobrança de gestores a respeito de atribuições e competências que não são do Serviço Social, como solicitação de óbito, boletim clínico e médico. Por isso, a equipe de Serviço Social precisa analisar quais são as prioridades, de acordo com as competências e atribuições da profissão, para que ocorra uma práxis de qualidade conectada com o Projeto Ético Político e com a Lei de Regulamentação da profissão. No caso de Pernambuco, conforme Soares, que enfrenta um colapso na saúde, os (as) assistentes sociais estão se articulando de modo à tensionar a gestão no sentido de garantir o respeito de suas atribuições e competências profissionais. No entanto, nos serviços recém estruturados, como é o caso de hospitais de campanha que contam com equipes novas com contratos temporários, e serviços recentemente referenciados para o tratamento de usuários contaminados por COVID-19, dado o alto número de contaminados, encontram dificuldades no planejamento de ações de modo á respeitar as atribuições do Serviço Social. Ou seja, a grande preocupação é com os serviços recém estruturados, visto que os já referenciados conseguem efetuar um planejamento de maneira mais detalhada e qualificada, através da identificação dos usuários, utilizando estratégias como o teletrabalho, com contato telefônico com as famílias para o levantamento de dados, inclusive, condições de vida e habitação para analisar se há condições do usuário receber alta hospitalar, fazendo uma referência e contrarreferência com as unidades do território para melhor suprir as demandas desses usuários.

Além disso, é preciso ressaltar que muitos (as) assistentes sociais

encontram-se no grupo de vulnerabilidade, necessitando um tensionamento por parte das equipes de Serviço Social para que esses colegas sejam afastados de suas atividades, como forma de prevenção e segurança, pois consiste-se em um direito e não privilégio.

Em relação a capacitação profissional para uma atuação efetiva em meio á situações de desastres, é necessário que não ocorra uma desresponsabilização do Estado, visto que se houvessem políticas e normas constitucionalmente asseguradas o país não enfrentaria atualmente um colapso social devido a COVID-19.

É um cenário de alta complexidade mas que é possível superar com planejamento e com reflexão coletiva dos profissionais para qualificar e tensionar os serviços no quesito condições dignas de trabalho, de respeito á suas atribuições e competências e também na oferta de capacitação profissional em relação á atuação em situação de calamidade pública/ desastres.

Desta forma, destaca-se a importância desta reflexão do serviço social neste momentos e o seu enfrentamento a pandemia da COVID-19 , principalmente levando-se em consideração que está pandemia ela agrava expressões da questão social que sempre tiveram presentes na nossa sociabilidade Brasileira, um exemplo a situação da mulher, a alta incidência de violência contra a mulher neste momento de isolamento social, pensar na situação da violência de crianças e adolescentes, violência contra idosos, da população no sistema prisional, população em situação de rua, população em situação de desemprego, e evidentemente que neste momentos que essas expressões da questão social se tornam ainda mais complexas associadas a crise econômica, a crise política, e essa ambiguidade de informações esse embate de informações e posturas por parte do governo federal se comparado com outras gestões do âmbito estadual e municipal o que torna mais complexo e urgente a necessidade de intervenção sobre essas expressões da questão social e contraditoriamente mais uma vez se revela a importância da profissão do serviço social.

3. Considerações Finais

Compreende-se que as vulnerabilidades sociais neste período vivenciado pela pandemia, amplificam as relações desiguais de raça, gênero, etárias, e de orientação sexual. Esses são alguns marcadores a qual podemos refletir de fato quem paga a conta da pandemia? Pois o vírus é democrático, mas os efeitos do vírus consideram esses marcadores sociais e acentuam as desigualdades sociais comunitárias, geográficas, de renda e trabalho.

O avanço ultra neoliberal e desinvestimento nas políticas públicas vivenciadas pelo retrocesso antes do corona vírus (redução dos investimentos na área da saúde, aumento da privatização de hospitais) refletem em respostas não eficaz ao coronavírus, um cenário que vem acentuando as expressões da questão social. Pois a desigualdade social de classe, gênero, etnia e de raça não surgem com a pandemia, essas dificuldades já existiam e com a pandemia se escancararam/ se desnudaram as desigualdades que são orquestradas pelo neoliberalismo e pelos efeitos avassaladores que os indesejados pelo sistema financeiro vivenciam. Assim Entendemos que o vírus pode até se democrático, mas os efeitos do vírus não são.

Para que haja uma gestão apropriada de desastres e que a proteção social dos atingidos seja garantida, tanto as políticas sociais de todas as esferas quanto a articulação da rede é fundamental – perspectiva impossível de ser enxergada na conjuntura atual, tendo em vista o descompromisso com o fortalecimento dos processos democráticos e o projeto de polarização da classe trabalhadora a fim de desmobilizá-la. Por isso compreende-se que a pauta da pandemia envolve não apenas a nossa profissão, mas toda a classe trabalhadora.

Sendo assim, o panorama atual consiste-se em um desafio tanto para os profissionais da área da saúde e assistentes sociais inseridos nestas equipes de saúde que enfrentam cotidianamente o colapso do sistema de saúde pela falta de investimento em hospitais, UTI's, respiradores e demais equipamentos, quanto profissionais da área de as-

sistência, visto que a população mais atingida pelo COVID-19 é a população vulnerável economicamente, que são acometidas pelo desemprego, subemprego, ausência de moradia adequada bem como de abastecimento de água e saneamento básico. Principalmente, levando em consideração o contexto social brasileiro que é demarcado pelo não acesso da população às políticas sociais e de condições inadequadas de confinamento e higiene. Logo, conforme a nota do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a atuação do Serviço Social é primordial, dado o atual momento, visto que proporciona á população o acesso aos serviços de saúde, assistência e previdência social, além de benefícios essenciais para a sobrevivência da população vulnerável, sendo um dever do(a) assistente social, e ressalta-se novamente que de acordo Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), e com o Código de Ética Profissional art. 3°, em que consta que é dever do(a) assistente social, "participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidade", constituindo-se um dever ético.

No entanto, a categoria profissional tem o direito segundo o art. 7º de "dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional", ou seja, a atuação do(a) assistente social é tão fundamental quanto o exercício profissional de médicos(as), enfermeiros(as), dentre outras profissões, mas é imprescindível ter condições básicas de trabalho e rigor no processo de higienização para que o trabalho dos(as) assistentes sociais ocorra de forma segura sem riscos de contagio.

Desta forma, neste contexto da pandemia é importante que o assistente social se coloque em uma reflexão e um debate coletivo com a equipe que ele integra de assistentes sociais para refletir e fazer as escolhas necessárias do que é mais importante dentro do serviço no sentido da qualidade do atendimento ao usuário o que é prioritário, segundo as nossas competências e atribuições profissionais não nos afastando deste projeto ético político, não nos afastando da lei que regulamenta a nossa profissão , afim de qualificar este trabalho em um contexto emergencial de pandemia.

4. Referências

AGÊNCIA SENADO. BPC é um dos pontos polêmicos da reforma da Previdência. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/09/bpc-e-um-dos-pontos-polemicos-da-reforma-da-previdencia. Acesso em: 17 set, 2019.

AVILA, M. R. R; MATTEDI, M. A; SILVA, M. S da. Serviço Social e desastres:

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011

BRASIL. Coronavírus, 2020. Disponível em:< https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 08 mai. 2020.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: SEDEC. 2000. Disponível em: http://www.mi.gov.br/defesacivil Acesso em: 01 março 2019.

_____. Resolução CFESS n.º 383/99 de 29 de março de 1999 . Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1999.

_____ . Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 15 dez, 2016.

_____ Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466 de 12 de Dezembro de 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html Acesso em: 01 março de 2019.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elisabete et al (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. campo para o conhecimento e a atuação profissional. Serviço Social & Sociedade. 2017, n. 129, p. 343-365.

CARVALHO, Délton. A natureza jurídica da pandemia da Covid-19 como um desastre biológico. Conjur, abr. 2020. Disponível em: < https://www.conjur.com.br/2020-abr-21/direito-pos-graduacao-natureza-juridica-pandemia-covid-19-desastre-biologico>. Acesso em: 08 mai. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. CFESS divulga nota sobre o exercício profissional diante da pandemia do Coronavírus. CFESS, Brasília, 18 mar. 2020. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1679 >. Acesso em: 06 Maio. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. CFESS Manifesta: Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social. CFESS, Brasília, 23 mar. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Resolução CFESS nº 273/93. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS. Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

COUTO, Berenice Rojas; PRATES, Jane Cruz , DORNELLES, Aline E. et al. Proteção Social e Seguridade Social: A constituição de Sistema de Atendimentos às Necessidades Sociais. In: Proteção Social no Brasil e em Cuba. Maria Lúcia T. Garcia, Berenice Rojas Couto, Rosa Maria Marques (Org.), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

CRESS 9ª Região. Orientação do CRESS-SP para assistentes sociais sobre o exercício profissional diante da pandemia do coronavírus COVID-19. São Paulo: CRESS 9ª Região, 2020. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ORIENTACOES-CRESSSP-COVID-19.pdf>. Acesso em: 07 abril. 2020.

DUTRA, Adriana Soares; GONÇALVE, Rafael Soares. A atuação dos assistentes sociais nos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2016 - n. 37, v. 14, p. 106 – 125. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/25388/18359, acessado em: 05 maio de 2020.

FIOCRUZ. Disponível em: http://andromeda.ensp.fiocruz.br/desastres/content/mobilizacao-em-desastres, 2019.

KOURY, Leonardo. O TRABALHO DA E DO ASSISTENTE SOCIAL EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA. Revista Conexão Geraes, Minas Gerais, v.1, p. 26-34, 2019. Disponível em: < https://cress-mg.org.br/Upload/Pics/92/9298d8a3-b7b4-4e38-a982-bb06840f35d2.pdf >. Acesso em: 11 maio.2020

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (Org.). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

MARQUES, Nadianna Rosa. Desastres e a Política de Saúde: Responsabilidades e Possibilidades de Intervenção. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós – Graduação em Serviço Social PUC/RS, 2018. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8100

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812, acessado em: 08 de maio de 2020.

PEREIRA, C. P. Proteção social no capitalismo: críticas a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

REVISTA GALILLE. Conheça as cinco maiores pandemias da história. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/03/conheca-5-maiores-pandemias-da-historia.html, acessado em: 8 de maio de 2020.

SANTOS, F; TANSCHEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. Colombia Internacional, Bogotá, n. 99, 2019.

SIENA, M; VALENCIO, N. Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. In: VALENCIO, N. et al. (Orgs.). Sociologia dos desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. Versão eletrônica, cap. 5, p. 58-68. Disponível em: <http://

www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf >. Acesso em: 06 mai. 2020.

VENTURA, deisy. Direito a saúde global – o caso da pandemia de gripo H1N1. São Paulo, editora: Dobra, 2013.

ZAKOUR, M. J. Social work and disasters. In: McENTIRE, D. A. (Ed.). Disciplines, disasters, and emergency management. The convergence and a divergence of concepts, issues and usual trends from the research literature. Springlief: C. C. Thomas, 2007. p. 124-141.

ZYLBERMAN, Patrick. Crises sanitaires, crises politiques. Les Tribunes de la santé, 2012.

Capítulo 11 - O Impacto da Judicialização na Política de Assistência Social e no Processo de Trabalho do Assistente Social/CREAS-SM

Verônica Bidigaray Sanches
Rosane Janczura

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo realizar uma reflexão a respeito da Política de Assistência Social na perspectiva da judicialização, abordando as relações estabelecidas entre o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Santa Maria RS, o Sistema de Justiça e o trabalho do assistente social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, sendo direcionada a partir do tema judicialização da assistência social, mapeamento do perfil dos usuários do serviço e análise documental de algumas demandas extraídas dos ofícios encaminhados pelo Ministério Público ao CREAS. Por fim, evidenciou-se assim, que o elevado número de demandas que chegam ao serviço por meio do sistema de justiça e a expressiva demanda de relatórios sociais de famílias em acompanhamento ou não aliados à precarização do trabalho profissional devido a terceirização, são indícios da judicialização e das suas implicações causadas no funcionamento do serviço e no trabalho cotidiano do assistente social.

Palavras-chaves: Judicialização, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Processo de trabalho, Assistente Social.

Introdução

A assistência social na sociedade brasileira é marcada por uma

trajetória de lutas e conquistas. Várias dificuldades foram e são enfrentadas para que a assistência social seja efetivada. Foi tardiamente regulamentada e historicamente vem sido colocada em segundo plano pelos órgãos da administração pública, sofrendo com a precarização de recursos humanos, que se traduz na falta de equipe mínima de referência, na falta de concursos públicos, na corte de recursos, na não observação das condições necessárias de trabalho.

Um dos grandes desafios enfrentados pela assistência social atualmente é a judicialização. Os usuários que não conseguem acessar as políticas públicas acabam apelando às instâncias judiciais para a efetivação de seus direitos. A judicialização também se dá por meio do controle excessivo do judiciário sobre a assistência social e seus usuários.

Tendo em vista essa problemática, objetiva-se analisar o impacto da judicialização no CREAS do município de Santa Maria e no processo de trabalho do assistente social. Especificamente analisar-se-á o índice de demandas que chegam ao CREAS, o conteúdo das solicitações e como esse serviço de proteção social especial corresponde às solicitações apresentadas.

Este artigo é um recorte do trabalho final de conclusão de curso (TCC) de Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), originado da vivência da estagiária (SANCHES, V. B.) no estágio curricular obrigatório I e II em Serviço Social junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Santa Maria/RS, sob orientação acadêmica de uma professora do curso de Serviço Social (JANCZURA, R.).

Inicialmente buscou-se realizar uma breve contextualização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Santa Maria. Teceu-se a construção de um sucinto histórico da instituição e a identificação do perfil de seus usuários. A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho foi uma pesquisa bibliográfica sobre o tema judicialização da assistência social e análise documental de algumas demandas extraídas dos ofícios encaminhados pelo Minis-

tério Público ao CREAS/SM.

Na segunda parte elaborou-se uma revisão bibliográfica do tema judicialização, evidenciando os seus indícios no CREAS/SM, possibilitado pela vivência de estágio nesse serviço através da análise documental das pastas dos usuários atendidos pela equipe técnica. Para tanto, foi utilizado o repertório teórico advindo de Sierra (2011), Santiago (2016) e Mioto et al (2018) que auxiliou na problematização do tema em questão. Por fim, abordou-se o processo de trabalho do assistente social frente a judicialização e seus impactos no funcionamento do serviço.

1. Características do Centro de Referência Especializado em Serviço Social do Município de Santa Maria-RS

A proteção social especial de média complexidade é voltada para o atendimento de pessoas e/ou grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, que tiveram os seus direitos violados, porém sem o rompimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004). A LOAS define no artigo 6º, que o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é unidade que tem por finalidade realizar operacionalização dos serviços socioassistenciais de média complexidade.

A implementação do CREAS, no município de Santa Maria, ocorreu no ano de 2008, a inserção desta unidade de assistência social ocorreu a partir da transição do programa Acolher/Sentinela para o CREAS.

O CREAS de Santa Maria foi terceirizado desde sua implantação até janeiro do ano de 2017. Ao longo do tempo o CREAS sofreu uma grande precarização, o que gerava a dificuldade de consolidação e efetivação da PNAS no munícipio. Havia uma elevada rotatividade de profissionais da equipe técnica nos serviços, que resultavam no constante rompimento de vínculos entre os profissionais e os usuários, e na fragilização no acompanhamento e atendimento dos indivíduos e fa-

mílias que o acessavam os serviços, fosse por meio de encaminhamentos de outros serviços ou da demanda espontânea.

O fim da terceirização das equipes de referências da PNAS na cidade, tanto na proteção social básica quanto na proteção social especial de média complexidade, ocorreu em um momento em que o município era pressionado pelo Ministério Público, havia um debate acalorado no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e reivindicações dos profissionais pelo cumprimento da legislação da assistência social, vigente no país.

A equipe técnica do CREAS contava com duas (02) assistentes sociais, ambas concursadas. Uma coordenadora dos serviços fazia atendimentos e participava da elaboração do plano individual de atendimento (PIA) dos adolescentes infratores que cumprem medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade (PSC) no CREAS. A segunda profissional realizava visitas domiciliares solicitadas pelo Ministério Público (MP), encaminhamentos de outros serviços e, ou atendimento de pessoas que chegam espontaneamente à procura de orientações e informações relativas aos direitos sociais, ou mesmo, violação desses direitos. Dois (02) psicólogos, também concursados e dois (02) agentes socioeducativos, um concursado e o outro cargo de confiança. O CREAS não dispunha ainda de todos os profissionais previstos na legislação, embora houvesse um claro avanço em direção a efetivação das normas e legislações pertinentes a assistência social.

Durante a vivência de estágio no CREAS – SM, elaborou-se em conjunto com a supervisora acadêmica e a assistente social supervisora de campo, um projeto de intervenção para ser desenvolvido no transcorrer do estágio de serviço social II. O projeto intitulado *"O atendimento a Famílias e indivíduos no âmbito do PAEFI",* tinha como um de seus objetivos traçar o perfil socioeconômico dos usuários. Pensou-se a importância de realizar esse mapeamento, levando em consideração que a maior parte da equipe de referência da unidade estava no serviço

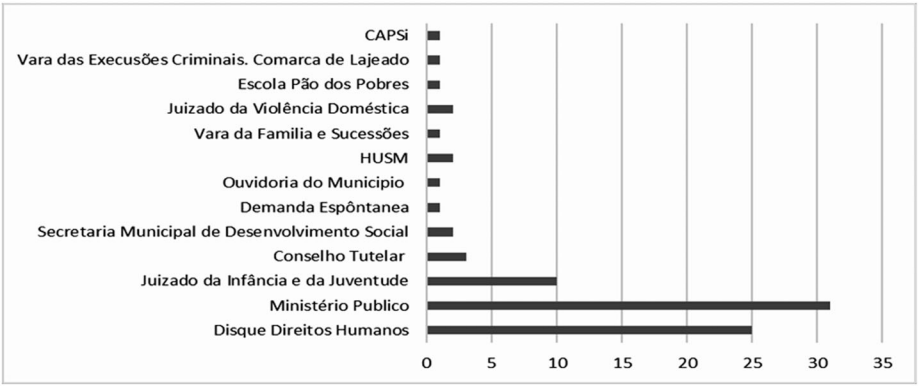
a pouco tempo. Tendo dados referentes ao perfil destes usuários era possível realizar o planejamento das ações com uma maior eficácia, buscando-se formas e ou estratégias de enfrentamento à questão social das famílias e, ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social referenciadas neste serviço.

Sendo assim, a metodologia utilizada para traçar o perfil dos usuários do CREAS – SM foi a análise documental das informações registradas pelos profissionais nas pastas de cada usuário atendido, no período de janeiro a junho de 2018. Incluiu-se na análise documental, casos/demandas que chegaram ao serviço em dezembro de 2017, mas que foram atendidos somente no início de 2018. A coleta de dados foi executada no decorrer dos meses de abril e julho de 2018. Já a análise e sistematização destas informações se deu em julho do mesmo ano. Coletaram-se informações de 81 usuários (pasta do usuário) atendidos no período de 1° de janeiro a junho do mesmo ano. Em uma planilha no Excel, foram armazenadas as informações e construídos os gráficos referentes aos bairros em que os usuários residem, renda, sexo, idade, forma de acesso ao serviço (encaminhamento ou demanda espontânea), número de usuários que recebem algum tipo de benefício social e número de pessoas com deficiência. Salienta-se que os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade não estão inclusos nestes dados.

O município de Santa Maria, segundo o IBGE (2010), possui uma população de 261.031 mil habitantes, alocados numa área de 1. 781, 757 Km2. A maior parte dos habitantes estão concentrados na faixa etária dos 20 a 24 anos. Sendo que 30,5% da população vive com a renda mensal per capita de até meio salário-mínimo.

No tocante ao perfil socioeconômico dos usuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social identificou-se que a forma de acesso dos usuários se dá por diferentes caminhos, como demonstra a gráfico a seguir.

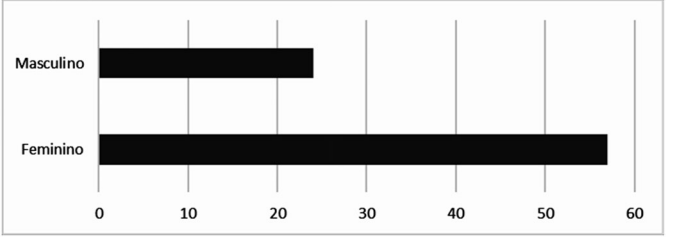
Gráfico 1 - Instituições que encaminharam usuários para o CREAS



Fonte: Estagiária

Conforme se observa no gráfico 1, a forma de acesso dos usuários ao CREAS se consolidou por treze (13) caminhos: através de encaminhamentos do CAPSi (1,23%), Vara das Execuções Criminais de Lajeado (1,23%), Escola Pão dos Pobres (1,23%), Juizado da Violência Doméstica (2,46%), Vara da Família e Sucessões (1,23%), Hospital Universitário de Santa Maria (2,46%), Ouvidoria do Município de Santa Maria (1,23%), Secretária Municipal de Desenvolvimento Social (2,46%), Conselho Tutelar (3,70%) , Juizado da Infância e da Juventude (12,34%), Ministério Público (38,27%), Disque Direitos Humanos (30, 86%) e Demanda Espontânea (1,23%). A maioria das demandas foram oriundas do sistema de justiça, ou seja, 55,56 %. Os órgãos que enviaram solicitações ao CREAS e compõem o sistema de justiça foram os seguintes: a Vara das Execuções Criminais de Lajeado, Juizado da Violência Doméstica, Vara da Família e Sucessões, Juizado da Infância e da Juventude e o Ministério Público.

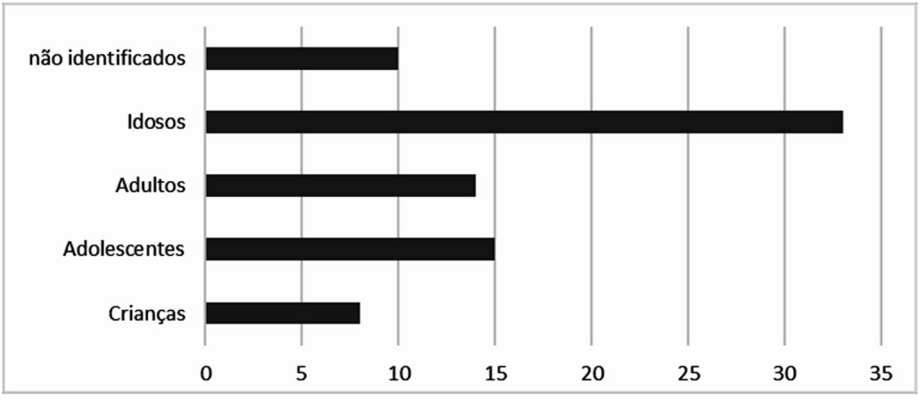
Gráfico 2 - Sexo dos usuários



Fonte: Estagiária

O público atendido, segundo ilustrado no gráfico 2, é formado por 70,37% de pessoas do sexo feminino e 29,62% do masculino. Nesse sentido, destaca-se que, quando alguém é encaminhado ao CREAS para ser atendido, é realizada a confecção de uma pasta com o nome do usuário. Neste arquivo são armazenadas as informações e intervenções executadas com o usuário e seus familiares. Somando o número total de homens e mulheres atendidas pelo CREAS, chega-se ao coeficiente de 81 pessoas. Esse quantitativo se refere ao número de usuários nomeados nas pastas.

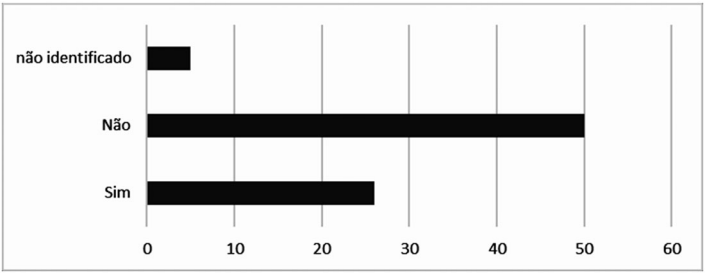
Gráfico 3 - Faixa etária dos usuários



Fonte: Estagiária

Em relação a faixa etária desses indivíduos, conforme demonstrado no gráfico 3, identificou-se que 40, 74% dos sujeitos são idosos, 18,51% adolescentes, 18,51 adultos e 9,87% são crianças. Não foi possível identificar e quantificar, devido à ausência de informações, a idade de 12,34% dos usuários. Conforme o Estatuto do Idoso a pessoa idosa possui idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2003), considera-se criança o indivíduo até doze anos de idade incompletos e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade. (BRASIL, 1990).

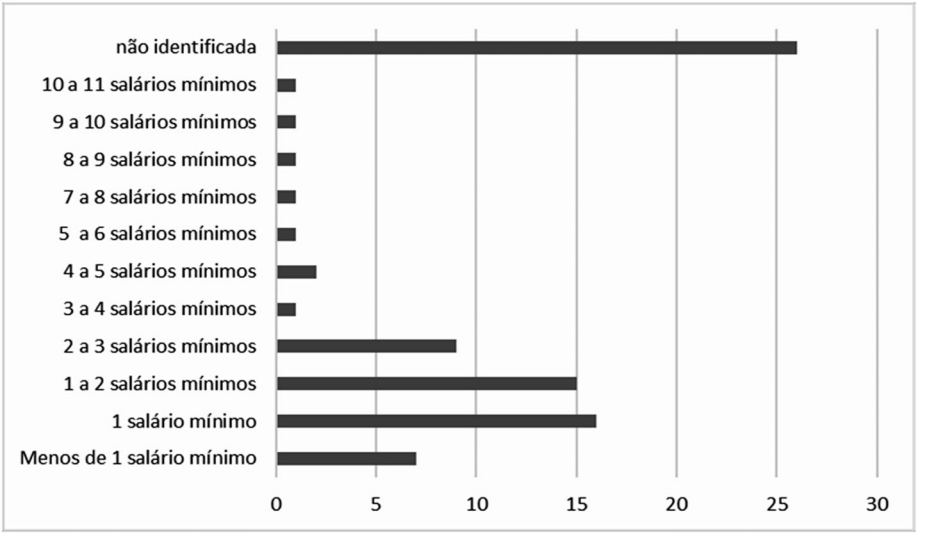
Gráfico 4 - Pessoas com deficiência atendidas no CREAS



Fonte: Estagiária

No tocante ao número de pessoas com deficiência (PCD) (gráfico 4), 32,09% dos usuários são PCD e 61,72% não. Em 6,17% dos indivíduos, não foi possível averiguar esta situação de ser deficiente ou não, quando analisada a documentação (registro nas pastas). Conforme o artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é considerado PCD aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza intelectual, sensorial, física ou mental, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais indivíduos. (BRASIL, 2015).

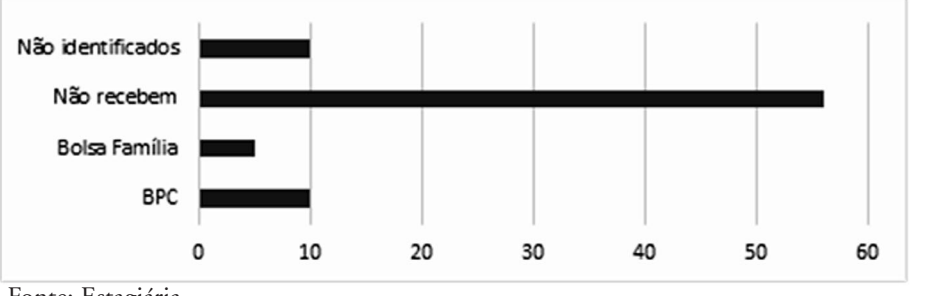
Gráfico 5 - Faixa salarial dos usuários



Fonte: Estagiária

No que se refere a renda, 8,64% dos usuários rebem menos de um salário-mínimo, 19,75% um salário-mínimo, 18,51% entre um a dois salários-mínimos, 11,11% entre dois a três salários-mínimos, 1,23% entre três a quatro salários-mínimos, 2,46% entre quatro a cinco salários-mínimos, 1,23% entre cinco a seis salários-mínimos, 1,23% entre seis a sete salários mínimos, 1,23% entre sete a oito salários-mínimos, 1,23% entre oito a nove salários-mínimos, 1,23 entre nove e dez salários-mínimos e 1,23% entre dez e onze salários-mínimos. 32,09% dos usuários não tiveram suas rendas identificadas devido à ausência de informações. O artigo 203 da Constituição Federal de 1988, dispõe que a assistência social será prestada a quem dela necessitar. A renda dos usuários não se torna fator de exclusão para o acesso aos serviços de proteção social. Pode-se perceber com clareza no gráfico 5 essa afirmativa. Constata-se que a renda dos indivíduos que foram atendidos no CREAS/Santa Maria varia entre famílias que recebem menos de um salário-mínimo a famílias que ganham entre 10 e 11 salários-mínimos.

Gráfico 6 - Usuários que recebem Benefícios Sociais

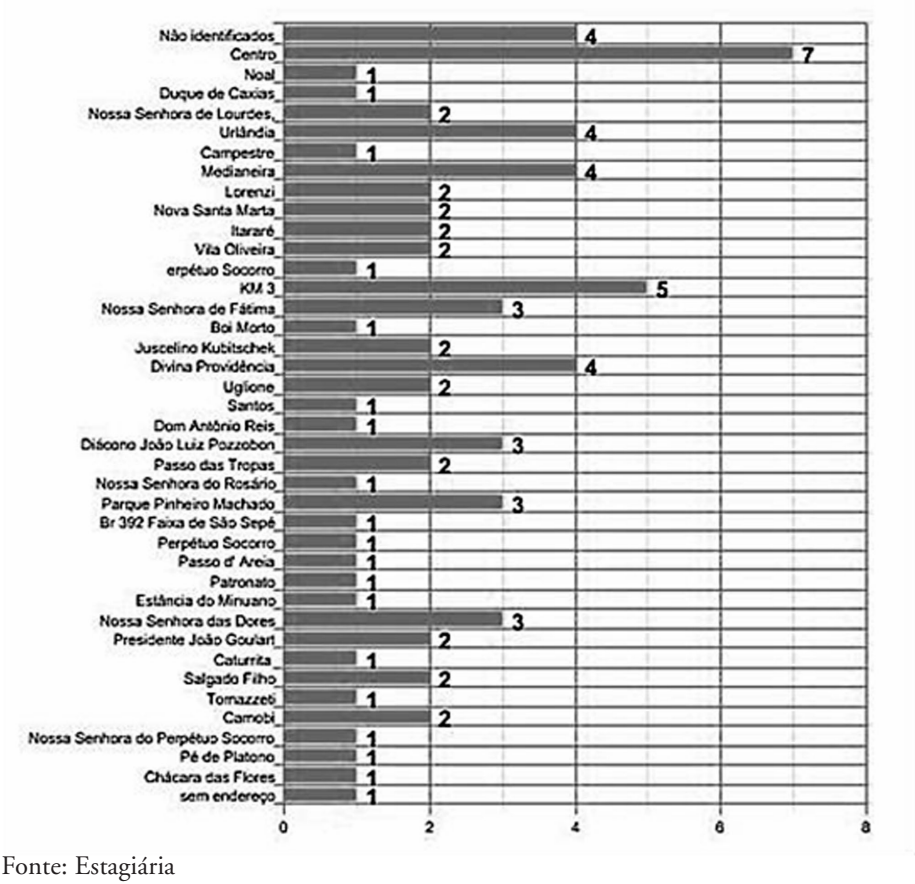


Fonte: Estagiária

No que diz respeito aos usuários que usufruem de benefícios sociais, identificou-se que 12,34% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), 6,17% o Bolsa Família e 69,13% não recebem nenhum tipo de benefício social. 12,34% das pessoas nomeadas nas pastas não foram localizadas informações referentes ao acesso a esses be-

nefícios. O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pele lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, é destinado a transferência de renda com condicionalidades (BRASIL, 2004). O BPC é o único benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, que visa a garantia de um salário-mínimo mensal à PCD e ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos de idade, que não possua formas de providenciar a própria manutenção nem de tê-la suprida por seus familiares. (BRASIL, 1993).

Gráfico 7 Bairros de origem dos usuários



Fonte: Estagiária

Os cidadãos que acessaram o CREAS são oriundos de 38 bairros da cidade (gráfico 7). Desse modo, a porcentagem de usuários que residem nos bairros são: 8,64% Centro, 1,23% Noal, 1,23% Duque de Caxias, 2,46% Nossa Senhora de Lourdes, 4,93% Urlândia, 1,23% Campestre, 4,93% Medianeira, 2,46% Lorenzi, 2,46% Nova Santa Marta, 2,46% Itararé, 2,46% Vila Oliveira, 1,23% Perpétuo Socorro, 6,17% Km3, 3,7% Nossa Senhora de Fátima, 1,23% Boi Morto, 2,46% Juscelino Kubistchek, 4,93% Divina Providência, 2,46% Uglione, 1,23% Santos, 1,23% Dom Antônio Reis, 3,7% Diácono João Luiz Pozzobon, 2,46% Passo das Tropas, 1,23% Nossa Senhora do Rosário, 3,7% Parque Pinheiro Achado, 1,23% Br 392/ Faixa de São Sepé, 1,23% Perpétuo Socorro, 1,23% Passo da Areia, 1,23% Patronato, 1,23% Estância do Minuano, 3,7% Nossa Senhora das Dores, 2,46% Presidente João Goulart, 1,23% Caturrita, 2,46% Salgado Filho, 1,23% Tomazzeti, 2,46% Camobi, 1,23% Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 1,23% Pé de Plátano e 1,23% Chácara das Flores. 1,23% não possui endereço fixo e 4,93% não possuem informações do endereço nos registros das pastas pesquisadas.

Observou-se que existe um déficit no preenchimento das informações dos formulários do CREAS, devido a isto não foi possível identificar todos os dados dos usuários previsto no levantamento para se traçar o perfil. O preenchimento e registro dos dados das pastas é realizado pela equipe de referência do serviço, salientando-se que o CREAS possui uma demanda elevada de atendimentos, deficiências de recursos humanos e rotatividade dos profissionais, característica da terceirização do CREAS de Santa Maria, na época do levantamento dos dados.

Constata-se que a maioria dos usuários do CREAS são pessoas idosas, do sexo feminino, que possuem a renda entre menos de um salário-mínimo e menos de três salários-mínimos, residem majoritariamente no Centro da cidade e no bairro Km3 e acessaram o serviço por intermédio do sistema de justiça.

2. A Judicialização das Políticas Públicas: indícios no CREAS/SM

Sierra (2011) compreende a judicialização das políticas públicas como a grande elevação de ações judiciais realizadas por cidadãos que cobram o direito à proteção social. Para a autora, no Brasil, a judicialização das políticas públicas acontece devido à escassez de políticas que garantam a efetivação dos direitos de cidadania. Partindo desse pressuposto, a judicialização está intrinsecamente ligada à precarização, a não efetivação das políticas públicas e a inexistência dessas.

Sob outra perspectiva, Vallinder define judicialização como:

> a expansão da jurisdição das cortes ou dos juízes às custas dos políticos e/ou administradores, isto é, a transferência do poder de decisão da legislatura, do governo ou das administrações públicas para os tribunais ou, pelo menos, a propagação de métodos judiciais para além da competência judicial propriamente dita. Em resumo, podemos dizer que judicialização envolve, essencialmente, dar às coisas a forma de processo judicial (VALLINDER, 1995, p. 13 apud SANTIAGO, 2016, p.46).

Santiago (2016) ao dissertar sobre o conceito de Vallinder (1995) afirma que o autor visualiza a judicialização como o aumento do controle judicial sobre as ações do Estado, do Poder Legislativo e ou do poder Executivo. O controle, segundo a autora, materializa-se através de duas formas. A primeira fala sobre o modo de revisão judicial, que corresponde à atribuição de revisão e controle dos atos legislativos e administrativos ao Poder Judiciário. Tal atribuição geralmente se encontra prevista na Carta Constitucional dos países. A segunda maneira se equivale à disseminação dos métodos judiciais para esferas não judiciais. Nesse trabalho serão utilizadas as duas concepções da judicialização na análise das demandas.

Mioto et al (2018) expõem algumas características da judicialização

da política de assistência social. A primeira, diz respeito a intensificação expressiva das demandas do Ministério Público para a realização de relatórios e pareceres sociais das famílias que estão em acompanhamento ou não.

A segunda característica é o acesso das famílias e indivíduos à assistência social por intermédio do sistema de justiça.

> Outra característica da judicialização na assistência social é a porta de entrada das famílias para atendimento nos serviços socioassistenciais mediada pelo sistema de justiça. O Suas possui dois níveis de proteção social [básica e especial] que devem articular seus serviços com outras políticas públicas e entre si, a fim de garantir os encaminhamentos e acompanhamentos necessários para as famílias identificadas com violação de direitos. No entanto, em algumas realidades específicas, esta relação não se estabelece sem barreiras, pois os serviços somente iniciam o atendimento familiar a partir da situação verificada e do encaminhamento prioritário ou exclusivo via Ministério Público, Tribunal de Justiça, Delegacias e Conselho Tutelar, desconsiderando a relação que deveria se estabelecer entre os serviços no interior do Suas. (MIOTO, DAL PRÁ; WIESE; 2018, p.24)

Tais traços da judicialização da política de assistência social trabalhados por Mioto et al (2018) podem ser visualizados no CREAS do município de Santa Maria. Um dos indícios da judicialização do CREAS/Santa Maria é o elevado número de demandas que chegam ao serviço através do sistema de justiça[1], contendo, em sua maioria, o período que os profissionais devem responder a solicitação. O CREAS/ Santa Maria recebeu demandas do Ministério Público, da Vara das Execuções Criminais de Lajeado, do Juizado da Violência Doméstica,

[1] O sistema de Justiça, assim como expõe Sadek (2010), é mais amplo que o poder judiciário. Enquanto o Poder Judiciário engloba, de acordo com o artigo 92, da Constituição Federal de 1988, o CNJ, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Território, o Sistema de Justiça, de acordo com a Nota Técnica n.º 02/ 2016/ SNAS/MDS, vai abarcar o Ministério Público a Defensoria Pública e o Judiciário.

da Vara da Família e Sucessões e do Juizado da Infância e da Juventude. Essas requisições representam 55,56 % (Gráfico 1) de todas as demandas atendidas entre os meses de janeiro e junho de 2017 por essa unidade socioassistencial.

Uma das possibilidades de explicação da judicialização do CREAS de Santa Maria, na perspectiva de Sierra (2011), é a falta de políticas que efetivem os direitos sociais. Pode-se observar no município de Santa Maria que o CREAS sofreu uma grande precarização devido a terceirização do serviço. Tal situação levava a não efetivação dos serviços previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014), dificuldade, esta, presente no atendimento e acompanhamento dos usuários, devido à rotatividade de profissionais contratados periodicamente pela empresa/instituição terceirizada. Isto impactava na descontinuidade e ruptura dos vínculos profissionais no serviço.

Outros indícios podem ser visualizados a partir do conteúdo das solicitações advindas do sistema de justiça. O primeiro se refere as solicitações do judiciário para que o CREAS realize o atendimento a determinada pessoa. Alguns trechos extraídos dos ofícios evidenciam o ingresso dos usuários por meio do judiciário: “Solicito atendimento ao idoso nos termos do estatuto do idoso”, “Solicito atendimento com urgência ao protegido”, “CREAS preste atendimento necessários a família”. O segundo indicio se refere ao número elevado de pedidos de relatórios sociais a respeito de usuários que estão sendo acompanhados pelo serviço e de indivíduos que não estão sendo acompanhados pelo CREAS.

Constata-se assim, que é possível afirmar que existe fortes indícios de judicialização da política de assistência social no município de Santa Maria.

3. O Trabalho do Assistente Social no CREAS Frente às Demandas do Sistema de Justiça

Fernandes (2016) ao tecer uma reflexão sobre a instrumentalidade no serviço social, equivale-se do conceito de Battini (2004) com o intuito de evidenciar a diferença entre instrumentos e instrumentalidade para a profissão.

> Para Battini (2004), enquanto a instrumentalidade é a propriedade de determinado modo de ser que uma profissão constrói dentro das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional, os instrumentais se referem ao conjunto de instrumentos e técnicas que compõem uma prática profissional cotidiana (BATTINI, 2004 Apud FERNANDES, 2016, p.15).

Tendo em vista estes conceitos, pode-se afirmar que a instrumentalidade no serviço social se constitui a partir da articulação das dimensões da profissão, sendo elas a dimensão técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica. Enquanto os instrumentos seriam a visita domiciliar, a entrevista, o acolhimento entre outros, a instrumentalidade é o conjunto de instrumentos e suas respectivas técnicas. Torres (2016) caracteriza os instrumentais como um conjunto de práticas e instrumentos que são utilizados por determinada profissão para alcançar um fim. Embora sejam dois conceitos diferentes, no cotidiano profissional essas duas categorias se entrelaçam. No serviço social estas práticas e instrumentos são permeados e direcionados pela perspectiva teórico crítica.

A origem da demanda dos usuários do CREAS, de acordo com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência (CEFSS, 2011), está situada na desigualdade de classe e em suas determinações, ou seja, nas expressões da questão social. As demandas do CREAS expressam-se através do desemprego, inserção precária no mercado de trabalho, violência sexual, física, psicológica, fragilização

dos vínculos familiares e comunitários, abandono, afastamento do convívio familiar, cumprimento de medidas socioeducativas.

Para o enfrentamento da questão social alguns dos instrumentos técnico-operativos abordados na Nota Técnica SNAS/MDS n°2/2016 são necessários para a execução do trabalho social no CREAS como a acolhida, visita domiciliar, prontuário e o relatório técnico de atendimento familiar.

A acolhida, no SUAS, é o processo de identificação, compreensão e avaliação das demandas trazidas pelos indivíduos e famílias ao serviço. Durante essa etapa ocorre também a identificação da origem da demanda (espontânea, encaminhamento...) e o esclarecimento do que o serviço e a rede têm a oferecer (MDS, 2016). O acolhimento conforme Santos (2005, p. 11) pode ser entendido como um "processo de intervenção profissional que incorpora as relações humanas". Vai além da atitude de recepcionar. Abrange a escuta social qualificada, desde a valorização da fala do usuário, a identificação das demandas, perpassando a esfera individual e coletiva.

A Visita domiciliar é uma ação profissional de caráter investigativo ou de atendimento, feita por um ou mais profissionais, junto ao sujeito em seu próprio meio social e ou familiar. Como intervenção, reúne três técnicas para seu desenvolvimento - a observação, a história ou relato oral e a entrevista. Diferencia- se de uma simples conversa, pois é permeada por uma intencionalidade e finalidade (AMARO, 2007). Geralmente a visita domiciliar é realizada por intermédio de uma entrevista semi-estruturada, estabelecendo-se através do diálogo entre o visitador e o visitado.

A entrevista semi-estruturada, de acordo com Boni e Quaresma (2005, p.75) "combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto". No CREAS, tanto no atendimento realizado por meio da visita domiciliar quanto na unidade socioassistencial, são utilizadas fichas de atendimento, que possuem as informações essenciais que devem ser preenchidas e um espaço para anotar as questões que surgiram durante a

conversa. Embora operacionalizada de diferentes formas, os diferentes protótipos de entrevista conservam o mesmo objetivo, ou seja, a realização da coleta de dados buscando a maior fidedignidade possível dos fatos e da realidade social dos usuários.

O relatório técnico sobre o acompanhamento familiar é subdividido em duas modalidades, segundo a Nota Técnica SNAS/MDS nº2/2016. O relatório para uso interno do SUAS e o relatório para uso externo ao SUAS. O primeiro refere-se aos documentos, utilizados no dia-a-dia da instituição, contendo as informações acerca dos usuários. Já o relatório para o uso externo são documentos elaborados mediante a solicitação de órgãos de defesa de direitos, políticas setoriais e órgãos do sistema de justiça. Possuem a finalidade de informar a inserção das famílias e indivíduos no acompanhamento feito pelos serviços socioassistenciais.

No documento denominado Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (CEFSS, 2011), elenca-se algumas competências, estratégias e procedimentos que podem e devem ser efetuados por assistentes sociais na PNAS, tais como:

> realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social; [..] favorecer a participação dos/as usuários/as e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público; planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais; [...] estimular a organização coletiva e orientar/as os usuários/as e trabalhadores/as da política de Assistência Social a constituir entidades representativas; instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informa-

> ções e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social; realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;[..] exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social; prestar assessoria e supervisão às entidades não governamentais que constituem a rede socioassistencial; participar nos Conselhos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social na condição de conselheiro/a; [..] elaborar projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos/as usuários/as; acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos/as usuários/as; supervisionar direta e sistematicamente os/as estagiários/as de Serviço Social (CFESS, 2011, p.21-23).

O exercício profissional do assistente social é voltado para a viabilização dos direitos sociais, estando direcionado pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão. Assim, o exercício profissional deve ser desenvolvido a partir da articulação dos eixos técnico-operativo, ético-político e teórico-crítico.

Durante o estágio curricular realizado no CREAS/ SM, constatou - se que o elevado número de demandas do Sistema de Justiça, resulta em diversos agravantes na efetivação dos serviços, no atendimento e, principalmente, no acompanhamento dos usuários atendidos por esta unidade. Detecta-se no CREAS/SM uma fragilidade na equipe de referência, à medida que esta, ainda não dispõe de todos os profissionais previstos na legislação. Com a equipe reduzida é gasta a maior parte da carga horária dos profissionais na realização de visitas domiciliares e na confecção de relatórios solicitados pelo Sistema de Justiça. Tal situação resulta na dificuldade de acompanhamento dos usuários.

> a realização de pareceres e relatórios destinados a suprir as requisições do Sistema de Justiça por parte dos profissionais do SUAS impede que eles realizem suas funções originárias, criando lacunas no Sistema de Assistência Social que não parecem ser preenchidas. Dessa forma, constatando-se que tais estruturas estão inevitavelmente conectadas, pois decidem e executam direitos de mesma essência, a

> sua não comunicação ou aproximação pode levar a efetivação do Direito à Assistência Social ao colapso, ao passo que sua integração e cooperação é compreendida enquanto medida essencial à potencialização da aplicabilidade das políticas de Assistência Social (IPEA, 2015, p. 204).

Faz-se fundamental o diálogo entre esses órgãos, com o objetivo de serem criados fluxos e protocolos que assegurem e fortaleçam a relação entre as instituições, tendo em vista o respeito as competências e os papéis profissionais dos sistemas (MDS, 2016). Assim, propiciando a proteção social às famílias e indivíduos, melhorando a qualidade dos serviços prestados e resultando no trabalho em rede.

> é necessário que o CREAS e seus servidores tenham presente suas atribuições prioritárias, que se colocam em torno do atendimento e acompanhamento às pessoas e famílias, e não às demandas externas de outras instituições. Diante disso, o CREAS não tem condições de responder às demandas do judiciário, tais como estudos sociais com diferentes propósitos. Na medida em que o CREAS ou o PAEFI assumem a atribuição de perito ou de investigador para outro órgão, colocam em prejuízo seus vínculos com as pessoas e famílias em atendimento e acompanhamento. (FIOROTTI; MAIA. 2016, p.48).

Assim como evidenciado por Fiorotti e Maia (2016), é fundamental que cada serviço tenha em mente com clareza as suas atribuições, estabelecendo no trabalho em rede uma relação que corrobora para a consolidação dos direitos.

Outro problema encontrado nas demandas do Sistema de Justiça é a solicitação de visita domiciliar com prazos estipulados para sua realização. Percebe-se a interferência do judiciário na atuação profissional, à medida que a visita domiciliar se constitui como um instrumento de trabalho, sendo opção do profissional optar ou não por sua utilização durante a sua intervenção.

Soma-se a esse problema a falta de um carro para locomoção. O CREAS não possui um veículo próprio e não é sempre que a Secretaria

de Desenvolvimento Social tem a disponibilidade de enviar um automóvel para ser utilizado pelo serviço, o que resulta no acúmulo de trabalho e, por consequência, na demora do atendimento dessas demandas.

Constata-se também que existe certa dificuldade do Sistema de Justiça em identificar as demandas pertinentes ao CREAS, como se pode aferir na última demanda extraída dos ofícios mencionada abaixo, na qual é solicitado o agendamento de data e acompanhamento até o local para avaliação psiquiátrica. Tal demanda não pertence a assistência social e sim a saúde.

Abaixo estão elencadas algumas demandas extraídas dos ofícios recebidos pelo CREAS do Sistema de Justiça que demostram o que foi explicitado nos parágrafos acima:

-"Solicitar atendimento ao idoso nos termos do estatuto do idoso, com posterior envio de relatório. Prazo 30 dias (outra solicitação com a mesma requisição, mas com o prazo de 15 dias).

-"Solicito que o CREAS realize visita domiciliar a fim de adotar medidas cabíveis e remeter relatório em 30 dias".

-"Determine ao CRAS e ao CREAS que realizem visita na residência, remetendo relatório acerca dos atendimentos prestados no prazo de 30 dias".

-"Realização de estudo social".

-"Solicitamos que o CREAS remeta relatório no prazo de 30 dias sobre os atendimentos prestados".

-"Solicito atendimento com urgência ao protegido".

-"Que o CREAS preste atendimento a criança. "

-"Preste atendimento necessário a família, com remessa de relatório em 30 dias."

-"Agendamento de data e acompanhamento até o local para avaliação psiquiátrica no prazo de 30 dias".

O IPEA realizou uma pesquisa sobre a relação entre o sistema de justiça e a assistência social, nela os representantes do SUAS que parti-

ciparam expuseram que o cerne dos impasses protagonizados pelo sistema, encontra-se no conteúdo das solicitações recebidas do sistema de justiça pela assistência social. Nesta pesquisa, os profissionais apontam que existe uma falta de entendimento e respeito as limitações e funções do SUAS. O impacto gerado devido as tensões estabelecidas entre o SUAS e o Sistema de Justiça deve-se ao fato de que as solicitações oriundas do Sistema de Justiça são responsáveis por alterações de planos de trabalho e de fluxos originalmente estabelecidos a fim de cumprir as metas previstas ao Sistema de Assistência Social e seus serviços (IPEA, 2015, p. 196).

A medida em que as relações estabelecidas entre o Sistema de Justiça e o CREAS permanecem como explicitado acima, a efetivação dos direitos dos usuários é enfraquecida, em vez de ser potencializada. Por tanto, faz-se necessária a revisão de como ambos os serviços se articulam, a fim de que cada um cumpra seu papel, estabelecendo assim, uma relação de complementariedade que impulsiona a efetivação e garantia dos direitos sociais.

4. Considerações Finais

A assistência social na sociedade brasileira, outrora efetivada como práticas assistencialistas vista a partir do viés do favor e da benemerência, incorporada pelo Estado com o objetivo de executar o enfrentamento das expressões da questão social e o controle das massas, é ressignificada a partir da Constituição Federal de 1988. Com a sua inserção no tripé da seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência Social), a assistência social torna-se uma política pública não contributiva, sendo concebida agora como um direito que pode ser acessado por quem dela necessitar. Após a sua inclusão na CF/1988, ocorrem movimentos no país que reivindicaram a sua regulamentação, ressignificação e implantação em todo o território nacional.

Tendo em vista a nova concepção da assistência social inscrita na Constituição, essa política social pública se torna passível de reivindi-

cação perante o Estado. Uma das formas de requerer esse direito é por intermédio do Sistema de Justiça. O CREAS do município de Santa Maria recebe uma demanda alta do sistema judiciário, impactando no processo de trabalho do assistente social. Tal sistema almeja dessa forma a efetivação do direito a assistência e proteção social para os usuários que acessam esse serviço.

Se por um lado, essa alta demanda advinda do Sistema de Justiça evidência a judicialização da assistência social que se caracteriza pelo elevado número de pessoas que reivindicam seus direitos através da justiça, por outro lado, as famílias e ou indivíduos acabam tendo, pela judicialização, o acesso e o conhecimento da política de assistência social e a proteção social necessária para garantir seus direitos de cidadão.

Constatou-se, nesta vivência de estágio no Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Santa Maria/RS, que a relação estabelecida entre o sistema de justiça e o CREAS tem resultado no efeito contrário ao desejado, ou seja, tem contribuído para a precarização dos serviços prestados. Quando a judicialização das demandas do CREAS está posta no cotidiano do processo de trabalho do assistente social, uma outra parte dos atendimentos ficam suspensos, deixando de fora usuários sem alcance da cobertura da proteção social, impactando assim, negativamente, na qualidade dos serviços prestados.

5. Referências Bibliográficas

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar**: guia para uma abordagem complexa. 2. ed. Porto Alegre: AGE: 2007.

BONI. Valdete; QUARESMA, Jurema Sílvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. /jul. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 2018. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 Dez 2018

_____ . **Estatuto da pessoa com deficiência.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf> Acesso em: 10 jul. 2018.m

_____ . Lei nº 8.742. Brasília. **Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social.**, 1993

_____ . Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. **Cria o programa Bolsa família e dá outras providências**. Brasília: 2018. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 11 Dez 2018

_____ **.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 11 Dez 2018

_____ . Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm > Acesso em: 11 Dez 2018

_____ . **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNA S2004.pdf> Acesso em: 10 Dez. 2018

_____ . T**ipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Brasília: 2014. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipific acao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: 2011.

FERNADES, Odete. Categorias Fundamentais para a compreensão da instrumentalidade no trabalho do assistente social. p.15-22. In: LAVORATTO, Cleide (Org.); COSTA, Dorival (Org.). **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social**: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. 261 p.

FIOROTTI. Marlene Rosa de Oliveira; MAIA. Marilene. Centro de Referência Especializado se Assistência Social. In: FERNANDES, Rosa Castilhos; HELLMANN, Aline (orgs.). **Dicionário Crítico**: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 47-50.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Brasil. 2010. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>

IPEA. **As relações entre o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e o sistema de justiça** / Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos.

— Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): IPEA, 2015.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Portaria n. 878, de 03 de

dezembro de 2001. **Estabelece diretrizes e normas do Programa Sentinela e dá outras providências.** Brasília: 2001. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2001/Po rtaria%20no%20878- % 2 0 d e % 2 0 0 3 % 2 0 d e % 2 0 dezembro%20de%202001.pdf>.Acesso em: 11 Dez 2018

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Nota Técnica n.º 02/2016/ SNAS/MDS**: a relação entre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça. Brasília: 2016. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nota_tecnica_1205 20016.pdf>. Acesso em: 11 Dez 2018

MIOTO, Regina Célia Tamaso; DAL PRÁ, Keli Regina; WIESE, Michelly Laurita. Política social e processos de judicialização: serviços sociais e famílias em foco. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 11-29, jan. /jun. 2018

SADEK, Maria Tereza (Org.) **O sistema de justiça**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 137 p. Disponível em: < https://static.scielo.org/scielobooks/59fv5/pdf/sadek-9788579820397.pdf>. Acesso em: 11 Dez 2018

SANCHES, Verônica Bidigaray. **O atendimento a Famílias e indivíduos no âmbito do PAEFI**. Projeto de Intervenção. Estágio em Serviço Social II. Curso de Serviço Social, UFSM, 2028.

SANTIAGO, Arthemísia Ferreira Paulo. **Judicialização de políticas sociais como estratégia do poder judiciário**: o Fórum da Saúde e o Cadastro Nacional de Adoção. 2016. 357 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2016.

SANTOS, Eva Teresinha dos. O acolhimento como um processo de intervenção do serviço social junto a mulheres em situação de violência. 2005. **TCC**. (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catariana, Florianópolis, SC 2005.

SIERRA, Vânia Morales. A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 256-264, jul./dez. 2011.

TORRES. Mabel Mascarenhas. Busca Ativa. In: FERNANDES. Rosa Castilhos (ORG); HELLMANN. Aline. **Dicionário Crítico**: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p 37-40.

Os Autores

Amanda de Lemos Mello – Enfermeira, professora substituta, Doutora em Enfermagem pela UFSM, vinculada ao Departamento de Enfermagem da UFSM ;

Adriele Marlene Manjabosco – Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela PUC/RS, egressa do Curso de Serviço Social da UFSM;

Alessandra Garrot Vilanova - Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFSM;

Bruna Trentin – Assistente Social, egressa do Curso de Serviço Social da UFSM;

Caroline Goerck – Assistente Social, professora Associada, Doutora em Serviço Social pela PUC/RS, vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFSM ;

Cristina Kologeski Fraga - Assistente Social, professora Associada, Doutora em Serviço Social pela PUC/RS, vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFSM ;

Débora Rodrigues Dos Santos Flores – Assistente Social, egressa do Curso de Serviço Social da UFSM;

Eliana Mourgues Cogoy - Assistente Social, professora Adjunta, Doutora em Ciências Sociais pela faculdade Latino Americana de Ciencias Sociales – FLACSO/Argentina, vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFSM ;

Estevão Yamin - Acadêmico do Curso de Serviço Social da UFSM;

Fabio Jardel Gaviraghi - Assistente Social, professor Adjunto, Doutor em Educação pela UFSM, vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFSM ;

Fernanda Nunes da Rosa Mangini - Assistente Social, professora Adjunta, Doutora em Serviço Social pela UFSC, vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFSM ;

Italo Fernando Minello – Administrador, professor Adjunto, Doutor em administração pela UFSM, vinculado ao Departamento de Ciências Administrativas da UFSM;

Jairo da Luz Oliveira - Assistente Social, professor Associado, Doutor em Serviço Social pela PUC/RS, vinculado ao Departamento de Serviço

Social da UFSM ;

Jaíne Paula Klopp - Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFSM;

Jean Corrêa dos Santos – Psicólogo e acadêmico do Curso de Serviço Social da UFSM;

Júlia Aparecida Costa Martins Flores – Assistente Social, Técnica Administrativa em Educação no Departamento de Serviço Social, acadêmica do Curso de Direito da UFSM;

Karopy Ribeiro Noronha – Assistente Social, egressa do Curso de Serviço Social da UFSM;

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca - Assistente Social, professora Adjunta, Doutora em Serviço Social pela PUC/RS, vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFSM;

Lisane Ullrich – Assistente Social, Pós-Graduanda na Residência Multiprofissional em Saúde da UFSM. e egressa do Curso de Serviço Social da UFSM;

Luciano Amaral – Administrador/ UFSM, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSM

Nadianna Marques – Assistente Social, professora Mestre/Doutoranda pela PUC/RS, vinculada ao Colégio Politécnico da UFSM;

Rosane Janczura - Assistente Social, professora Associada, Doutora em Serviço Social, vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFSM;

Rômulo Oliveira Tondo – Jornalista, Mestre em Comunicação pela UFSM; Doutorando em Comunicação pela UFRGS.

Sabrina Regina Fiorelli - Assistente Social, egressa do Curso de Serviço Social da UFSM;

Sheila Kocourek - Assistente Social, professora Associada, Doutora em Serviço Social, vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFSM;

Thaesa Jesana da Silva Bacellar - Assistente Social, Técnica Administrativa em Educação, Mestre em Gestão de Organizações Públicas pela UFSM, vinculada ao Departamento de Serviço Social da UFSM;

Verônica Bidigaray Sanches - Assistente Social, egressa do Curso de Serviço Social da UFSM;